FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.929 QUARTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2022 R$ 5,00

Rede integrada para rastrear arma não anda, indicam papéis

Exército e Ministério da Justiça e Segurança Pública não avançaram na integração de sistemas que facilitariam o rastreamento de armas e munições e ajudariam a resolver crimes, apontam documentos a que a **Folha** teve acesso.

Procurada, a pasta informou que na próxima semana haverá reunião com os militares sobre o tema. O Exército negou dificultar acesso a dados. Cotidiano B1

Flávio Bolsonaro mobilizou Receita em caso da 'rachadinha'

Ação consta em documentos inéditos; defesa do senador diz que pedido fora recusado e está surpresa

Documentos inéditos obtidos pela **Folha** mostram a ação da Receita Federal para apurar acusação do senador Flávio Bolsonaro (PL) de que seus dados fiscais teriam sido acessados e repassados ilegalmente ao órgão federal que originou a investigação das "rachadinhas", o Coaf.

Uma equipe de cinco servidores foi destacada por quatro meses para apurar a acusação do filho do presidente Jair Bolsonaro, informa **Ranier Bragon**. A Receita nunca confirmou a mobilização, mas ela consta do processo oriundo do pedido dos advogados de Flávio.

A reportagem apurou o número do processo e o solicitou via Lei de Acesso à Informação. Na petição de agosto de 2020, o senador requisita investigar com máxima urgência a identidade dos auditores que teriam acessado seus dados, os de sua mulher e de empresas a ele ligadas.

A tese era a de que servidores da Receita no Rio de Janeiro haviam vasculhado de forma ilegal essas informações e passado ao Coaf, órgão federal de inteligência financeira que produziu o relatório enviado ao Ministério Público do RJ e fonte da apuração da "rachadinha".

A pesquisa, instaurada em outubro de 2020 por ordem do então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, custou R$ 490,5 mil.

A defesa do senador se declarou surpresa com a constatação da investigação e afirmou que sua solicitação fora recusada. Política A4 e A5

Ministério Público denuncia 3 presos pela morte de Moïse Kabagambe

Cotidiano B2

Reitor diz que USP deve ter banca de identificação racial

O novo reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Junior, disse que deve implantar um sistema de banca de heteroidentificação racial para evitar fraudes no próximo vestibular. Assim, um grupo deverá conferir a autenticidade da autodeclaração oferecida por quem ingressa por meio de cotas. Cotidiano B4

Doria admite hipótese de desistir de candidatura

Sergio Moro (Podemos) defendeu união urgente de candidatos da terceira via e acenou a João Doria (PSDB), que falou em debater tema "lá adiante". A7

Agentes da Guarda Nacional Ucraniana após ativistas colocarem túmulos com a inscrição 'ocupante russo' diante da embaixada do país em Kiev Sergei Supinsky/AFP

Bruno Boghossian

Polícias voltam a preocupar em ano eleitoral

O protesto de policiais em Minas reflete um lento processo de desestabilização das forças de segurança em muitos estados. Agentes fazem política dentro e fora dos quartéis, o que preocupa ainda mais em um ano eleitoral. Opinião A2

Biden afirma que Rússia perderá acesso a empréstimos no Ocidente

Joe Biden anunciou ontem mais sanções contra a Rússia, em resposta às ações na Ucrânia. O presidente americano afirmou que as medidas impedirão os russos de fazer transações envolvendo títulos de sua dívida com empresas de EUA e Europa.

"Isso significa que estamos cortando o governo russo das finanças ocidentais", declarou o americano.

Vladimir Putin disse também ontem que não enviaria imediatamente tropas para regiões por ele reconhecidas como independentes.

O movimento visou pressionar ainda mais Kiev a aceitar seus termos para a segurança local. Com efeito, o líder russo fez exigências ao governo de Volodimir Zelenski durante uma entrevista coletiva em Moscou. Mundo A9 e A10

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

Moscou tem como aguentar corte de empréstimos

A longo prazo, a falta de crédito externo deve prejudicar a economia da Rússia. Por ora, eles se viram —as contas externas são superavitárias e o país tem cerca de US$ 600 bilhões em reservas. Mundo A10

Três brasileiros são presos com cocaína na Tailândia

Três brasileiros foram presos após terem sido flagrados com 15,5 kg de cocaína ao desembarcar no aeroporto de Bancoc, segundo o governo. A droga é avaliada em R$ 7,4 milhões, de acordo com a imprensa local. O tráfico de drogas pode acarretar pena de morte no país. Mundo A12

Projeto de criptomoedas avança no Congresso

Texto aprovado ontem no Senado deve trazer mais segurança a investidor, mas dificilmente evitará o uso do sistema para lavagem de dinheiro. A13

UE recomenda deixar de exigir teste a visitantes vacinados

Mundo A12

Esporte B7

Seleção feminina dos EUA e federação chegam a acordo por igualdade salarial

Ilustrada C5

Youtuber Luccas Neto quer distância de passado polêmico e prefere ser isentão

EDITORIAIS A2

O show de Putin

Acerca de agravamento de ameaças ao Ocidente.

Mais um vizinho

Sobre a descriminalização do aborto na Colômbia.

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Marcelo Benez (*comercial*) e Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*)

Leandro Assis e Triscila Oliveira depois de Lucimary Brillhardt

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O show de Putin

Russo rasga direito internacional em nome de sua realpolitik com o Ocidente; por ora, está ganhando

Em quase 23 anos de poder no Kremlin, Vladimir Putin nunca foi conhecido como um estrategista sofisticado. Sempre pareceu agir mais de forma tática, saltando de galho em galho nas crises internacionais, buscando extrair o máximo de vantagens imediatas.

Na atual contenda em torno da Ucrânia, entretanto, o presidente russo tem mostrado uma faceta que revela seus objetivos mais permanentes. Em consonância com sua fama de implacável, não tem poupado o direito internacional durante a empreitada.

O que Putin deseja pode ser resumido —dispensando as minúcias da composição étnica russa do leste ucraniano— em um ponto: restaurar áreas de isolamento entre suas fronteiras e as de seus adversários, como fizeram antes czares e líderes do Partido Comunista.

Há o componente militar do propósito, que visa afastar tropas da Otan que o Ocidente teimou em fazerem cercar a Rússia após a vitória na Guerra Fria, e o político. A União Europeia, tropa civil dessa disputa, é um garoto-propaganda da democracia liberal que Putin deseja ver longe de inspirar alguma oposição em casa.

A relação do russo com o autocrata húngaro Viktor Orbán, um estranho no seio de Bruxelas, apenas prova que há também uma queda de braço ideológica em curso.

Na segunda (21), Putin elevou ao paroxismo a até agora bem-sucedida manobra de explicitar aos Estados Unidos, que considera o único interlocutor que importa nessa disputa, seus objetivos geopolíticos.

Reconheceu as autoproclamadas repúblicas separatistas étnicas russas no Donbass (região no leste da Ucrânia), oito anos depois do início da guerra civil na qual as ajudou a minar as pretensões europeias do governo em Kiev.

Com isso, e talvez 150 mil soldados mobilizados em torno da Ucrânia, Putin quer dar credibilidade à sua ameaça. Se enviar forças em apoio aos separatistas, como anunciou e depois disse só cogitar, o russo violará o território vizinho. Só não será um ato de guerra porque as áreas, na prática, já são ocupadas por seus lacaios.

Os EUA e a Europa anunciaram sanções mais duras contra o Kremlin, mas até aqui o instrumento não logrou seus objetivos. Se estabelecer as novas fronteiras como fato consumado, repetirá a operação que comandou pelos mesmos motivos na Geórgia, em 2008. Ali, houve uma curta guerra; aqui, a vitória poderá vir sem um tiro.

É realpolitik. Mas a lição que fica ao mundo é deletéria, já que entroniza a volta da força bruta no domínio das relações internacionais e recompensa um regime que, embora tenha seus motivos na peleja com o Ocidente, esposa valores crescentemente autoritários.

Mais um vizinho

Colômbia se une aos países latino-americanos que descriminalizam o aborto, expondo atraso do Brasil

Embora seja ainda uma das regiões do mundo com mais restrições à interrupção legal da gravidez, a América Latina tem conhecido, nos últimos tempos, avanços significativos nessa seara.

Em menos de um ano, a Argentina e o México tornaram-se os dois primeiros grandes países latino-americanos a descriminalizar a prática. Na segunda-feira (21), a Colômbia, o terceiro mais populoso da região, juntou-se a esse grupo precursor, composto ainda por Cuba, Uruguai e Guiana.

Pela margem mínima de 5 votos a 4, a Corte Constitucional do país vizinho decidiu que nenhuma colombiana poderá mais ser processada por realizar aborto até a 24ª semana de gravidez. Até então, o procedimento só era admitido nos casos de estupro, má formação do feto e risco de morte da mãe.

Ao retirar o aborto do rol de delitos presentes no Código Penal, o tribunal não só concede às mulheres um direito sobre seus corpos como também evita que aquelas que já haviam sido obrigadas a se submeter a um procedimento clandestino venham ainda a amargar um processo judicial.

Chegam anualmente à Justiça colombiana cerca de 400 casos de interrupção de gravidez, sujeitos a penas que variam de 16 a 54 meses de prisão —e 346 mulheres já foram condenadas por aborto, das quais 85 menores de idade.

A maior parte desses casos termina vindo à tona por meio de denúncias de funcionários da área da saúde, uma vez que também era considerado crime que um hospital deixasse de relatar casos de colombianas que buscassem ajuda médica após complicações resultantes de uma tentativa de aborto.

Por ora, a deliberação da suprema corte garante apenas que a interrupção da gestação não mais será tratada sob a ótica penal.

A decisão, contudo, deve estimular o Congresso, para onde se dirige agora a pressão dos grupos feministas, a aprovar uma lei que garanta a realização segura e gratuita do procedimento, como ocorre, por exemplo, na Argentina.

O recente avanço latino-americano deixa ainda mais evidente o atraso do Brasil. Por aqui prevalece o temor de tratar o tema sob a ótica da saúde pública, como defende esta **Folha**, e buscar o convencimento da sociedade.

O debate acaba esvaziado, enquanto o exemplo colombiano serve para que Jair Bolsonaro (PL) exiba seu simplismo conservador sem enfrentar maior contraponto.

Os cálculos de Putin

Hélio Schwartsman

Por coincidência ou não, depois que Jair Bolsonaro se encontrou com Vladimir Putin, a situação no Leste Europeu, que estava tensa, se tornou explosiva. Desculpem-me, não resisti à piada. Bolsonaro não tem a menor importância no cenário internacional, mas Putin tem. É ele que vai definir se haverá uma guerra aberta na Ucrânia ou se a movimentação de tropas ficará circunscrita ao Donbass.

Embora eu tenha lido algumas análises sugerindo que Putin não está no seu melhor juízo, o fato é que, ao longo dos últimos 20 anos, ele se comportou como um agente racional. Parece mais lógico, portanto, continuar a tratá-lo como tal. Nessa hipótese, ele não teria interesse em meter-se num conflito em larga escala nem com a Otan nem com a Ucrânia. Putin é um autocrata, mas que preza o apoio popular. E soldados voltando em sacos plásticos nunca fazem bem à popularidade. Mais importante, ele provavelmente consegue alcançar seus principais objetivos mantendo a crise num patamar menor.

Putin percebeu corretamente que os EUA não estão mais dispostos a pôr tropas em intervenções infindáveis em países que o americano médio tem dificuldades para localizar no mapa. Se ainda havia dúvidas sobre isso, elas acabaram com a retirada do Afeganistão. Não é absurda a aposta de que Biden não irá além de sanções econômicas contra a Rússia.

Os europeus partilham da inapetência americana por despachar soldados para defender a Ucrânia e, no caso dos alemães, ela se estende a sanções mais duras. Este inverno está no fim, mas haverá outros, e os alemães precisam do gás russo para aquecer suas casas. Putin percebeu a falta de unidade na Otan e tenta explorá-la em seu favor.

O que talvez atrapalhe os planos do ditador russo é que o Ocidente já vê que há mais em jogo. Se a Ucrânia sair barato para Putin, Pequim poderá achar que é hora de avançar sobre Taiwan —e o mundo ficaria um lugar bem mais perigoso.

helio@uol.com.br

A polícia faz política

Bruno Boghossian

O país parece ter se acostumado a ver policiais fazendo política dentro e fora dos quartéis. No início da semana, agentes em Minas Gerais organizaram um protesto contra o governador Romeu Zema para cobrar um aumento salarial anunciado no início do mandato. As entidades que representam as categorias ameaçam fazer uma paralisação.

A tranquilidade com que os agentes foram às ruas reflete um lento processo de desestabilização das forças de segurança em muitos estados. Zema cometeu uma barbeiragem ao prometer um reajuste que não teria como pagar, mas a lei proíbe greves de policiais porque é preciso proteger até o governante mais inábil da pressão de homens armados.

O caso de Minas é uma obra coletiva. Dias antes do protesto contra o governador, o comandante-geral da PM mineira liberou a participação dos agentes e disse que defenderia os interesses da corporação. Zema fingiu não ver nenhuma quebra de hierarquia naquele episódio e afirmou que a manifestação dos homens da segurança era "absolutamente legítima".

Policiais se sentem livres para ignorar princípios básicos porque recebem apoio no mundo político. No fim do ano passado, a Assembleia Legislativa de Minas anistiou os agentes militares punidos por uma greve em 1997. No protesto da última segunda (21), dois deputados bolsonaristas pegaram carona no ato e subiram no palanque dos manifestantes.

A milhares de quilômetros de Belo Horizonte, governadores entraram em alerta. Diversos estados concederam ou negociam aumentos para as forças de segurança, mas ainda enxergam um interesse contínuo de agentes políticos na exploração de tensões com as polícias.

A preocupação se torna mais aguda neste ano eleitoral. Inimigo declarado de boa parte dos governadores, Jair Bolsonaro trabalhou ao longo dos últimos anos para reforçar seu vínculo com policiais nos estados. Para um presidente que sofre de delírios autoritários, ter tropas a seu lado é um fator essencial.

Celebração do aborto

Mariliz Pereira Jorge

Repita comigo: ninguém celebra o aborto. Ninguém. O que é comemorado quando há avanços na legislação que rege os direitos reprodutivos é que o Estado seja impedido de prender, julgar, aprisionar mulheres que decidem interromper a gravidez. Foi o que aconteceu na Colômbia, onde a Corte Constitucional decidiu que o aborto não deve ser tratado como crime até a 24ª semana de gestação. A decisão precisa ser regulamentada pelo Congresso.

O prazo de quase seis meses que poderá ser adotado pelos colombianos virou combustível para que os movimentos feministas sejam acusados de "celebrarem o aborto". Os supostos defensores da vida ignoram dados oficiais para fazer crer que exceções podem virar a regra. Dados do BMJ Sexual & Reproductive Health mostram que 9 em cada 10 interrupções são realizadas até a 12ª semana em mais de 20 países de alta renda.

Então, repita comigo: nenhuma feminista é "assassina de bebês", como acusam parlamentares dessa direita histérica que chegou ao poder. O próprio presidente já sugeriu que esta colunista seja "genocida", mas quem ficará na história como responsável por um governo que enterrou 650 mil numa pandemia é ele.

A discussão sobre prazos seria saudável, mas a argumentação é rasteira e politiqueira. Ninguém quer matar bebês, ninguém defende a adoção do aborto como método contraceptivo, ninguém quer transar por aí sem cuidado. E não dá para dizer que "as mulheres não fecham as pernas" e que "só engravida quem quer".

Celebra-se o fato de que a Justiça de outro país libertará quase 350 mulheres encarceradas por terem se submetido a procedimentos que não deveriam ser clandestinos. O sentimento de vitória é pelo reconhecimento de que o aborto é uma questão de saúde pública, pelo posicionamento solidário do Estado, que passa a preservar a integridade física e psíquica da mulher. A conquista das colombianas é de todas nós.

A fragilidade institucional

Silvia Matos

Economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre)

A pandemia do coronavírus deixou cicatrizes profundas. Além dos milhões de vidas perdidas, o choque sobre a economia foi muito desigual, afetando muito mais os setores intensivos em trabalho e de baixa produtividade, atingindo mais os trabalhadores informais e pouco escolarizados, como destacado nos estudos divulgados pelo Observatório da Produtividade Regis Bonelli.

Nesse contexto, o mundo que emerge após a fase aguda da pandemia é um mundo que demanda ainda mais políticas sociais e uma atuação mais efetiva do Estado para minimizar essas cicatrizes.

No entanto, no Brasil, esse processo tem sido ineficaz. De fato, este é um dos nossos problemas estruturais: a fragilidade institucional em defesa do interesse de toda sociedade, também conhecido na literatura como interesse difuso. O Estado é muito suscetível aos diversos grupos de interesse, que capturam uma parcela significativa do orçamento público. Há diversos exemplos, como os 4% do PIB em gastos tributários, as emendas parlamentares etc.

E há inúmeras consequências negativas. Em primeiro lugar, há crises fiscais recorrentes. Quando precisamos adotar políticas públicas necessárias e justas do ponto de vista social, como não há espaço no Orçamento, a saída é alterar as regras fiscais. E quando reduzimos as restrições fiscais, sempre ampliamos o espaço das políticas públicas ruins, tornando o cenário fiscal insustentável.

E sempre é bom lembrar que crises fiscais geram uma piora do quadro macroeconômico, com efeitos deletérios sobre o crescimento econômico e o mercado de trabalho. É um círculo vicioso e muito negativo do ponto de vista social.

Em segundo lugar, há um outro efeito colateral muito negativo para a nossa economia. Os estudos mostram que essas políticas de incentivo, na grande maioria das vezes, não geram o resultado esperado e contribuem para a má alocação de recursos e a baixa produtividade da economia. As políticas de incentivo, além de custar muito do ponto de vista fiscal, contribuem para a estagnação do crescimento econômico.

Esse tema e outros relacionados à agenda de crescimento econômico foram amplamente documentados nos livros publicados pelo FGV-Ibre, com destaque para "Anatomia da Produtividade no Brasil". O livro serviu de base para a elaboração do relatório final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado com propostas de uma agenda microeconômica para o Brasil, durante o governo Temer.

Não há enigma para o baixo crescimento econômico. O diagnóstico já é mais do que conhecido, o receituário também.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Covid longa e a atenção à saúde mental

SUS precisa se preparar para elevado acréscimo de portadores de transtornos

Marcelo Feijó de Mello
Médico psiquiatra, é professor pleno da Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein e livre-docente da Escola Paulista de Medicina (Unifesp)

Após dois anos do início da pandemia de Covid-19, ainda lutamos contra a doença, agora com mais conhecimentos, medidas sanitárias e vacinas. As consequências psiquiátricas decorrentes da enfermidade, a chamada quarta onda das manifestações com repercussões na saúde mental, já estavam previstas.

Além das grandes repercussões emocionais e traumáticas advindas da doença, suas manifestações clínicas ultrapassam a fase aguda e são chamadas de Covid tardia ou Covid longa. O cérebro é um dos órgãos mais atacados pelo vírus, levando a reações imunológicas, inflamatórias e vasculares, que determinam quadros clínicos diversos —vão do coma e da confusão mental a dificuldades de concentração, atenção, memória, manifestações depressivas, ansiosas e estresse pós-traumático. Podem persistir por meses e anos se não tratados adequadamente.

Entre os mais de 27 milhões de brasileiros que sobreviveram à Covid, um número considerável apresenta alterações neuropsiquiátricas complexas, que se somarão à grande população de portadores de transtornos mentais existentes em nosso país. O SUS precisa urgentemente se preparar para esta ação mantendo os ganhos da reforma da assistência à saúde mental: garantia dos direitos humanos, tratamento na comunidade, multidisciplinaridade e visão ampla do adoecer.

A Rede de Atenção Psicossocial (Raps) se distanciou do sistema de saúde, apesar de tentativas como a realização de supervisões à atenção básica nos matriciamentos. A Raps é insuficiente para a realidade da saúde mental, saturando o sistema de saúde devido à alta prevalência dos transtornos mentais por falta de acesso aos casos de maior complexidade. A saturação se apresenta com o aumento de consultas na atenção básica para repetições de receitas de psicotrópicos, sem resolução dos casos graves e lotando serviços de emergência (sem equipes de saúde mental), internações e levando até ao suicídio —situações que poderiam ser evitadas. Somos o país com as maiores prevalências de transtornos de ansiedade e depressão do mundo; eis uma evidência concreta de que o sistema precisa ser aperfeiçoado.

A atenção básica consegue dar um bom atendimento para 70% a 80% das pessoas que apresentam condições mais simples. Contudo, uma parcela significativa, de 20% a 25%, apresenta condições mais complexas, que passam por crises e descompensações e que demandam cuidados especializados de uma equipe multiprofissional de saúde mental com maior resolutividade. São pessoas com depressões e ansiedades graves, transtornos de personalidade, assim como casos de surtos psicóticos, transtornos bipolares e dependências de drogas e álcool.

> [...]
> O cérebro é um dos órgãos mais atacados pelo vírus, levando a reações imunológicas, inflamatórias e vasculares, que determinam quadros clínicos diversos —vão do coma e da confusão mental a dificuldades de concentração, atenção, memória, manifestações depressivas, ansiosas e estresse pós-traumático

Desde o início da reforma, a Raps se estruturou fortemente para atender pacientes com quadros altamente complexos e crônicos e com muitas demandas psicossociais através dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Essa população representa entre 1% e 5% das pessoas acometidas por transtornos mentais. É um trabalho sério e intenso de reabilitação e ressocialização, com usuários muito diferentes dos pacientes com desorganizações e incapacitações temporárias em função de seus transtornos mentais. Os Caps não são locais preparados e adequados para essa grande demanda.

A Raps necessita urgentemente ser fortalecida com centros especializados em saúde mental (que são regulamentados), com uma ligação direta com a atenção básica. Esses centros seriam uma etapa da atenção à saúde, retornando o usuário, após a compensação do quadro, para a atenção básica, que será sempre a referência. Os centros têm capacidade para aplicar protocolos específicos multiprofissionais, num processo acompanhado por uma gestão desse percurso, garantindo a eficiência e as comunicações entre equipes e unidades.

Tais aquisições, além de diminuir custos, reduzirão em muito o sofrimento dos usuários e aliviarão a sobrecarga dos profissionais e do sistema. O cuidado com gestão permite tratar mais eficientemente, com menores custos econômicos e emocionais, reduzindo o enorme fardo que a pandemia trouxe, diminuindo suicídios e adoecimentos e permitindo a recuperação.

A complexidade da saúde deve estar acessível à população, através de uma implementação e gestão baseadas na ciência. Não existe saúde sem saúde mental.

Omitir-se jamais é opção

Os 10 mil neonazistas no Brasil mostram que a ideologia é perigo real e atual

Tabata Amaral
Cientista política, astrofísica e deputada federal (PSB-SP); formada em Harvard, cofundou o Mapa Educação, o Movimento Acredito e o Vamos Juntas

Sob o prelúdio de "Lohengrin", ópera de 1850 do compositor alemão Richard Wagner, o então secretário da Cultura, Roberto Alvim, anunciou, com uma fotografia de Jair Bolsonaro ao fundo e a bandeira do Brasil à sua esquerda, os planos da pasta. Wagner era o compositor favorito de Hitler, e o discurso de Alvim reproduzia falas de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do ditador nazista, e toda a estética do vídeo remetia a essa ideologia perversa.

Cerca de um ano depois, o presidente da República e deputados bolsonaristas se encontraram com Beatrix von Storch, neta de um ministro de Hitler e deputada de um partido da ultradireita alemã. Recentemente, em visita à Hungria, Bolsonaro utilizou um lema fascista.

Desde a eleição do presidente, o símbolo da suástica já apareceu no logo de um supermercado, em um parque no Rio Grande do Sul e no acervo de um homem preso por pedofilia no Rio. E, conforme mostrado pelo programa Fantástico, da TV Globo, as células neonazistas saíram das redes, com ataques como o ocorrido em um bar antifascista.

É por isso que afirmo que, não, o nazismo não foi erradicado do planeta; e, sim, defender a sua existência é extremamente perigoso. Foi essa compreensão que fez com que eu rebatesse de forma enfática a fala do podcaster Monark enquanto participava do podcast Flow com o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), quando o primeiro disse que "o nazista tinha que ter um partido nazista reconhecido pela lei".

Como respondi na ocasião: liberdade de expressão termina onde a existência ou integridade do outro é colocada em risco. O nazismo tem por base o ódio contra judeus, ciganos, negros, LGBTQIA+ e todos aqueles considerados diferentes —e, por isso, não deve ser tolerado. É o paradoxo da tolerância, de Karl Popper: "Se estendemos a tolerância ilimitada até àqueles que são intolerantes, os tolerantes acabam sendo destruídos, juntamente com a tolerância".

> [...]
> É justamente aí que está o perigo: lentamente, normalizamos discursos —e até mesmo comportamentos— absurdos. Bolsonaro é o maior exemplo disso. O que aconteceria se FHC se encontrasse com uma deputada alemã nazista? Ou se um ministro de Lula fizesse um vídeo com alusões a Hitler?

Mas e a discussão sobre a possibilidade da existência de um partido nazista? Por que seria inaceitável? Para responder a esse questionamento, trago a Teoria da Janela, de Overton. Essa "janela" diz respeito aos debates ou ideias políticas que são ou não aceitos por uma sociedade, dependendo de quão radicais e inadmissíveis sejam considerados.

Conforme discursos que, até então, eram intoleráveis e se tornam meras opiniões, movemos a janela. E é justamente aí que está o perigo: lentamente, normalizamos discursos —e até mesmo comportamentos— absurdos. Bolsonaro é o maior exemplo disso. O que aconteceria se FHC se encontrasse com uma deputada alemã nazista? Ou se um ministro de Lula fizesse um vídeo com alusões a Hitler?

Segundo a antropóloga Adriana Dias, as células neonazistas cresceram 270,6% entre o início deste governo e 2021. Ela estima que haja 10 mil pessoas nesses núcleos. Isso mesmo: 10 mil neonazistas.

Precisamos sim ser intolerantes com ideologias que ameaçam a existência dos outros. Em um podcast com 3,7 milhões de inscritos, decidi fazer esse enfrentamento com um discurso firme. O nazismo é um perigo real e atual. Independentemente de qual seja a reação de cada um, omitir-se ou calar-se jamais dever ser uma opção.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Casa que Flávio Bolsonaro comprou em bairro nobre de Brasília, avaliada em R$ 6 milhões Reprodução

Flávio, Moro, Lula e rachadinha

O povo brasileiro conhece todos os desmandos e roubalheiras do PT e do ex-presidiário Lula ("Moro soltou Lula", 22/2). No seu próximo artigo, queria que Flávio Bolsonaro desse explicações sobre as rachadinhas no seu gabinete e no gabinete do seu pai e sobre como comprar uma mansão de R$ 6 milhões com o salário de funcionário público, que foi o único trabalho que ele e sua família tiveram a vida toda.

Berenice Daitzchman Bertoldi
(Curitiba, PR)

*

Estou longe de ser um admirador do ex-juiz. Mas é demais abrir o jornal logo cedo e dar de cara com um artigo de opinião escrito por um senador integrante do gabinete do ódio, dissipador de fake news, negacionista e, o mais grave, afrontador das instituições democráticas. Isso é abusar da paciência e da inteligência dos leitores. Menos, **Folha**.

Geraldo Tadeu Santos Almeida
(Itapeva, SP)

*

A desfaçatez e a cara de peroba de Flávio Bolsonaro o impedem de dizer que o motivo maior da saída de Moro do governo foi não concordar em nomear um diretor da PF no Rio de Janeiro que fosse ao estilo "encoberta os crimes de rachadinha". Precisaremos ter muito estômago para suportar essas eleições.

Antonio Maurilo Villas Bôas
(São Carlos, SP)

*

O título de seu libelo deveria ser "Moro elegeu Bolsonaro".

Adilson Roberto Gonçalves
(Campinas SP)

*

Parabéns à **Folha**, que mostrou o que é uma democracia, onde todos podem se expressar, independentemente do que a família Bolsonaro e seus aliados pensem deste jornal ou de grande parte da imprensa.

Alexandre Perocini (São Paulo, SP)

*

É muito bom ver algum relevante do bolsonarismo dizendo que Sergio Moro cometeu abusos quando era o xerife da Lava Jato. É importante essa turma reconhecer definitivamente que a sua adoração pelo ex-juiz não foi nada além de idolatria boba, uma ilusão nascida da paixão ideológica. Apesar de conter algumas conclusões polêmicas, o artigo do senador Bolsonaro é positivo por exprimir algo nesse sentido.

João Paulo Zizas
(São Bernardo do Campo, SP)

Antivacinas

Cabe a nós, eleitores do estado de São Paulo, barrar nas urnas os candidatáveis de todos os níveis dessa sigla negacionista e antivacina ("PTB pede que Justiça barre vacinação contra Covid nas Escolas em SP", Mônica Bergamo, 22/2).

Pedro Valentim (Bauru, SP)

Antivirais

Como disse o infectologista Esper Kallás, é um absurdo que o Brasil ainda não disponibilize tratamentos eficazes aos pacientes após dois anos de pandemia. Estamos no nível de mais de 800 mortes diárias. Já existem três antivirais usados mundo afora e, por aqui, nenhuma ação do Ministério da Saúde. É ou não o governo da morte?

Paulo Bittar (São Paulo, SP)

Aborto

"Lutarei para proteger a vida, diz Bolsonaro sobre descriminalização do aborto na Colômbia" (Mundo, 22/2). E com a vida das crianças daqui? Quantas o genocida e seu assecla da Saúde condenaram à morte com a postergação da vacina?

Tadeu Roberto Corbi
(São Bernardo do Campo, SP)

Árvores

A **Folha** errou ao destacar informação inverídica de que a cidade não plantou árvores nos últimos seis meses ("Prefeitura de São Paulo não planta árvore há seis meses", Cotidiano, 21/2). A repórter presumiu que um contrato específico representa a totalidade de plantios. Só no último semestre de 2021 foram plantadas 5.806 árvores pelas subprefeituras, além de 26.274 novas unidades por compromisso ambiental e 129 por ajustamento de conduta. Ao todo, em 2021, o município plantou 49.895 árvores.

Marcus Vinícius Sinval,
secretário de comunicação da prefeitura (São Paulo, SP)

Nota da Redação Leia abaixo a seção Erramos.

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PRIMEIRA PÁGINA E COTIDIANO (21.FEV., PÁG. B3) A suspensão do plantio de árvores em seis meses mencionada em texto na Primeira Página e na reportagem "Prefeitura de São Paulo não planta árvore há seis meses", de Isabela Lobato, aplica-se somente ao serviço prestado por empresa contratada por licitação pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. No último semestre de 2021, subprefeituras plantaram 5.806 árvores na cidade, segundo a prefeitura, além de 26.274 por compromisso ambiental e 129 por ajustamento de conduta.

OPINIÃO (15.FEV., PÁG. A2) O editorial "Vacinar as crianças" listou incorretamente a França entre os países que se saíram melhor que o Brasil na vacinação infantil.

POLÍTICA (22.FEV., PÁG. A6) Diferentemente do publicado no texto "Lula lidera, Bolsonaro sobe e Moro cai, mostra pesquisa CNT/MDA", Bolsonaro e Moro oscilaram dentro da margem de erro.

MUNDO (26.JAN., PÁG. A9) Em 1955, o território da Alemanha atual estava dividido em Oriental e Ocidental, e apenas a porção do Ocidente fazia parte da Otan, diferentemente do que indicava infográfico publicado na reportagem "Veja as opções militares na mesa de Putin para uma ação contra a Ucrânia". Veja abaixo o mapa correto da Alemanha Ocidental em 1955.

A expansão da Otan ao longo dos anos

política

PAINEL | Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Ultimato

Ex-presidentes nacionais do PSDB articulam para o início de março uma reunião ampliada do diretório nacional, com o objetivo de pressionar pelo fim da pré-candidatura a presidente de João Doria. O objetivo é convidar também a bancada federal, além de deputados estaduais, governadores e prefeitos, para cobrar de Doria que apresente um plano viável para que sua campanha finalmente decole. A aposta é que o tucano não terá como convencer o partido disso.

POLITBURO A maioria dos ex-presidentes do PSDB, como José Aníbal, Aécio Neves, Pimenta da Veiga, Tasso Jereissati e Teotônio Vilela Filho, se opõem, ou ao menos têm fortes restrições, a uma candidatura de Doria. Há projeções de que a bancada eleita na Câmara pode encolher para 20 deputados apenas.

INCOMPLETO Relator do projeto das fake news na Câmara, Orlando Silva (PC do B-SP) diz que a existência de um escritório de advocacia que responde pelo Telegram no Rio, revelada pela **Folha**, não necessariamente resolve o problema da falta de representação da empresa no país.

FRÁGIL "A representação para fins comerciais, como parece ser o caso, é algo muito restrito. O padrão do Telegram no mundo todo é não ter ninguém com poderes plenos para falar em nome da plataforma", diz Orlando.

ESTILO Acusado de pegar leve com o presidente Jair Bolsonaro (PL), o procurador-geral da República, Augusto Aras, tem respondido a quem cobra dele uma ação mais enérgica que não se pode adotar como critério o "conjunto da obra".

OUTRA COISA Este tipo de atitude, afirma, é própria do Congresso em processos de impeachment, em que diversos fatores políticos pesam na decisão dos parlamentares, e não apenas provas materiais.

ALVO... A bancada evangélica mira em 35 parlamentares para tentar derrotar o projeto de lei que libera os jogos de azar no Brasil, que tem previsão de ser votado nesta semana pela Câmara dos Deputados.

...CERTO O foco são os ligados à segurança pública e à CNBB, que em dezembro de 2021 aprovaram requerimento de urgência para a matéria, mas podem mudar de ideia.

NÃO DÁ No cenário de hoje, uma federação que envolva a União Brasil e o MDB não deve sair do papel. É o que diz o deputado federal Alexandre Leite, vice-presidente da nova sigla em São Paulo.

PREJU "Na somatória, perderíamos uns oito deputados federais. O MDB não consegue recompor com a gente, e somar com eles para perder não faz sentido", diz Leite.

INTERRUPTOR O Inep rebateu nesta terça (22) as acusações de ter promovido um apagão, ou mesmo censura, ao retirar do ar parte dos microdados do Enem e do Censo Escolar da Educação Básica, que permitiam analisar os resultados com recortes por raça, por renda ou escola.

DEDUÇÃO Segundo o instituto, combinando as informações disponibilizadas anteriormente, as chances de identificar o aluno chegavam a 75%. A retirada foi feita com a justificativa de seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

NO ESCURO Conforme mostrou o Painel, a atitude gerou reclamação de especialistas. Eles alertam que, sem as informações, não é possível fazer uma análise profunda dos desafios brasileiros, como evasão escolar, ou elaborar políticas públicas para enfrentá-los.

UNIVERSAL O presidente Jair Bolsonaro (PL) vai lançar nesta quarta-feira (23) o RG único. Com a assinatura do decreto, o número do CPF será adotado como padrão de identificação em todo o território nacional de maneira obrigatória até 6 de março de 2023.

RELÍQUIA O documento poderá ser acessado também pelo aplicativo do Gov.br. O objetivo da unificação do RG é coibir fraudes. Por falta de centralização, hoje é possível retirar uma identidade em cada uma das unidades da federação.

VOLÁTIL A disparada do dólar tem afligido diplomatas em missão no exterior. Servidores com despesas em moeda estrangeira reclamam do abate teto, que limita a remuneração no serviço público a R$ 39.200. No último ano, o teto em dólar caiu 23,5%.

FIRME O TCU suspendeu o abate teto de maneira liminar, mas a Associação dos Diplomatas Brasileiros tenta decisão definitiva, com ação no Judiciário e projeto no Congresso.

VITRINE Depois de anunciar que estuda liberar propagandas nos ônibus de SP, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) receberá pressão para estender a permissão aos táxis. O vereador Adilson Amadeu (União Brasil) levará a solicitação nos próximos dias. A Câmara Municipal já aprovou em primeira votação projeto que prevê essa autorização.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participa de cerimônia no Palácio do Planalto Evaristo Sá - 14.set.21/AFP

Receita se mobilizou para atender Flávio Bolsonaro, mostram documentos

Órgão destacou servidores para apurar acesso a dados que deram origem ao caso das 'rachadinhas', aponta processo obtido pela Folha

Ranier Bragon

BRASÍLIA A Receita Federal mobilizou por quatro meses uma equipe de cinco servidores para apurar uma acusação feita pelo senador Flávio Bolsonaro de que teria tido seus dados fiscais acessados e repassados de forma ilegal ao Coaf (órgão federal de inteligência financeira), o que deu origem ao caso das "rachadinhas".

Documentos inéditos obtidos pela **Folha** mostram, pela primeira vez, a ação efetiva da máquina pública federal em decorrência da estratégia jurídica de Flávio.

O filho do presidente Jair Bolsonaro e seus advogados buscaram a ajuda de órgãos do governo federal para tentar reunir provas com o intuito de anular as investigações da suspeita de que ele comandou um esquema de desvio de parte do salário de assessores quando era deputado estadual, no Rio de Janeiro.

A Receita jamais confirmou a apuração. A partir de informações internas que indicavam a existência do caso, a **Folha** apurou o número do processo, 14044.720344/2020-99, e, a partir daí, entrou com um pedido por meio da Lei de Acesso à Informação.

As 181 páginas do processo mostram que, de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, a Receita deslocou dois auditores fiscais e três analistas tributários para fazer a apuração.

Essa investigação foi objeto de requerimento apresentado por Flávio, por intermédio de quatro advogados —Luciana Pires, Renata Alves de Azevedo, Juliana Bierrenbach e Rodrigo Roca—, ao então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto.

Na petição, datada de 25 de agosto de 2020, o filho do presidente requisitou apuração "com a máxima urgência" para identificação de "nome, CPF, qualificação e unidade de exercício/lotação" de auditores da Receita que, segundo ele, desde 2015 acessaram seus dados fiscais, de sua mulher, Fernanda, e de empresas a eles relacionadas.

A tese era a de que servidores da Receita no Rio haviam vasculhado de forma ilegal os dados de Flávio e de familiares e, a partir daí, repassado informações ao Coaf, órgão responsável pelo relatório de inteligência enviado ao Ministério Público do Rio e que deu origem à investigação das "rachadinhas" contra o filho do presidente e ex-assessores.

Flávio é taxativo no pedido, detalhando não querer acesso a parte dos acessos feitos, "mas a TODAS [escreve em maiúsculas] as pesquisas de seu nome, de sua esposa e de suas empresas" desde 2015.

Na petição entregue a Tostes Neto, ele afirma ainda que a suposta violação da qual teria sido vítima representa um "imenso risco à estabilidade das mais diversas instituições do país", entre elas a Presidência da República e a Assembleia Legislativa do Rio.

"A crise que vem se instalando no país, como consequência dos fatos ora apresentados, tende a crescer, atingindo como alvo não apenas o autor e seus familiares, mas incontáveis cidadãos, em especial, empresários, funcionários públicos e políticos."

O senador diz também que a averiguação deveria ser realizada não necessariamente pela Receita, mas "diretamente pelo Serpro", a empresa estatal que detém os dados do Fisco. Esse pedido específico de apuração via Serpro foi formalmente negado.

Como a **Folha** mostrou em junho de 2021, porém, apesar da negativa oficial, a Receita solicitou uma devassa ao Serpro para tentar identificar investigações, entre outros, em dados fiscais de Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres e da primeira-dama, Michelle.

A pesquisa custou R$ 490,5 mil à Receita, pagos ao Serpro. O valor foi obtido pela **Folha** por meio da Lei de Acesso à Informação. A defesa de Flávio disse não ter tido acesso ao resultado dessa apuração.

A Polícia Federal também instaurou inquérito para apurar supostos acessos irregulares por parte de auditores. A apuração foi aberta a partir de um relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) que apontou casos do tipo identificados pela própria Receita, um deles envolvendo Flávio.

Em suma, três pontos eram apresentados na petição de Flávio: a acusação de auditores suspeitos de enriquecimento ilícito de que foram vítimas de devassas ilegais por parte dos órgãos de correição do Fisco do Rio, o que indicaria um modo de operação; a existência de dados do relatório de inteligência do Coaf que só poderiam ter sido repassados pela Receita; e a existência de um "manto da invisibilidade", ou seja, senhas da Receita que não deixariam rastros e tornariam os acessos indetectáveis a apurações.

> "A crise que vem se instalando no país, como consequência dos fatos ora apresentados, tende a crescer, atingindo como alvo não apenas o autor e seus familiares, mas incontáveis cidadãos, em especial, empresários, funcionários públicos e políticos
>
> **Flávio Bolsonaro (PL-RJ)**
> senador, em petição entregue ao então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto

"A Receita Federal do Brasil, por intermédio de sua corregedoria e de sua inteligência, em especial, por intermédio de seus escritórios Escor07 e Espei07, vem, rotineiramente, alimentando informalmente os demais órgãos de controle, com dados sensíveis e sigilosos, para, no momento oportuno, investigar os alvos escolhidos e devassados previamente", diz Flávio na petição apresentada pelos advogados.

Tecnicamente, o pedido do senador ficou na gaveta de Tostes Neto por dois meses, até que uma reportagem da revista Época relatou que a defesa de Flávio havia se reunido com o presidente Jair Bolsonaro, o diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, para tratar do caso.

A apuração foi instaurada pela Receita no mesmo dia, 23 de outubro de 2020, por ordem de Tostes Neto. Coube ao coordenador do Grupo Nacional de Investigação da Receita, Luciano Almeida Carinhanha, deslocar os cinco servidores para realizar análise preliminar do caso, em um prazo de 180 dias.

Ela teve como ponto de partida a reportagem. O requerimento de Flávio foi enviado por Tostes Neto aos servidores no mesmo dia 23 e, na prática, embasou toda a apuração dos meses seguintes.

A comissão de servidores foi presidida por Diogo Esteves Rezende, que segundo documentos do processo integrava o Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal, o órgão que era acusado por Flávio de cometer ilegalidades.

A investigação concluiu pela improcedência das três teses do filho do presidente.

Relembrou que a acusação de enriquecimento ilícito não tinha nenhuma prova de ato ilegal pela corregedoria, apontou que os dados do relatório do Coaf não tinha informação estranha àquele órgão e disse que "todo e qualquer acesso aos sistemas e bancos de dados fiscais possuem registros de quem efetuou e de quando foi realizado", não existindo, portanto, o alegado "manto da invisibilidade".

"A Receita não possui ou utiliza qualquer tipo de 'senha secreta' ou 'senha invisível'", afirmou a Cotec (Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação) do Fisco, durante a investigação.

Continua na pág. A5

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

Continuação da pág. A4

"Todo e qualquer acesso aos sistemas e bancos de dados fiscais possuem registros de quem efetuou e de quando foi realizado, independentemente de o servidor estar atuando na Corregedoria ou nos Escritórios de Pesquisa e Investigação", continua.

Por fim, o relatório afirmou que, na análise do histórico de acesso aos dados fiscais de Flávio Bolsonaro, "não foram verificados indícios mínimos de materialidade de possíveis infrações disciplinares que ensejariam a continuidade ou o aprofundamento do feito".

O documento, datado de 25 de fevereiro de 2021, conclui com a afirmação de que "foi possível verificar que nenhuma das alegações contidas (...) [no] requerimento do Senador Flávio Nantes Bolsonaro encontrou aderência à realidade dos fatos apurados, não se vislumbrando, por ora, indícios de eventual autoria e materialidade de possíveis ilícitos administrativos".

Defesa diz que não sabia da apuração e defende pedido

OUTRO LADO

Embora tenha sido procurada desde a manhã de segunda-feira (21), a defesa de Flávio Bolsonaro só se manifestou nesta terça (22), após a publicação da reportagem.

Em nota, as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach afirmam ter recebido com surpresa a notícia de que a Receita Federal havia realizado a apuração, já que o Fisco teria indicado que não a faria.

As advogadas dizem ainda não ver nenhuma imoralidade ou irregularidade no pedido, já que havia suspeitas de graves irregularidades internas.

"A defesa do senador Flávio Bolsonaro recebeu, com surpresa, a notícia de que essa investigação foi realizada mesmo depois de a Receita Federal ter informado que não a faria. Até o momento, a instituição não apenas negou o pedido dos advogados como omitiu a realização de tal procedimento", dizem as advogadas.

Elas afirmam que o Ministério Público Federal abriu inquérito civil "para apurar o motivo da inércia da Receita Federal frente aos indícios apresentados pelos advogados".

Em agosto do ano passado, a PF também instaurou um inquérito para apurar supostos acessos irregulares a dados fiscais de autoridades.

A apuração foi aberta a partir de um relatório elaborado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) que apontou que a Receita identificou ao menos oito casos de acessos indevidos a dados fiscais de contribuintes entre 2018 e 2020, sendo seis deles pessoas politicamente expostas. O documento menciona, entre os alvos, o senador Flávio Bolsonaro.

Na nota desta terça, as advogadas dizem ainda ser importante ressaltar que "não há nada de ilegal ou imoral na solicitação da defesa" à Receita, afirmando que "estranho seria se a instituição ignorasse suspeitas de falhas e irregularidades internas e permitisse que essas irregularidades prosperassem".

"A defesa lembra ainda que o TCU identificou acesso indevido aos dados do senador Flávio Bolsonaro e de seus familiares, confirmando as suspeitas de que a máquina pública foi usada indevidamente para atacar a reputação do parlamentar."

Desde o ano passado a defesa do senador argumenta que seus dados fiscais foram acessados ilegalmente para fornecer informações ao Coaf, órgão de inteligência financeira que apontou as movimentações suspeitas de seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

O documento do Coaf é o pivô da apuração do caso das "rachadinhas". A Receita Federal não se pronunciou.

Pastores ensaiam afastamento de Bolsonaro sem abraçar Lula

Igrejas que estiveram com o presidente em 2018 podem não apoiá-lo agora

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Uma a uma, grandes igrejas que estiveram com Jair Bolsonaro (PL) em 2018 vão emitindo sinais de que tamanho entusiasmo pode não se repetir neste ano. O recuo é associado ao bom desempenho de Lula (PT) nas pesquisas eleitorais, mas não só.

Quem atua nos bastidores do segmento avalia: claro que a perspectiva de uma vitória petista, talvez até mesmo no primeiro turno, assusta líderes evangélicos que têm por hábito manter boas relações com o governante da vez.

Ninguém esquece que Lula foi agraciado com aplausos de pastores que anos depois, na eleição de Bolsonaro, diriam-se alérgicos a tudo o que ele representa, usando como justificativa o avanço de pautas progressistas e esquemas de corrupção atribuídos ao PT.

Mas há também um sentimento dúbio sobre Bolsonaro, um católico não praticante que melhor do que ninguém soube sintonizar com as demandas morais do grupo e cumpriu a promessa de emplacar um ministro evangélico no Supremo Tribunal Federal, André Mendonça.

Já havia certa insatisfação com a conduta presidencial na mais grave crise sanitária do século, como a recusa em se vacinar contra a Covid —não se tem notícia de um pastor de alcance nacional que não tenha se imunizado.

A performance nas pesquisas de intenções de voto, que o colocam bem atrás de Lula, ajudou a criar um clima de "bote salva-vidas", nas palavras de um pastor que já integrou comitivas evangélicas ao Palácio do Planalto.

Ninguém quer falar às claras sobre a possibilidade de desembarcar do bolsonarismo, até para não virar alvo de colegas hábeis em incitar turbas evangélicas contra desertores —o mais citado é Silas Malafaia, ex-apoiador de Lula que virou um dos mais vocais escudeiros do presidente.

Ele gosta de "esculachar", como diz um conterrâneo seu, sob reserva.

Mas os sinais estariam aí, só não os vê quem não quer.

Primeiro, veio um encontro de Manoel Ferreira, bispo-primaz da Assembleia de Deus Madureira, com Lula, na véspera do feriado de Corpus Christi de 2021. A reunião rendeu uma foto para petistas sedentos por uma amostra de que o ex-presidente ainda tem moral com pastores.

Uma turma bem que tentou contemporizar: Manoel, ex-deputado que chegou a presidir a bancada evangélica durante o segundo mandato de Lula, nos anos 2000, já é quase nonagenário. Quem manda mesmo no pedaço são seus filhos Samuel e Abner, sobretudo o primeiro.

Não foi, contudo, a única suspeita levantada de que Madureira não estaria tão firme no endosso a Bolsonaro.

O deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ), com inquestionáveis credenciais de esquerda, foi recepcionado pelos irmãos bispos num dos templos da igreja, que é uma das principais ramificações da Assembleia de Deus, a maior denominação pentecostal do Brasil.

Sob aval de Lula, Freixo está em pré-campanha para o governo do Rio, e a igreja da família Ferreira é uma das mais fortes no estado. Um amigo seu, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, fez o meio de campo.

Advogado de Samuel, ele conta que Abner falou abertamente sobre ter um pé atrás com Freixo numa reunião que agregou 90 bispos e 900 pastores da igreja, no fim de 2021.

A má impressão teria encolhido após o pré-candidato trocar o PSOL pelo PSB, de coloração mais amena no degradê progressista.

A pompa com que Freixo foi recebido fortaleceu especulações de que a Madureira estaria estudando uma saída honrosa caso o projeto de reeleição de Bolsonaro vá a pique.

O ex-governador paulista Geraldo Alckmin, provável vice na chapa de Lula, também estaria ajudando nessa costura. O ex-tucano sempre teve boas relações com o nicho, inclusive tinha, em 2018, a simpatia de pastores que só na reta final daquele pleito aderiram a Bolsonaro.

À **Folha** o bispo Abner diz que o presidente é o plano "A", mas reconhece pastores-eleitores de Bolsonaro, Lula, [Sergio] Moro, Ciro Gomes, [João] Doria e outros". "As pessoas são livres para escolher o seu candidato, isso é o pilar, o fundamento, a base da democracia."

Questionado sobre haver algum empecilho para apoiar candidatos da esquerda, ele primeiro ignorou a pergunta. Quando a **Folha** insistiu, devolveu: "Deus te abençoe".

Segundo Kakay, não há uma indisposição, a priori, em voltar a dialogar com o PT, tanto que ele próprio procurou, em nome do cliente Samuel, a campanha do então presidenciável Fernando Haddad, em 2018. "Mas [os petistas] não deram valor à possibilidade", afirma.

> Por enquanto, a gente não consegue enxergar espaço para fazer qualquer tipo de relacionamento com o PT. Infelizmente, porque tem muita fumaça, está tudo muito nebuloso
>
> **Robson Rodovalho**
> bispo da igreja Sara Nossa Terra

Outros chefes de igreja, como o apóstolo Estevam Hernandes (Renascer em Cristo) e o bispo Robson Rodovalho (Sara Nossa Terra), concordam ser natural que Lula tente reatar pontes.

"Eu sou uma pessoa sempre aberta ao diálogo, o que não representa apoio", diz Hernandes, que reage assim quando perguntado se Bolsonaro o terá como asseclа em 2022: "Prefiro não comentar, sorry".

Rodovalho diz não detectar "defecções significativas" no núcleo duro de pastores pró-Bolsonaro, alguém "naturalmente alinhado às nossas bandeiras".

O futuro, contudo, a Deus pertence. "Por enquanto, a gente não consegue enxergar espaço para fazer qualquer tipo de relacionamento com o PT. Infelizmente, porque tem muita fumaça, está tudo muito nebuloso. Melhor coisa é deixar tudo isso assentar, deixar a sociedade enxergar cristalinamente as propostas [de cada candidato]."

Nas coxias da cúpula evangélica, usa-se uma metáfora vaticanista para se referir a líderes que não vestirão a camisa vermelha antes do tempo, mas começam a abrir canais caso o PT volte ao poder: estariam com um olho no padre e outro na missa.

No próximo dia 8, Bolsonaro deve abrir o Palácio da Alvorada para líderes evangélicos, numa tentativa de demonstrar força no bloco.

Malafaia, uma das presenças confirmadas, diz não acreditar que muitos de seus colegas vão pular fora do bolsonarismo até outubro. "Você está acreditando em Papai Noel ou em duende? Qual dos dois? Minha filha, agora é o joguinho da guerra de informação. Eu fico rindo, só isso."

O presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), participa do culto durante encontro de líderes evangélicos Alan Santos - 28.ago.21/Divulgação Presidência

França propõe pesquisa para definir candidato em SP

Carolina Linhares, Victoria Azevedo e Julia Chaib

SÃO PAULO E BRASÍLIA O ex-governador de São Paulo Márcio França (PSB), pré-candidato ao Palácio dos Bandeirantes, defendeu que ele e o pré-candidato do PT, Fernando Haddad, cheguem a um entendimento por meio de uma pesquisa para evitar que ambos sejam candidatos ao governo.

França teve uma conversa, nesta terça-feira (22), com o ex-presidente Lula (PT) para tratar da questão de São Paulo, que é um entrave para a federação entre PT e PSB.

O ex-governador levou a Lula sua proposta de que o candidato em São Paulo seja definido a partir de uma pesquisa contratada pelos partidos em maio. Segundo França, Lula ficou de discutir a ideia com Haddad e com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

"Lula compreendeu os meus argumentos. Naturalmente, o PSB e o PT têm uma tendência consolidada de caminhar juntos no Brasil", disse França, acrescentando que o petista foi receptivo a sua ideia. O ex-governador, no entanto, afirmou que a consolidação da federação é difícil.

Ele disse acreditar que, em São Paulo, os partidos também estarão unidos, mas não há ainda um formato definido.

"Acho possível fazer se houver um pouco de boa vontade de cada lado. Eu senti no [ex] presidente [Lula] uma boa vontade de juntar as partes", disse. "Se o Haddad não se opor a tirar a [candidatura] dele caso eu esteja na frente, eu não me oponho", completou, a respeito da pesquisa.

França não deixou claro que papel ele poderia desempenhar na eleição caso a pesquisa em maio confirme o cenário atual, em que Haddad lidera. Petistas querem que França se candidate ao Senado.

O pessebista argumentou contra a possibilidade de que, se a federação não prosperar, ele e Haddad mantenham suas candidaturas, criando um palanque duplo para Lula em São Paulo. A hipótese não é mal vista entre petistas, para quem França poderia atrair votos conservadores que, sem ele, iriam para Tarcísio de Freitas (sem partido) ou Rodrigo Garcia (PSDB).

A dúvida, segundo França, é para onde migram os votos do ex-governador Geraldo Alckmin (sem partido), que desistiu de ser candidato ao Governo de São Paulo para ser candidato a vice-presidente na chapa de Lula.

"Na minha visão, poderão vir mais para mim. Na visão do Haddad, poderão ir mais para ele. Se há uma dúvida concreta, vamos aos testes", afirmou França.

Ainda de acordo com França, o impasse entre PT e PSB em relação à federação e às candidaturas em São Paulo não deve atrapalhar a filiação de Alckmin ao PSB.

+

Randolfe decide integrar campanha presidencial de Lula

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou nesta terça (22) que não vai disputar as eleições para governador do estado do Amapá. Ele diz ter aceitado o convite do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para integrar a coordenação de sua campanha à Presidência da República. Randolfe não foi assertivo se será o coordenador-geral da campanha do petista ou se apenas integrará o núcleo que vai dirigir as ações eleitorais. O convite havia sido antecipado pelo Painel.

Fachin manda recados a Bolsonaro no TSE e diz que democracia é inegociável

Ministro pede compromisso com verdade e respeito às urnas; presidente não comparece a posse

José Marques

Os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin em solenidade de posse do presidente do TSE Antonio Augusto/Divulgação TSE

BRASÍLIA O ministro Edson Fachin foi empossado, na noite desta terça-feira (22), como presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), com previsão de ficar no cargo até o dia 16 de agosto.

Em um discurso em que pregou cooperação pacífica, tolerância, "compromisso inarredável com a verdade dos fatos" e respeito ao resultado das eleições, Fachin mandou recados ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e cobrou a preservação do "patamar civilizatório a que acedemos" para evitar desgastes institucionais.

Tanto o ministro como o TSE e as urnas eletrônicas têm sido frequentemente atacados pelo presidente da República, que não compareceu à posse.

"Aos líderes e às instituições, portanto, toca repelir a cegueira moral e incentivar a elevação do espírito cívico e as condutas de boa-fé que abrem portas ao necessário comportamento respeitoso e dialógico", afirmou Fachin.

Ele disse que fortificar as eleições é um dos seus desafios, e que pretende "assegurar que as diferenças políticas sejam solvidas em paz pela escolha popular". "A democracia é, e sempre foi, inegociável", acrescentou.

Em seu discurso, Fachin afirmou que o respeito ao resultado das urnas, "mais do que reconhecer a dignidade do outro, é também proteger o avanço civilizatório". Trata-se de uma referência à desconfiança de que Bolsonaro possa não reconhecer eventual derrota, em conduta semelhante à de Donald Trump nos EUA.

Uma das prioridades de sua gestão, disse o ministro, será "o combate à perniciosa desconstrução do legado da Justiça Eleitoral". "Seremos implacáveis na defesa da história da Justiça Eleitoral. Calar é consentir", afirmou.

O período de Fachin na presidência vai até o fim do prazo de pedidos de registro das candidaturas para as eleições, quando está previsto que ele seja sucedido pelo ministro Alexandre de Moraes.

> Aos líderes e às instituições, portanto, toca repelir a cegueira moral e incentivar a elevação do espírito cívico e as condutas de boa-fé que abrem portas ao necessário comportamento respeitoso e dialógico
>
> **Edson Fachin**
> presidente do TSE

Nesta terça, Moraes foi empossado como vice-presidente do tribunal. Ele já tem sido consultado por Fachin para a tomada de algumas decisões.

A breve passagem de Fachin na presidência acontece porque chegará ao fim seu período como integrante do TSE. Segundo a Constituição, cada ministro pode ficar no máximo por quatro anos consecutivos na corte eleitoral.

Fachin, que também é ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), substituiu o ministro Luís Roberto Barroso na presidência. Barroso também deixa o TSE neste mês e, em seu lugar, ficará o ministro Ricardo Lewandowski.

Bolsonaro não esteve na cerimônia de posse de Fachin, nem sequer de forma remota, sob a justificativa de "compromissos preestabelecidos em sua extensa agenda".

"O senhor presidente Jair Bolsonaro não poderá participar do referido evento. Assim, agradece a gentileza e envia cumprimentos", diz ofício enviado ao cerimonial da corte eleitoral, com assunto "agradecimento".

O mandatário tinha quatro registros nesta terça em sua agenda oficial. O último era reunião com o ministro da AGU (Advocacia Geral da União), Bruno Bianco, das 15h30 às 16h. Das 18h30 às 19h, Bolsonaro estava conversando com apoiadores em frente ao Palácio do Alvorada.

O representante do Planalto na posse foi o vice-presidente Hamilton Mourão, de forma virtual. Também acompanharam o evento os presidentes do STF, Luiz Fux, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Além deles, estiveram os presidentes da OAB, Beto Simonetti, o procurador-geral da República, Augusto Aras, e outros ministros do STF e STJ.

Em discurso, o corregedor-geral, ministro Mauro Campbell, fez crítica aos ataques à Justiça Eleitoral e às urnas eletrônicas, que têm sido reiterados por Bolsonaro.

"As urnas eletrônicas são auditáveis, sim, e jamais adulteraram um único voto de qual eleitor brasileiro, e quem quiser provar o contrário será sempre bem-vindo", afirmou.

Segundo ele, Barroso fez sucessivos e necessários embates em defesa da Justiça Eleitoral e Fachin tem atributos essenciais para "dizimar qualquer lampejo despótico a ameaçar nossa pátria".

Já Aras defendeu "que não se afaste a liberdade de expressão, jamais".

O novo presidente do TSE terá como principal objetivo a organização das eleições de 2022. Ele terá que enfrentar, também, uma nova onda de ataques de Bolsonaro à Justiça Eleitoral e ao tribunal.

Nos seis meses em que ficará à frente do TSE, Fachin tem dito que priorizará a cibersegurança. Segundo ele, há possibilidade de um ataque aos sistemas da Justiça Eleitoral, e o órgão deve se proteger.

O ministro destaca que, apesar dessas ameaças aos sistemas, as urnas eletrônicas não têm conexão com a internet e não há possibilidade de alteração do resultado da eleição.

Ele ainda tem apontado que priorizará o diálogo com as demais instituições e com o presidente Jair Bolsonaro. À **Folha**, no último dia 16, afirmou estar "com a mão estendida" e esperar reciprocidade.

"Agora, como presidente do tribunal, se a Justiça Eleitoral for indevidamente atacada, eu não terei dúvida em tomar todas as medidas necessárias para defendê-la", acrescentou.

No dia 15, o ministro fez um pronunciamento que irritou Bolsonaro. Em uma reunião de transição entre a gestão de Barroso e a sua, afirmou que existiam "riscos de ataques de diversas formas e origem" aos sistemas do TSE.

"Tem sido dito e publicado, por exemplo, que a Rússia é um dos exemplos dessas procedências. O alerta quanto a isso é máximo e vem num crescendo", afirmou.

O discurso foi feito enquanto o presidente da República viajava à Rússia para encontrar Vladimir Putin. No dia seguinte, Bolsonaro reagiu às declarações e disse que a fala era lamentável e "fake news".

"É triste, é constrangedor para mim. Receber acusações como se a Rússia se comportasse como terrorista digital", afirmou Bolsonaro durante entrevista à Jovem Pan.

O presidente disse que os ministros se comportavam como "adolescentes", na contramão da Constituição e que tinham o objetivo de trazer o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de volta ao poder.

Fachin considerou as falas de Bolsonaro como um discurso político.

Antes da cerimônia de posse de Fachin, Barroso teve como a sua última agenda do TSE, com a renovação de parceria com nove agências de checagem para averiguar a veracidade de informações sobre as eleições compartilhadas nas redes sociais.

Ministério Público Federal pressiona Google e Apple sobre app do Telegram em suas lojas

Patrícia Campos Mello

NOVA YORK Em uma nova frente de pressão sobre o Telegram, o Ministério Público Federal enviou ofício ao Google e à Apple questionando se as lojas de aplicativos das empresas, a Google Play e a App Store, proíbem a disponibilização de aplicativos que, "de modo notório, não cumprem ordens oriundas de órgãos de controle e/ou do Poder Judiciário".

O aplicativo de mensagens Telegram tem ignorado ordens e pedidos de autoridades brasileiras, inclusive do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do STF (Supremo Tribunal Federal), que fazem tentativas de contato sobre demandas envolvendo publicações na rede social.

No ofício enviado, o procurador da República Yuri Corrêa da Luz, procurador regional dos Direitos do Cidadão Adjunto em São Paulo, questiona se as lojas já avaliaram ou adotaram medidas de suspensão ou bloqueio de aplicações que violem as leis.

Ele menciona que, seguindo a legislação brasileira, as plataformas não podem se eximir de responsabilidade pelos possíveis danos causados pelos aplicativos que vendem.

No ofício obtido pela **Folha**, o procurador pergunta também se as lojas têm regras que "proíbam a disponibilização e a comercialização de aplicações que não se adequem à legislação brasileira, ou que causem potencial dano a interesses coletivos (como à saúde pública, ao meio ambiente, à confiança nas instituições democráticas, a um ambiente informacional saudável etc.)".

O Google e a Apple têm prazo de 15 dias para enviar as informações. Um eventual veto do Telegram nas lojas online do país, porém, não impedem que o público acesse contas no exterior para baixá-lo.

A abordagem de pressionar as lojas de aplicativos se assemelha à estratégia das autoridades na Alemanha em relação ao Telegram, que abriga inúmeros canais de extremistas neonazistas e negacionistas do Holocausto e das vacinas.

Em 2021, autoridades alemãs instaram Apple e Google a deixar de oferecer o aplicativo Telegram para download em suas lojas online. A retirada do Telegram das lojas não atinge os aplicativos já instalados em celulares, mas breca o crescimento e serve de aviso.

Na Alemanha, o Telegram também vinha se recusando a conversar com autoridades, mas mudou recentemente de postura com a sinalização de que medidas mais drásticas poderiam ser adotadas, incluindo o seu banimento do país.

O aplicativo bloqueou mais de 60 canais usados por radicais em atendimento a um pedido da polícia alemã.

Os ofícios ao Google e à Apple fazem parte de inquérito aberto em novembro para apurar eventuais violações de direitos fundamentais por parte de provedores de aplicação da internet que operam no Brasil, "imputáveis a suas políticas de enfrentamento a práticas organizadas de desinformação e de violência no mundo digital".

No inquérito, as plataformas foram instadas a esclarecer as políticas de combate à desinformação adotadas.

O Telegram, com cerca de 50 milhões de usuários no Brasil, é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news e se tornou também alvo de discussão no Congresso e no TSE para possíveis restrições em seu funcionamento no Brasil.

Amplamente usada pela militância bolsonarista, a ferramenta é hoje um dos desafios das autoridades brasileiras engajadas no combate à desinformação eleitoral.

O aplicativo tem grupos de 200 mil integrantes e canais com número ilimitado — o de Bolsonaro tem quase 1,1 milhão de seguidores.

Segundo revelou a **Folha**, o Telegram conta com representante no Brasil há sete anos para atuar em assunto de seu interesse junto ao órgão do governo federal encarregado do registro de marcas no país, ao mesmo tempo em que ignora chamados da Justiça brasileira e notificações ligadas às eleições.

No ofício, Luz aponta que órgãos de controle no país já impuseram multas substantivas a algumas lojas que comercializaram aplicações consideradas danosas aos consumidores ao longo dos últimos anos, o que colocaria em dúvida a legalidade das reivindicações de isenção de responsabilidade das lojas de aplicativos.

MPF pede condenação de Aécio em caso com Joesley Batista

SÃO PAULO O MPF (Ministério Público Federal) reforçou nesta terça-feira (22) o seu pedido de condenação do deputado federal Aécio Neves (PSDB) com a perda do mandato pelo crime de corrupção passiva.

Os pedidos foram feitos nas alegações finais apresentadas pelo MPF na última etapa do processo antes do julgamento. O órgão pediu ainda a devolução de R$ 2 milhões e o pagamento de R$ 4 milhões pelo deputado tucano para reparação de danos morais.

O mineiro é réu sob acusação de corrupção passiva e obstrução de Justiça, relativo ao episódio em que solicitou R$ 2 milhões ao empresário Joesley Batista, da JBS.

A defesa de Aécio afirma que não houve crime, e que o valor citado pelo ex-senador era referente a um empréstimo pedido a Joesley.

Segundo o processo, a intenção do ex-presidente da J&F com os pagamentos era comprar boas relações com Aécio e tê-lo como aliado.

O caso aconteceu em 2017, quando Aécio ainda era senador. Na época, ele chegou a ser afastado do mandato.

No documento, o MPF solicitou a absolvição do parlamentar em relação ao crime de obstrução de justiça, porque não ficou comprovada a hipótese de que ele direcionou delegados da Polícia Federal para atuar a seu favor.

A ação foi aberta no Supremo Tribunal Federal em abril de 2018, mas foi encaminhada à primeira instância da Justiça Federal.

Procurada pelo Painel S.A., a defesa de Aécio Neves disse que o Ministério Público Federal reconheceu os equívocos das acusações formuladas originalmente pela Procuradoria-Geral da República e pediu a absolvição do deputado pelo crime de obstrução de justiça.

Segundo a defesa do deputado federal, foi ignorado no pedido de condenação do MPF o fato de que os delatores, quando ouvidos em juízo, "afastaram qualquer ilicitude envolvendo o empréstimo" feito a Aécio.

"As provas deixaram clara a inexistência de qualquer crime e a defesa aguarda, com tranquilidade, a apreciação pelo Poder Judiciário", afirmou a defesa do deputado em nota. **Ana Paula Branco**

Justiça anula busca e apreensão da Polícia Federal contra Ciro

Pré-candidato do PDT diz que decisão unânime restaurou sua honestidade

José Matheus Santos e Joelmir Tavares

RECIFE E SÃO PAULO Por unanimidade, a Quarta Turma do TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) aceitou, nesta terça-feira (22), um recurso da defesa do ex-ministro Ciro Gomes (PDT), pré-candidato à Presidência da República, e anulou a busca e apreensão feita contra ele pela PF (Polícia Federal) em dezembro de 2021.

Ciro Gomes havia sido alvo da Operação Colosseum, que investiga supostas fraudes na reforma da Arena Castelão, em Fortaleza, entre 2010 e 2013.

Entre outros alvos da operação estavam o senador Cid Gomes (PDT-CE) e o irmão de ambos, Lúcio Gomes, secretário de Infraestrutura do Ceará.

Os três desembargadores da Quarta Turma deram provimento ao habeas corpus e entenderam que houve ausência de contemporaneidade entre as supostas fraudes e a busca e apreensão, feitas quase dez anos depois do fato em investigação. Cabe recurso da decisão ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília.

Ciro disse que, com a decisão, "fez-se justiça" e que a anulação restabeleceu a sua imagem de "homem público virtuoso". Em evento de sua pré-campanha, em São Paulo, na noite desta terça, ele também lembrou a solidariedade que recebeu, na época da ação, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "O Lula foi muito generoso em afirmar que sabia que eu sou um homem honrado", disse Ciro na capital paulista.

Ciro qualificou as suspeitas que suscitaram a ação como "fatos alegados que nada me envolvem" e disse que continua à disposição das autoridades que queiram esclarecimentos sobre sua atuação. Disse ainda que, se eleito, ele e todos em sua equipe abrirão mão dos sigilos bancário e fiscal.

Na época da operação ele acusou a operação de ser uma perseguição política.

"Não tenho dúvida de que esta ação tão tardia e despropositada tem o objetivo claro de tentar criar danos à minha pré-candidatura à Presidência da República. Da mesma forma tentaram 15 dias antes do primeiro turno da eleição de 2018. O braço do estado policialesco de Bolsonaro, que trata opositores como inimigos a serem destruídos fisicamente, levanta-se novamente contra mim", afirmou.

A princípio, a decisão do TRF-5, com sede no Recife, não atende aos outros investigados no caso, mas eles ainda poderão recorrer ao mesmo colegiado e serem beneficiados por uma possível decisão semelhante.

"O que queríamos mostrar é que a busca e apreensão era arbitrária e o tribunal reconheceu isso por 3 a 0. Não é fácil um tribunal dar uma decisão dessa. Não havia elemento para invadir a casa de Ciro Gomes", afirma o advogado Walber Agra, responsável pela defesa de Ciro.

> "Não tenho dúvida de que esta ação tão tardia e despropositada tem o objetivo claro de tentar criar danos à minha pré-candidatura à Presidência da República. Da mesma forma tentaram 15 dias antes do primeiro turno da eleição de 2018. O braço do estado policialesco de Bolsonaro, que trata opositores como inimigos a serem destruídos fisicamente, levanta-se novamente contra mim
>
> **Ciro Gomes**
> pré-candidato à presidência pelo PDT

Enquanto segue em vigor a decisão do TRF-5, eventuais provas colhidas na busca e apreensão não podem ser usadas no processo.

A Operação Colosseum cumpriu 14 mandados de busca e apreensão determinados pela Justiça Federal do Ceará como parte de um inquérito iniciado em 2017, que contou com relatos de quatro delatores e que trata de acusações referentes ao período de 2010 a 2013.

De acordo com a PF, a fraude teria ocorrido para que a Galvão Engenharia obtivesse êxito no processo de licitatório para realizar reformas no estádio.

A PF ainda alegou que propina teria sido paga diretamente em dinheiro ou disfarçada de doações eleitorais, com emissões de notas fiscais fraudulentas por empresas fantasmas.

Em novembro de 2021, o Ministério Público Federal emitiu parecer contra as buscas, argumentando que os fatos eram antigos.

A reportagem procurou o TRF-5 para obter mais detalhes da decisão. O tribunal informou que, como o processo corre sob sigilo, não pode revelar pormenores do processo.

Moro pede 3ª via unida e cita Doria, que fala em discutir isso lá adiante

Géssica Brandino e Carolina Linhares

MOGI DAS CRUZES (SP) E SÃO PAULO O pré-candidato à Presidência da República Sergio Moro (Podemos) defendeu nesta terça-feira (22) a união urgente dos candidatos da chamada terceira via e acenou ao governador de São Paulo e presidenciável João Doria (PSDB).

O ex-juiz da Lava Jato destacou que as pesquisas mostram que o pré-candidato do grupo com mais chance de vencer as eleições. Portanto, por ora, descarta desistir da disputa.

Ao ser questionado se abriria mão de sua pré-candidatura por outro candidato, Moro disse que há vários nomes reformistas que se colocam na disputa, citando Doria, que estava na plateia e falaria no mesmo evento, do banco BTG Pactual, na sequência.

"Tá aqui o governador Doria, que tem essa mesma visão. Então, acho muito factível que nós possamos nos unir em algum momento desse ano para enfrentar esses extremos", afirmou, no que foi aplaudido pelo público de empresários.

O pré-candidato aproveitou ainda para destacar outras semelhanças entre ele e o tucano, dizendo que ambos foram atacados por extremistas: Doria, por defender as vacinas, e ele, por combater a corrupção.

De forma recorrente em seu discurso, o ex-ministro da Justiça do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que deixou o cargo por não ter concordado com o fato de o mandatário abandonar a agenda contra a corrupção e mencionou que foi sabotado por ele ao tentar avançar na pauta.

O presidenciável também afirmou que os candidatos do campo já deveriam estar unidos e que essa é uma questão urgente.

Na opinião de Doria, esse movimento de unificação das candidaturas deve ser feito no futuro. Por enquanto, o governador pregou que ele, Moro e Simone Tebet (MDB) mantenham suas candidaturas.

"Se lá adiante eu tiver que oferecer meu apoio para que o Brasil não tenha mais essa triste dicotomia, do pesadelo de ter Lula e Bolsonaro, eu estarei ao lado daquele ou de quantos forem os que serão capacitados para oferecer uma condição melhor para o Brasil", disse.

"Todos os que estão participando têm que manter a candidatura até o esgotamento do diálogo pelos líderes partidários", completou.

O governador ressaltou que o PSDB, União Brasil e o MDB, de Tebet, estão em conversas avançadas para a formação de uma federação e de uma candidatura única.

Doria afirmou que o Podemos, de Moro, está fora desse diálogo, mas que ele mantém um canal de comunicação com o ex-juiz e que poderia também haver entendimento para unificação.

A carta chinesa virou um mico

Há 50 anos, Richard Nixon descia em Pequim

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Há meio século o presidente americano Richard Nixon desembarcou em Pequim, coroando uma espetacular reaproximação com a China. Teve de tudo: uma viagem secreta de Henry Kissinger, seu assistente para assuntos de segurança nacional e convites a equipes de pingue-pongue.

Nixon foi recebido por Mao Tse-tung, o Grande Timoneiro da revolução chinesa. A fotografia do encontro correu o mundo. Poucos sabiam que Mao estava chumbado, com dificuldade para falar e respirar. (Na sala ao lado guardava um respirador portátil mandado por Kissinger.)

Nessa reviravolta diplomática os Estados Unidos jogaram súditos ao mar e acabaram com o isolamento da China. Meses antes, Deng Xiao Ping saíra do ostracismo e havia começado uma lenta, segura e gradual ascensão ao poder, transformando a economia chinesa na segunda potência do mundo.

Para os americanos, o jogo seria lógico: acabado o isolamento e aberta a economia, as liberdades democráticas viriam junto.

Em 1989, ao ordenar a repressão às manifestações da praça da Paz Celestial, Deng mostrou que as coisas não seriam bem assim. De lá para cá, a China cresceu e, com ela, a repressão política. Em 1994, pouco antes de morrer, Nixon duvidou de sua política, coisa rara em políticos, raríssima nele: "É possível que tenhamos criado um Frankenstein."

Bingo. Aos 50 anos da visita de Nixon a Pequim vê-se que os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin juntaram-se contra os Estados Unidos na questão ucraniana. Reiteraram uma amizade "sem limites" e condenaram "uma maior expansão da Otan". A vitória de Nixon em 1972 ajudou a emparedar a União Soviética. Meio século depois o Frankenstein chinês alinhou-se com a Rússia. O coringa era um mico.

Em 1972 Richard Nixon fazia uma política externa espetaculosa, com reviravoltas imprevisíveis. Tinha consigo Henry Kissinger, um mestre da diplomacia cenográfica. Saía com artistas de cinema nas noites de sexta-feira em Nova York e horas depois voava incógnito a Paris, onde se encontrava secretamente com negociadores vietnamitas. (Ficava no apartamento do general Vernon Walters, velho conhecido dos brasileiros que acompanhou das batalhas na Itália em 1945 à conspiração contra o presidente João Goulart, em 1964.)

Nixon era um sujeito dinâmico, audacioso e antipático. O presidente Joe Biden pode ser simpático, mas nada tem de dinâmico, muito menos de audaz. Seu secretário de Estado, Antony Blinken, é uma flor da burocracia anódina de Washington.

No ano que vem Henry Kissinger completará seus cem anos. Sua fama já não é a mesma. Afinal, em 1971 ele pediu aos chineses que lhe dessem "um intervalo decente" para sair do Vietnã e em 1975 a tropa saiu deixando para trás os aliados. Mesmo assim, sabe do que fala. Há dias ele escreveu um artigo valioso por duas frases:

A demonização de Vladimir Putin não é uma política, é um álibi para sua ausência.

A Ucrânia não deve entrar na Otan.

Ele ecoa as palavras de George Kennan, o diplomata que desenhou a política americana em relação à União Soviética:

"Uma expansão da Otan será o maior erro da política americana em todo o período posterior ao fim da Guerra Fria".

Kennan escreveu isso em 1997. Morreria em 2005, aos 101 anos.

|DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas |SEG. Celso R. de Barros |TER. Joel P. da Fonseca |QUA. Elio Gaspari |**QUI. Conrado H. Mendes** |SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida |SÁB. Demétrio Magnoli

TJ-SP quer 475 novos cargos ao custo de R$ 20 mi por ano

Com aumento de processos, projeto da corte deverá criar vagas de assistente

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo mandará um anteprojeto de lei para a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) com o objetivo de criar 475 cargos comissionados de assistentes de gabinetes para magistrados.

A ação ocorre em contexto de outra medida de potencial incremento de custos na corte —os magistrados ganharam, neste ano, aumento do limite do auxílio-saúde, que passou de 3% para até 10% dos subsídios.

Caso os deputados aprovem a lei de novos cargos sugerida pelo tribunal, segundo a corte, o custo estimado para este ano seria de R$ 20 milhões.

A decisão de enviar o anteprojeto foi aprovada por desembargadores na última semana. Os assistentes atuariam junto a 360 gabinetes de desembargadores e 115 de juízes substitutos de segundo grau.

De acordo com a corte, "como forma de valorizar o corpo de servidores e diminuir custos, as nomeações para esses cargos, caso aprovado o projeto de lei, serão efetivadas exclusivamente com funcionários que já integram o quadro do TJ-SP".

A corte argumenta que houve aumento na quantidade de processos, sem que a estrutura dos gabinetes acompanhasse a evolução.

Em 2009, ano em que houve a última ampliação do quadro de servidores dos gabinetes, houve 619.243 processos em segunda instância no TJ.

"No ano de 2019, por sua vez, esse número subiu para 856.239, o que representa aumento de 38,2% em uma década, sem que a estrutura dos gabinetes tenha acompanhado tal evolução", diz o tribunal em nota.

A corte ainda afirmou que houve aumento dos casos julgados em segunda instância —de 608.243, em 2009, para 1.027.820, em 2021, aumento de 69%.

"Dessa forma, o acréscimo de um assistente jurídico por gabinete de trabalho justifica-se por conta do crescimento da demanda, visando a garantir maior celeridade dos julgamentos", complementa o tribunal, em nota.

Conforme a **Folha** mostrou, a alegada sobrecarga de trabalho já fez com que ganhasse força dentro da corte a ideia de criar um novo auxílio financeiro.

Trata-se do auxílio-acervo, voltado a magistrados que acumulam serviço, como duas varas distintas, com valor correspondente a um terço do salário para cada 30 dias.

Um adicional nesse modelo já é pago em outras cortes do país e foi recomendado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

De acordo com a recomendação do conselho, somado ao auxílio de um terço do subsídio, o salário não pode ultrapassar o teto, referente aos vencimentos dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), que é de R$ 39.293.

O pleito, porém, ainda não foi analisado pela corte paulista.

Os desembargadores ganham R$ 35.462,22 —sem contar os descontos, mas com penduricalhos esse valor pode subir para R$ 56 mil. Eles podem receber até 90,25% da remuneração de um ministro do STF.

Logo no início deste ano houve o aumento do limite do auxílio-saúde, também amparado por recomendação do CNJ. Com isso, os limites mensais para os desembargadores, que chegavam a pouco mais de R$ 1.000, podem saltar para mais de R$ 3.500.

O pagamento do auxílio é feito por meio de reembolso e, por isso, depende da comprovação da despesa pelo magistrado.

Servidores, no entanto, conseguiram um incremento menor, de 10%. Eles recebiam R$ 336 referentes aos gastos com saúde e passaram a ganhar até R$ 370.

Questionado sobre o assunto, o Tribunal de Justiça afirmou que alterou os limites observando critérios de disponibilidade orçamentária, impacto financeiro e proporcionalidade.

Sobre a disparidade em relação aos valores dos servidores, citou que há 3.000 magistrados e 64 mil servidores.

Os magistrados já têm direito a auxílio-alimentação, férias anuais, licença-prêmio e dias de compensação por cumulação de funções.

Além disso, recebem retroativos, compostos principalmente de equiparações salariais, que são corrigidos pela inflação. Após os salários, são as maiores despesas pagas pelo tribunal aos seus integrantes.

O atual presidente do TJ, Ricardo Mair Anafe, tomou posse em janeiro, para comandar o tribunal no biênio 2022-2023.

A atual gestão na corte assumiu em situação mais confortável que nas gestões de antecessores. As gestões anteriores enfrentaram restrições devido a uma mudança de cálculo do TCE (Tribunal de Contas do Estado) que pôs a corte sob risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao menos desde 2019 o Tribunal de Justiça de São Paulo tem enfrentado dificuldades em suas despesas com pessoal, para não ultrapassar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No ano passado, o TCE flexibilizou um acordo que havia feito com o TJ para que o órgão da Justiça reduzisse progressivamente o percentual de suas despesas com pessoal até 2021. O prazo para que esse ajuste chegue ao fim passou para 2023.

Primo de Alcolumbre é indiciado pela PF sob suspeita de tráfico

Fabio Serapião

BRASÍLIA A Polícia Federal concluiu uma investigação na superintendência do Amapá em que imputa ao ex-deputado estadual Isaac Alcolumbre os crimes de tráfico de drogas, associação ao tráfico e organização criminosa.

Isaac é primo do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e chegou a ser preso em outubro de 2021 na fase ostensiva da operação Vikare.

A PF avançou na investigação sobre uma organização criminosa especializada no tráfico internacional de drogas que tinha entre os fornecedores integrantes da guerrilha que domina a região na fronteira entre Colômbia e Venezuela.

O grupo tinha o Amapá como base operacional e atuava na importação e transporte de entorpecentes com o uso de aeronaves.

O ex-deputado estadual Isaac Alcolumbre, primo de Davi Alcolumbre Isaac Alcolumbre no Facebook

O primo do senador entrou na mira dos investigadores após interceptações telefônicas e diligências a campo indicarem um aeródromo de sua propriedade como base dos traficantes na capital amapaense.

Segundo a PF, Issac Alcolumbre "prestou o apoio logístico essencial para a concretização das operações de tráfico internacional de drogas por modal aéreo realizadas pela organização criminosa, fornecendo combustível, manutenção e local para alteração das aeronaves usadas na empreitada criminosa".

Os investigadores monitoraram o transporte de 450 quilos de skunk, maconha de melhor qualidade que a paraguaia e produzida em regiões da Colômbia, e fizeram um acompanhamento das pessoas que frequentavam o aeródromo de Issac Alcolumbre.

Em 19 de novembro de 2020, os policiais acompanharam e registraram em fotos e vídeos o pouso do avião com a droga no aeródromo vindo da Venezuela.

As imagens mostram que foi o próprio Isaac quem recebeu os traficantes no local e o veículo que os transportou até a cidade de Macapá também fora alugado pelo primo do senador.

"Ressalta-se que o aluguel do veículo em questão chamou a atenção da equipe de investigação uma vez que Isaac é proprietário de diversos veículos, mas estava com um veículo alugado justamente quando se encontrou Márcio, Axiel e Alexsander", diz a PF.

As imagens coletadas contradizem a versão dada por Isaac à PF. Ele confirmou ter encontrado com Márcio por duas vezes no aeródromo, mas negou ter dado carona aos tripulantes do voo em que estava a droga —apreendida dias depois em Ipixuna (PA).

Os três citados pela PF são apontados como os responsáveis pelo transporte e operacionalização do tráfico. Márcio Araújo atuava para arrumar os locais para pouso dos aviões e se aproximado de Issac Alcolumbre por meio de Arielton Moraes.

Araújo chegou a ficar preso por guerrilheiros durante uma viagem para comprar de drogas na região da fronteira entre Venezuela e Colômbia. Segundo a PF, os criminosos podem ser ligados as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

A PF coletou conversas entre Araújo e Moraes sobre a organização da viagem e o apoio que receberiam em Macapá. Essa ajuda consistiria na pernoite do avião carregado no aeroporto, abastecimento e fornecimento de combustível extra e retirada dos bancos para o transporte.

"Podemos afirmar que em pelo menos duas ocasiões (abril e novembro de 2020) Márcio teve contato com Isaac, e que nesse intervalo de tempo podem ter ocorrido outros eventos em que Márcio tenha usado o aeródromo e tenha realizado contato com Isaac", afirma a PF.

No entendimento da PF, embora Moraes fosse o interlocutor, o próprio Isaac manteve contato com o operador do tráfico, vendeu combustível acima da quantidade permitida nos aeródromos e permitiu o uso do aeródromo para os aviões sem plano de voo.

Para chegar a essa conclusão, a PF ouviu todos os envolvidos, analisou conversas e documentos encontrados nas buscas e apreensões e mapeou os pagamentos do grupo para o uso do aeródromo e compra de combustível.

Uma anotação encontrada no avião carregado de Skunk, diz a PF, confirma a suspeita de que o aeródromo era utilizado de forma premeditada como um entreposto no transporte de droga.

No papel, a PF destaca as anotação "Amapá – ponto de apoio" e as instruções "a) retirar os bancos; b) abastecer e c) comprar galões de combustível".

"Considerando todos os elementos probatórios colhidos durante a investigação, verifica-se que Isaac Alcolumbre desempenhou importante função na empreitada criminosa, fornecendo combustível para as aeronaves usadas no tráfico internacional, as quais, inclusive, foram modificadas no seu aeródromo antes de partir para o exterior buscar os entorpecentes", concluiu a PF.

A defesa de Isaac Alcolumbre não foi localizada pela reportagem.

Em nota à imprensa divulgada à época de sua prisão, Issac afirmou que comunicou suspeitas no uso do aeródromo à polícia e chegou a proibir pousos e decolagens no espaço. "Tenho um hangar (aeródromo), onde recebo várias aeronaves diariamente, por vezes já comuniquei à polícia sobre suspeitas, inclusive proibido pouso e decolagem", dizia a nota.

Tanques russos são carregados em trem em estação próxima a Taganrog, na Russia, perto da fronteira da Ucrânia The New York Times

Putin diz que vai esperar para usar tropas e faz exigências à Ucrânia

Apesar de relatos de que já há russos no Donbass, presidente usa anúncio para pressionar Kiev

Igor Gielow

ROSTOV-DO-DON O presidente da Rússia, Vladimir Putin, declarou nesta terça-feira (22) que não vai enviar imediatamente tropas para as duas autoproclamadas repúblicas russas étnicas no Donbass (leste da Ucrânia) que ele reconheceu na segunda -feira(21) como independentes.

O movimento, que não pode ser tomado pelo valor de face dado o histórico do Kremlin no campo, visa pressionar ainda mais Kiev a aceitar termos russos para a segurança na região. Com efeito, Putin fez exigências ao governo de Volodimir Zelenski durante uma entrevista coletiva em Moscou.

"Iremos dar ajuda militar [aos rebeldes] se houver um conflito", disse. Ele considerou os Acordos de Minsk, que sustentavam o precário cessar-fogo na região desde 2015, "mortos pela liderança ucraniana".

Se há evidente culpa da gestão errática em Kiev, o atestado de óbito dos acordos foi assinado pelo próprio Putin ao reconhecer as regiões rebeldes. Mais importante, ele deixou em aberto qual é o território que efetivamente considera parte das Repúblicas Populares de Donetsk e de Lugansk.

O líder russo tampouco detalhou até onde iria quando os rebeldes demandarem ajuda, entretanto, qualquer movimento além dessa chamada linha de contato que divide os separatistas de ucranianos irá configurar uma invasão de fato da Ucrânia.

Os separatistas querem a restauração para si das antigas fronteiras das províncias de Donetsk e Lugansk, das quais ele já ocupam algo menos do que a metade do território pré-guerra civil.

Apesar de ter negado a ideia de restauração de fronteiras do Império Russo mais cedo, na entrevista Putin fez novas ameaças à Ucrânia. Disse que Kiev pode ajudar a encerrar a crise se desistir de tentar aderir à Otan (aliança militar ocidental), centro público de suas queixas, e se for "desmilitarizada" —ele voltou a falar que Zelenski quer armas nucleares, aproveitando uma fala infeliz do ucraniano sobre o tema.

Usou, contudo, argumentos frágeis: ele afirmou que os ucranianos herdaram da União Soviética tecnologia nuclear, bastando conseguir urânio enriquecido para montar a bomba. Não é tão simples.

Zelenski, em pronunciamento em rede nacional, disse mais tarde que "está pronto para negociações", citando as ofertas do turco Recep Tayyip Erdogan de mediá-las. No mais, convocou reservistas para ficarem de prontidão, criticou a Rússia e agradeceu a EUA e outros ocidentais pelas sanções anunciadas contra Putin nesta terça. Resta saber se isso é uma piscadela no embate ou se só quer ganhar tempo.

Ao mesmo tempo, houve sinalizações de outra natureza por parte de Putin mais cedo. "Mesmo nesses momentos tão difíceis, dizemos: estamos prontos para negociações", afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova. Ela disse que o chanceler Serguei Lavrov iria a Genebra discutir a crise com o secretário de Estado americano, Antony Blinken, na quinta (24) —nesta terça, Blinken cancelou a reunião.

Alguns dados da realidade desafiam a dinâmica passivo-agressiva do Kremlin. Primeiro, ainda há relatos de ambos os lados acerca de ataques sem maternidade clara: um morador de Donetsk falou à **Folha**, por telefone, ter ouvido algumas explosões perto do centro da cidade, informação replicada por agências de notícias.

A qualquer momento a tal "ameaça" pode ser invocada, como já foi no nebuloso episódio da suposta destruição de dois blindados ucranianos pelos russos na segunda.

A questão das tropas é ainda mais complexa. Uma moradora da cidade russa de Kursk, junto à fronteira nordeste das áreas rebeldes, repassou à reportagem o que diz ter filmado no fim da tarde de segunda, um comboio militar indo rumo à Ucrânia.

A encarregada de negócios na embaixada dos EUA na Ucrânia, Kristina Kvien, no entanto, afirmou já haver soldados russos uniformizados no Donbass. Também circularam na internet vídeos de tanques e caminhões em Donetsk, mas é incerto se eles eram russos ou dos separatistas.

De acordo com Ivan Alexeiévitch, um taxista que ganha a vida trabalhando em cidades da região fronteiriça e prefere não dizer seu sobrenome, ao longo dos últimos dias foram vistos vários comboios de caminhões do Exército rumando de Rostov-do-Don para a fronteira em Avilo-Uspenka, cerca de 95 km a noroeste.

"Ninguém sabe dizer do que se tratava", afirmou. Por outro lado, no período, ele mesmo diz ter visto diversos trens de carga trazendo blindados e tanques de volta de exercícios nas áreas fronteiriças. Rostov-do-Don é a sede do Distrito Militar Sul da Rússia. "Um dia eu parei no sinal da ferrovia e começaram a passar os tanques."

Putin moveu uma peça vital na disputa em torno do desenho da segurança europeia na segunda-feira (21), quando reconheceu as ditas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, lar para cerca de 4 milhões de pessoas, a maioria russa étnica, 800 mil das quais com passaportes do vizinho maior. Alegou riscos de escalada das escaramuças dos últimos dias para uma ação militar que Kiev nega.

Com isso, e com um discurso agressivo em que basicamente negou que a Ucrânia seja um Estado em si, ele colocou o Ocidente em xeque. Desde novembro, Putin tem concentrado tropas em exercícios militares em torno da Ucrânia —150 mil delas, pelo menos, segundo os EUA. Negou que irá invadir o país, mas após reconhecer os territórios rebeldes determinou que tropas russas o ocupem numa missão de "força de paz".

É algo que ocorre em outros pontos, como no encrave separatista russo da Transdnístria (Moldova), uma relíquia do desmonte da União Soviética em 1991, e nas duas áreas étnicas russas que se tornaram autônomas após a guerra entre Moscou e a Geórgia em 2008, a Abkházia e a Ossétia do Sul.

Na prática, é o que pode acontecer com o Donbass, desde 2014 autônomo na esteira da guerra civil fomentada pelo Kremlin após a anexação da península da Crimeia —que, além de ser historicamente território russo, é sede de sua valiosa Frota do Mar Negro.

"A Rússia pode intimidar Kiev a não mais agir militarmente no Donbass com a ação. Mas essa é praticamente a única vantagem do reconhecimento. As consequências negativas serão muitas e variadas", diz Andrei Kortunov, diretor do prestigioso Conselho de Assuntos Internacionais Russo, próximo do Kremlin.

Os impactos para as relações entre Moscou e Kiev podem ser severos. Zelenski disse que o país pode cortar laços diplomáticos com Moscou e convocou um alto diplomata na Rússia para consultas. A chancelaria de Putin, por sua vez, afirmou não querer romper a relação, mas anunciou a retirada do pessoal diplomático do país.

O líder ucraniano, no entanto, minimizou a perspectiva de ocorrer um conflito de larga escala, ao mesmo tempo que disse estar pronto para introduzir lei marcial se isso acontecer.

No campo das retaliações, a sanção mais ameaçadora para Putin veio na forma da suspensão da certificação do gasoduto Nord Stream 2 pelo premiê alemão, Olaf Scholz. EUA, Reino Unido e União Europeia apresentaram punições de diferente graus, até aqui inócuas.

Já Pequim, que é aliada da Rússia, emitiu um comunicado discreto, pedindo contenção a todos os envolvidos na confusão. A integrante da Otan Turquia, por sua vez, condenou a ação de Moscou, mas se opôs à imposição de sanções.

Para Kiev, Washington e Bruxelas, a chegada de tais forças de paz já significa uma invasão russa, mas isso é só retórica. A real ação que todos temem teria outra natureza, mirando a própria capital ucraniana.

Como próximo passo, é preciso observar até onde os russos irão se posicionar, com bases militares, quando enfim chegarem ao Donbass. Ao longo de oito anos de disputa, já existe uma fronteira relativamente estabelecida de 430 km separando as repúblicas da Ucrânia ucraniana.

Putin espertamente escapou da pergunta sobre o tema. Sinais contraditórios foram emitidos por atores laterais. O senador Andrei Klimov, do Comitê de Assuntos Estrangeiros do Conselho da Federação (Câmara alta do Parlamento), afirmou que o plano russo só inclui as fronteiras atuais. "O resto está além do arcabouço de atividade legal", declarou, dando um verniz legalista à decisão unilateral de Putin.

Já o chefe do comitê dos países ex-soviéticos da Duma (Câmara baixa do Parlamento), Leonid Kalachnikov, disse acreditar que a Rússia tem de acatar o pedido total dos separatistas em sua proclamação de independência de 2014.

Isso cabe a Putin. Nesta terça-feira, a Duma aprovou o reconhecimento e os tratados de amizade entre Moscou, Lugansk e Donetsk, e o Conselho da Federação, a autorização para uso de tropas no exterior.

Apenas a realidade, contudo, dirá o que vai acontecer e como a Ucrânia reagirá. Se apenas transformar informalmente o Donbass numa região russa, sem anexação, Putin poderá prolongar indefinidamente o status disfuncional do Estado ucraniano, da forma como fez com a Geórgia, prevenindo assim sua adesão à Otan e à União Europeia.

Se isso acontecer, será castigado por sanções que podem indispor seu regime com as elites russas, mas essa é uma questão para depois. Com os EUA e a Otan se negando a intervir militarmente, por temer uma guerra imprevisível, seu objetivo estratégico mais imediato estará conquistado.

Com Reuters

Leia mais nas págs. A10 e A11

As duas regiões do Donbass no centro do conflito no Leste Europeu

Rebeldes separatistas apoiados pela Rússia autoproclamaram repúblicas na Ucrânia na esteira da anexação da Crimeia, em 2014

Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano

Sob domínio dos separatistas russos étnicos e agora reconhecidas por Moscou

Kiev
UCRÂNIA
200 km

Lugansk: 1,5 milhão de habitantes

Donetsk: 2,3 milhões de habitantes

Mais da metade da população das duas províncias é formada por russos étnicos

- Separatistas capturaram as duas províncias de Lugansk e Donetsk, no leste da Ucrânia, e têm lutado contra as forças ucranianas num conflito que já deixou 14 mil mortos
- Eles reivindicam toda a região oriental das províncias como seu território, mas só controlam, de fato, cerca de um terço da área
- Estima-se que 32 mil combatantes separatistas pró-Rússia estejam ali, e analistas dizem que as tropas poderiam ser usadas para tomar o território adicional do controle ucraniano
- Nunca plenamente implementados, os acordos de Minsk 1 e Minsk 2 foram firmados para o cessar-fogo e apaziguamento da crise no Donbass
- Vladimir Putin, porém, elevou a tensão ao reconhecer formalmente as duas autoproclamadas repúblicas de Lugansk e Donetsk
- Antes da guerra, a região era conhecida como uma potência industrial, com grande capacidade de mineração e produção de aço, além de grandes reservas de carvão

Mesmo nesses momentos tão difíceis, dizemos: estamos prontos para negociações

Maria Zakharova
porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia

EUA prometem cortar empréstimos, mas Moscou pode aguentar

Se retaliações pararem por aqui, Putin salva própria cara no ambiente doméstico e evita guerra custosa

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO União Europeia e Reino Unido prometem punir Vladimir Putin com sanções que não causariam grande prejuízo à economia russa. Os Estados Unidos foram um tanto além. Em discurso nesta terça (22), Joe Biden disse em termos genéricos que o governo russo não pode mais tomar dinheiro emprestado na "finança do Ocidente". Até o final da tarde, não havia detalhes sobre essas "sanções abrangentes" contra o financiamento da dívida russa.

O governo russo não precisa levantar dinheiro no mercado externo para financiar os seus pequenos déficits. Além do mais, por causa de sanções antigas, a dívida externa russa vem caindo: de cerca de US$ 668,5 bilhões em 2013 para US$ 478 bilhões em 2021 (dados do Banco Mundial e do Banco Central da Rússia). Desse total, cerca de US$ 80 bilhões são dívida pública (5% do PIB) —o restante é de empresas privadas, que ainda se financiam e refinanciam no mercado externo, mas com cada vez mais dificuldade.

A longo prazo, a falta de crédito externo deve prejudicar a economia russa. Por ora, eles se viram, suas contas externas são superavitárias (comércio e finança trazem mais dinheiro do que mandam) e o país tem uns US$ 600 bilhões em reservas.

As sanções "ocidentais" que prejudicam o financiamento apenas aumentam as restrições que vêm desde 2014 e, em particular, desde 2021. A novidade maior foi a proibição de instituições financeiras americanas e americanos em geral participarem de negócios com títulos da dívida russa no mercado secundário (mercado primário: quando o governo lança títulos, pede o empréstimo; secundário: venda e compra desses títulos), para títulos emitidos após março de 2022.

Além do mais, os americanos proibiram negócios com dois bancos estatais russos. Um deles, o VEB, é uma espécie de BNDES, financia infraestrutura e programas industriais. O outro, o PSB, financia 70% dos contratos do Ministério da Defesa e é banco de negócios individuais de militares. Vai ficar mais difícil achar financiamento (e o chinês?), mas Putin tem um projeto de autarquia econômica.

Se as retaliações pararem por aqui, ainda seria um custo suportável para ocupar para sempre parte do leste da Ucrânia, salvar a cara do autocrata na política doméstica ("vitória") e evitar uma guerra extensa, cara, com mortes e financeiramente daninha.

Quanto a medidas mais duras sobre o comércio de energia, a retaliação pode ter efeito bumerangue, com preços de energia ainda mais altos. Quando anunciou sanções, Biden disse também que "quer limitar a dor que os americanos sentem na bomba de gasolina", mas que "defender a liberdade tem custos", inclusive domésticos.

O governo russo tem dívida pequena, cerca de 20% do PIB (no Brasil, mais de 80%). O déficit público é baixo, controlado e tem sido "confortavelmente financiado por meio de empréstimos domésticos, especialmente por grandes bancos locais", dizia o FMI, em relatório de 2021. Claro que, a depender das restrições, as estatais podem ter problemas de capital —aqui, o tamanho e o alvo da paulada é que contam. Mas a China mora ao lado.

O governo da Alemanha suspendeu o processo de liberação de funcionamento do gasoduto Nord Stream 2. Trata-se de dois grandes canos de gás que vão da Rússia à Alemanha, sob o mar Báltico. A empresa é propriedade de uma subsidiária suíça da estatal Gazprom. Custou cerca de US$ 11 bilhões, metade financiada por empresas de energia como a Engie, francesa, Wintershall Dea e Uniper, alemãs, OMV, austríaca, e Shell, anglo-holandesa.

As grandes petroleiras europeias e americanas têm sociedades com empresas russas ou campos de exploração na Rússia. Executivos "ocidentais" e Gerhard Schroeder, ex-premiê alemão (1998-2005), têm postos nas estatais russas de energia. Schroeder preside conselhos na Nord Stream, na Nord Stream 2 e foi nomeado para o conselho da Gazprom.

Do gás natural consumido na UE, de 36% a 40% vem da Rússia (47% do total das importações da UE no primeiro semestre de 2021), segundo o Eurostat, serviço de estatística do bloco. Mas o gás continuaria fluindo pelo Nord Stream 1 e pela Ucrânia.

A UE disse nesta terça que pretende criar dificuldades para governo, bancos e empresas estatais da Rússia levantarem dinheiro nos mercados de capitais e financeiros (pedirem emprestado). Quer ainda prejudicar os "envolvidos" na decisão ilegal de reconhecer as republiquetas de Donetsk e Lugansk (isto é, gente do Parlamento e do governo russos). Vai colocar "na mira" bancos que financiam operações russas na região e impedir o comércio do bloco com os separatistas. Mas não especificou as ameaças.

Restringir a vida dos deputados e da cúpula do governo russo no exterior pode doer.

[...]
Se as retaliações pararem por aqui, ainda seria um custo suportável para ocupar para sempre parte do leste da Ucrânia, salvar a cara do autocrata na política doméstica ('vitória') e evitar uma guerra extensa, cara, com mortes e financeiramente daninha

Mas é difícil de imaginar que a elite política de Moscou não estivesse preparada para restrições. Os EUA dizem que vão bater forte nessa elite, nos oligarcas. Boris Johnson prometeu pegar três (3) ricos russos também: três.

Mas a julgar pelo que dizem analistas e especialistas à mídia ocidental e relatórios de instituições financeiras globais, ninguém parece saber qual a relação de Putin com seus generais, com a elite política e com oligarcas. Isto é, se o poder do autocrata poderia ser abalado por punições financeiras a gente da cúpula russa.

A Rússia depende das vendas de petróleo e gás para sobreviver. Em 2021, cerca de 42% de suas exportações foram de energia (e as exportações equivalem a quase 27% do PIB). A Rússia tem cerca de 11% das exportações mundiais de petróleo. Da sua arrecadação, quase 18% vem de petróleo e gás, segundo o Ministério de Finanças da Federação Russa.

Mas não há menção até agora de que o "Ocidente" vá estrangular receitas de moeda forte e impostos da Rússia por meio da limitação do comércio de energia. Se por mais não fosse, a União Europeia faz 47% de suas compras externas de gás e 25% das aquisições de petróleo na Rússia, ressalte-se. No caso do gás, os europeus ocidentais poderiam fazer suas compras em outra parte, mas pagariam mais caro.

Mais importante, qualquer redução na margem ora mínima de folga do mercado mundial de energia resultaria em tumulto enorme. O "Ocidente" vai comprar (e pagar) essa briga? Por falar nisso, nem mesmo a Ucrânia havia rompido relações com a Rússia, até a noite desta terça-feira aqui no Brasil.

Nesta terça, o preço do petróleo recuava do salto da manhã, para US$ 96,50 o barril (tipo Brent). Mas ele custava US$ 77 no início deste ano, alta de quase 25%. Carestia maior pioraria a crise feia dos custos de energia na Europa —a gritaria lá é tão grande quanto aqui ou maior, com medidas para subsidiar a conta de aquecimento e luz dos mais pobres.

Um tumulto no mercado elevaria ainda mais o preço da gasolina nos EUA, grande fator de impopularidade política, e a inflação em geral. Seria mais prejuízo para o prestígio de Biden, que vai enfrentar eleições no final do ano, quando, afora milagres, deve perder o controle da Câmara e do Senado.

Biden já tem na conta a inflação, a gasolina cara e um fiasco externo no Afeganistão. Ele não precisa de mais más notícias.

As Bolsas de EUA caíam sem exagero nesta quarta; as taxas de juros da dívida do governo dos EUA diminuíam (isto é, havia mais compras de títulos do governo, investidor em busca de "segurança"). Houve saltos no preço de trigo, milho, soja e óleos nas Bolsa —Rússia e Ucrânia exportam 30% do trigo no mercado mundial; a Ucrânia, 17% do milho, além de produzir muito óleo vegetal. No Brasil, os negociantes de dinheiro nem ligavam para a crise: o real continuava sua impressionante valorização e a Bolsa ainda subia.

O presidente Joe Biden após discursar na Casa Branca nesta terça Kevin Lamarque/Reuters

Biden anuncia novo pacote de sanções, e Scholz congela certificação de gasoduto

Rafael Balago

WASHINGTON A terça-feira foi marcada por reações de países ocidentais à decisão do presidente russo, Vladimir Putin, de reconhecer separatistas rebeldes no leste da Ucrânia e mobilizar tropas para a região.

As declarações mais fortes vieram da Alemanha e dos Estados Unidos. Na primeira, o premiê Olaf Scholz congelou a certificação do gasoduto Nord Stream 2, que liga a Rússia ao país europeu e está pronto, mas sem operar devido à crise.

Em Washington, o presidente Joe Biden anunciou novas sanções, dizendo que a nova rodada de medidas impedirá a Rússia de fazer transações financeiras envolvendo títulos de sua dívida com empresas dos EUA e da Europa.

"Isso significa que estamos cortando o governo russo das finanças ocidentais. Ele não poderá mais levantar dinheiro no Ocidente e não poderá negociar seus títulos em nossos mercados e em mercados europeus", discursou Biden.

As punições incluem os bancos Vnesheconombank (VEB) e Promsvyazbank (PSB) e suas 42 subsidiárias. Eles têm juntos US$ 85 bilhões em ativos, segundo estimativa do governo americano, e são parte da engrenagem que ajuda a financiar as operações militares do país. Seus ativos em território americano serão congelados.

Houve também sanções contra cinco integrantes da elite russa e seus familiares, por terem relação com acusações de corrupção e terem se beneficiado de relações com o Kremlin, segundo a a gestão Biden.

Os EUA deixaram clara a intenção de ampliar as punições caso a situação piore. Um alto funcionário da Casa Branca disse, sob condição de anonimato, que nenhuma instituição financeira da Rússia está segura contra sanções —ele citou medidas adicionais contra as maiores instituições, incluindo o Sberbank e o VTB, que juntos teriam quase US$ 750 bilhões em ativos.

No duro discurso desta terça, Biden descreveu as ações de Putin como uma violação flagrante da lei internacional. "Quem, em nome de Deus, Putin pensa que lhe dá o direito de declarar novos 'países' em territórios que pertencem a seus vizinhos?", questionou, sobre a decisão de reconhecer as províncias de Lugansk e Donetsk, no leste da Ucrânia, e enviar tropas em apoio aos separatistas. "Esse é o começo da invasão da Ucrânia."

Ele acrescentou que não tem intenção "de lutar contra a Rússia" e que vê caminhos para a saída diplomática —embora seu secretário de Estado, Antony Blinken, tenha cancelado uma reunião que teria na quinta com o chanceler Serguei Lavrov.

Joe Biden reforçou que seguirá dando assistência militar a Kiev. (Nota de rodapé, o Kremlin afirmou que Putin não assistiu ao discurso do americano porque estava "em uma reunião de trabalho".)

O chanceler ucraniano, Dmitro Kuleba, disse à Fox News que as sanções americanas são fortes "se forem consideradas o primeiro passo".

Na segunda (21), o americano já havia assinado uma ordem executiva para impedir cidadãos e empresas americanas de fazerem negócios com as regiões separatistas da Ucrânia, assim como a importação de produtos vindos dali. A ordem abre exceção para envio de ajuda humanitária à região.

Biden também afirmou estar trabalhando para evitar que o conflito gere problemas para a economia americana. "Quero limitar a dor que os americanos estão sentindo na bomba de gasolina", prometeu.

Os EUA já haviam imposto sanções à Rússia nos últimos anos. Em 2014, após a anexação da Crimeia, mais de 700 indivíduos foram alvo delas, segundo o Congresso dos EUA. Há punições similares a setores e instituições, por razões diversas, como envolvimento em ataques digitais, desrespeito a direitos humanos e desrespeito a outras sanções.

Em Berlim, Scholz foi mais econômico nas críticas diretas a Putin, centrando sua fala no tema da certificação do Nord Stream 2. O gasoduto, que liga a Rússia ao país europeu, está pronto, mas sem poder operar devido à crise na Ucrânia.

O projeto dobra a capacidade de transporte de gás natural pelo mar Báltico, possibilitando à Rússia desviar o fornecimento hoje majoritariamente feito por meio da Ucrânia e da ditadura aliada Belarus.

As obras terminaram em setembro, e a operação foi bloqueada em novembro. "Tendo em vista os mais recentes desdobramentos, precisamos reavaliar a situação do Nord Stream 2", afirmou Scholz.

Pouco depois, confirmou-se que os trâmites do gasoduto seriam reavaliados. "A certificação demanda uma avaliação positiva do Ministério da Economia de que a segurança do fornecimento não está em risco. Isso não está mais disponível", informou a agência reguladora do país em nota.

Continua na pág. A11

Diplomata ucraniano no Brasil critica neutralidade

BRASÍLIA Chefe da embaixada da Ucrânia no Brasil, o diplomata Anatoliy Tkach afirmou nesta terça-feira (22) que a responsabilidade de evitar o agravamento do conflito no leste do país europeu deve ser compartilhada por toda a comunidade internacional. Para ele, manter uma posição de isenção serve apenas para a estimular a escalada das tensões.

Ele apelou para que o governo Jair Bolsonaro (PL) condene a decisão do presidente da Rússia, Vladimir Putin, de reconhecer os territórios rebeldes de Donetsk e Lugansk e mandar tropas a essas localidades.

"Toda a comunidade internacional é responsável pela prevenção do novo conflito. A ausência de uma postura ou uma postura neutra servirá apenas para uma maior escalada [das tensões]", disse.

Na entrevista, Tkach pediu que o governo Bolsonaro se oponha à decisão. "Gostaríamos de contar com um apoio do Brasil na questão relacionada à decisão [tomada por Putin]. O Brasil sempre se pronunciou a favor da retomada das negociações diplomáticas e também gostaríamos que o Brasil condenasse a decisão da federação da Rússia", afirmou.

A posição brasileira sobre o tema foi expressa na segunda-feira pelo embaixador do país na ONU, Ronaldo Costa Filho, durante sessão do Conselho de Segurança. Na ocasião, o diplomata brasileiro defendeu um cessar-fogo imediato, bem como a "retirada abrangente de tropas e equipamentos militares no terreno". Mas Costa Filho não mencionou Putin no discurso e evitou condenar a decisão russa sobre os territórios.

Com isso, o Brasil tenta se equilibrar no delicado tabuleiro internacional e não se indispor com o governo Putin. A Rússia é parceira do Brasil no Brics (bloco também formada por Índia, China e África do Sul) e recebeu, na semana passada, a visita de Bolsonaro.

Tkach disse que a manifestação do Brasil na Nações Unidas sinalizou que o discurso da Rússia não está influenciando todos os membros da comunidade internacional.

Ricardo Della Coletta

Continuação da pág. A10

A indicação de que isso poderia acontecer já havia sido dada por Joe Biden, ao receber Scholz na Casa Branca, e pelo próprio premiê alemão —ainda que ele tenha agido até aqui com certa dubiedade.

Os governos americano, britânico e ucraniano disseram apreciar a decisão desta terça-feira em relação ao gasoduto.

Já a Rússia, por sua vez, minimizou o impacto dessa medida. O vice-chanceler Andrei Rudenko declarou que Moscou não tem nada a temer e que "não acredita em lágrimas", segundo divulgou a agência de notícias Tass.

A decisão, de toda forma, não afeta o fornecimento de energia, de acordo com a Comissão Europeia, uma vez que o gasoduto não estava operante. O ministro da Economia alemão, Robert Habeck, disse que poderia haver apenas um aumento no preço a curto prazo, o que já ocorreu.

A medida que foi imposta pela Alemanha deve ser a mais dura a ser adotada pela Europa neste momento, apesar de o chefe da diplomacia do bloco, Josep Borrell, ter anunciado antes que o pacote de sanções aprovado por unanimidade pela União Europeia "impactará muito" a Rússia.

A UE decidiu nesta terça-feira sobre a reação à iniciativa de Putin —e que, segundo Borrell, é só parte da resposta a ser dada pelo bloco. Foram aprovadas sanções a 27 russos e entidades do país, além de bancos e o setor de defesa, e impostas limitações ao acesso ao mercado de capitais europeu.

Todos os membros da Duma, a Câmara baixa do Parlamento russo, também foram impactados pelas medidas anunciadas, que normalmente implicam em proibições de viagens e congelamento de bens.

O xadrez para chegar às sanções esteve ligado a diferentes visões do tom do pacote, pois há membros do bloco mais próximos a Moscou que prefeririam algo mais limitado. Outros queriam ver uma resposta ampla e dura, mais alinhada com o que foi discutido ao longo das últimas semanas.

A Itália, por exemplo, que depende do gás russo, defendia que as sanções não impactassem a importação de energia —Putin disse mais cedo que manterá o fornecimento para mercados mundiais—, enquanto a Lituânia argumentava que elas não podem ser simbólicas e a Polônia subiu o tom, defendendo que elas se estendessem ao presidente russo, o que Borrell já afirmou que está fora do pacote.

Fora do bloco, o Reino Unido, por sua vez, anunciou sanções mais cedo contra cinco bancos, e sua secretária de Relações Exteriores, Liz Truss, anunciou que o país está preparado para ir mais longe se a Rússia mantiver a sua ofensiva.

Além das sanções inócuas contra as áreas rebeldes anunciadas pelo governo de Joe Biden nos EUA —que o Japão já declarou apoiar—, nesta madrugada a Organização para Segurança e Cooperação na Europa, ente do qual a Rússia faz parte, pediu a Moscou que rescinda os decretos de reconhecimento. Sabe-se que isso simplesmente não acontecerá.

Uma reação militar também foi iniciada. A Hungria deve enviar tropas para a sua fronteira, enquanto a Alemanha avalia deslocar mais militares para os membros da Otan que ficam no leste europeu.

Stoltenberg, da Otan, também fez as suas críticas à Rússia, acusando Vladimir Putin de "tentar encenar um pretexto para invadir a Ucrânia de novo". De acordo com ele, a ação "mina a soberania e a integridade territorial da Ucrânia, erode os esforços em direção à resolução do conflito e viola os Acordos de Minsk, dos quais a Rússia faz parte".

Refugiados sofrem sem destino certo na Rússia

Aposentada ucraniana de 72 anos vive sua terceira fuga no Donbass

Igor Gielow

TAGANROG E ROSTOV-DO-DON (RÚSSIA) Em 72 anos de vida, Ala teve de deixar sua Lugansk natal três vezes. Duas entre 2014 e 2015, quando a guerra civil arrasou o Donbass, região leste da Ucrânia hoje no centro do palco das tensões internacionais.

"Dessa vez foi diferente, não sei para onde estou indo", afirmou ela em um centro de triagem de refugiados no porto russo de Taganrog, à beira do mar de Azov. A cidade virou a principal referência para a redistribuição de civis retirados a pedido dos governos das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e de Lugansk.

Reconhecidas independentes por Vladimir Putin, as entidades iniciaram a operação de forma absolutamente suspeita na sexta-feira (18), com um vídeo do líder de Donetsk gravado, segundo análise de metadados, dois dias antes.

O ar algo farsesco segue no ginásio esportivo da escola número 13 da cidade de 250 mil habitantes, que fica a 55 km da fronteira da área rebelde de Donetsk e a 75 km de Rostov-do-Don. Um fotógrafo profissional registrava cada um dos refugiados que chegavam ao local, rosnando para a reportagem.

A reportagem não pôde entrar no ginásio com vaga para centenas de refugiados. Nos dois dias anteriores, ele foi apresentado a jornalistas russos. Um monitor na parede permitia ver partes do prédio, mas a imagem das camas de campanha estava congelada em fotografia.

Outros relatos, colhidos por agências de notícias em pontos diversos do território de Rostov, apontam para o mesmo roteiro: o anúncio pegou muitos de surpresa, levantando a dúvida se a decisão não foi desenhada para engrossar o caldo narrativo de Putin de que há um "genocídio" contra a população russófona do Donbass.

Aqui entra o drama contado por Ala e sua filha Karina, 42, e o neto Mikhail, 16. Eles preferiram não revelar o sobrenome, vivendo do trabalho em um "produkti", as tradicionais lojas de mantimentos russas. Segundo a avó, as explosões em Lugansk começaram a "tremer a casa à noite" desde a semana passada.

"Meu neto sofre de síndrome do pânico, teve ataques na escola, por causa do medo", disse. "Entramos em ônibus do governo, que nos deu mil rublos (R$ 63) para irmos embora. Na fronteira, trocamos para micro-ônibus apertados, havia quatro pessoas para cada lugar", afirmou.

Ela não usava máscara, assim como o neto, mas diferentemente de sua filha, que estava regularizando seu cadastro para ter acesso aos 10 mil rublos (R$ 630) prometidos por Putin a cada um dos refugiados. É dinheiro para uma semana em Rostov-do-Don.

Sou grata aos russos, sem a ajuda deles não teria o que comer; o governo ucraniano cortou minha aposentadoria em 2015

Ala, 72
moradora de Lugansk retirada da província

A Covid é um problema adicional. Autoridades russas dizem que isolaram vários casos positivos entre os cerca de 80 mil refugiados que já chegaram —a evacuação sugerida e a mobilização de homens subsequente feita pelos governos rebeldes visa tirar até 800 mil pessoas do Donbass. Há 4 milhões de pessoas hoje na região.

Ala e sua família, contudo, não entraram no ginásio para abrigo e redistribuição. Ela tem uma prima em Rostov-do-Don, e o marido dela acabara de chegar para levá-la. "Não sei quanto tempo vai durar. Mas sou grata aos russos, sem a ajuda deles não teria o que comer, já que o governo ucraniano cortou minha aposentadoria em 2015."

Chorando, diz estar cansada da rotina, mas deseja voltar logo para casa. Caminho inverso faz Katia, 35, analista de sistemas de Donetsk. Ela afirma que não veio na primeira leva de refugiados e descartou ajuda oficial, vindo por conta própria usando do táxi até a fronteira e depois dela também na segunda-feira.

"Eu queria ficar, disse que aguentaria morar no porão, mas minha irmã me pediu demais. Meus irmãos ficaram com meu pai", explicou. Agora ela pretende arrumar um emprego na capital regional de 1,1 milhão de habitantes, onde já mora a sua irmã.

Oito regiões russas decretaram emergência para ter acesso a créditos especiais do governo para receber refugiados. Além de Taganrog, há centros de redistribuição de pessoas em pontos menores na fronteira. Em muitos casos, as pessoas entravam em trens sem saber exatamente onde seriam reassentadas.

O canal de TV estatal RT lançou uma campanha para que russos recebam temporariamente refugiados em suas casas. Em Rostov-do-Don, a propaganda oficial está sendo feita no elefante branco da Copa de 2018, a Arena Rostov.

Os LEDs de seu exterior divulgam, desde o discurso do reconhecimento das áreas rebeldes que foi bem visto por Katia, mensagens motivacionais como "Estamos juntos". O estádio que recebeu a fraca estreia do Brasil no torneio, empate em 1 a 1 com a Suíça, raramente enche para receber o time local, mas até a pandemia se sustentava com grandes shows.

A capital regional ainda não sentiu o impacto da crise, mal comentada em cafés e restaurantes. Mas sua Universidade Técnica resolveu separar 750 quartos de seus dormitórios para receber eventuais famílias que cheguem até ali.

A calmaria aparente se estende por todo o caminho até a fronteira, margeando o rio Don —cuja bacia dá nome ao Donbass em russo— e o mar de Azov, primeira porção do turbulento mar Negro que banha toda a área em conflito.

Nesta segunda, na região perto de Taganrog, não havia movimentação de veículos militares. No horizonte, dois helicópteros de ataque Mi-24, talvez sua versão modificada Mi-35, apareceram no começo da tarde, mas foi só.

A guerra civil no Donbass já matou mais de 14 mil pessoas, e só na Ucrânia sob controle ucraniano há cerca de 1,5 milhão de pessoas deslocadas internamente. Refugiados em outro país são um número incerto. Assim, as histórias da família de Ala, Katia e outros se encaixam tanto na argumentação de Putin quanto na do Ocidente sobre a crise, só nunca na deles mesmos.

Ala, 72, (ao centro) refugiada do Donbass, com a família em centro de acolhimento de Taganrog, na região de Rostov-do-Don, próximo à fronteira

Igor Gielow/Folhapress

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Sanções de Biden fazem Bolsa e rublo subirem na Rússia

Joe Biden anunciou as sanções americanas e, no alto do financeiro russo Kommersant, a Bolsa de Valores em Moscou subiu quase 2%, com destaque para Gazprom e bancos estatais, deixados de fora. Também o rublo subiu mais de 1%, na chamada na home do Argumenty i Fakty.

E até no financeiro RBC acabaram ganhando atenção as inusitadas sanções contra o CSKA, um dos mais antigos clubes de futebol da Rússia, criado em 1911.

Dado o baixo impacto também dos anúncios europeus, sobrou o Nord Stream 2, que o chanceler alemão Olaf Scholz, afinal, "suspendeu".

Duas semanas atrás, na Casa Branca, diante das câmeras, Scholz evitou sequer citar o gasoduto e acabou ouvindo de Biden uma ameaça: "Nós vamos acabar com ele", com o Nord Stream 2.

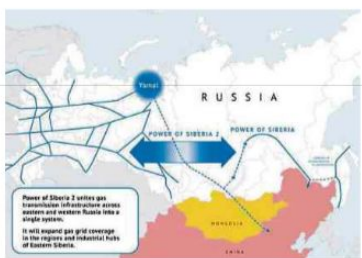
Agora o chanceler se adiantou e, no enunciado de alemães como Süddeutsche e FAZ, "interrompeu a certificação" do gasoduto. Mas o fez "até novo aviso" ou "por enquanto", como ressaltaram os mesmos jornais.

Nos EUA, o New York Times buscou ser mais afirmativo, na chamada "Alemanha põe fim ao Nord Stream 2" (no original, "puts stop").

Logo começaram a aparecer os destaques negativos, sobretudo depois que o ex-presidente russo Dmitri Medvedev tuitou números redondos, com ironia, sobre a interrupção da certificação: "Bem-vindos ao admirável mundo novo onde os europeus vão, muito em breve, pagar 2.000 euros por 1.000 metros cúbicos de gás natural!".

A chamada no Wall Street Journal mudou então para "Alemanha coloca Nord Stream 2 em compasso de espera, aumentando a preocupação com o fornecimento".

E a manchete do Süddeutsche passou para "O estado do fornecimento de gás alemão", salientando logo abaixo: "Neste inverno, as casas na Alemanha permanecerão aquecidas. Mas e o próximo?".

METADE Da CNN, em meio à cobertura: "A Gazprom é a única acionista do Nord Stream 2, mas 50% do financiamento do gasoduto veio de cinco empresas europeias de energia, incluindo Wintershall e Uniper, da Alemanha. Os outros financiadores são Shell, do Reino Unido, Engie, da França, e OMV, da Áustria".

'NÃO FALTA MERCADO NA CHINA'
Com a suspensão do Nord Stream 2, chineses defendem em mídia social a opção de levar para a China o gás dos mesmos campos, via Power of Siberia 2 (acima), cuja construção foi confirmada por Pequim e Moscou no início do mês; contrasta com a imprensa do PC, como Global Times, que sustenta o esforço do governo chinês de lidar com a crise com 'cautela'

Arbery foi morto por ser negro, conclui Justiça

Homens brancos que mataram jovem que se exercitava na Geórgia, nos EUA, foram condenados por crime de ódio

BRUNSWICK (GEÓRGIA) | REUTERS Os três homens brancos condenados por perseguir e matar o jovem negro Ahmaud Arbery enquanto ele praticava corrida em um bairro de maioria branca na Geórgia, nos EUA, foram considerados nesta terça-feira (22) culpados de cometer crimes de ódio e outros delitos federais relacionados ao assassinato cometido em 2020.

Esta é a primeira vez que condenados por um homicídio de grande repercussão como este enfrentam um tribunal do júri por crimes de ódio. Na prática, a conclusão da Justiça americana é que os réus mataram Arbery por ser negro.

Travis McMichael, 36, seu pai, o ex-policial Gregory McMichael, 66, e um vizinho, William "Roddie" Bryan, 52, foram considerados culpados de tentativa de sequestro e de violar os direitos civis de Arbery ao atacá-lo devido à sua raça, encerrando o julgamento do caso. Os McMichael também foram condenados por uma acusação federal de porte de armas de fogo.

Arbery foi morto a tiros no dia 23 de fevereiro de 2020 depois de ser perseguido pelos três réus enquanto praticava corrida no bairro de Satilla Shores, próximo à cidade costeira de Brunswick.

No Tribunal Distrital dos EUA, um júri predominantemente branco deliberou por cerca de quatro horas, ao longo de dois dias, até chegar ao veredicto desta terça-feira. O crime de ódio, a mais grave das acusações enfrentadas pelos réus, acarreta uma pena máxima de prisão perpétua.

No ano passado, os homens já haviam sido considerados culpados pelo assassinato e, em janeiro, já haviam sido sentenciados à prisão perpétua por um tribunal estadual pelos crimes de homicídio, lesão corporal qualificada, cárcere privado e intenção criminosa.

Os promotores estaduais, porém, evitaram atribuir uma motivação racista ao assassinato, buscando apenas provar que os três réus eram responsáveis pela morte de Arbery.

"Ahmaud continuará descansando em paz, mas agora começará a descansar em poder", disse a mãe de Arbery, Wanda Cooper-Jones, usando a expressão "rest in power", frequentemente usada em casos de vítimas de mortes injustificáveis, motivadas por racismo ou outra discriminação.

Cooper-Jones criticou os promotores do Departamento de Justiça, que inicialmente chegaram a um acordo judicial com os réus para evitar um julgamento no âmbito federal, como normalmente acontece em casos de crimes de ódio.

Em uma rara decisão, a juíza rejeitou esse acordo após a família de Ahmaud implorar que ela não o aceitasse. "Não teríamos conseguido o que conseguimos hoje se não fosse pela luta da família", disse a mãe de Arbery. "O Departamento de Justiça só fez hoje o que foi obrigado a fazer. Não era o que eles queriam."

"Conseguimos uma vitória hoje, mas há tantas famílias que não conseguem. Eu, como mãe, nunca irei me curar das feridas da perda", acrescentou.

O advogado Ben Crump, famoso ativista pelos direitos civis que representou a família Arbery, disse que o jovem foi "linchado por correr sendo negro". "Acho que esta é a primeira vez na história do estado da Geórgia em que houve uma condenação por um crime federal de ódio", afirmou.

Durante entrevista coletiva em Washington, o secretário de Justiça Merrick Garland disse que seu departamento "usará todos os recursos à disposição para confrontar atos ilegais de ódio e responsabilizar aqueles que os perpetram".

O promotor Bobbi Bernstein concluiu que, se Arbery não fosse negro, teria voltado para jantar em casa depois de sua corrida naquele domingo. "Fizeram suposições sobre Ahmaud por causa da cor de sua pele. Isso não teria acontecido se ele fosse branco", disse.

Arbery tinha 25 anos quando foi morto. Trabalhava em uma empresa de lavagem de caminhões e no negócio de paisagismo do pai e costumava praticar corrida naquele bairro.

Os McMichael insistiram que não agiram por animosidade racial, mas por autodefesa e por acreditarem que ele parecia suspeito quando o viram correndo depois de uma série de arrombamentos na área.

Mas o julgamento revelou que não houve roubos na época do crime, mas furtos de carros destrancados. Os promotores apresentaram depoimentos de 20 testemunhas e outras evidências que, segundo eles, comprovaram que os três homens tinham um longo histórico de declarações racistas e insulto a negros. A defesa encerrou seu caso depois de chamar apenas uma testemunha.

Nunca houve nenhuma contestação sobre o fato de o jovem McMichael ter disparado sua espingarda três vezes contra Arbery à queima-roupa.

O assassinato foi gravado em vídeo por Bryan e gerou indignação pública nas mídias sociais mais de dois meses depois, sem ninguém ter sido preso, apesar de Travis McMichael haver admitido à polícia que atirou em Arbery.

Ativistas pelos direitos civis apontaram a demora nas prisões dos três homens à época do crime como mais um exemplo de aplicação da lei que permite que criminosos brancos fiquem impunes quando cometem assassinato injustificado de pessoas negras.

O nome de Arbery foi um dos frequentemente lembrados na onda de protestos contra a injustiça racial nos Estados Unidos, depois que outro homem negro, George Floyd, também desarmado, foi morto por um policial branco ajoelhado sobre seu pescoço até que ele não pudesse mais respirar, em maio de 2020.

Wanda Cooper Jones, mãe de Ahmaud Arbery, fala aos jornalistas depois da condenação dos homens brancos que mataram o jovem negro em Brunswick Dustin Chambers/The New York Times

Brasileiros são presos com mais de 15 kg de cocaína na Tailândia e temem leis duras do país

SÃO PAULO Três brasileiros estão presos em Bancoc, capital da Tailândia, após terem sido flagrados com 15,5 quilos de cocaína ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Suvarnabhumi, segundo o governo. De acordo com a imprensa local, a droga é avaliada em 46,5 milhões de bahtes, ou R$ 7,4 milhões.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmou que "acompanha a situação e presta toda a assistência cabível aos nacionais, em conformidade com os tratados internacionais vigentes e com a legislação local". A reportagem questionou que tipo de assistência é prestada nesses casos, se há informações a respeito da segurança dos brasileiros e se as famílias têm acesso aos presos, mas o Itamaraty não respondeu até a publicação deste texto.

Os brasileiros foram presos no último dia 14. Segundo o governo tailandês, na segunda-feira da última semana, por volta das 7h da manhã, autoridades descobriram 9 quilos de cocaína escondidos em compartimentos secretos de três malas. A bagagem pertencia a um casal brasileiro, uma mulher de 22 anos e um homem de 27, vindos de Curitiba em um voo da Qatar Airways, que foi preso ao passar pelo raio-X do aeroporto, conforme anunciado.

Mais tarde, por volta das 13h do mesmo dia, outro brasileiro, de 24 anos, foi preso com 6,5 quilos de cocaína escondidos em sua mala, diz a alfândega. A suspeita do governo é a de que os três façam parte de um mesmo grupo, porque a droga estava escondida da mesma maneira.

> Por favor, liga pra ele [advogado]. Fala pra ele fazer alguma coisa. Fala pra ele mandar a gente pro Brasil, pra gente responder lá
>
> **Mary Helen Coelho da Silva, 22**
> detida por porte de cocaína na Tailândia, em mensagem por celular à família

Um dos rapazes presos foi identificado como Jordi Vilsinski Beffa, 24, morador de Apucarana (PR), 365 quilômetros a noroeste de Curitiba. Beffa seria o homem que chegou ao país no começo da tarde. A reportagem não conseguiu encontrar sua defesa.

A mulher que faz parte do grupo preso é Mary Helen Coelho Silva, 22, que vive em Pouso Alegre (MG), a 390 quilômetros de Belo Horizonte. A família da brasileira não respondeu às tentativas de contato da reportagem.

Ao portal de notícias G1, sua irmã, Mariana, afirmou que Mary Helen havia dito à família que viajaria para Curitiba para encontrar um namorado. Ela afirma que só soube do envolvimento da irmã com drogas quando recebeu uma mensagem em áudio de Mary Helen pedindo que contatasse um advogado para tentar a sua extradição ao Brasil.

"Eu vou te passar o contato do doutor Edson. Por favor, liga pra ele. Fala pra ele fazer alguma coisa. Fala pra ele mandar a gente pro Brasil, pra gente responder lá", diz a mensagem enviada pela irmã.

A família informou ao portal que Mary Helen trabalhava em uma churrascaria em Pouso Alegre e que havia pedido demissão alguns dias antes para viajar a Curitiba.

Ainda não há quaisquer informações sobre a identidade do outro homem preso.

A Tailândia, bem como outros países do Sudeste Asiático, tem penas severas para o crime de tráfico de drogas, que podem chegar à pena de morte. O país é vizinho da Indonésia, onde, em 2015, dois brasileiros foram executados após mais de uma década na prisão por tráfico.

Marco Archer Cardoso Moreira estava preso desde 2003, quando foi detido tentando entrar no país com 13 quilos de cocaína escondidos na estrutura de uma asa-delta — ele ainda conseguiu fugir no momento do flagrante, mas foi capturado duas semanas depois. Em 18 de janeiro de 2015 ele acabou sendo executado por fuzilamento em uma prisão a 400 quilômetros da capital, Jacarta.

Meses depois, em 28 de abril, Rodrigo Gularte, que havia sido preso em 2004 ao tentar entrar na Indonésia com 6 quilos de cocaína escondidos em pranchas de surfe, também foi executado por fuzilamento.

Apesar dessas duas mortes em um curto período, o expediente não é comum — eles foram os primeiros brasileiros executados no exterior de que se tem registro.

Bolsonaro critica descriminalização do aborto por tribunal da Colômbia

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) reagiu nesta terça (22) à notícia de que a Colômbia descriminalizou o aborto até a 24ª semana de gestação e afirmou que lutará para "proteger a vida" de crianças brasileiras.

"Que Deus olhe pelas vidas inocentes das crianças colombianas, agora sujeitas a serem ceifadas com anuência do Estado no ventre de suas mães até o 6º mês de gestação, sem a menor chance de defesa", escreveu ele pelo Twitter. "No que depender de mim, lutarei até o fim para proteger a vida de nossas crianças."

A pauta conservadora é um dos principais temas da campanha de Jair Bolsonaro, que sempre se posicionou contra o aborto. Durante a campanha de 2018, ele chegou a dizer que, se um dia o Congresso aprovasse uma lei que flexibiliza o procedimento, ele vetaria a proposta, se fosse presidente.

O presidente da Colômbia, Iván Duque, também conservador, chamou de "atroz" a decisão do tribunal de seu país. **Marianna Holanda**

UE recomenda fim de exigência de testes para viajantes vacinados

BELO HORIZONTE A União Europeia divulgou nesta terça (22) novo protocolo para viajantes de países de fora do bloco. O texto exclui a exigência de apresentação de testes nos aeroportos para pessoas vacinadas com imunizantes autorizados pela Organização Mundial da Saúde.

A norma é uma recomendação, ainda que acordada no Conselho Europeu, que reúne os chefes de Estados dos membros do grupo.

Na prática, os países do continente têm autonomia para decidir suas regras, mas muitos já adotavam modelos semelhantes — e agora o protocolo passa a ser geral. Além disso, muitos membros do bloco excluíam de suas listas vacinas indianas e chinesas, como a Coronavac (no Brasil produzida pelo Butantan, em parceria com a Sinovac).

Isso porque a Agência Europeia de Medicamentos apenas autoriza a aplicação de imunizantes produzidos pelos fabricantes Pfizer-BionTech, Moderna, AstraZeneca (feitas na Europa), Johnson & Johnson e Novavax.

Projeto de criptomoedas avança, mas não deve evitar lavagem de dinheiro

Lei que regulamenta transações é aprovada no Senado e segue para análise da Câmara

Eduardo Cucolo

BRASÍLIA O projeto de lei sobre transações com criptoativos, aprovado no Senado nesta terça (22), deve trazer mais segurança para o investidor, mas dificilmente atingirá o objetivo de evitar que muitas pessoas continuem operando em corretoras fora do país ou usem o sistema para crimes de lavagem de dinheiro.

De acordo com o projeto, que agora será analisado pela Câmara dos Deputados, as corretoras de ativos virtuais, as chamadas exchanges, só poderão funcionar no país com autorização de órgão do governo federal. A prestação desses serviços sem aval será considerada crime contra o sistema financeiro.

Caberá ao Executivo definir qual órgão ou órgãos vão disciplinar o funcionamento e supervisionar essas empresas. O governo também vai definir quais ativos serão regulados.

A legislação traz ainda as corretoras para o rol de entidades que precisam reportar operações suspeitas ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e agir na prevenção à lavagem de dinheiro.

Segundo especialistas, diversas grandes corretoras de ativos virtuais têm ignorado a legislação em outros países, mesmo na China e nos EUA, e não será diferente com o Brasil.

Além disso, o universo de criptoativos foi desenvolvido de maneira descentralizada e desregulamentada. Por isso, é impossível monitorar todas as transações realizadas.

Uma pessoa pode, por exemplo, comprar moedas virtuais em uma corretora que será autorizada a operar no país, mas colocá-las em um pen drive ou computador e não registrar as transações seguintes. Também pode abrir uma conta no exterior, enviar o dinheiro para fora legalmente e operar em corretoras em outros países.

O texto não criminaliza o investidor que opere com corretoras não autorizadas. Por isso, muitos especialistas têm a avaliação de que não será possível responsabilizar uma pessoa física por usar uma exchange com sede em outro país, mesmo que ela declare o patrimônio e as operações ao fisco, recolhendo imposto no caso de ganho de capital.

O especialista em investimento Bruno Hora, cofundador da InvestSmart, afirma que proibir transações com exchanges não autorizadas é semelhante a tentar evitar que brasileiros façam compras em sites estrangeiros.

Ele diz que todo o universo de criptoativos é baseado em privacidade, não regulamentação, descentralizar, criptografar, o que torna o monitoramento dessas atividades mais difícil. A regulação é bem-vinda, em sua avaliação, mas será importante que o governo regulamente a lei de modo a não onerar as corretoras de criptoativos a ponto de tirar sua competitividade.

"O processo de comprar uma exchange é muito parecido com comprar algo em um site americano ou chinês. Não é tão simples de impedir. Mesmo para quem não tem o objetivo de esconder patrimônio, as exchanges lá fora vão ser uma opção. A regulamentação tem de existir, mas o excesso pode deixar as exchanges brasileiras menos atrativas, criar uma desvantagem competitiva", afirma.

Sabrina Lawder, líder de International Tax da Grant Thornton Brasil, afirma que é importante o Brasil ter decidido regular essa questão e ter colocado na lei que esse mercado deverá observar questões como livre concorrência, segurança da informação e necessidade de monitorar crimes financeiros e lavagem de dinheiro. "É um ponto positivo porque dá mais segurança para todos que operam com criptoativos."

Ela também destaca que a legislação não trouxe a responsabilização do investidor que operar com empresas não autorizadas. "Entendo que o contribuinte não vai poder ser responsabilizado por ausência de licença da exchange."

A advogada Mariana Tumbiolo, sócia do escritório Madruga BTW e especialista na área de crimes empresariais, afirma que a regulação é positiva do ponto de vista dos crimes de lavagem, mas não suficiente para evitar esses crimes.

Ela afirma que a regulação e a atuação conjunta dos setores público e privado dificultaram o uso do sistema financeiro para lavagem de dinheiro. Por isso, organizações criminosas têm buscado usar ativos virtuais, que são menos regulados, com esse objetivo.

"O grande meio que tem sido usado para lavagem de dinheiro são os criptoativos. Grandes organizações criminosas têm usado esses ativos para lavar e mandar dinheiro para fora do Brasil", diz. "Esse portão está descoberto. O ilícito está escoando por esse lado."

Para ela, a lei não alcançará pessoas que queiram usar esses ativos para ocultação de patrimônio. Nesse sentido, um passo importante seria tentar barrar que o dinheiro chegue às corretoras no exterior, por meio do monitoramento feito por empresas de meios de pagamento.

"A gente não tem capacidade de controlar se a pessoa está usando o dinheiro dela em uma exchange de fora ou do Brasil. O que fica de fora dessa regulação são os atores que querem usar o sistema de cripto para ocultação de patrimônio. Esse elo eu não consigo pegar."

Pablo Cerdeira, do escritório Galdino & Coelho Advogados, também vê pouca eficácia na tentativa de proibir negociações com corretoras no exterior. Ele afirma que problemas de pirâmide financeira são crimes independentemente do ativo utilizado. E que alguns casos ocorrem mais por falhas das instituições financeiras do que pela natureza da criptomoeda.

"Normalmente, quando a lei tenta regular algo que ela não tem capacidade de regular, ela se enfraquece. A lei não vai conseguir alcançar muitos casos. Vai ser uma obrigação que não vai ser eficaz", diz.

O advogado Fernando Zilveti, por outro lado, diz que a possibilidade de criminalização das operações realizadas em exchanges autorizadas podem ter o efeito contrário, de afastar o investidor. Para ele, as pessoas que estão nesse mercado não estão em busca de segurança, mas de liberdade e baixo custo para operar.

"A ideia de transformar criptoativo em um mercado regulado não é ruim. Suíça e Inglaterra criaram um ambiente seguro de negócios. Mas, quando você começa a falar em crime financeiro, multa, em vez de trazer as pessoas, você está afugentando."

> "Normalmente, quando a lei tenta regular algo que ela não tem capacidade de regular, ela se enfraquece. A lei não vai conseguir alcançar muitos casos. Vai ser uma obrigação que não vai ser eficaz
>
> **Pablo Cerdeira**, escritório Galdino & Coelho Advogados

Veja detalhes do projeto

O que são criptomoedas?
São ativos digitais que usam sistemas de criptografia para a realização de transações. Diferentemente do dinheiro emitido por governos, como o real ou o dólar, as criptomoedas são lançadas por agentes privados e negociadas exclusivamente na internet. O detentor de uma moeda virtual só pode resgatá-la usando um código fornecido por quem vendeu

Quem são as prestadoras de serviços de ativos virtuais?
A empresa que executa, em nome de terceiros, pelo menos um dos serviços:
- resgate de criptomoedas (troca por moeda soberana);
- troca entre uma ou mais criptomoedas;
- transferência de ativos virtuais;
- custódia ou administração desses ativos ou de instrumentos de controle de ativos virtuais;
- participação em serviços financeiros relacionados à oferta por um emissor ou à venda de ativos virtuais.

O texto propõe que as empresas sejam consideradas instituições financeiras e submetidas a todas as normas da lei de crimes financeiros (lei 7.492, de 1986); e também ao Código de Defesa do Consumidor (lei 8.078, de 1990)

Quais são as diretrizes a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços?
- promover a livre concorrência e livre iniciativa;
- controlar e manter a separação dos recursos aportados pelos clientes;
- definir boas práticas de governança e gestão de riscos;
- garantir a segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- proteger e defender consumidores e usuários e a poupança popular;
- garantir a solidez e eficiência das operações

Quais são as punições previstas em caso de fraude?
O projeto insere no Código Penal (decreto-lei 2.848, de 1940) um crime específico para irregularidades envolvendo criptomoedas.
A fraude em prestação de serviços de ativos virtuais é definida como "organizar, gerir, ofertar carteiras ou intermediar operações envolvendo ativos virtuais, com o fim de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento".
A pena para esses casos é reclusão de quatro a oito anos, além de multa

Como a proposta coíbe lavagem de dinheiro?
O Executivo deve criar normas alinhadas aos padrões internacionais para prevenir a lavagem de dinheiro e a ocultação de bens, assim como combater a atuação de organizações criminosas, o financiamento do terrorismo e da produção e comércio de armas de destruição em massa

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Calculadora

O corte de 25% no IPI que o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse estar sendo preparado pelo governo fica muito abaixo do patamar que a indústria vinha pedindo, de reduzir o tributo em 50% ou até zerar. Apesar de não atender às expectativas, a fala do ministro nesta terça (22) foi bem recebida por representantes empresariais de diversos setores. Fernando Pimentel, presidente da Abit (associação da indústria têxtil e de confecção), afirma que a direção é correta.

PESO "Será a melhor indicação que algum governo poderia dar, porque, até agora, os governos só fizeram aumentar a carga. Seria a primeira vez que teríamos não só um não aumento, mas uma redução. É óbvio que queríamos que zerasse, que não existisse o imposto de produtos industrializados, mas é um primeiro passo", afirma Pimentel.

MATEMÁTICA Para José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast (indústria dos plásticos), vai começar com 25%, mas, a depender da arrecadação, poderia chegar a 100%. "O ideal é que o aumento de arrecadação não seja usado para elevação de custeio e salário, mas, sim, para reduzir tributos. Só a indústria tem imposto nos moldes do IPI", afirma.

ENGRENAGEM Marco Polo Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil e porta-voz da chamada Coalizão Indústria, que reúne representantes de mais de dez setores, também diz que esperava uma redução maior, mas recebeu a declaração de Guedes como um início do processo. Segundo ele, o tema vai permanecer na pauta das reuniões periódicas da Coalizão com o ministro.

EXPECTATIVA João Carlos Basilio, presidente da Abihpec (associação da indústria de produtos de higiene pessoal e cosméticos), diz esperar que Guedes publique a mudança o mais rápido possível. "O IPI não deveria nem existir", diz.

REALIDADE Nos diferentes setores, a reação foi parecida. "Qualquer valor que vier será importante", diz José Carlos Martins, presidente da CBIC (que reúne a indústria da construção). Para Humberto Barbato, presidente da Abinee (indústria elétrica e eletrônica), o que vale é iniciar o processo de redução.

DOBRAR A META José Velloso, presidente da Abimaq, diz que a indústria de máquinas e equipamentos agora vai reforçar o apoio à PEC 110. "Nossa ideia sempre foi a defesa do fim do IPI e a gente entende que agora há uma possibilidade. Começa reduzindo a alíquota, mas se a PEC 110 caminhar, é acabar com o IPI de uma vez", afirma Velloso.

CÉU DE BRIGADEIRO A Anac (agência reguladora) abre nesta semana um novo programa de melhores práticas de gestão ambiental entre os operadores aéreos para reduzir os impactos da aviação sobre o meio ambiente no país.

HORIZONTE Chamado de SustentAr, o projeto atingirá as empresas de transporte de passageiros, carga e taxi aéreo. A Anac afirma que a participação não será obrigatória. Os dados enviados pelas participantes vão ser apresentados em relatório da agência.

TERMÔMETRO Após forte período de aceleração, a demanda por teleconsultas para crianças aponta tendência de queda no país. No Einstein, a primeira quinzena de fevereiro teve cerca de 2.260 atendimentos pediátricos remotos. Se seguir neste ritmo, fechará o mês abaixo dos quase 5.400 registrados em todo janeiro.

FEBRE O cenário ainda supera o nível de novembro, quando a ômicron chegou. O Grupo Conexa, especializado em teleatendimento, também registrou a retração, principalmente em relação à Covid. Até domingo (20), foram mais de 2.200 atendimentos pediátricos referentes a sintomas de coronavírus, enquanto em janeiro, ultrapassou os 6.000.

RATOEIRA Mais de 400 lojas da Family Dollar nos Estados Unidos estão fechadas temporariamente por causa de uma infestação de ratos. Do mesmo grupo da Dollar Tree, conhecida pelos produtos de US$ 1, a empresa anunciou ainda, nesta segunda (21), um recall de mercadorias vendidas desde o ano passado.

GÁS A Coca-Cola Brasil determinou nesta terça (22) que passa a perseguir uma meta para elevar a diversidade racial na empresa. A ideia é chegar a 2030 com 30% de negros em cargos de liderança no país.

ENERGIA A empresa define suas posições de liderança a partir dos supervisores e postos acima, que têm a participação de 14% dos profissionais negros hoje. A meta também abrange o quadro geral de colaboradores no Brasil, que deve passar de 30% para 45%.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS
Jan., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria venceu em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Lira marca votação de jogos de azar, e evangélicos já articulam obstrução

Relator negociou ajustes para tentar votar projeto nesta quarta, mas há avaliação de que pauta pode ficar para depois do Carnaval

Danielle Brant

BRASÍLIA Sob oposição de grupos religiosos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vai tentar votar nesta quarta-feira (23) o projeto que legaliza jogos de azar, como o jogo do bicho, bingo e cassino, mas mesmo dentro de seu partido corre a avaliação de que a pauta pode ficar para depois do Carnaval.

Lira defende publicamente que o tema seja enfrentado pelos deputados, para contrariedade das bancadas evangélica e católica, que se articulam para obstruir a votação nesta quarta-feira.

Na Câmara, o requerimento que acelera a tramitação do texto foi aprovado em dezembro, na última sessão do ano passado, em negociação que envolveu a votação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que isenta de IPTU imóveis alugados por templos religiosos. Na ocasião, Lira afirmou que pretendia colocar o projeto em pauta em fevereiro.

Nesta terça-feira, o presidente da Câmara defendeu a votação em duas ocasiões. Pela manhã, em conferência do BTG Pactual, admitiu a necessidade de fazer ajustes no parecer do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), relator do texto. Ele disse que o jogo do bicho e cassinos ilegais são uma realidade no país.

"Nós temos jogos online. A seleção brasileira é patrocinada por um site que trata de jogos online. Ao redor de todos os campos de futebol estão propagandas. Você clica num site desse, abre um cassino virtual", disse. "O brasileiro entra com seu cartão de crédito, joga, aposta e o imposto é pago no Reino Unido, na Alemanha."

"Então é demagogia pura ou interesses de grupos sectários de não querer que esse debate vá à frente", criticou. "E nós não estamos propondo nenhum tipo de regalia, é regra dura, com compliance claro, para evitar todas as versões maléficas que se colocam em cima desse tema."

Ao chegar à Câmara, no fim da tarde, Lira falou novamente sobre o assunto e confirmou a votação para esta quarta. "Lógico que isso é uma demanda que vai andando naturalmente com deputados a favor, com deputados contra. O relator tem a obrigação de andar em todas as lideranças e tentar esclarecer o mais próximo possível da realidade, com fidedignidade, para que os deputados possam se posicionar."

Ele reconheceu haver resistências na oposição e na bancada evangélica, mas afirmou que a votação era uma oportunidade para o Congresso se posicionar sobre o assunto. Dentro do PP, partido de Lira, havia dúvidas sobre a possibilidade de a proposta ser votada nesta quarta. Isso porque até o início da noite o relatório com as alterações feitas por Carreras não estava disponível no sistema.

Além disso, parlamentares de partidos como MDB, PSD, Republicanos e União Brasil diziam nem sequer ter sido informados pelo relator sobre as mudanças. Ainda assim, aliados Lira confirmou que a votação ocorreria nesta quarta, ainda que sem acordo.

Diante da confirmação de Lira de que pretende votar o texto nesta quarta, entidades religiosas emitiram notas para se posicionar contra o projeto. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) afirmou que sua posição era "inegociável" contra a legalização dos jogos de azar.

"Os argumentos de que esta liberação aumentará a arrecadação de impostos, favorecerá a criação de postos de trabalho e contribuirá para tirar o Brasil da atual crise econômica seguem a repudiante tese de que os fins justificam os meios", criticou. "Cabe-nos, por razões éticas e evangélicas, alertar que o jogo de azar traz consigo irreparáveis prejuízos morais, sociais e, particularmente, familiares."

Presidente da frente parlamentar evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) defendeu que o projeto seja votado com o plenário presencial — a Câmara adotou o formato semipresencial por causa do aumento dos casos da variante ômicron.

"Na democracia se ganha e se perde, desde que seja um debate amplo, irrestrito, é isso que a gente espera", ressaltou. Na avaliação dele, Lira deveria ser menos parcial no que diz respeito à discussão.

"Mas é um direito que ele tem de demonstrar o seu alinhamento com a pauta, e a gente tem que articular e derrubar, mesmo sabendo que a gente está lutando contra o presidente da Casa."

Sóstenes passou o início da noite articulando com parlamentares da frente para tentar obstruir a votação. Segundo ele, parlamentares evangélicos de partidos como PSC, Republicanos — ligado à Igreja Universal — e outros defendiam a necessidade de analisar o texto antes de votar.

Na sexta (18), Carreras indicou que entre os pontos de divergência sobre o texto estavam a discussão sobre fantasy games, sobre apostas online e sobre cassinos turísticos.

Em seu relatório anterior, ele tinha a intenção de criar um sistema nacional de jogos de apostas, regulamentando a exploração de jogos de cassino, bingo e do jogo do bicho, entre outros.

+ SENADO CONVOCA PRESIDENTE DO BB PARA EXPLICAR EMPRÉSTIMOS
A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta terça-feira (22) requerimento de convocação do presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro. O diretor terá de explicar a ocorrência de critérios políticos para a concessão de empréstimos para estados. Reportagem da Folha mostrou que o BB tem segurado a concessão de crédito para estados comandados por adversários políticos do presidente Jair Bolsonaro (PL).

> Nós temos jogos online. A seleção brasileira é patrocinada por um site que trata de jogos online. Ao redor de todos os campos de futebol estão propagandas. Você clica num site desse, abre um cassino virtual. O brasileiro entra com seu cartão de crédito, joga, aposta e o imposto é pago no Reino Unido, na Alemanha
>
> **Arthur Lira (PP-AL)**
> presidente da Câmara

Morre aos 82 anos Ivoncy Ioschpe, da empresa de autopeças Iochpe-Maxion

SÃO PAULO Morreu nesta terça-feira (22), aos 82 anos, o empresário Ivoncy Brochmann Ioschpe, presidente emérito do conselho de administração da Iochpe-Maxion, fabricante de rodas e autopeças.

Ioschpe, que morreu em São Paulo, foi diretor-presidente da empresa até 1998 e era presidente do conselho desde 2014. A causa da morte do empresário não foi informada.

Segundo a empresa, a trajetória profissional dele foi marcada pelo empreendedorismo e visão de futuro.

"O sr. Ivoncy sempre buscou novas oportunidades de negócios para a Iochpe-Maxion. Foi assim com a entrada da companhia em diversos setores de atividades e, por fim, com a consolidação de suas atividades nos segmentos automotivo e ferroviário."

A companhia também lembra que o legado do empresário se estendeu aos campos social e humano, por meio da Fundação Iochpe, focada em qualificação profissional de jovens.

Gaúcho, ele era viúvo da socióloga e colecionadora de artes Evelyn Ioschpe, morta em 2019. Naquele ano, o casal havia cedido, em comodato, 300 obras de artistas modernos e contemporâneos brasileiros para a Pinacoteca de São Paulo.

Em nota, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) lamentou a morte do empresário, destacando do que ele teve uma trajetória bem-sucedida e construiu sua vida profissional com visão empreendedora e olhar para o futuro.

"Por seis anos, deu valiosas contribuições para o debate econômico no Conselho Superior de Economia da Fiesp. Teve ainda atuação destacada no campo social ao apoiar a educação e as artes, deixando, assim, um legado incontestável para a indústria e para o país", disse a Fiesp.

O presidente da federação, Josué Gomes da Silva, também destacou por meio de nota que a morte de Ioschpe é uma perda para a indústria, a economia nacional e o Brasil.

"Empreendedor nato, democrata convicto, líder empresarial de extrema competência, ao lado de sua amada Evelyn sempre atuou em iniciativas de responsabilidade social, notadamente na educação e na cultura", disse Gomes da Silva. O presidente da Fiesp acrescentou que, para Ivoncy, o trabalho somente faz sentido com um olhar mais amplo de seus resultados para a sociedade.

O empresário deixa dois filhos, sendo um deles o presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), Dan Ioschpe.

> Empreendedor nato, democrata convicto, líder empresarial de extrema competência, sempre atuou em iniciativas de responsabilidade social, notadamente na educação e na cultura
>
> **Josué Gomes da Silva**
> presidente da Fiesp

Redução de IPI será de 25%, diz Guedes; impacto é de R$ 20 bi

Metade da perda de receita será da União, e a outra, de estados e municípios

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça (22) que o governo prepara um corte de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). De acordo com membros do governo ouvidos pela **Folha**, o impacto para os cofres públicos é calculado em R$ 20 bilhões — sendo metade para a União e metade para estados e municípios.

"Vamos fazer o primeiro movimento agora e reduzir 25% do IPI. É um movimento de reindustrialização do Brasil", afirmou em evento do banco BTG Pactual. "Esse excesso de arrecadação não é para inchar a máquina de novo. Preferimos transformar esse ganho de arrecadação em redução de impostos para milhões de brasileiros", disse.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento no Planalto Pedro Ladeira - 10.fev.22/Folhapress

A Receita Federal encerrou 2021 com uma arrecadação recorde de R$ 1,8 trilhão, um aumento real de 17,3% em relação a 2020 — ano mais afetado pela pandemia da Covid-19. Analistas, no entanto, consideram que o valor foi impulsionado pela inflação, que o ritmo de crescimento não será o mesmo neste ano e que as despesas continuam subindo.

A redução do IPI também foi implementada no governo Dilma Rousseff (PT), para tentar movimentar a economia. Por ser um imposto regulatório, o IPI pode ter suas alíquotas alteradas por meio de decreto presidencial, sem necessidade de aval do Congresso — onde governadores e prefeitos, que também seriam afetados, exercem poder de pressão.

A ideia é que, caso a proposta seja implementada, apenas cigarros e bebidas continuem com tributação mais elevada. Já produtos de linha branca ou automóveis, por exemplo, teriam a carga reduzida.

O ministro disse que a medida tem o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele não informou quando seria implementada nem que tipo de compensação orçamentária está sendo planejada.

Guedes diz que a medida é necessária porque a indústria sofre há décadas com altos impostos, juros altos e encargos trabalhistas excessivos.

Conforme mostrou a **Folha**, o governo tem usado o corte de IPI como forma de pressão sobre governadores para que eles aceitem uma mudança na cobrança do ICMS dos combustíveis.

Enquanto o governo estuda cortar tributos federais para baixar os preços nas bombas, a equipe econômica quer que os governadores também deem sua contribuição na redução em vez de reajustar salários de servidores. Para isso, passou a estimular a aprovação do projeto de lei complementar 11/2020 — que está no Senado e altera regras do ICMS sobre combustíveis.

No dia 16, no entanto, 27 secretários estaduais de Fazenda divulgaram carta contra o projeto 11/2020. Isso ocorreu mesmo após a versão do substitutivo apresentado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN). Agora, Guedes volta a falar no IPI.

As diferentes ideias de cortes de impostos vêm sendo acompanhadas de perto pelo mercado devido ao potencial de impacto fiscal das medidas.

Sergi Lanau, economista-chefe-adjunto do IIF (Instituto de Finanças Internacionais, associação global de bancos), escreveu em artigo nos últimos dias que o Brasil dificilmente evitará um cenário de crescimento acelerado da dívida nos próximos cinco anos se implementar cortes tributários significativos, como em combustíveis.

Lanau via a proposta de corte no IPI do Ministério da Economia como a opção com menor impacto. Outras propostas, no entanto, continuam em discussão paralelamente.

O preço dos combustíveis é uma prioridade de Bolsonaro e da base aliada, que teme o impacto nas eleições e tem buscado diferentes iniciativas para endereçar o tema.

Nas duas Casas do Congresso, a redução no preço dos combustíveis é discutida. Na Câmara, foi protocolada pelo deputado governista Christino Áureo (PP-RJ) uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com aval do Planalto.

Já no Senado, surgiu outra apelidada de "PEC Camicase" pela equipe econômica. Ela contou com o apoio de ministros do governo e do senador e filho do presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O impacto potencial é superior a R$ 100 bilhões, segundo membros da pasta do ministro Paulo Guedes.

No cenário atual — ou seja, desconsiderando um corte tributário sobre combustíveis ou no IPI—, o Tesouro Nacional já calcula que o endividamento do governo vai se manter acima do nível pré-Covid por ao menos mais dez anos.

Ministro afirma que estuda ampliar saques do FGTS

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (22) que o governo pode flexibilizar até o fim do ano o uso de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Ele disse que há pessoas passando dificuldades enquanto têm dinheiro disponível no fundo.

"Há várias iniciativas que podemos ter até o fim do ano que devem ajudar a economia a crescer. Podemos mobilizar recursos do FGTS também, porque são fundos privados." BTG Pactual.

"São pessoas que têm recursos lá e que estão passando por dificuldades. Às vezes o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no FGTS. Por que não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado?", questionou.

O FGTS, espécie de poupança do trabalhador, só pode ser sacado em algumas situações — como demissão sem justa causa, casos de doença grave e compra de imóvel.

O governo já tinha flexibilizado o uso dos recursos em julho de 2019, quando instituiu o chamado saque-aniversário.

A guerra de Putin e Brasil

Rússia pode ter meios de bancar sanções e prolongamento da crise na Ucrânia

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

As retaliações do "Ocidente" contra a Rússia divulgadas até agora não devem tirar o sono do Vladimir Putin, que talvez nem durma. Quem sabe seja um Vampiro Highlander movido a venenos energéticos da defunta, mas viva, KGB.

Além da piada, e daí? Se Putin pode aguentar as sanções, pode ainda por muito tempo comer a Ucrânia pelas bordas e, assim, manter o salseiro na política e na finança do "Ocidente".

Se por mais não fosse, isso nos interessa, habitantes do extremo Ocidente, periferia do mundo, do Brasil. Para contínua e quase geral surpresa, o real e a Bolsa continuam a se valorizar, a subir dos buracos profundos onde a epidemia, a dívida e Jair Bolsonaro haviam jogado os preços dos ativos financeiros do país.

Até quando dura esse amor do dinheiro pelas xepas financeiras do Brasil? Quanto pode durar com uma crise fervendo baixo e por tempo considerável na Ucrânia? Até quando pode durar, dado que teremos alta de juros nos EUA a partir do mês que vem e campanha eleitoral mais séria a partir de abril?

A ameaça de guerra não fez coceira na calmaria financeira do Brasil, relativa e recente, é bom lembrar. Mas convém não descuidar do rolo na pobre Ucrânia.

Joe Biden disse que "cortou" o financiamento da Rússia nos EUA. Não é bem assim. Instituições financeiras americanas não podem comprar dívida nova do governo russo faz algum tempo; agora, não vão poder negociar títulos de dívida no mercado secundário. Não há sanção à vista para empresas privadas (fora aquelas que façam mutreta com Putin, financiem guerra, assassinato, envenenamento etc.).

Apenas um sexto da dívida externa russa é do governo (e equivale a 5% do PIB, US$ 80 bilhões); no mais, é privada. As empresas têm tido e terão mais dificuldade de se financiar e refinanciar, decerto.

Falta de acesso a crédito externo novo pode dar problema, a médio prazo (como uma desvalorização do rublo, entre outros). Mas a Rússia tem superávit externo (mais de 2% do PIB) e US$ 600 bilhões de reservas. Aguenta o tranco; Putin, um autocrata, aguenta ainda mais, a não ser que a elite russa (militares, oligarcas) tenha poder de botá-lo para fora, coisa do que o "Ocidente" não parece fazer a menor ideia.

Se Putin pode pagar para quase anexar um pedaço da Ucrânia (parte das repúbliquetas separatistas de Donetsk e Lugansk), talvez tente ver quanto custa outro lance de audácia temerária. E a crise se arrasta: petróleo mais caro, talvez trigo, milho, soja e óleo de cozinha também, mais inflação. Rússia e Ucrânia têm peso nos mercados mundiais de grãos e de alguns metais também, para nem falar na energia, claro.

O mercado financeiro americano já está malparado. Inflação, gasolina cara, fiasco no Afeganistão e peitadas de Putin derrubaram e derrubam o prestígio de Joe Biden, de resto. O que vai fazer de mais drástico?

Sanções que ameacem o fornecimento de gás e petróleo para a União Europeia podem dividir os europeus, pois a dependência da energia russa e a capacidade de financeira de aguentar trancos é variada. Há, pois, pelo menos risco de haver opiniões diferentes do que fazer com os russos.

Se não se meter em um conflito aberto de grande escala, um risco e um custo enormes, Putin pode levar a guerra de fricção adiante. Não é uma previsão, é uma hipótese, uma situação que pode causar danos mais relevantes na economia mundial.

Sem estratégia e sem instrumentos ou armas para dissuadir a Rússia sem causar estrago geral, para si inclusive, o "Ocidente" talvez tenha de tourear Putin por muito tempo, com os estragos previsíveis. Essa conta chegaria também à nossa porta.

Acionistas aprovam capitalização, e privatização da Eletrobras avança

Próximo passo é definir preço de papéis; TCU pode ser obstáculo para realizar operação em 2022

Alexa Salomão e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O governo deu nesta terça (22) mais um passo no processo de privatização da Eletrobras, com a aprovação da venda de novas ações da companhia em assembleia de acionistas.

O objetivo é reduzir a fatia da União de 70% para 45% do capital, tornando a empresa uma corporação com capital pulverizado. A proposta teve apoio de acionistas privados. Por outro lado, sindicatos ligados a empregados da Eletrobras protestaram.

Na assembleia, além da reestruturação societária da Eletrobras, que deixará de ter controle estatal, o governo aprovou a venda das ações da empresa em Itaipu por R$ 1,2 bilhão, e a cisão da Eletronuclear, operadora das usinas nucleares de Angra dos Reis.

As duas companhias serão transferidas a uma nova estatal, chamada ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.), criada especificamente para esse fim.

A assembleia chegou a ser suspensa algumas vezes para que representantes da empresa respondessem a questionamentos de investidores sobre os termos da operação. Uma das principais dúvidas foi justamente sobre a avaliação da fatia da companhia em Itaipu.

Com os recursos da venda de ações, a Eletrobras deverá pagar ao governo, em até 30 dias, R$ 32 bilhões referentes à renovação das outorgas de usinas hidrelétricas que opera. Outros R$ 25,3 bilhões devem ser pagos pela mudança em contratos que já haviam sido renovados.

A privatização da Eletrobras é uma das prioridades do governo, que chega a seu último ano sem cumprir a promessa de vender grandes estatais, como os Correios.

Apesar da aprovação dos acionistas, os trabalhadores pretendem manter a oposição ao processo. "A realização da assembleia de acionistas para a aprovação da privatização da Eletrobras foi novo capítulo da novela de violações à legislação, à Constituição e ao interesse público por parte do governo, como já denunciado com vigor pelo ministro Vital do Rêgo na última sessão do TCU [Tribunal de Contas da União]", disse Maximiliano Garcez, advogado do Coletivo Nacional dos Eletricitário.

O ministro questionou os critérios usados para definir quanto vale a Eletrobras, defendendo que uma avaliação correta levaria seu preço a R$ 130 bilhões, praticamente o dobro do valor definido pela corte, de R$ 67 bilhões. Ele foi o único a votar contra.

A aprovação da capitalização pela assembleia é vista por analistas do mercado financeiro, ouvidos na condição de não terem o nome divulgados, como um avanço decisivo nos procedimentos considerados técnicos exigidos nesse tipo de operação.

Os próximos passos incluem a divulgação dos resultados de 2021, prevista para 14 de março, seguida da assembleia-geral ordinária, para a aprovação das contas, e a divulgação do relatório financeiro.

Esses ritos atendem as regras exigidas para a publicação do prospecto a investidores quando ocorrem ofertas de ações. No caso da operação da Eletrobras, há um item adicional, uma nova sessão do TCU.

A estimativa é que a corte estaria pronta para votar no final de março ou início de abril.

Os ministros do TCU vão avaliar a separação de Itaipu e das usinas nucleares. Também vão debater o preço mínimo da ação, calculado por consultorias contratadas pelo BNDES. Essa é a discussão considerada mais sensível.

Os valores são sigilosos e não serão divulgados publicamente.

Essa etapa é qualificada como a parte política e sensível da fase final de formatação da capitalização. Nesse caso, há dois cenários bem distintos nas planilhas dos analistas.

Se não houver discordância, esses itens são aprovados, e a operação pode ocorrer ainda em maio. No pior cenário, porém, algum ministro poderia pedir vistas, empurrando a oferta para agosto, um momento mais quente da corrida eleitoral, o que até poderia inviabilizar a capitalização neste ano.

O governo defende que o processo reduzirá a conta de luz, ao diminuir o peso da CDE nas tarifas e minimizar o risco hidrológico que hoje o consumidor carrega.

A MP (medida provisória) que deu as bases para a privatização, porém, foi aprovada com diversos jabutis que, para a indústria, terão efeito contrário, como a obrigatoriedade de contratação de energia térmica e de pequenas centrais hidrelétricas.

ASSAÍ ATACADISTA

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro ano do Assaí Atacadista como empresa independente e listada em Bolsa foi bem-sucedido, mesmo diante das dificuldades impostas pelos cenários econômico e sanitário em 2021. Entregamos os objetivos anunciados em expansão, ganhamos *market share* em todas as regiões do País e mantivemos a margem EBITDA em patamares elevados e consistentes.

Cumprimos o plano de expansão com a abertura histórica de 28 novas lojas em um único ano, das quais 24 orgânicas, o que representou um recorde de construção também para o setor de *cash & carry*. Encerramos o ano com 212 unidades em operação e uma área de vendas de 964 mil m², um crescimento de 19% em relação a 2020.

A expansão foi acompanhada também do crescimento da nossa gente. Geramos 11 mil novos empregos em 2021 - contra 5,4 mil em 2020. Além disso, beneficiamos milhares de famílias em situação de vulnerabilidade através da doação de mais de 1,3 mil toneladas de alimentos, uma quantidade 27% superior a 2020.

Iniciativas como essa reforçam o quanto a sustentabilidade permeia todas as ações e decisões tomadas, refletindo também na diversidade do nosso time. Aumentamos em 3 p.p. a quantidade de mulheres em cargos de liderança (26% do total). Além disso, 65% dos colaboradores(as) da Companhia se autodeclaram negros(as) ou pardos(as), dos quais 45% ocupam cargos de liderança dos quais 45% ocupam cargos de liderança.

A adversidade do cenário econômico no último ano não impediu que seguíssemos com a nossa trajetória de crescimento também nos resultados financeiros. O sólido desempenho da expansão e a bem-sucedida estratégia comercial resultaram no faturamento anual de R$45,6 bilhões, incrementando mais de R$6 bilhões em relação a 2020 e mais de R$15 bilhões em relação a 2019. No ano, atingimos lucro líquido que ultrapassou R$1,6 bilhão, um expressivo crescimento de +61% em comparação a 2020.

O ano de 2021 foi histórico ainda pois, em outubro, anunciamos a transação que envolve a conversão de 70 lojas do Extra Hiper em Assaí. Essa operação oferece uma oportunidade única de acelerarmos nosso crescimento, ampliando e fortalecendo a presença nacional em localizações centrais e de grande adensamento. Acreditamos que os próximos meses serão desafiadores. Mesmo assim, manteremos o plano de expansão acelerado, com a abertura de aproximadamente 50 novas lojas em 2022; continuaremos gerando empregos e renda a milhares de famílias e aumentaremos a nossa presença digital. Temos o modelo de negócio e o time certo para sairmos mais fortalecidos deste ano, estando presentes cada vez mais nas vidas dos(as) brasileiros(as).

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	**2.550**	3.532
Contas a receber	8	**265**	182
Estoques	9	**4.380**	3.739
Impostos a recuperar	10	**876**	768
Instrumentos financeiros derivativos	16.12	**4**	57
Dividendos a receber	12	**16**	–
Outras contas a receber		**59**	34
Outros ativos circulantes		**72**	37
		8.222	8.349
Ativos mantidos para venda	28	**550**	–
Total do ativo circulante		**8.772**	8.349
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	**770**	866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	**45**	–
Instrumentos financeiros derivativos	16.12	**28**	11
Partes relacionadas	11	**114**	178
Depósitos judiciais	17.7	**119**	134
Outros ativos não circulantes		**10**	1
		1.086	1.190
Investimentos	12	**789**	769
Imobilizado	13.2	**10.320**	7.476
Intangível	14	**1.887**	1.037
		12.996	9.282
Total do ativo não circulante		**14.082**	10.472
TOTAL DO ATIVO		**22.854**	18.821

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	15	**5.942**	5.058
Empréstimos e financiamentos	16.12	**433**	280
Debêntures e notas promissórias	16.12	**180**	1.840
Salários e encargos sociais		**425**	371
Passivo de arrendamento	18.3	**244**	172
Partes relacionadas	11	**368**	41
Demais impostos a recolher		**158**	104
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	424
Receitas antecipadas	19	**356**	227
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.2	**168**	85
Outros passivos circulantes		**370**	184
Total do passivo circulante		**8.644**	8.786
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16.12	**1.154**	952
Debêntures e notas promissórias	16.12	**6.266**	4.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	–	82
Provisão para demandas judiciais	17	**205**	282
Passivo de arrendamento	18.3	**3.807**	2.604
Receitas antecipadas	19	–	1
Outros passivos não circulantes		**12**	8
Total do passivo não circulante		**11.444**	8.688
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	**788**	761
Reserva de capital		**18**	4
Reservas de lucros		**1.961**	582
Outros resultados abrangentes		**(1)**	–
Total do patrimônio líquido		**2.766**	1.347
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**22.854**	18.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhões de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	4.421	18	177	–	2.320	–	162	7.098
Outros resultados abrangentes								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.398	–	1.398
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	–	–	–	–	–	–	(233)	(233)
Resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	–	1.398	(233)	1.165
Aumento de capital com imóveis	369	–	–	–	–	–	–	369
Aumento de capital em espécie	650	–	–	–	–	–	–	650
Capitalização de créditos - Cisão	140	–	–	–	–	–	–	140
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	1.945	1.945
Aumento de capital - Bellamar	769	–	–	–	–	–	–	769
Aumento de capital - Ativos e passivos indenizatórios	127	–	–	–	–	–	–	127
Reorganização societária	(5.715)	(19)	(30)	–	(2.866)	–	(1.874)	(10.504)
Opções de ações outorgadas	–	5	–	–	–	–	–	5
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(310)	–	(310)
Dividendos (nota nº 21.2)	–	–	–	–	–	(85)	–	(85)
Transações com não controladores	–	–	–	–	(22)	–	–	(22)
Reserva legal (nota nº 21.3)	–	–	5	–	–	(5)	–	–
Reserva para retenção de lucros	–	–	–	–	998	(998)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	761	4	152	–	430	–	–	1.347
Outros resultados abrangentes								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**1.610**	–	**1.610**
Valor justo de perda de crédito esperada	–	–	–	–	–	–	**(1)**	**(1)**
Resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	–	**1.610**	**(1)**	**1.609**
Aumento de capital em espécie (nota nº 21.1)	**27**	–	–	–	–	–	–	**27**
Opções de ações outorgadas	–	**14**	–	–	–	–	–	**14**
Juros sobre capital próprio (nota nº 21.2)	–	–	–	–	–	**(63)**	–	**(63)**
Dividendos (nota nº 21.2)	–	–	–	–	–	**(168)**	–	**(168)**
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 21.4)	–	–	–	**709**	**(430)**	**(279)**	–	–
Reserva legal (nota nº 21.3)	–	–	**5**	–	–	**(5)**	–	–
Reserva para retenção de lucros	–	–	–	–	**1.095**	**(1.095)**	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**788**	**18**	**157**	**709**	**1.095**	–	**(1)**	**2.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	22	**41.898**	36.043
Custo das mercadorias vendidas	23	**(34.753)**	(30.129)
Lucro bruto		**7.145**	5.914
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	**(3.334)**	(2.811)
Despesas gerais e administrativas	23	**(588)**	(435)
Depreciações e amortizações		**(638)**	(503)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**47**	209
Outras despesas operacionais, líquidas	24	**(53)**	(97)
		(4.566)	(3.637)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		**2.579**	2.277
Receitas financeiras	25	**188**	343
Despesas financeiras	25	**(918)**	(786)
Resultado financeiro líquido		**(730)**	(443)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.849**	1.834
Imposto de renda e contribuição social	20.1	**(239)**	(436)
Lucro líquido do exercício		**1.610**	1.398
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	26	**1,19802**	1,04328
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	26	**1,18852**	1,04328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**1.610**	1.398
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de perda de crédito esperada	**(1)**	–
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	–	(233)
Resultado abrangente do exercício	**1.609**	1.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**1.610**	1.398
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(127)**	(268)
(Ganho) perda na alienação do imobilizado e de arrendamento	**(12)**	42
Depreciações e amortizações	**687**	537
Juros e variações monetárias	**911**	491
Resultado de equivalência patrimonial	**(47)**	(209)
(Reversão) provisão para demandas judiciais	**(48)**	38
Provisão de opção de compra de ações	**14**	5
Provisão para obsolescência e quebras	**302**	283
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**2**	–
	3.292	2.317
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(85)**	(66)
Estoques	**(943)**	(1.257)
Impostos a recuperar	**(12)**	(8)
Depósitos judiciais	**15**	(11)
Outros ativos	**(69)**	86
Fornecedores	**884**	791
Salários e encargos sociais	**54**	92
Partes relacionadas	**391**	(64)
Demandas judiciais	**(49)**	(8)
Impostos e contribuições a recolher	**4**	526
Receita antecipada	**128**	(170)
Dividendos recebidos	**11**	1.399
Outros passivos	**25**	(15)
Imposto de renda e contribuição social, pagos	**(374)**	(67)
	(20)	1.228
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.272**	3.545
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(2.231)**	(1.281)
Aquisição de bens do ativo intangível	**(854)**	(25)
Aquisição de bens mantidos para venda	**(403)**	–
Venda de bens do imobilizado	**212**	610
Caixa líquido de reorganização societária	–	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.276)**	(710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em espécie	**27**	650
Captação de empréstimos	**6.090**	594
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(6.479)**	(1.786)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	**(148)**	(310)
Pagamentos de passivo de arrendamento	**(468)**	(327)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(978)**	(1.179)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(982)**	1.656
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.532**	1.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**2.550**	3.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Receitas		
Vendas de mercadorias	**45.585**	39.457
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**(2)**	–
Outras receitas, líquidas	**159**	495
	45.742	39.952
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	**(38.017)**	(32.470)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(2.222)**	(2.135)
	(40.239)	(34.605)
Valor adicionado bruto	**5.503**	5.347
Retenções		
Depreciação e amortização	**(687)**	(537)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**4.816**	4.810
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**47**	209
Receitas financeiras	**198**	343
	245	552
Valor adicionado total a distribuir	**5.061**	5.362
Pessoal	**2.189**	1.917
Remuneração direta	**1.463**	1.227
Benefícios	**518**	481
FGTS	**115**	95
Outros	**93**	114
Impostos, taxas e contribuições	**333**	1.245
Federais	**193**	610
Estaduais	**86**	580
Municipais	**54**	55
Financiadores externos	**929**	802
Juros	**923**	786
Aluguéis	**6**	16
Remuneração de capitais próprios	**1.610**	1.398
Juros sobre capital próprio e dividendos	**231**	395
Lucros retidos	**1.379**	1.003
Valor adicionado total distribuído	**5.061**	5.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3", e na bolsa de *New York Stock Exchange* (NYSE), como *ticker* "ASAI". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ". Possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava 212 lojas e 14 Centros de Distribuição, estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 23 estados e no Distrito Federal.

Com o processo de reorganização societária ocorrido em 31 de dezembro de 2020, vide nota nº 1.2, a Companhia deixou de ser uma subsidiária integral do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") e passou a ser uma controlada direta da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes"). Em 31 de dezembro de 2020, o Éxito foi cindido para o GPA, vide nota nº 1.2.

1.1 Listagem Sendas no Novo Mercado da B3 e NYSE

A Companhia, através do Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2021, comunicou ao mercado que em 10 de fevereiro de 2021 foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 e em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem dos *American Depositary Securities* ("ADS") de emissão da Companhia na NYSE.

Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA, após o encerramento do pregão de 26 de fevereiro de 2021 ("Data Corte"), receberam ações de emissão de Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social do GPA.

As ações e os ADSs de emissão da Companhia passaram a ser negociados na B3 e NYSE a partir de 1º de março de 2021.

1.2 Reorganização societária

Em 12 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de Reorganização Societária ("Cisão"), visando realizar a segregação da unidade de *cash and carry* explorada sob a marca "ASSAÍ" pela Companhia, das demais atividades de varejo tradicional do GPA, tendo sido divulgado ao mercado em 14 de dezembro de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária, que compreende:

i) Cisão da Companhia: cisão parcial de Sendas com a incorporação do acervo cindido pelo GPA, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente foi de R$9.179, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 393.010.656 ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito ("Participação Éxito") e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas ("Ativos Operacionais"), no valor de R$25; e

ii) Cisão do GPA: cisão parcial do GPA, visando segregar a totalidade da participação acionária que o GPA detinha na Companhia, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente, foi de R$1.216, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

No processo de cisão entre Sendas e GPA, foi realizada uma permuta de ativos, que transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 ações e equivalente a, aproximadamente, 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito, mediante o recebimento dos seguintes ativos de propriedade do GPA, que passaram a ser explorados pela Companhia:

i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. ("Bellamar"), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), que totalizam o valor de R$769, vide nota nº 12.1, e imóveis, que totalizam o valor de R$146;

ii) Aumento de capital na Companhia no montante de R$685, sendo por: a) R$500 em dinheiro; b) R$140 mediante a capitalização de valores a pagar ao GPA; c) R$45 mediante o acervo líquido contábil de ativos de lojas para futura exploração da Companhia; e

iii) R$168 referente a contingências, e depósitos judiciais relacionados, e que a Companhia e o GPA acordaram que serão responsáveis após a cisão. Esses efeitos indenizatórios foram registrados em Partes relacionadas, vide nota nº 11.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de novembro de 2020, a Companhia obteve dos seus credores, todas as autorizações necessárias a fim de permitir a segregação da sua unidade de *cash & carry* por meio da referida cisão, na mesma data também foi aprovada a repactuação de determinadas taxas de remuneração e a liberação do GPA como garantidor das emissões das debêntures e notas promissórias da Companhia. O valor total da dívida renegociada foi de R$6.644, representando 85% da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Em contrapartida da repactuação das taxas de remuneração, a Companhia obteve um "*waiver*" dos *covenants* financeiros para o período de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2023 e, devido a essa renegociação, foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R$71, que foi registrado na rubrica custo da dívida.

1.3 *Sale and Leaseback*

Em 19 de julho de 2021, a Companhia celebrou o "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento Imobiliário, Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície, Sob Condições Suspensivas e Outras Avenças" com fundo de investimento administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela TRX Gestora de Recursos Ltda. O Instrumento tem por objeto a venda, o desenvolvimento e a locação de 5 imóveis da Companhia localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia.

A operação contemplou a venda de cinco imóveis, sobre os quais serão realizadas obras de construção e desenvolvimento imobiliário. O valor total de venda a ser recebido pela Companhia é de R$364, sendo que o valor de venda e de custeio das obras de construção dos imóveis servirão de base para a definição do valor final dos aluguéis mensais dos imóveis. O valor transferido desses ativos para a rubrica de "Ativos mantidos para venda" foi de R$349, vide nota nº 13.2.

A Companhia concluiu a venda de três desses imóveis durante 2021 no valor de R$209, sendo recebido parcialmente o valor de R$192, e o saldo remanescente de R$17 será liquidado conforme acordado em confissão de dívida, mediante medição das obras em andamento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos ativos mantidos para venda referente aos dois imóveis restantes é de R$147, vide nota nº 28. Em relação aos dois imóveis, foi recebido o valor de R$68, porém como não foram cumpridas todas as condições suspensivas para a efetivação da venda, esse valor foi registrado como receita antecipada, vide nota nº 19.

1.4 Conversão de lojas Extra Hiper em Assaí

Em 14 de outubro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia e do GPA aprovaram a transação para a conversão de lojas Extra Hiper, operadas pelo GPA, em lojas de *cash & carry* operadas sob a bandeira ASSAÍ ("Transação").

Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA assinaram o "Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças" ("Contrato"), regulando a cessão ao ASSAÍ, dos direitos de exploração de até 70 pontos comerciais localizados em diversas unidades federativas do Brasil, sendo 17 imóveis próprios do GPA e 53 imóveis de terceiros, pelo valor total de até R$3.973, a ser pago pela Companhia, de forma parcelada entre dezembro de 2021 a janeiro de 2024, reajustadas pelo CDI + 1,2% a.a., podendo também envolver a aquisição pela Companhia de alguns equipamentos existentes nas lojas.

O fechamento da operação prevista no Contrato está sujeito ao cumprimento de determinadas condições prévias, incluindo, mas não se limitando, à obtenção de consentimento prévio de proprietários dos imóveis e desmobilização das lojas pelo GPA, com data limite para cessão de todos os pontos comerciais à Companhia em até 31 de março de 2022, sendo que essa operação não está sujeita à aprovação das autoridades concorrenciais.

Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA, firmaram a compra e venda de 20 pontos comerciais (6 imóveis próprios do GPA e 14 imóveis de terceiros) e ativos imobilizados (terrenos e edifícios) dos 6 imóveis próprios do GPA no valor de R$1.201, localizados nos Estados de Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e no Distrito Federal, os quais tiveram superadas as condições prévias, vide notas nº 11 e 14. Na mesma data, a Companhia efetuou o pagamento no valor de R$1.000 ao GPA referente a essas aquisições. Os ativos imobilizados adquiridos dos 6 imóveis próprios do GPA estão registrados na rubrica "Ativos mantidos para venda", no valor de R$403, vide nota nº 28.

Em paralelo à Transação, o GPA e a Companhia alienarão os 17 imóveis próprios (11 imóveis próprios do GPA e 6 imóveis adquiridos pela Companhia) com preço de venda de até R$1.200, a determinado fundo imobiliário ("Fundo") com a interveniência e garantia da Companhia, a alienação deverá ser concretizada até 30 de novembro de 2022 e a Companhia se compromete a celebrar um ou mais compromissos de compra e venda, referente aos imóveis que não tiverem sido adquiridos pelo Fundo.

A Companhia incorreu em despesas com honorários advocatícios, avaliação dos imóveis e *due diligence*, referentes à operação, sendo essas despesas registradas em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado, vide nota nº 24.

1.5 Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde dezembro de 2019, enfrentamos a pandemia COVID-19. Desde então, a Companhia vem monitorando os impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela Alta Administração, que toma decisões de prevenção e contenção da pandemia em linha com o recomendado pelo Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, distribuição de itens de segurança/proteção aos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, uma vez que não sofremos as restrições impostas pelo governo por fechamento, ou *lockdown*, por sermos considerados serviço essencial. A Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas.

Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e em 29 de janeiro de 2021 emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações financeiras, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

• A Companhia revisitou seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos de lojas e ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021, e não foram observados decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. Em virtude da incerteza quanto ao final da pandemia e suas consequências macroeconômicas, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável para alguns de seus ativos e, consequentemente, revisitou o teste de recuperação de ativos, vide nota nº 13.1.

O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela Alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,40% em 31 de dezembro de 2021 (9,80% em 31 de dezembro de 2020), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,60% em 31 de dezembro de 2021 (4,62% em 31 de dezembro de 2020). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

• Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões para perdas adicionais àquelas já registradas;

• Quanto aos estoques, não prevemos necessidade de ajuste para realização;

• Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas demonstrações financeiras. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;

• A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento; e

• Por fim, os custos necessários para adaptação das nossas lojas para atendimento ao público não foram significativos, vide nota nº 24.

Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, incluindo a variante Ômicron, não há efeitos que devessem ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças ou registros de provisões, além daquelas já divulgadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas divulgações.

1.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID-19 (vide nota nº 1.5). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicáveis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Não há ativos e passivos relevantes de longo prazo sujeitos ao ajuste a valor presente. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados ao valor presente.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

3.3 Aquisições e combinações de negócios

As transações sob controle comum não têm previsão expressa no IFRS, onde as transações com finalidade meramente de reorganização societária, sem essência econômica, são tratadas a custo pela Companhia e seus efeitos registrados no patrimônio líquido. As transações efetuadas com substância econômica são tratadas a valor de mercado seguindo o CPC 15 (R1) / IFRS 3.

3.4 Investimentos em controladas em conjunto (*Joint Ventures*)

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial.

3.5 Subvenções governamentais

As Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

continua →☆

→☆ continuação

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3.6 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota nº 21.2.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos realizadas pela Companhia estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.8 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Reapresentação das reservas de lucros e dividendos propostos

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 22 de fevereiro de 2021, a reserva legal foi constituída no montante de R$217, ficando superior ao limite de 20% do capital social da Companhia conforme estabelecido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/1976. O quadro abaixo demonstra os impactos dos ajustes para a adequada constituição da reserva legal e dividendos propostos e a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia, vide notas nº 21.2 e 21.3.

	31/12/2020		
Passivo circulante	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Dividendos a pagar	22	63	85
Total do passivo circulante	**8.723**	**63**	**8.786**
Patrimônio líquido			
Reserva legal	217	(65)	152
Retenção de lucros	428	2	430
Total patrimônio líquido	**1.410**	**(63)**	**1.347**

5 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2021

5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2021, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 38/ IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48/ IFRS9: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.
Revisão CPC 06 (R2)/ IFRS16	Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido para arrendatário em contrato de arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia não faz uso desse expediente prático.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente os CPCs e IFRSs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 1: - Classificação de passivos como circulante e não circulante - Divulgação de políticas contábeis	- Especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. - As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais.	01/01/2023
Alterações do CPC 23 (R1) e IAS 8: Definição de estimativas contábeis	Introduzir a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - *Impairment*: notas nºs 8.3, 13.1, 14.1 e 14.2.
- Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda, nota nº 9.
- Impostos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários, nota nº 10.
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros: mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nota nº 16.10.
- Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade, nota nº 17.
- Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental, nota nº 18.
- Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, nota nº 20.
- Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação, nota nº 21.5.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias - Brasil	74	64
Caixa e contas bancárias - Exterior (*)	25	29
Aplicações financeiras - Brasil (**)	2.451	3.439
	2.550	3.532

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R$25 em dólares norte-americanos (R$24 em dólares norte-americanos e R$5 em pesos colombianos em 31 de dezembro de 2020).

(**) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 109,64% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (96,96% do CDI em 31 de dezembro de 2020) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

8 CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vendidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

A estimativa para perdas esperadas de contas a receber mensuradas ao custo amortizado é apresentada como redutor do seu saldo contábil.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento. A cada data de balanço patrimonial, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

Proveniente de vendas com:	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Administradoras de cartões de crédito	8.1	75	62
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas	11.1	24	17
Tickets de vendas e boletos	8.2	118	77
Contas a receber de partes relacionadas	11.1	31	10
Contas a receber de fornecedores/boletos		23	20
		271	186
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	8.3	(6)	(4)
		265	182

Abaixo apresentamos a composição das contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos: Até 30 dias	Títulos vencidos: > 90 dias
31/12/2021	**271**	**269**	**1**	**1**
31/12/2020	186	181	2	3

8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento dos valores a vencer junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realiza a baixa do saldo de contas a receber.

8.2 *Tickets* de vendas e boletos

Refere-se a valores provenientes de transações via meio de recebimentos: (i) tickets e vale-refeição R$56 (R$36 em 31 de dezembro de 2020); e (ii) boletos R$62 (R$41 em 31 de dezembro de 2020).

8.3 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(4)	(5)
Adições	(15)	(4)
Reversões	13	5
No fim do exercício	(6)	(4)

9 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lojas		3.955	3.416
Centrais de distribuição		878	818
Acordos comerciais	9.1	(416)	(444)
Perdas com estoques	9.2	(37)	(51)
		4.380	3.739

9.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R$416 (R$444 em 31 de dezembro de 2020).

9.2 Perdas com estoques

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	(51)	(41)
Adições	(315)	(303)
Reversões	13	20
Baixas	316	273
No final do exercício	(37)	(51)

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	10.1	1.153	1.311
PIS/COFINS	10.2	370	141
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	10.3	54	36
Impostos retidos a recuperar	10.4	61	144
Outros		8	2
Total		1.646	1.634
Circulante		876	768
Não Circulante		770	866

10.1 Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	402
De 1 a 2 anos	263
De 2 a 3 anos	277
De 3 a 4 anos	84
De 4 a 5 anos	32
Após 5 anos	95
Total	1.153

10.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

O STF resolveu modular os efeitos da decisão, para os contribuintes que distribuíram as ações antes de 15 de março de 2017 ou com processos administrativos em andamento antes também dessa mesma data, teriam direito a aproveitar o período passado. Como a decisão foi proferida em processo com repercussão geral reconhecida, o entendimento firmado é de observância obrigatória por todos os juízes e tribunais. A Companhia informa que tinha ação judicial ingressada em 31 de outubro de 2013, tendo obtido decisão favorável e trânsito em julgado em 16 de julho de 2021, permitindo desta forma o reconhecimento do crédito do período abrangido na ação judicial. Em 2021, já com o trânsito em julgado, a Companhia processou o cálculo de acordo com as regras definidas pelo STF, e registrou definitivamente seu direito no montante de R$216 (sendo R$175 na receita líquida e R$41 no resultado financeiro decorrente de atualização monetária), contemplando o período abrangido pela ação judicial de 2008 até 2016. Referidos créditos assim que habilitados pela Receita Federal podem ser monetizados, a Companhia estima a realização até dezembro de 2022.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com base nas mesmas premissas acima mencionadas.

10.3 Incidência de contribuições previdenciárias

Em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento dos temas que envolvem a inconstitucionalidade nas contribuições previdenciárias, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização de créditos de INSS no valor de R$11 em 31 de dezembro de 2021 (R$11 em 31 de dezembro de 2020).

10.4 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 27 de setembro de 2021, o STF reconheceu, em sede de repercussão geral (RE 1.063.187) Tema 962, a inconstitucionalidade do direcimento à tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

Baseado nessa decisão proferida por unanimidade da Suprema Corte em 2021, a Companhia analisou o período judicializado abrangente de 2013 a 2021, realizando o levantamento de atualizações monetárias que foram oferecidas à tributação adicionando a base de cálculo da época. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R$85, sendo: I) R$53 decorrente de crédito a ser utilizado, assim que houver o trânsito em julgado da ação individual da Companhia; II) R$28 decorrente da reversão do imposto de renda e contribuição social diferido passivo; e III) R$4 de atualização monetária no resultado financeiro.

11 PARTES RELACIONADAS

11.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo: Clientes 31/12/2021	Clientes 31/12/2020	Outros ativos 31/12/2021	Outros ativos 31/12/2020	Saldos do Passivo: Fornecedores 31/12/2021	Fornecedores 31/12/2020	Outros passivos 31/12/2021	Outros passivos 31/12/2020	Transações: Receitas (Despesas) 31/12/2021	Receitas (Despesas) 31/12/2020
Controladores										
Wilkes Participações S.A. (i)	–	–	–	–	–	–	2	–	(6)	–
Euris (ii)	–	–	–	–	–	–	1	–	(1)	–
Casino Guichard Perrachon (iii)	13	10	–	–	–	–	–	–	(35)	–
	13	10	–	–	–	–	3	–	(42)	–
Outras partes relacionadas										
GPA (iv)	18	–	100	168	8	–	365	41	(137)	(183)
Compre Bem	–	–	–	–	–	–	–	–	(1)	3
Greenyellow (v)	–	–	–	–	–	–	–	–	(26)	–
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (vi)	24	17	14	10	14	11	–	–	15	(7)
	42	17	114	178	22	11	365	41	(149)	(187)
Total	55	27	114	178	22	11	368	41	(191)	(187)

As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordados entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado, sendo as principais:

(i) Wilkes Participações S.A.: reembolso de despesas com pessoal, aluguel de equipamentos e manutenção.

(ii) Euris: reembolso de despesa conforme contratos firmados *cost sharing* (despesas com pessoal, expatriados, manutenção, *marketing* e aluguel).

(iii) Casino: (a) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas; (b) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

(iv) GPA: (i) Acordo de separação: celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020, em que as companhias se comprometem a indenizar uma a outra por eventos que possam surgir em decorrência da reorganização societária, vide nota nº 1.2; e (ii) Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais: celebrado entre a Companhia e o GPA em 16 de dezembro de 2021 para a aquisição dos pontos comerciais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem a pagar o montante de R$201 referente a aquisição dos 20 pontos comerciais, vide nota nº 1.4.

(v) Greenyellow: celebração de contratos com a Companhia para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistemas fotovoltaicos pela Greenyellow em lojas Assaí e contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre.

(vi) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

11.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário-base 2021	Salário-base 2020	Remuneração variável 2021	Remuneração variável 2020	Plano de opção de compra de ações 2021	Plano de opção de compra de ações 2020	Total 2021	Total 2020
Conselho de administração	25.533	–	–	–	7.111	–	32.644	–
Diretoria	20.241	12.963	14.485	7.027	7.632	4.877	42.358	24.867
Conselho fiscal	331	–	–	–	–	–	331	–
	46.105	12.963	14.485	7.027	14.743	4.877	75.333	24.867

O plano de opção de compra de ações se relaciona aos executivos da Companhia que possuem ações de Sendas e GPA e esses planos vem sendo tratados no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

12 INVESTIMENTOS

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociedades	País	Participação nos investimentos - % Participação direta 31/12/2021	31/12/2020
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	50,00

Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2020	769
Equivalência patrimonial	47
Dividendos recebidos	(11)
Dividendos a receber	(16)
Saldo em 31/12/2021	789

12.1 Aquisição de participação em Bellamar

Em 31 de dezembro de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária aprovado pelos acionistas da Companhia, a Companhia recebeu do GPA através de permuta de ativos a participação de 50% em Bellamar, sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC. Com essa operação a Companhia passa a deter de forma indireta participação de 17,88% na FIC.

A transação de aquisição de participação em Bellamar foi avaliado como a aquisição de um controle em conjunto (*Joint Venture*), CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Por ser aquisição de uma *Joint Venture* avaliada pelo método de equivalência patrimonial, os ativos identificados e passivos assumidos estão registrados dentro da linha de investimento.

<u>Contexto da operação</u>

A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

De acordo com o processo da reorganização societária envolvendo a Companhia, vide nota nº 1.2, foi elaborado o estudo para a avaliação do valor justo dos ativos intangíveis e alocação indicativa do preço de aquisição (PPA) referente a aquisição de participação minoritária de 17,88% das ações da FIC, através da Bellamar, pela Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2020.

<u>Determinação da contraprestação transferida pela aquisição</u>

A Companhia transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações de Éxito, correspondente a 39.246.012 ações.

<u>Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos</u>

A Administração contratou uma empresa independente para determinação do valor das ações da FIC, avaliadas num espaço de R$4,63 a R$4,86 por ação.

Para determinação do valor das ações no processo de cisão foi adotado o valor de R$4,74, dessa forma o valor de mercado da FIC em 31 de dezembro de 2020 foi de R$4.301, o que representa o valor justo do investimento de Bellamar em FIC no montante de R$1.538.

No processo de permuta, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu 50% das ações da Bellamar pelo valor justo de R$769.

<u>Composição do preço de aquisição</u>

No primeiro semestre de 2021, a Companhia concluiu a alocação do valor de aquisição correspondentes aos 17,88% de participação na FIC no montante de R$769. Na tabela abaixo, estão sendo apresentados os ativos e passivos identificáveis da FIC.

<u>Ativos adquiridos e passivos assumidos</u>

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da FIC em 31 de dezembro de 2020 (data de aquisição), estão apresentados abaixo:

Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	29
Títulos e valores mobiliários	22
Operações de créditos	6.213
Outros créditos	98
Outros valores a receber	3
Outros créditos, não circulante	265
Imobilizados e intangíveis	3.127
Investimentos	47
	9.804
Passivos	
Depósitos	(790)
Relações interfinanceiras	(2.457)
Outras obrigações	(2.256)
	(5.503)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	**4.301**
Participação da Companhia	17,88%
Preço de aquisição	**769**
Participação da Companhia	(211)
Ajuste a valor justo - Ativos intangíveis	(388)
Parcela não alocada	**170**

12.2 Negócio em conjunto (*Joint Venture*)

O investimento da Companhia na Bellamar está reconhecido como um negócio em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a análise para verificar se o investimento em sua *Joint Venture* poderia não ser recuperável, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

13 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,78
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4,28
Máquinas e equipamentos	12,05
Instalações	6,94
Móveis e utensílios	11,36

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2021 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

13.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*"impairment test"*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 14.1.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

13.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 6,60% (5,62% em 2020) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 10,40% (9,80% em 2020) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

continua →☆

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (i)	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	481	207	–	(2)	–	(116)	570
Edifícios	609	258	–	(4)	(15)	(192)	656
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	2.598	1.161	–	(1)	(182)	20	3.596
Máquinas e equipamentos	635	307	–	(1)	(128)	15	828
Instalações	269	118	–	(1)	(25)	1	362
Móveis e utensílios	340	110	–	(2)	(53)	21	416
Imobilizações em andamento	78	266	–	–	–	(109)	235
Outros	37	6	–	–	(14)	8	37
Subtotal	5.047	2.433	–	(11)	(417)	(352)	6.700
Arrendamento - Direito de uso:							
Edifícios	2.423	885	628	(92)	(244)	4	3.604
Equipamentos	6	16	–	–	(5)	(1)	16
Subtotal	2.429	901	628	(92)	(249)	3	3.620
Total	7.476	3.334	628	(103)	(666)	(349)	10.320

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciações	Reorganização societária	Transferências e outros (ii)	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	450	62	–	(32)	–	146	(145)	481
Edifícios	846	72	–	(80)	(13)	–	(216)	609
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	1.849	689	–	(62)	(144)	(4)	270	2.598
Máquinas e equipamentos	548	208	–	(9)	(106)	(1)	(5)	635
Instalações	265	51	–	(6)	(21)	–	(20)	269
Móveis e utensílios	290	71	–	(2)	(43)	–	24	340
Imobilizações em andamento	37	118	–	(5)	–	–	(72)	78
Outros	35	7	–	–	(13)	(2)	10	37
Subtotal	4.320	1.278	–	(196)	(340)	139	(154)	5.047
Arrendamento - Direito de uso:								
Edifícios	1.700	708	276	(86)	(174)	(3)	2	2.423
Equipamentos	5	3	–	–	(2)	–	–	6
Subtotal	1.705	711	276	(86)	(176)	(3)	2	2.429
Total	6.025	1.989	276	(282)	(516)	136	(152)	7.476

(i) No exercício de 2021, estão apresentadas transferências de ativos imobilizados para "Ativos mantidos para venda", no valor de R$349, vide nota nº 1.3.
(ii) No exercício de 2020, estão sendo apresentadas: (a) a integralização de capital por meio de imóveis do GPA no montante de R$223; (b) transferências de ativos imobilizados para "mantidos para venda" no valor de R$380.

13.3 Composição do imobilizado

	31/12/2021 Custo histórico	31/12/2021 Depreciação acumulada	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Custo histórico	31/12/2020 Depreciação acumulada	31/12/2020 Valor líquido
Terrenos	570	–	570	481	–	481
Edifícios	767	(111)	656	704	(95)	609
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4.387	(791)	3.596	3.203	(605)	2.598
Máquinas e equipamentos	1.373	(545)	828	1.061	(426)	635
Instalações	472	(110)	362	354	(85)	269
Móveis e utensílios	635	(219)	416	513	(173)	340
Imobilizações em andamento	235	–	235	78	–	78
Outros	115	(78)	37	101	(64)	37
	8.554	(1.854)	6.700	6.495	(1.448)	5.047
Arrendamento mercantil financeiro						
Edifícios	4.566	(962)	3.604	3.205	(782)	2.423
Equipamentos	61	(45)	16	47	(41)	6
	4.627	(1.007)	3.620	3.252	(823)	2.429
Total imobilizado	13.181	(2.861)	10.320	9.747	(2.271)	7.476

13.4 Capitalização de juros dos empréstimos

O valor dos custos de empréstimos capitalizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$38 (R$12 em 31 de dezembro de 2020). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 117,70% (150,67% em 31 de dezembro de 2020) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

13.5 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições	3.334	1.989
Arrendamentos	(901)	(711)
Juros capitalizados	(38)	(12)
Financiamento de imobilizado - Adições	(2.284)	(1.184)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos	2.120	1.199
Total	2.231	1.281

As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos exercícios, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

13.6 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R$49 (R$34 em 31 de dezembro de 2020), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

14 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa média de amortização é de 13,22% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Ágio	618	–	–	–	–	618
Softwares	70	21	(14)	(1)	(1)	75
Fundo de comércio (i)	310	833	(7)	–	–	1.136
Marcas	39	–	–	–	–	39
Subtotal	1.037	854	(21)	(1)	(1)	1.868
Arrendamento - Direito de uso:						
Bens e direitos	–	18	–	–	1	19
Subtotal	–	18	–	–	1	19
Total	1.037	872	(21)	(1)	–	1.887

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Ágio	618	–	–	618
Softwares	64	19	(13)	70
Fundo de comércio	312	6	(8)	310
Marcas	39	–	–	39
	1.033	25	(21)	1.037

(i) No exercício de 2021, na coluna Adições, estão apresentados os valores de aquisição dos 20 pontos comerciais das lojas Extra Hiper, no valor de R$798, vide nota nº 14.

	31/12/2021 Custo histórico	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Custo histórico	31/12/2020 Amortização acumulada	31/12/2020 Valor líquido
Ágio	871	(253)	618	1.741	(1.123)	618
Softwares	133	(58)	75	126	(56)	70
Fundo de comércio	1.160	(24)	1.136	327	(17)	310
Marcas	39	–	39	39	–	39
	2.203	(335)	1.868	2.233	(1.196)	1.037
Arrendamento - Direito de uso:						
Bens e direitos	28	(9)	19	–	–	–
Total do intangível	2.231	(344)	1.887	2.233	(1.196)	1.037

14.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº 13.1.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do *impairment* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,40% em 31 de dezembro de 2021 (9,80% em 31 de dezembro de 2020), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,60% em 31 de dezembro de 2021 (4,57% em 31 de dezembro de 2020). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

14.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as premissas descrito na nota nº 13.1.1.

14.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições	872	25
Arrendamentos	(18)	–
Total	854	25

15 FORNECEDORES

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de produtos	15.1	6.422	5.450
Fornecedores de serviços		74	85
Fornecedores de serviços - Partes relacionadas	11.1	22	11
Acordos comerciais	15.2	(576)	(488)
Total		5.942	5.058

15.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, com a finalidade de estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado do título.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

15.2. Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") - ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

• é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

• é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgirá (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

• **Ativos financeiros mensurados a VJR**: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros a custo amortizado**: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao VJORA**: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

• **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

• **Passivos financeiros ao custo amortizado**: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

• Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e

• A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

• A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e

• No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

16.5 *Hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como *hedge* de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

• A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar "reequilibrar" o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.

• Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

• Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

• A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

• Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

16.6 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

• Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.

• Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

• Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber e é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

• é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

• o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

• Mensuração de perdas de crédito esperadas: Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

• Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito: Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

• **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável**: Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

• Contas a receber e ativos contratuais: A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

• Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e

• *Status* de inadimplência risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

Ativos financeiros	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Custo amortizado			
Partes relacionadas - Ativo	11.1	114	178
Contas a receber e outras contas a receber		169	117
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.550	3.532
Instrumentos Financeiros - *Hedge* de valor justo - "Ponta ativa"	16.12.1	32	68
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e *tickets* de vendas		155	99
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros - custo amortizado			
Partes relacionadas - Passivo	11.1	(368)	(41)
Fornecedores	15	(5.942)	(5.058)
Financiamento por compra de ativos		(197)	(34)
Empréstimos e financiamentos	16.12.1	(1.210)	(897)
Debêntures	16.13	(6.446)	(6.599)
Passivo de arrendamento	18.2	(4.051)	(2.776)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	16.12.1	(341)	(335)
Instrumentos financeiros - *Hedge* de valor justo - "Ponta passiva"	16.12.1	(36)	–
Exposição líquida		(15.571)	(11.746)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota nº 16.10.

16.7 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.7.1 Risco de crédito

• **Caixa e equivalentes de caixa**

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

• **Contas a receber**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.7.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referendadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.7.3 Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.7.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.033)	(7.831)
(–) Caixa e equivalentes de caixa	2.550	3.532
(–) Instrumentos financeiros derivativos	32	68
Dívida líquida	(5.451)	(4.231)
Patrimônio líquido	2.766	1.347
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	197%	314%

16.7.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	529	1.347	9	1.885
Debêntures	399	7.343	3.035	10.777
Instrumentos financeiros derivativos	(73)	(284)	288	(69)
Passivo de arrendamento	628	2.868	4.597	8.093
Fornecedores	5.942	–	–	5.942
Total	7.425	11.274	7.929	26.628

Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.8 Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de referência dos contratos era R$1.888 (R$309 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48 / IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Valor de referência 31/12/2021	Valor de referência 31/12/2020	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020
Swap* com contabilização de *hedge				
Objeto de *hedge* (dívida)	1.888	309	1.869	335
Posição ativa (comprada)				
Taxa pré-fixada	106	106	60	72
USD + Fixa	282	203	281	263
Hedge - CRI	1.500	–	1.528	–
Posição passiva (vendida)	(1.888)	(309)	(1.873)	(267)
Posição de *hedge* líquida	–	–	(4)	68

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R$4 (a receber R$68 em 31 de dezembro de 2020), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

continua →☆

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 resultaram em uma perda de R$4, sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota nº 25 (ganho de R$68 em 31 de dezembro de 2020).

16.8.1 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

16.9 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R$6,17 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 11,40% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento do CDI)	Valor Contábil	Saldo em 31/12/2021	Projeções de mercado Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	16.12.1	CDI + 1,94% a.a.	1.551	(1.499)	155	118	82
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	16.12.1	TR + 9,80% a.a.	(32)	(58)	(53)	(64)	(69)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	16.12.1	CDI + 1,25% a.a.	36	(291)	(58)	(49)	(63)
Debêntures	16.12.1	CDI + 1,48% a.a.	6.446	(6.523)	(1.163)	(1.378)	(1.593)
Efeito líquido (perda) total			8.001	(8.371)	(1.119)	(1.373)	(1.643)
Equivalentes de caixa	7	109,64%		2.550	252	316	379
Exposição líquida passiva				(5.821)	(867)	(1.057)	(1.264)

16.10 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46/ IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo.

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *"benchmarking"* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020	Nível
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e *tickets* de vendas	155	99	155	99	2
Swaps de taxa de juros entre moedas	(11)	57	(11)	57	2
Swaps de taxas de juros	4	11	4	11	2
Swaps de taxas de juros - CRI	3	–	3	–	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(341)	(335)	(341)	(335)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(7.656)	(7.496)	(7.372)	(6.529)	2
	(7.846)	(7.664)	(7.562)	(6.697)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

16.11 Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém contratos de derivativos nas instituições financeiras Itaú BBA, Scotiabank e BR Partners.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Dívida				
USD - BRL	USD 50	2021	–	57
USD - BRL	USD 50	2023	(11)	–
Dívida				
CRI - BRL	R$ 1.500	2028 e 2031	3	–
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R$ 54	2027	2	5
Taxa pré-fixada x CDI	R$ 52	2027	2	6
Derivativos - *Hedge* de valor justo - Brasil			(4)	68

16.12 Empréstimos e financiamentos

16.12.1 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,53% a.a.	194	1.864
Custo de captação		(14)	(24)
Total de debêntures e notas promissórias		180	1.840
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	14	12
Capital de giro	CDI + 2,33% a.a.	419	9
Custo de captação		(4)	(5)
Total moeda nacional		429	16
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	1	264
Total moeda estrangeira		1	264
Total de empréstimos e financiamentos		430	280
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de *swap*	CDI + 0,86% a.a.	(4)	(57)
Contratos de *swap*	CDI + 1,35% a.a.	3	–
Total instrumentos financeiros derivativos		(1)	(57)
Total circulante		609	2.063
Não circulante			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,48% a.a.	6.329	4.780
Custo de captação		(63)	(21)
Total de debêntures e notas promissórias		6.266	4.759
Empréstimos e financiamentos			
Em moeda nacional			
Capital de giro	TR + 9,80%	47	60
Capital de giro	CDI + 1,74% a.a.	800	901
Custo de captação		(5)	(9)
Total moeda nacional		842	952
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	279	–
Total moeda estrangeira		279	–
Total de empréstimos e financiamentos		1.121	952
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de *swap*	CDI + 0,03% a.a.	(28)	(11)
Contratos de *swap*	CDI + 1,35% a.a.	33	–
Total instrumentos financeiros derivativos		5	(11)
Total não circulante		7.392	5.700
Total		8.001	7.763
Ativo circulante		4	57
Ativo não circulante		28	11
Passivo circulante		613	2.120
Passivo não circulante		7.420	5.711

16.12.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.467
Captações	594
Provisão de juros	378
Contratos de *swap*	(60)
Variação cambial e monetária	57
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	71
Custo de captação	42
Amortização de juros	(451)
Amortização de principal	(1.339)
Amortização de *swap*	4
Saldo em 31 de dezembro 2020	7.763

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.763
Captações	6.090
Provisão de juros	559
Contratos de *swap*	39
Marcação a mercado	31
Variação cambial e monetária	5
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	(71)
Custo de captação	64
Amortização de juros	(406)
Amortização de principal	(6.075)
Amortização de *swap*	2
Saldo em 31 de dezembro 2021	8.001

16.12.3 Cronograma de vencimentos não circulantes

Vencimento	Valor
De 1 a 2 anos	1.648
De 2 a 3 anos	3.602
De 3 a 4 anos	802
De 4 a 5 anos	572
Após 5 anos	836
Total	7.460
Custo de captação	(68)
Total	7.392

16.13 Debêntures e notas promissórias

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data Emissão	Data Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
1ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	05/07/2021	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	–	53
1ª Emissão de notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	57	53
1ª Emissão de notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	281	267
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	225	214
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	56.087.744	225	213
1ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2021	CDI + 2,34% a.a.	876	–	1.762
1ª Emissão de debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI + 2,65% a.a.	1.009	–	2.033
1ª Emissão de debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2023	CDI + 3,00% a.a.	1.005	–	2.049
2ª Emissão de debêntures - 1ª série	Sem preferência	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	1.011	951	–
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.012	668	–
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	1.250.000	940.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	1.368	1.285	–
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	1.250.000	940.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	1.368	1.286	–
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.030	1.012	–
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.031	533	–
Custo de captação								(77)	(45)
								6.446	6.599
Circulante								180	1.840
Não circulante								6.266	4.759

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.14 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

16.15 Garantias

A Companhia assinou nota promissória para o contrato de empréstimos junto ao Scotiabank no valor de USD50 milhões.

16.16 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos, taxas de juros pré-fixado e IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,40% (2,76% em 31 de dezembro de 2020).

16.17 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00 não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices. A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143	61	36	240
Adições	27	40	30	97
Reversão	(2)	(41)	(16)	(59)
Pagamento	–	(4)	(4)	(8)
Atualização monetária	1	8	3	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Depósito judicial	(62)	(60)	(1)	(123)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	107	4	48	159

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Adições	39	44	8	91
Reversão	(106)	(23)	(10)	(139)
Pagamento	–	(21)	(28)	(49)
Atualização monetária	7	5	8	20
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Depósito judicial	(65)	(45)	(2)	(112)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	44	24	25	93

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) IPI na revenda de produtos importados e (iv) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 para esses assuntos é de R$109 (R$169 em 31 de dezembro de 2020).

17.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$69 (R$64 em 31 de dezembro de 2020), referente ao potencial de risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2021, o montante da provisão para essas ações é de R$21 (R$23 em 31 de dezembro de 2020), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2021, o montante da provisão para essas ações é de R$6 (R$5 em 31 de dezembro de 2020).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2021 da Companhia é de R$27 (R$49 em 31 de dezembro de 2020).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R$2.346 em 31 de dezembro de 2021 (R$2.408 em 31 de dezembro de 2020), e são relacionadas principalmente a:

IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de amortização fiscal de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R$478 em 31 de dezembro de 2021 (R$466 em 31 de dezembro de 2020).

COFINS, PIS - A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R$609 em 31 de dezembro de 2021 (R$632 em 31 de dezembro de 2020).

ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações totaliza R$1.128 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.235 em 31 de dezembro de 2020), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros - Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo montante é de R$13 em 31 de dezembro de 2021 (R$13 em 31 de dezembro de 2020) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS - A Companhia foi autuada por divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R$36 em 31 de dezembro de 2021 (R$21 em 31 de dezembro de 2020). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Outras demandas judiciais - referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R$47 em 31 de dezembro de 2021 (R$24 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R$15 (R$17 em 31 de dezembro de 2020).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Cartas de fiança
Tributários	630
Trabalhistas	98
Cíveis e outros	223
Total	951

O custo das garantias é aproximadamente 0,32% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia passou a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, o STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS se deveria ser apenas o ICMS pago, ou se todo o ICMS destacado nas notas fiscais, o STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração. Em 2021, já com o trânsito em julgado favorável em suas ações, a Companhia registrou seu direito no montante de R$216 (sendo R$175 na receita líquida e R$41 no resultado financeiro, decorrente de atualização monetária), vide nota nº 10.2.

17.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes as decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	65	64
Trabalhistas	50	67
Cíveis e outras	4	3
Total	119	134

18 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

18.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 20 anos.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso (notas nºs 13 e 14), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

18.2 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$4.051 em 31 de dezembro de 2021 (R$2.776 em 31 de dezembro de 2020). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	244	172
De 1 a 5 anos	1.231	866
Mais de 5 anos	2.576	1.738
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.051	2.776
Encargos futuros de financiamento	4.042	2.478
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	8.093	5.254
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	246	169
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	492	319

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 25. A taxa de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 10,53% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (9,72% em 31 de dezembro de 2020).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 4,42% (4,54% em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dos contratos considerados é de 15,34 anos.

18.3 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Valor
Em 31 de dezembro de 2019	1.885
Captação - Arrendamento	711
Remensuração	276
Provisão de juros	230
Amortizações	(327)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(4)
Aquisição de sociedade	9
Reorganização societária	(4)
Em 31 de dezembro de 2020	2.776
Circulante	172
Não circulante	2.604

	Valor
Em 31 de dezembro de 2020	2.776
Captação - Arrendamento	919
Remensuração	628
Provisão de juros	302
Amortizações	(468)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(106)
Em 31 de dezembro de 2021	4.051
Circulante	244
Não circulante	3.807

18.4 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% das vendas)	(6)	(16)
Subarrendamentos (*)	31	22

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

19 RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço para os parceiros comerciais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Sale and Leaseback	1.5	68	–
Back Lights (i)		233	186
Checkstand (ii)		41	29
Cartão presente e outros		2	2
Marketing		12	11
Total		356	228
Circulante		356	227
Não circulante		–	1

(i) Aluguéis de painel luminosos *"back light"*.

(ii) Módulos para exposição de produtos *"checkstand"* dos seus fornecedores, aluguel de ponta de gôndola e antecipações de *front fee* com as operadoras de crédito.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

continua →☆

→☆ continuação

ASSAÍ ATACADISTA

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A: 06.057.223/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.849**	1.834
IRPJ e CSLL	**(629)**	(624)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	**(1)**	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	**16**	71
Juros sobre capital próprio	**22**	105
Subvenção de ICMS - incentivos fiscais (i)	**241**	–
Créditos juros Selic (ii)	**81**	–
Créditos de atualizações monetárias	**11**	–
Benefícios fiscais	**22**	29
Outras diferenças permanentes	**(2)**	(16)
Imposto de renda efetivo	**(239)**	(436)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	**(366)**	(704)
Diferido	**127**	268
Despesas de imposto de renda e contribuição social	**(239)**	(436)
Taxa efetiva	**12,9%**	23,8%

(i) A Companhia possui benefícios fiscais que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 160/17 e Lei nº 12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído da reserva de incentivos fiscais, vide nota nº 21.4.

(ii) O crédito refere-se a decisão de repercussão geral do STF no qual entendeu que os juros SELIC advindos da repetição de indébito, possuem natureza de dano emergente. Sendo assim, não há incidência de IRPJ e CSLL sobre a parcela dos juros.

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	**Passivo**	**Líquido**	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	**167**	**–**	**167**	–	–	–
Provisão para demandas judiciais	**59**	**–**	**59**	81	–	81
Variação cambial	**–**	**(7)**	**(7)**	26	–	26
Amortização fiscal de ágio	**–**	**(317)**	**(317)**	–	(315)	(315)
Ajuste a marcação de mercado	**1**	**–**	**1**	–	(2)	(2)
Imobilizado e intangível	**33**	**–**	**33**	37	–	37
Ganhos não realizados com créditos tributários	**–**	**(28)**	**(28)**	–	(60)	(60)
Hedge fluxo de caixa	**–**	**(26)**	**(26)**	–	(20)	(20)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	**150**	**–**	**150**	131	–	131
Efeito de modificação de dívida - IFRS 9	**–**	**–**	**–**	24	–	24
Outros	**13**	**–**	**13**	16	–	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	**423**	**(378)**	**45**	315	(397)	(82)
Compensação	**(378)**	**378**	**–**	(315)	315	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	**45**	**–**	**45**	–	(82)	(82)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Montante
Em 1 ano	**26**
De 1 a 2 anos	**225**
De 4 a 5 anos	**5**
Após 5 anos	**167**
	423

20.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	**(82)**	(395)
Benefícios no exercício	**127**	268
Reorganização societária	**–**	45
No final do exercício	**45**	(82)

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social e direitos das ações

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$788 (R$761 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.346.674.477 ações ordinárias (1.341.757.835 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias.

Em 1º de junho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R$18, mediante a emissão de 544 mil ações ordinárias, considerando o desdobramento as ações emitidas totalizam 2.720 mil ações ordinárias.

Em 27 de julho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R$8, mediante a emissão de 404 mil ações ordinárias, considerando o desdobramento as ações emitidas totalizam 2.020 mil ações ordinárias.

Em 11 de agosto de 2021 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o desdobramento das 269.299.859 ações ordinárias, por meio do qual cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social atual, o qual passou a ser dividido em 1.346.499.295 ações ordinárias.

Em 7 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R$1, mediante a emissão de 175 mil ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	**Participação**	**Quantidade de ações**	**Participação**
Acionistas controladores	**557.857.105**	**41,42%**	1.341.757.835	100,00%
Ações em circulação	**788.817.372**	**58,58%**	–	–
Total	**1.346.674.477**	**100,00%**	1.341.757.835	100,00%

21.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipações de juros sobre capital próprio (JSCP) aos seus acionistas, calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	**1.610**	1.398
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 21.4)	**709**	–
Base reserva legal	**901**	1.398
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício (nota nº 21.3)	**5**	5
Base dividendos	**896**	1.393
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**224**	349
Pagamento JSCP - Líquido (i)	**(56)**	(264)
Dividendos propostos	**168**	85

(i) Em reunião do Conselho da Administração realizada em 30 de setembro de 2021 foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$63 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R$7, correspondendo ao valor líquido de R$56.

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício.

Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que a distribuição, se houver, será feita na proporção estabelecida na ocasião.

21.3 Reserva de lucros

Reserva legal: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$157 (R$152 em 31 de dezembro de 2020).

A reserva legal no valor de R$5 em 31 de dezembro de 2021 (R$5 em 31 de dezembro de 2020) foi constituída respeitando o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**1.610**	1.398
Reserva de incentivos fiscais	**709**	–
Base reserva legal	**901**	1.398
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício	**5**	5

21.4 Reserva de incentivos fiscais

Conforme embasamento legal mencionado na nota explicativa nº 20.1, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R$709 à reserva de incentivos fiscais.

Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva de incentivos fiscais poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação em caso de distribuição.

21.5 Pagamento baseado em ações

21.5.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1) / (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito diluitivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B8 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C8 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2021 Quantidade de ações (em milhares) Outorgadas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	**363**	**(29)**	**334**
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	**363**	**(29)**	**334**
				726	**(58)**	**668**

21.5.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis *(vested)* é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2021 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2021 (em milhares)
Quantidade de ações	**1.346.674**
Saldo das séries outorgadas em vigor	**668**
Percentual máximo de diluição	**0,05%**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 1,28%; (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 37,96%; (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,66%; e (d) *exit rate* de aproximadamente 8,00%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 29 meses. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R$17,21 e R$7,69 (B8 e C8 respectivamente).

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício R$	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2020	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2021			
Outorgadas durante o exercício	726	6,70	
Canceladas durante o exercício	(58)	6,70	
Em aberto no fim do exercício	668	6,70	2,42
Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	668	6,70	2,42

O valor registrado no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 foi de R$2 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2020).

21.5.3 Plano de outorga de opções de compra de ações ordinárias vigentes - GPA

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31/12/2021 Quantidade de ações Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	**594**	**(528)**	**(49)**	**(17)**	**–**
C5	31/05/2018	31/05/2021	15,42	**594**	**(482)**	**(60)**	**(52)**	**–**
B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	**462**	**(129)**	**(33)**	**–**	**300**
C6	31/05/2019	31/05/2022	17,39	**359**	**(122)**	**(42)**	**–**	**195**
B7	31/01/2021	31/05/2023	0,01	**673**	**(103)**	**(23)**	**–**	**547**
C7	31/01/2021	31/05/2023	12,60	**497**	**(104)**	**(23)**	**–**	**370**
				3.179	**(1.468)**	**(230)**	**(69)**	**1.412**

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis *(vested)* é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%, (b) expectativa de volatilidade de 37,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 1,06 (0,88 anos em 31 de dezembro de 2020). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R$70,61 (R$58,78 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das ações acima se refere as ações do GPA e após a Cisão da Companhia, durante o período, certos executivos da Companhia mantêm remuneração em ações do GPA até a data de exercício das ações acima indicadas, se extinguido assim o plano do GPA para os executivos da Companhia, esses planos são contabilizados como despesa.

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício R$	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Total a exercer em 31 de dezembro de 2020	1.468	30,71	0,88
Em 31 de dezembro de 2021			
Outorgadas durante o exercício	1.225	22,37	
Canceladas durante o exercício	(54)	10,5	
Exercidas durante o exercício	(1.157)	7,65	
Expiradas durante o exercício	(70)	11,57	
Em aberto no fim do exercício	1.412	5,71	1,06
Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	1.412	5,71	1,06

22 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia na venda de recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Mercadorias	**45.550**	39.436
Prestação de serviços e outros	**111**	100
	45.661	39.536
(–) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	**(76)**	(73)
Impostos	**(3.687)**	(3.420)
	(3.763)	(3.493)
Receita operacional líquida	**41.898**	36.043

23 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Custo com estoques	**(34.163)**	(29.641)
Despesas com pessoal	**(2.512)**	(2.135)
Serviços de terceiros	**(251)**	(224)
Despesas comerciais	**(646)**	(511)
Despesas funcionais	**(664)**	(600)
Outras despesas	**(439)**	(264)
	(38.675)	(33.375)
Custo das mercadorias vendidas	**(34.753)**	(30.129)
Despesas com vendas	**(3.334)**	(2.811)
Despesas gerais e administrativas	**(588)**	(435)
	(38.675)	(33.375)

24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	**12**	(42)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	**9**	(18)
Gastos com integração, reestruturação e outros (i)	**(74)**	(139)
Gastos com prevenção - COVID-19	**–**	(66)
Ativo indenizatório	**–**	168
Total	**(53)**	(97)

(i) Refere-se basicamente as despesas com a cisão e aquisição das lojas Extra Hiper com pagamentos de honorários advocatícios, avaliação dos imóveis e *due diligence*.

25 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	**87**	39
Atualizações monetárias ativas	**93**	299
Outras receitas financeiras	**8**	5
Total de receitas financeiras	**188**	343
Despesas financeiras		
Custo da dívida	**(543)**	(474)
Custo e desconto de recebíveis	**(51)**	(31)
Atualizações monetárias passivas	**(13)**	(11)
Juros sobre passivo de arrendamento	**(292)**	(219)
Outras despesas financeiras	**(19)**	(51)
Total de despesas financeiras	**(918)**	(786)
Total	**(730)**	(443)

26 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro básico por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Em 11 de agosto de 2021 foi aprovado, em AGE, o desdobramento das 269.299.859 (duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil e oitocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, por meio do qual cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social da Companhia, passando o capital social da Companhia dividido em 1.346.499.295 (um bilhão, trezentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e noventa e cinco), todas nominativas e sem valor nominal. De acordo com a norma contábil CPC 41 / IAS 33 - Lucro por ação, os saldos de 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentados.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária, em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020 Originalmente apresentado	Efeito do desdobramento	Reapresentado
Número básico:				
Lucro básico alocado e não distribuído	**1.610**	1.398	–	1.398
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	**1.610**	1.398	–	1.398
Denominador básico (milhões de ações)				
Média ponderada da quantidade de ações	**1.344**	268	1.072	1.340
Lucro básico por milhões de ações (R$)	**1,19802**	5,21642		1,04328

	31/12/2021	31/12/2020 Originalmente apresentado	Efeito do desdobramento	Reapresentado
Número diluído:				
Lucro diluído alocado e não distribuído	**1.610**	1.398	–	1.398
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	**1.610**	1.398	–	1.398
Denominador diluído (milhões de ações)				
Média ponderada da quantidade de ações	**1.344**	268	1.072	1.340
Média ponderada de opção de compra de ações	**11**	–	–	–
Média ponderada diluída das ações	**1.355**	268	1.072	1.340
Lucro diluído por milhões de ações (R$)	**1,18852**	5,21642		1,04328

27 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos na nota nº 13.5.
- Provisionamento de dividendos a receber na nota nº 12.

28 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

	31/12/2021
Sale and Leaseback (i)	**147**
Lojas Extra Hiper (ii)	**403**
	550

(i) Referem-se aos dois imóveis conforme detalhado na nota nº 1.3.

(ii) Para os ativos imobilizados adquiridos dos 6 imóveis próprios do GPA, a Companhia tem como expectativa concretizar a venda desses ativos a determinado fundo imobiliário, sendo que tal alienação deverá ser concretizada até 30 de novembro de 2022, vide nota nº 1.4. Após a concretização da venda, a Companhia realizará o contrato de aluguel com o fundo imobiliário para operacionalização dos pontos comerciais.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 Captação da quarta emissão de debêntures

Em 7 de janeiro de 2022 houve a captação de recursos em relação a quarta emissão de debêntures não conversíveis, em série única, no valor de R$2.000. Essas debêntures foram oferecidas no Brasil com esforços restritos na colocação, de acordo com a legislação brasileira. O recurso desta emissão de debêntures será utilizado para fins societários gerais, inclusive para reforçar a posição de caixa da Companhia. As debêntures da quarta emissão acumularão juros a uma taxa de CDI + 1,75% ao ano, e serão pagos semestralmente até o vencimento. O valor principal será pago em duas parcelas iguais, em 2026 e a outra em 2027.

29.2 Lojas Extra Hiper

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia pagou o valor de R$850 ao GPA referente aos pontos comerciais das lojas do Extra Hiper, conforme transação mencionada na nota nº 1.4.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e o GPA concluíram a transferência do termo de posse de 35 imóveis (11 imóveis próprios do GPA e 24 imóveis de terceiros), localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Com essa transferência a Companhia detém a posse de 55 dos 70 imóveis envolvidos na operação, e espera concluir o processo de transferência dos 15 imóveis restantes até o fim do primeiro trimestre de 2022.

29.3 Captação de notas comerciais

Em 10 de fevereiro de 2022, houve a captação de recursos através da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor de R$750. O recurso desta emissão será destinado para usos gerais, inclusive para reforçar a posição de caixa da Companhia. As notas comerciais acumularão juros a uma taxa de CDI + 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente até o vencimento. O valor principal será liquidado em parcela única no final do contrato de três anos (2025).

PRESIDENTE

Belmiro de Figueiredo Gomes

DIRETORIA

Daniela Sabbag Papa — Wlamir dos Anjos — Anderson Barres Castilho — Gabrielle Helú

CONTADOR

Valdério Matias da Silva
CRC SP240047/O-0

continua →☆

Revisão do PIS poderá incluir até 1,9 milhão de trabalhadores

Consulta para saber sobre inclusão em novo lote sai a partir de 16 de março

Suzana Petropouleas e Luciana Lazarini

são paulo O governo poderá incluir até 1,9 milhão de trabalhadores no pagamento do abono do PIS/Pasep 2022. Segundo a Dataprev, empresa de tecnologia responsável pelo processamento de dados do abono, a revisão nos cadastros está sendo feita porque foram identificadas inconsistências em informações enviadas pelas empresas na Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

A consulta para saber se o trabalhador foi incluído no novo lote do PIS tem previsão de liberação a partir do dia 16 de março, no aplicativo "Carteira de Trabalho Digital" e pela plataforma de serviços do trabalho no portal Gov.br. O benefício, de até R$ 1.212, já está sendo pago para trabalhadores que não tiveram falhas em seu cadastro.

Ao fazer o cruzamento de dados dos cadastros dos trabalhadores, a Dataprev identificou divergências entre as informações declaradas no primeiro vínculo da Rais e as demais bases oficiais de registros trabalhistas. Agora, com a revisão dos cadastros, a empresa informou que amplia o cruzamento de dados para confirmar a data correta de vínculo do trabalhador.

Pode receber o abono salarial 2022 quem trabalhou com carteira assinada por no mínimo 30 dias, consecutivos ou não, em 2020. Também é preciso estar cadastrado no programa PIS ou no Cnis há pelo menos cinco anos —ou seja, o primeiro emprego com carteira assinada deve ter ocorrido em 2015 ou antes, dentre outras exigências.

Essa é a primeira vez que os registros do eSocial são utilizados para a concessão do abono salarial. Segundo a Dataprev, de 55 milhões de CPFs que tiveram algum registro na Rais ou no eSocial em 2020, foi concluído o processamento de 96,5%, com os seguintes resultados: 22,7 milhões elegíveis a receber o abono salarial; 30,4 milhões inelegíveis e 1,9 milhão com necessidade de processamento adicional (3,5% de cadastros).

O abono salarial pode chegar a um salário mínimo (R$ 1.212) e depende do número de meses trabalhados no ano-base, que, para os pagamentos realizados neste ano, é 2020.

Novo lote do abono salarial é liberado

A Caixa Econômica Federal libera nesta terça (22) um novo lote do abono salarial do PIS. A partir desta terça, nascidos em maio podem sacar o benefício. Os pagamentos começaram dia 8, com os nascidos em janeiro. Nos dias 10, 15 e 17 foi a vez dos nascidos em fevereiro, março e abril, respectivamente. O valor do abono pode chegar a um salário mínimo (R$ 1.212) e depende do número de meses trabalhados no ano-base, que para os pagamentos realizados neste ano é 2020.

Receita limita acesso a dados da declaração do Imposto de Renda

são paulo A Receita Federal vai limitar o acesso dos contribuintes aos serviços virtuais do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual, plataforma digital em que o contribuinte tem acesso aos dados da sua declaração do Imposto de Renda) para quem não tiver nível prata ou ouro no portal gov.br. A partir de sexta (25), titulares de contas nível bronze não conseguirão mais consultar dados da declaração e da malha fina.

Os cadastros prata ou ouro também são exigidos pelo BC para o cidadão pedir a transferência do dinheiro esquecido no Sistema de Valores a Receber a partir do dia 7 de março.

Para elevar o nível de segurança de sua conta gov.br, o contribuinte tem dois caminhos: pelo computador, no site do portal, ou pelo app de celular. Para obter o nível prata, o passo a passo no site ou no aplicativo levará ao banco pela internet. Nele, será possível fazer a atualização. **cg**

Empresas não são obrigadas a liberar funcionário no Carnaval

Cristiane Gercina

são paulo A pandemia de coronavírus fez com que as festas de rua do Carnaval fossem canceladas pelo segundo ano consecutivo em praticamente todas as cidades. Com o cancelamento das celebrações, muitos trabalhadores têm dúvidas sobre a manutenção do descanso habitual nos dias de folia, que neste ano cai entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março.

Como o Carnaval não é um feriado nacional, as empresas não são obrigadas a dar folga e podem convocar o profissional para trabalhar sem a necessidade de pagar hora extra, segundo especialistas em direito do trabalho.

No entanto, algumas cidades ou estados decretam a data como sendo ponto facultativo ou feriado. Nesse último caso, há direito à folga e pagamento de horas em dobro se houver expediente.

"É preciso diferenciar feriado de ponto facultativo. O feriado é para todos, e o ponto facultativo é apenas para funcionários públicos. A prefeitura e o governo do estado de São Paulo, por exemplo, determinaram que, entre 28 de fevereiro e 2 de março, até o meio-dia, é ponto facultativo. Então, dependendo das áreas, não há expediente", diz o advogado Maurício Pepe De Lion, do Felsberg Advogados.

A advogada Cíntia Fernandes, sócia do Mauro Menezes & Advogados, diz que, por não ser feriado, o trabalhador precisa seguir o que determina a empresa, ou seja, se tiver que trabalhar, não há como fugir do expediente.

Os consumidores que tiverem contas com vencimento durante o Carnaval, entre sábado (26 de fevereiro) e quarta-feira (2 de março), devem ficar atentos às regras de pagamento para não ter de arcar com encargos financeiros como multas e juros.

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), as agências de todo o país ficarão fechadas na segunda (28) e na terça (1º), sem expediente. O funcionamento volta ao normal na Quarta de Cinzas (2), a partir do meio-dia.

Contas de consumo como água, energia e telefone, além de carnês com vencimento na segunda e na terça poderão ser pagos sem nenhum acréscimo na quarta.

No caso do pagamento de impostos, o contribuinte precisará adiantar a quitação. Para demais títulos, se a data de vencimento cair nos dias em que não houver expediente bancário, a orientação também é antecipar o pagamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º011/2021 PROCESSO N.º17.310/2021

Assunto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para ampliação e reforma do Pier do Convento. Comunica aos interessados que fica marcada para o dia 25/02/2022 as 10:00 horas a abertura dos envelopes de propostas, na Secretaria de Obras, sito a Av Gda Mor Lobo Viana 427 bl. b sl 06 Centro São Sebastião/SP. São Sebastião, 22 de fevereiro de 2022. Luis Eduardo B de Araujo – Secretário de Obras

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2022 – PROCESSO Nº 15/2022 – TIPO: MENOR PREÇO – Objeto: aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 (zero) quilômetro, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 11/3/2022 (sexta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Qualquer informações poderão ser obtidas pelo telefone/fax: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 22 de fevereiro de 2022. ALCEMIR CASSIO GREGGIO** - *Prefeito* -

Edital de convocação. O Sindicato dos Trabalhadores, Instrutores, Diretores em Auto Escolas, Centro de Formação de Condutores A e B, suas Associações, Despachantes Documentalistas e dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Escolar de Bauru e Região - Sintraed, CNPJ 04.198.463/0001-60, por seu Diretor Presidente, convoca todos trabalhadores da base territorial para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 27//02/2022, na Rua Professor José Ranieri, 3-63, Centro, Bauru SP, para deliberação dos seguintes pontos de pauta da ordem do dia: (01) Às 08h00 em primeira convocação, aprovação ou não da prestação de contas da Entidade Sindical exercício 2021. Não atingindo o quórum de 2/3, a Assembleia terá início às 9h00 com qualquer número de participantes. (02) Às 10h00 em primeira convocação, discussão e aprovação da pauta de reivindicações dos Trabalhadores em Auto Escolas para o período de 01/05/2022 a 30/04/2023, não atingindo o quórum de 2/3 a Assembleia terá início às 11h00 com qualquer número de participantes. (03) Às 12h00, discussão para aprovação da pauta de reivindicações dos trabalhadores em Empresas do Transporte Escolar, para o período de 01/05/2022 a 30/04/2023, não atingindo o quórum de 2/3 a Assembleia terá início as 13h00 com qualquer número de trabalhadores. Bauru 23/02/2022. Diretor Presidente José Gonçalves.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2022 – PROCESSO Nº. 030/2022

COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição futura de gêneros alimentícios para atender as unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Recebimento das Propostas:** 25 de fevereiro de 2.022 das 08 horas até 14 de março de 2.022 às 08 horas. **Abertura das Propostas:** 14 de março de 2.022 às 08h10min. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** 15 de março de 2.022 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 233 – bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 22 de fevereiro de 2.022 – Crislaine Aparecida Santos – Pregoeira.**

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5294/2021

DECISÃO DE REVOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIA DE FINANÇAS, devidamente autorizada, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, na figura de Autoridade Competente, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, por razões de interesse público conforme consta nos autos, decido pela REVOGAÇÃO do certame cujo objeto é contratação de empresa especializada e tecnicamente qualificada, na área de informática, para fornecimento de licença para uso de software – Sistema Gestão do ISS, Sistema de Gestão SIMPLES, Sistema de Gestão de Cartórios e Sistema de Gestão do Valor Adicionado Fiscal como serviço, no modelo de contratação de Software as a servisse (SaaS) e hospedagem das aplicações em data center especializado contendo todas normas de segurança e monitoramento, bem como os serviços de instalação, conversão, configurações, testes, implantação, treinamento inicial e liberação do sistema para uso, com a sua devida entrada em operação, treinamento, capitação e atendimento técnico local eventual, pós implantação, para atendimento as demandas dos órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Salto/SP, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência, a cargo da Secretaria de Finanças. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventuais recursos, nos termos do art. 109, I, "c" da Lei Federal 8.666/93.

Estância Turística de Salto/ SP, 22 de fevereiro de 2022.

Adriana Senhora Lourenço - Secretária de Finanças

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE IMÓVEL - OSASCO/SP

bradesco

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Em razão da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, os leilões em cumprimento a lei 9.514/97, estão sendo realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br. Localização do imóvel: Osasco-SP**. Centro. Av. Domingos Odalia Filho, 301. Subcondomínio Flat 1 do "Condomínio The Cittyplex Osasco". **Dormitório nº 2204** (22º andar), c/ uma vaga de garagem indeterminada. Área priv. 52,050m². Matr. 135.065 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 21/03/2022, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 461.000,00. **2º Leilão: 24/03/2022, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 376.601,74 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.BANCO.BRADESCO/LEILOES** e **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220019

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220019 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de conexões PVC Defofo (anel borracha e luva correr), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 792022, até o dia 10/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 16 de Fevereiro de 2022. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210029

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20210029 de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Permanente – Equipamentos para Áudio e Vídeo. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 15122021, até o dia 11/03/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2022. DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente edital, **Ademar Rangel da Silva**, Presidente da **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ nº 60.505.252-0001-02, com sede na Rua Gualachos, 41, Aclimação, São Paulo-SP, CEP 01533-020, convoca todos os trabalhadores de Produtos e de Artefatos de Cimento, da Construção Civil, de Móveis, de Instalações Elétricas, Gás e Hidráulicas, de Pinturas e Decorações, Cimento, Cal e Gesso, de Olarias, de Serraria e Carpintaria, de Cerâmica Branca e Vermelha, de Mármores e Granitos da base inorganizada para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 07 de março de 2022, as 11:00 horas, nos Municípios de Buritama, na praça ao lado da Rodoviária; Iperó-SP, Av. Maria Conc. Apda Andrade, nº 131, Distrito Industrial; Guaíra-SP, na Rua 28, nº 118, Jardim Paulista, em primeira convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01. Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 02. Leitura e discussão e aprovação da pauta de reivindicações/2022 da categoria profissional inorganizada para renovação das convenções coletivas a saber: Produtos e artefatos de cimento, Construção Civil, Móveis, Instalações Elétricas, Gás e Hidráulicas, Pinturas e Decorações, Cimento, Cal e Gesso, Serraria e Carpintaria, Ceramistas e de Mármores e Granitos, com datas base em março, maio, junho e outubro; 03. Discussão e aprovação da proposta de desconto de Contribuição para a receita orçamentária da Federação de 1% (hum por cento) sobre o salário, por mês, de cada trabalhador dos municípios, ainda inorganizados em entidade sindical no Estado de São Paulo, beneficiários das normas coletivas a serem celebradas durante o ano de 2022; 04. Discussão e aprovação da proposta da diretoria para assinatura de acordos e convenções coletivas de trabalho e se necessário instaurar dissídio coletivo; 05. Decidir pela manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final da negociação, mediante convocação por boletins. Se na hora aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação às 12:00 horas, no mesmo dia e local, com os trabalhadores presentes, cujas deliberações, constantes da ordem do dia, terão plena validade para todos os integrantes da categoria. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. **Ademar Rangel da Silva** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 027/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS EM PVC, COLETOR PARA ESGOTO, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. ENCERRAMENTO/ABERTURA: 14/03/2022 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 575 – Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br. Guararapes, 22 de fevereiro de 2022

Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA - SP

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - A Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Abertura do Certame Licitatório referente ao **EDITAL COMUL Nº 10/2022** - Processo nº 268/2022 – Leilão nº 01/2022 que tem por objeto alienação de bens móveis, considerados inservíveis ao Patrimônio Público Municipal, com a **REVOGAÇÃO do lote 13 da tabela constante do anexo I do Edital**. Ficam mantidas as demais disposições do edital de abertura inclusive a data da sessão. Retirada de Edital Completo com a devida Retificação e demais informações devem ser solicitadas: Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista – Departamento de Licitação – Horário de Expediente das 8h00 as 12h00 e das 13h00 as 17h00 - Fone/Fax (0XX) 3375-9090 – e-mail: compras@pedrinhaspaulista.sp.gov.br – www.pedrinhaspaulista.sp.gov.br – Pedrinhas Paulista, 22 de fevereiro de 2022 – Freddie Costa Nicolau – Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7575/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, devidamente autorizada, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 08/2001, nos termos do inciso VI, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, HOMOLOGO e ADJUDICO o objeto da presente licitação, a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para ampliação e reforma destinada à Unidade de Educação Infantil – CEMUS XI, à rua Costa do Marfim, n.º 100, bairro Jd. Planalto, Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Educação à empresa **Construtora Gracioli Eireli**, no valor global da contratação de R$ 909.769,66 (novecentos e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

Salto/SP, 22 de fevereiro de 2022.

Anna Christina Carvalho Macedo de Noronha Fávaro - Secretária de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2022 – PROCESSO Nº 010/2022

A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberta em seu setor de licitações a Tomada de Preços nº 003/2022, tipo "menor preço global", objetivando a **EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE 4.925,19 M² EM DIVERSAS VIAS DA CIDADE DE JERIQUARA-SP, DE ACORDO COM O CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JERIQUARA E O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SOB O Nº 101615/21, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO, PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES, E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS**, que são partes integrantes e indivisíveis do presente instrumento convocatório. Valor estimado da obra em **R$ 408.146,42 (quatrocentos e oito mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos)**. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700. Data de recebimento das propostas e abertura – dia 17/03/2022 às 09:30 horas. EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

EDITAL - ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE BARUERI-SP** - Base Territorial: Município de Barueri - Sede Social / Rua Claro de Camargo Sobrinho nº 358 - Vila Pouso Alegre- Barueri/SP, CNPJ. 02.958.436/0001-13, convoca todos (as) os (as) Trabalhadores (as) que exerçam suas atividades na Categoria Profissional diferenciada de Vigilância e Segurança, em Condomínios, Associações Residenciais, Hospitais, Associações Civis, Empresas, Indústria e Comércio, Instituições de natureza pública ou privada ou qualquer outro segmento econômico, no Município de Barueri, nos termos da portaria 17.593 de 24/07/2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, em consonância com os artigos 13, "L" e 24 do Estatuto Social, combinados com o art. 8º, "I" também do Estatuto Social, bem como nos moldes do 59, II e parágrafo único do Código Civil Brasileiro, CONVOCA a todos os associados que estejam em condições de votar, para participar de **Assembleia Geral Extraordinária**, que tem como ordem do dia e finalidade a **Alteração do Estatuto Social da Entidade** e a consolidação do Estatuto Social e autorização de registro do mesmo no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas bem como no Registro Sindical (Ministério do Trabalho), a ocorrer na sede da entidade, no dia 19 de março de 2022, às 9 horas, em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 dos associados quites com os cofres sociais, conforme art. 19 do estatuto social ou às 10 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de interessados presentes. serão observadas as regras de distanciamento social, local ventilado e uso obrigatório de máscaras e higienização com álcool em gel (70%), em razão das restrições causadas pela pandemia da COVID 19. Barueri, 22 de fevereiro de 2022. **Amaro Pereira da Silva Filho** - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO CASA

Processo RVP0094/21 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico DRVP 012/2022, OC nº 171308170482022OC0010, que tem como objeto a contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada para os Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA Itaquá, CASA Terra Nova, CASA Atibaia e CASA Bragança Paulista, vinculados à Divisão Regional Vale do Paraíba - DRVP, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 10/03/2022 às 09h. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 24/02/2022, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.imesp.com.br - Negócios Públicos.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20211422

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20211422, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 14222021, até o dia 14/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2022. DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O **SIEMACO GUARULHOS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS E PRIVADAS DE GUARULHOS, ARUJÁ, SANTA ISABEL, GUARAREMA E MAIRIPORÃ E TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os profissionais empregados das empresas de **LAVANDERIAS E SIMILARES**, associados ou não ao sindicato profissional, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizará no dia **03 DE MARÇO DE 2022, ÀS 14H00 (DEZ) HORAS**, em primeira convocação, na sede da Entidade sindical, situada a Rua Caraguatatuba, nº 122, Vila Rachid, Guarulhos/SP, CEP: 07012-090, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A)** Leitura e aprovação da ata anterior; **B)** Discussão e votação do rol de reivindicações a ser encaminhado a Entidade Patronal SINDILAV - SINDICATO INTERMUNICIPAL DE LAVANDERIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO e/ou Empresas Empregadoras, cuja data base é 1º de abril; **C)** Conceder poderes para diretoria firmar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo, Termos Aditivos, se necessários, com o sindicato patronal ou empresas empregadoras; **D)** Autorização para diretoria requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e/ou Órgão competente; **E)** Decretação de Estado de Greve; **F)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição profissional anual mensal / negocial, de acordo com o artigo 513-E da CLT a ser descontado de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical; **G)** Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial; **H)** Assuntos Gerais. Em razão da pandemia da COVID-19, recomenda-se observar as instruções das autoridades sanitárias para prevenção à disseminação do vírus, tais como: Uso de mascaras; Lavar as mãos com água e sabão ou higienizador à base de álcool; Manter pelo menos 1 metro de distância entre você e qualquer pessoa que esteja tossindo ou espirrando; Fique em casa se não se sentir bem. Não havendo quórum suficiente para a instalação da Assembleia em 1ª convocação, a mesma será realizada uma hora após, com qualquer número de presentes. Guarulhos, 23 de fevereiro de 2022. **Jhonatan Silva Moura – Presidente**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº. 005/2022 - UASG 986841 - Processo nº. 8005/2022. Objeto: - O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 92. Entrega das Propostas: a partir de 23/02/2022 as 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 23/02/2022 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luis Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h as 12h e das 13h as 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022 – PROCESSO Nº 2681/2021

OBJETO: Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de Alimentos Estocáveis, Perecíveis, Produtos de Higiene e Hortifrutigranjeiros. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 14 de Março de 2022 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 23/02/2022, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com.

Pirapora do Bom Jesus, 22 de Fevereiro de 2022 – Marcelo Pontes Leite – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 024/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DE REFORMA DO PRÉDIO LOCALIZADO A RUA ALFREDO PACHECO, NUMERO 750, DESTINADO À ABRIGAR AS NOVAS INSTALAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA DE BDI E MEMORIAL DESCRITIVO, ANEXOS AO EDITAL. ENCERRAMENTO: 11/03/2022 AS 09:30 HORAS. ABERTURA: 11/03/2022 ÀS 10:00 HORAS. LOCAL: Os documentos para habilitação e os envelopes propostas deverão ser protocolados até as 09:30 horas do dia 11/03/2022, na Seção de Expediente da Prefeitura Municipal de Guararapes, sito a Avenida Marechal Floriano, nº 585, sendo abertos às 10:00 horas do mesmo dia, no prédio localizado a Rua Prudente de Moraes, nº 575-Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br. Guararapes, 22 de fevereiro de 2022. Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONDOMÍNIOS E EDIFÍCIOS, COMERCIAIS E RESIDENCIAIS DE GUARULHOS- SINDIFÍCIOS GUARULHOS. REGISTRO DE CHAPAS - O Coordenador Geral do Pleito do Sindicato, Francisco Larocca Filho de acordo com o artigo 12 § único do Regimento Eleitoral da entidade vem tornar publico a relação nominal da Chapa única registrada para concorrer a eleição que será realizada no dia 18 de março de 2022, para composição da Diretoria, do Conselho Fiscal, Conselho de Representantes juntos a Federação e Confederação e respectivos suplentes, conforme segue: **Diretoria Efetiva : Presidente:** Renato Cerqueira Ramos; **Secretário Geral:** Adriano Gonçalves Machado; **Tesoureiro:** Helena Maria Barbosa; **Diretor de Patrimônio**: José Osito de Lima; **Diretoria Suplente:** Francisco Menas Filho, Eduardo Cordeiro da Silva, Fernando Ferreira Borges, **Conselho Fiscal Efetivo:** Lucimario Barbosa, Haroldo Thomaz da Silva, Euzebio Vercelles Linhares de Araujo, **Conselho Fiscal Suplente:** Luiz Soares, Evanildo de Oliveira Lopes; **Delegados Representantes junto a Federação e Confederação Efetivos:** Renato Cerqueira Ramos; Adriano Gonçalves Machado; **Delegados Representantes junto a Federação e Confederação Suplentes:**, Helena Maria Barbosa, José Osito de Lima. Declarando aberto o prazo de **03 (três)** dias a constar desta publicação para impugnação de candidatura. Guarulhos, 23 de fevereiro de 2022. **Francisco Larocca Filho - Coordenador Geral do Pleito**

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.135/2022 – PEC.00380/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARRO DE LIMPEZA - Abertura do Pregão em 11/03/2022 às 14:00 horas

PE.136/2022 – PEC.00307/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Abertura do Pregão em 11/03/2022 às 09:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

IRMANDADE DA SANTA CASA CORAÇÃO DE JESUS

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE SÃO SEBASTIÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 002/2022 - HCSS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 001/2022

TIPO: MENOR VALOR POR LOTE

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares. Data para realização: 1º dia sessão de cadastramento: 14/03/2022 às 10:00h; 2º dia sessão de lances: 15/03/2022 às 10:00h; 3º dia sessão de lances: 17/03/2022 às 10:00h; 4º dia sessão de habilitação: 21/03/2022 às 10:00h; Endereço para obtenção do edital: Departamento de Contratos, localizado na Rua Capitão Luiz Soares, 557, sala 22 – Centro – São Sebastião/SP. Taxa para adquirir o edital: R$ 4,00 (quatro reais) ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br. São Sebastião, 23 de fevereiro de 2022. Carlos Eduardo Antunes Craveiro. Interventor.

ESTÂNCIA PARQUE ATIBAIA

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Em cumprimento ao artigo 31 dos Estatutos da Estância Parque Atibaia, ficam convocados os Srs. Associados Titulares para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, em Atibaia, às 09:00 horas do dia 13 de março de 2022, em primeira convocação, com a presença de um terço dos associados, ou às 09:30 horas do mesmo dia, em segunda convocação com qualquer número de associados com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

a) Leitura e aprovação da Ata anterior.
b) Apresentação do relatório das atividades da Diretoria.
c) Apreciação e aprovação de contas do exercício de 2021/2022.
d) Apreciação e votação da Previsão Orçamentária para o exercício de 2022/2023, que inclui a verba de manutenção e investimento e seu destino.
e) Assuntos Gerais.

Somente poderão participar os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, quites com os cofres da E.P.A.

Sem outro particular firmamo-nos.

Cordialmente,

Iso Sarfatti – Diretor Presidente

Airton Sister – Diretor Secretário

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"

O MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, por meio do Departamento de Suprimentos, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta as seguintes licitações:

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 - EDITAL Nº 002/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para obras de: Item 01 - Execução de Infraestrutura Urbana nos Bairros: Jardim Eliza, Potuverá e Recreio Primavera; Item 02 – Reforma de Praça e Recuperação de área degradada, localizada na Avenida dos Legisladores com a Rua Elpidio José de Lima – Parque Paraíso, sob o regime de Execução de Empreitada por Preços Globais. **Encerramento:** até às 09:00 horas do dia 10 (dez) de março de 2.022.

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 - EDITAL Nº 009/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para Estruturação da Rede de Serviços do Sistema único de Assistência Social - SUAS – Ampliação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sob o regime de Execução de Empreitada por Preços Globais. **Encerramento:** até às 10:00 horas do dia 10 (dez) de março de 2.022.

Informações: A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico licitacoes@itapecerica.sp.gov.br, contendo os dados cadastrais do interessado. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9110, com código de acesso (DDD) 0XX 11. Por se tratar de uma pasta de obra, contendo memorial, planilhas e/ou projetos, eventuais falhas no envio dos arquivos podem ocorrer, nesses casos, é recomendado comparecer no Departamento de Suprimentos para a retirada completa do material.

Itapecerica da Serra, 22 de fevereiro de 2.022.

EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessor Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/1997

AG LEILÕES

EDMAR OLIVEIRA ANDRADE NETO, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCESP sob o nº 971, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **BONANÇA PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.631.481/0001-85, com sede à Rua Alves Guimarães, nº 1.120, 2º andar, Pinheiros na cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Imóvel, com Alienação Fiduciária e Outros Pactos, firmado em 22 de outubro de 2016, no qual figuram como Fiduciantes **JULIANA SEVERINA COELHO DE BRITO**, brasileira, empresária, portadora do RG número 33.755.209-5-SSP/SP, CPF/MF sob número 303.980.438-33, e seu marido, **IVANILDO FRANCISCO DE BRITO**, brasileiro, funileiro de autos, portador do RG número 24.884.150-6-SSP/SP, CPF/MF sob número 136.565.348-02, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, à Rua Antônio Picarollo, número 70, Jardim Recanto Verde, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-Line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **04 de março de 2022, às 14h00horas**, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413 – cj. 152 - São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 95.011,56 (noventa e cinco mil, onze reais e cinquenta e seis centavos)**, o imóvel abaixo descrito, consolidado em nome da credora Fiduciária, constituído pelo **LOTE** de terreno, sob número **"15 (quinze)"**, da quadra **"07 (sete)"** com a área de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), de uso residencial, no loteamento denominado "RESIDENCIAL BONANÇA I", no bairro Mães dos Homens, da cidade e comarca de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, com as seguintes medidas e confrontações: Faz frente para a Rua Íris onde mede 10,00m (dez metros). Da frente aos fundos de quem da mencionada rua olha para o terreno mede: 25,00m (vinte e cinco metros) do lado direito confrontando com o lote 14 (catorze), mede 25,00m (vinte e cinco metros) do lado esquerdo confrontando com o lote 16 (dezesseis), e 10,00m (dez metros) nos fundos confrontando com o lote 30 (trinta). Imóvel objeto da matrícula nº 92.432 do Oficial de Registro de Imóveis de Bragança Paulista /SP. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16 de março de 2022**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 129.773,45 (cento e vinte e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.agleiloes.com.br, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O devedor fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o fiduciante adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará o preço do imóvel à vista, mais 5% (cinco por cento) sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício de direito de preferência. Caso haja arrematação, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias úteis contados da data do leilão. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Incumbirá aos interessados na arrematação do bem, a verificação da existência de eventuais pendências que recaiam sobre o bem (IPTU e outros). As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

INFORMAÇÕES: WWW.AGLEILOES.COM.BR | CONTATO@AGLEILOES.COM.BR - (11) 2893-0402

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA RETIFICADO O EDITAL DO PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 06/2022, PARA A "AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E BOTAS PARA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IPERÓ". ASSIM FICA REAGENDADA A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO PARA O DIA 10/03/2022 ÀS 09 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP, TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 22 DE FEVEREIRO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 09/2022, PARA "AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, BOTAS E ACESSÓRIOS PARA BANMIP" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 10/03/2022 ÀS 14 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP, TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 22 DE FEVEREIRO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Presencial nº 05/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E INSUMOS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
ABERTURA/SESSÃO: 10/03/2022 – 08h30min
O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.
Download do edital em: http://186.233.125.85:8079/comprasedital/

Santo Anastácio, 18 de fevereiro de 2022.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

AVISO - encontra-se aberta na Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP, Pregão Presencial **nº 08/2022** do tipo menor preço lote para **contratação de empresa especializada em locação de contêineres**, para atender a necessidade do Município de Ilha Comprida através do SRP (Sistema de Registro de Preços). Entrega e abertura dos envelopes dar- se- a no dia **09/03/2022 as 09h00min**. O edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.ilhacomprida.sp.gov.br. Geraldino Barbosa de Oliveira Junior Prefeito Municipal. AVISO - encontra-se aberta na Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP, Pregão Presencial **nº 09/2022** do tipo menor preço item para **contratação de empresa especializada em locação de sanitários, com limpeza, coleta de esgoto e transporte** a serem entregues e instalados em diversos pontos neste Município de Ilha Comprida através do SRP (Sistema de Registro de Preços). Entrega e abertura dos envelopes dar- se- a no dia **10/03/2022 as 09h00min**. O edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.ilhacomprida.sp.gov.br. Geraldino Barbosa de Oliveira Junior Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO - COMUNICADO – Acha-se aberta Licitação abaixo descrita: **LICITAÇÃO:** Pregão Presencial nº 007/2.022 – Processo Licitatório nº 392/2.022. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME MÓDULOS ABAIXO, EM AMBIENTE NUVEM, POR PRAZO DETERMINADO (LOCAÇÃO), COM ATUALIZAÇÃO MENSAL, QUE GARANTA AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, INCLUINDO, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ATENDIMENTO TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, VISANDO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO/SP. DATA E HORA DA REALIZAÇÃO:** Dia 15 de março de 2.022 às 09h. **CREDENCIAMENTO:** As 09h para todas as empresas do dia 15 de março de 2.022. **LOCAL:** Sala de Licitações na Sede da Prefeitura. **LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL:** Sala do Setor de Licitações no Paço Municipal, sito à Rua Sargento José Egídio do Amaral, 235 Centro, Município de Pardinho, Estado de São Paulo, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h horas até o dia 15 de março de 2.022. **ESCLARECIMENTOS:** De segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, na Rua Sargento José Egídio Do Amaral, Nº 235 – Centro - Pelo telefone (14) 3886-8200 - E-mail: mariana.barreto@pardinho.sp.gov.br Edital completo pelo site: www.pardinho.sp.gov.br/transparencia.php. Prefeitura Municipal de Pardinho, em 22 de fevereiro de 2.022. **JOSÉ LUIZ VIRGINIO DOS SANTOS - Prefeito Municipal**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

SEC OBRAS

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022 - PROCESSO Nº 045/2022

OBJETO: Contratação de empresa, com empreitada global de material, mão de obra e equipamentos, para execução dos serviços de construção de ciclovia na Estrada Vicinal Adriano Pedro Assi (VTG-040), no município de Votuporanga/SP. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 10 de março de 2022, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9619, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 11 de março de 2022, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9643 e 9641.
ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 22/02/2022.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – à Av. Ibirapuera, n.º 981 – 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2022 – PROCESSO IAMSPE N.º 5863/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00180 – PARA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA ENVOLVENDO AUXÍLIO NA GESTÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E HOTELARIA, BEM COMO A RASTREABILIDADE METROLÓGICA E FÍSICA DESTES ITENS DO HSPE-FMO E PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DO IAMSPE, SEM O FORNECIMENTO DE PEÇAS.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 09/03/2022 às 10:00 hrs**. Os interessados deverão acessar, a partir de **24/02/2022**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**. São Paulo, 22 de Fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.336/2021
TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Registro de preços para aquisição de artefatos de ferro e aço utilizados nos serviços de manutenção e conservação das vias, prédios e espaços públicos do município. Data da sessão: 11/03/2022. Horário de início da sessão: 09:00 horas. Local da realização da sessão: Sala de reuniões da Secretaria de Administração - Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - São Sebastião-SP. Secretaria de Administração - Departamento de Suprimentos. Taxa para adquirir o edital: R$ 4,00 (quatro reais), ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br. São Sebastião, 18 de fevereiro de 2022. Gelson Aniceto de Souza. Secretário Municipal de Serviços Públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

SECRETARIA DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 040/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e entrega de equipamentos de informática, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 11/03/2022 às 09h00, no site eletrônico https://servicos.barueri.sp.gov.br/compras/ - **Edital:** Disponível a partir do dia 24/02/2022 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 041/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição e entrega parcelada de medicamentos, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos
Data de Abertura da Sessão: Dia 11/03/2022 às 09h00, no site eletrônico https://servicos.barueri.sp.gov.br/compras/ - **Edital:** Disponível a partir do dia 24/02/2022 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Clésia de Souza Soares - Pregoeira

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE E COMUNICAÇÃO DA DEVEDORA FIDUCIANTE** — PLANETA SECURITIZADORA CRED

DATA: 1º Público Leilão: 05/03/2022, às 11h00m | 2º Público Leilão: 07/03/2022, às 11h00m

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **PLANETA SECURITIZADORA S.A.**, CNPJ/RFB nº 07.587.384/0001-30, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04, nº 13.043/14 e nº 13.465/17, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 11/03/2020 na cidade de Porto Alegre, e posteriores Cessões de Crédito, os seguintes **IMÓVEIS** integrantes do **CONDOMÍNIO "ONE SIXTY CYRELA BY YOO"**, situado na Rua Quatá, nº 804, com entrada também pela Rua Michel Milan, 28º Subdistrito - Jardim Paulista, São Paulo/SP:

01) APARTAMENTO TIPO Nº 151, localizado no 15º andar/pavimento, com as seguintes áreas: Privativa Principal de 271,500m²; Privativa Acessória de 43,480m², sendo 39,480m² correspondentes às vagas de garagem nºs 22M, 23M, 24M, 25M, localizadas no 3º subsolo, e 4,000m² correspondente ao depósito nº 05, localizado no 3º subsolo; Privativa Total de 314,980m²; Área Comum de 189,961m²; Área Total de 504,941m²; FIT de 0,0153320. Matrícula Imobiliária nº 197.582 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 299.063.0460-8. **Valores: 1º Leilão:** R$ 9.180.090,24; **2º Leilão:** R$ 6.068.486,40;

02) APARTAMENTO TIPO Nº 171, localizado no 17º andar/pavimento, com as seguintes áreas: Privativa Principal de 271,500m²; Privativa Acessória de 43,480m², sendo 39,480m² correspondentes às vagas de garagem nºs 11M, 12M, 13M, 14M, localizadas no 3º subsolo; e 4,000m² correspondente ao depósito nº 02, localizado do 3º subsolo; Privativa Total de 314,980m²; Área Comum de 189,961m²; Área Total de 504,941m², FIT de 0,0153320. Matrícula Imobiliária nº 197.586 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 299.063.0464-0. **Valores: 1º Leilão:** R$ 9.326.469,69; **2º Leilão:** R$ 6.164.325,21;

03) APARTAMENTO TIPO Nº 201, localizado no 20º andar/pavimento, com as seguintes áreas: Privativa Principal de 274,500m²; Privativa Acessória de 57,230m², sendo 53,230m² correspondente às vagas de garagem nºs 109M, 110M, 111M, 122M e 173G, localizadas no 2º subsolo, e 4,000m² correspondente ao depósito nº 23, localizado no 2º subsolo; Privativa Total de 331,730m²; Área Comum de 216,873m²; Área Total de 548,603m²; FIT de 0,0162710. Matrícula Imobiliária nº 197.592 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 299.063.0470-5. **Valores: 1º Leilão:** R$ 9.521.642,46; **2º Leilão:** R$ 6.295.550,62;

04) APARTAMENTO TIPO Nº 221, localizado no 22º andar/pavimento, com as seguintes áreas: Privativa Principal de 274,500m²; Privativa Acessória de 57,230m², sendo 53,230m² correspondente às vagas de garagem nºs 92M, 93M, 101M, 164G e 165M, localizadas do 2º subsolo; e 4,000m² correspondente ao depósito nº 22, localizado no 2º subsolo, Privativa Total de 331,730m²; Área Comum de 216,873m²; Área Total de 548,603m²; FIT de 0,0162710. Matrícula Imobiliária nº 197.596 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 299.063.0474-8. **Valores: 1º Leilão:** R$ 9.702.409,50; **2º Leilão:** R$ 6.413.995,75;

05) APARTAMENTO TIPO Nº 241, localizado no 24º andar/pavimento, com as seguintes áreas: Privativa Principal de 274,500m²; Privativa Acessória de 68,870m², sendo 64,870m² correspondentes às vagas de garagem nºs 96G, 97G, 98G, 99G e 100M, localizadas no 2º subsolo e 4,000m² correspondente ao depósito nº 20, localizado no 2º subsolo; Privativa Total de 343,370m²; Área Comum de 238,524m²; Área Total de 581,894m²; FIT de 0,0169370. Matrícula Imobiliária nº 197.600 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 299.063.0478-0. **Valores: 1º Leilão:** R$ 9.889.217,94; **2º Leilão:** R$ 6.539.115,14.

Regras, Condições e Informações: 1. Nos termos do referido Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, a Devedora Fiduciante constituiu a garantia fiduciária sobre todos os imóveis acima descritos, e o valor de venda individual de cada imóvel garantirá apenas a sua proporcionalidade na dívida, considerando, para tanto, a sua avaliação; **2.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **3.** Nas matrículas dos imóveis, constam averbados a existência de ações judiciais em andamento e arrestos dos direitos da Devedora Fiduciante sobre os imóveis. Referidas averbações e arrestos encontram-se mais bem descritos no Edital Completo de Leilão e não impedem a venda dos imóveis em leilão. A baixa de averbações e registros de qualquer natureza será de responsabilidade do Arrematante; **4.** O Arrematante pagará, à vista ou financiado, nos termos do Edital Completo de Leilão, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **5.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes **ATÉ** a data do leilão serão pagos pela Credora. Os valores vencidos **APÓS** a data da arrematação são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **6.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **7. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **8.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **9.** Propriedades consolidadas em 09/02/2022; **10.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL COMPLETO DE LEILÃO**, disponível para consulta no Portal **WWW.PECINILEILOES.COM.BR**, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **SKYPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - EIRELI**, CNPJ nº 29.007.777/0001-60, por seu Representante Legal e Fiador **JOÃO JOSÉ OLIVEIRA DE ARAÚJO**, CPF nº 300.692.158-55, devidamente comunicada das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial Por Ata de Registro de Preço, para Aquisição de polpa frutosa**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **10 de março de 2022**, até às **08h00min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 17 de fevereiro de 2022. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Adamantina - SP no dia 21/02/2022, a partir das 14h06 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 14h51 (horário de Brasília).

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 03/2022

Processo: DGP nº 8274/2021
Encontra-se aberta na Delegacia Seccional de Polícia de Assis, Licitação na modalidade – Tomada de Preço, tipo menor preço, visando a contratação de empresa para Construção do Prédio da Delegacia de Polícia do Município de Ibirarema, a ser realizada no dia 14/03/2022, as 09:30 horas, na Rua Floriano Peixoto, 58/Centro/Assis/SP. O edital, poderá ser consultado pela internet no site: www.e-negociospublicos.gov.br.

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÃO
Convite 1/2022

Objeto: Abertura de via pública urbana localizada na Rua Projetada. Encerramento: 09/03/2022 às 09h00. Edital: Paço Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022 – PROCESSO Nº 014/2022 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), conforme especificações constantes do Anexo I. Menor Preço por Item. Encerramento: 09 de março de 2022, às 09:00 Horas. LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Angatuba – térreo, Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 22 de fevereiro de 2022. NICOLAS BASILE ROCHEL. PREFEITO MUNICIPAL.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Eletrônico 02/2022, Oferta de Compra nº. 851901801002022OC00002, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e cozinha descartáveis, para atendimento das necessidades desta Fundação, cuja publicação do aviso de licitação ocorreu em 22/02/2022, e cuja sessão pública estava marcada para o dia 09/03/2022, foi adiado, devendo ser consideradas as seguintes datas: DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22/02/2022. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/03/2022 – às 09:00. O adiamento da sessão se deve ao fato de que se esperava que os pontos facultativos do feriado de carnaval ocorressem nos dias 28 de fevereiro e 01 de março, que foram devidamente considerados por ocasião do agendamento da sessão. Porém, a Portaria nº 155/2022 do Município de Pedreira/SP, publicada em 22/02/2022, determinou que também o dia 02 de março será ponto facultativo. Assim, para o cumprimento do prazo legal, fica o prazo para apresentação das propostas estendido por mais um dia. O novo edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br) e no sistema BEC (www.bec.sp.gov.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 22 de fevereiro de 2022. Sergio Aparecido de Santi - **PRESIDENTE DA FUNBEPE**

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PREFEITURA DE SÃO PAULO

COMUNICADO DE ADIAMENTO DE ABERTURA

Pregão Eletrônico nº. 012/2022 do Processo Eletrônico nº. 6210.2021/0005461-4

TENDO POR OBJETO:

** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (MESA CIRÚRGICA ELÉTRICA).**

I - Fica adiado **"SINE DIE"** a abertura do Pregão Eletrônico nº. 012/2022, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (MESA CIRÚRGICA ELÉTRICA), que estava designado para as 09hs00 do dia 23 de fevereiro de 2022, tendo em vista impugnação apresentada.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA Nº 56, de 22/02/2022: concede Pensão por Morte a Sra. CLAUDIA MACEDO LEITE, RG 18.641.748, em razão do falecimento do Sr. JOAO BATISTA LEITE, em 07/02/2022, que à época de seu falecimento recebia proventos de aposentadoria deste Instituto.

PORTARIA Nº 57, de 22/02/2022: concede Pensão por Morte a Sra. DARCI PEREIRA GOMES, RG 9.540.686-4, em razão do falecimento do Sr. ADILSON PEREIRA GOMES, em 10/01/2022, que à época de seu falecimento ocupava o cargo de Técnico em RX nesta Municipalidade.

PORTARIA Nº 58, de 22/02/2022: concede Pensão por Morte a Sra. EBIA LUCIA DE ABREU, RG 18.641.897-8, em razão do falecimento do Sr. ADÃO BATISTA DA SILVA, em 20/01/2022, que à época de seu falecimento ocupava o cargo de Agente Administrativo I nesta Municipalidade.

PORTARIA Nº 59, de 22/02/2022: concede Pensão por Morte a KAUAN LIMA DOS SANTOS, RG 50.021.168-1, em razão do falecimento da Sr. ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS, em 11/01/2022, que à época de seu falecimento ocupava o cargo de Agente de Serviços Gerais nesta Municipalidade.

PORTARIA Nº 60, de 22/02/2022: concede Pensão por Morte ao Sr. VALDECIR NEVES DA SILVA, RG 5.650.873, em razão do falecimento da Sra. SONIA REGINA GARCIA, em 27/09/2021, que à época de seu falecimento recebia proventos de aposentadoria deste Instituto.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Aviso de Licitação – CPLOSE. PL.001.2022.TP.001.2022. Objeto: Ampliação da infraestrutura esportiva do parque de esporte e lazer Santos Dumont - tiro com arco e tênis de mesa, localizada no município do Recife – PE. VALOR: R$ 819.248,70. Data de Abertura: 16/03/2022 às 14h00. O Edital se encontra disponível no Painel de Licitações no endereço www.licitacoes.pe.gov.br. Informações: Avenida Afonso Olindense, 1513, Bloco B, Térreo, Várzea, Recife-PE, CEP: 50.810-900. Fone: (81) 3183-8237. Horário de Atendimento: 8h00 às 12h00. Recife, 22 de fevereiro de 2022. Francimilton dos Santos - Presidente da CPLOSE.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Aviso de Adiamento de Licitação – CPLOSE. PL.020.2021.CC.017.2021. Objeto: Construção de quadras poliesportivas nas escolas da GRE Agreste Centro Norte - Lote 15 e Lote 16. Valor: R$ 11.231.082,01. A licitação foi adiada para organização processual, sem modificação de documentos e preço. Nova Data de Abertura: 15/03/2022 às 11h00. O Edital se encontra disponível no Painel de Licitações no endereço www.licitacoes.pe.gov.br. Informações: Avenida Afonso Olindense, 1513, Bloco B, Térreo, Várzea, Recife-PE, CEP: 50.810-900. Fone: (81) 3183-8237. Horário de Atendimento: 8h00 às 12h00. Recife, 22 de fevereiro de 2022. Francimilton dos Santos - Presidente da CPLOSE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 006/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CALÇADA EM BLOCO INTERTRAVADO NO ENTORNO DO PSF IMIGRANTES E FUTURA INSTALAÇÃO DA ESCOLA IMIGRANTES - CONVENIO SDR Nº 101252/2021. Realização da sessão do processo licitatório em 18/02/2021, abertura envelope 1 "Habilitação" após análise da documentação técnica realizada pelo Departamento de Obras e Departamento Financeiro, com parecer técnico encaminhado ao departamento de licitações em 22/02/2022, ficam HABILITADAS as empresas: LOTUS CONSTRUTORA ME e MARIAH LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA. Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93. Transcorrido o prazo e não havendo manifestação de recurso fica estipulado o dia 16/03/2022 às 14:00 horas para abertura e análise do conteúdo dos envelopes nº 02 "Propostas" das empresas habilitadas. Holambra, 22 de fevereiro de 2022 Comissão de Licitação.

Extrato do Edital da Tomada de Preços nº 019/2022

Edital – 019/2022 - Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – Tomada de Preços – Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DAS RUAS ASTER, TRECHO DA RUA SÁLVIA E TRECHO DA RUA PETÚNIA - CONVÊNIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONTRATO REPASSE Nº 916121/2021 - Vigência Contrato 12 (doze) meses – Data do credenciamento e da abertura das propostas e documentação – 12/04/2022, às 09:00 h. – Valor da pasta – R$ 10,00 ou gratuitamente pelo site: www.holambra.sp.gov.br. Holambra 22 de fevereiro de 2022 - Yessika Eltink - Diretora de Obras e Desenvolvimento Urbano e Rural.

Aviso de SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2022

Objeto - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS POR ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR INTERESSADAS EM ADMINISTRAR PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES DE CARGO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA. Em virtude de modificação no edital apresentadas pelo departamento solicitante, a administração pública promoverá a revisão do Edital para realizar ALTERAÇÕES, comunicamos a SUSPENSÃO da licitação supracitada, marcada para o dia 14/03/2022, às 15h00m. Tão Logo a Administração modifique o Edital, nova data será divulgada para o certame através de publicação no DOE, no Diário Oficial do Município e site da Prefeitura Municipal de Holambra. Holambra, 22 de fevereiro de 2022. GRASSI BARBOSA GOMES FREITAS DE SOUZA - DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10127406404, no qual figura como **Fiduciante VICENTE CAPUTO FILHO**, CPF/MF nº 013.777.588-18, e sua mulher **SUELI PEREIRA DE CARVALHO CAPUTO**, CPF/MF nº 271.933.968-77, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **10 de março de 2.022, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 516.123,62** (Quinhentos e Dezesseis Mil Cento e Vinte e Três Reais e Sessenta e Dois Centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 131.659 do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Apartamento nº 23, localizado no 2º andar do Bloco IV – "Edifício Pelicano", integrante do "Condomínio Mirante dos Pássaros", situado à Avenida Padre Arlindo Vieira nº 1.035, na Saúde – 21º Subdistrito. Com área privativa real de 50,120m², área comum real de 28,384m², área total real de 78,504m² e fração ideal de terreno de 0,2170%"*. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **22 de março de 2.022, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 258.061,81** (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil Sessenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP_1650-03)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDALESP - Sindicato dos Servidores Públicos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, convoca os associados, nos termos estatutários, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **08 de março de 2022, às 12:00 horas**, em primeira convocação e meia hora depois, em segunda e última convocação, no Auditório da NCST-SP, na Rua Silveira Martins, 53 - 1º andar - Centro - São Paulo/SP, para deliberar com exclusividade a seguinte Ordem do Dia: 1) Alteração total ou parcial do Estatuto Social. Para que surta os efeitos legais, afixe-se, publique-se e divulgue-se.
São Paulo, 23 de Fevereiro de 2022 **FILIPE LEONARDO CARRIÇO** - Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/22 - Processo Nº 14.637/2021

Objeto: aquisição de equipamentos de informática, em atendimento a Secretaria de Administração. Informamos que devido um equivoco na data prevista para a abertura da sessão, torna-se cancelada/sem efeito a publicação veiculada dia 18/02/2022. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8223.
Magali Aparecida Mereu de Rossi - Pregoeira

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.º 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 157/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 4702/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00134 - PARA AQUISIÇÃO DE: CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 11/03/2022 às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **24/02/2022**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR. SÃO PAULO, 22 FEVEREIRO 2022.

CONVOCAÇÃO

Juliano Izidoro, portador do RG. 00255358453, Carteira Profissional nº 00027405 - série: 00146- SP, registrado nesta Fundação sob o número RE 21.887-0, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT. **Contato:** Seção de Licitações e Chamamentos Públicos da Divisão de Suprimentos, com Denise - telefone (11) 2927-9060. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. **Rosana Moreno Pires** - Diretora de Divisão.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

CMSE - 2ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 2ª REGIÃO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço 004/2021

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO – PROFISSIONAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DO HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO (HMASP)- SITUADO À RUA OUVIDOR PORTUGAL, 230 – VILA MONUMENTO, SÃO PAULO – SP. **Critério para julgamento das propostas: MENOR PREÇO. Data de Entrega de envelopes dia 11 de Março de 2022 até as 08h30 min e Abertura dos Envelopes: 11 de Março de 2022, às 08h30 min.** O Edital está disponível no site: www.comprasnet.gov.br ou a partir de 23 de fevereiro de 2022, no órgão, situado na Rua da Independência 632, Bloco III, Cambuci, São Paulo/SP, CEP: 01524-000 Tel.: 3277-1577, de segunda-feira das 09:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas. Nas sextas-feiras o atendimento será apenas no período das 09:00 horas às 11:00 horas.
Comissão Permanente de Licitações da CRO/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

SECRETARIA DE OBRAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 004/2022

Objeto: Execução de Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais e Serviços Complementares para Implantação do Conjunto Habitacional Junto à Estrada do Itaqui - Bairro dos Altos - Data de Encerramento: Dia 31/03/2022 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11) 4199-1900. **Edital:** disponível GRATUITO no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 005/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Reforma Geral na ETEC (Escola Técnica) Antônio Furlan - Barueri - Data de Encerramento: Dia 01/04/2022 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11) 4199-1900. **Edital:** disponível GRATUITO no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

FATO RELEVANTE

A São Paulo Turismo S.A. ("SPTURIS" ou "Companhia") vem informar ao mercado e aos seus acionistas acerca da posse do Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Gustavo Garcia Pires, na data de 22 de fevereiro de 2022.
O ato foi aprovado após deliberação do Conselho de Administração da SPTURIS, em reunião extraordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2022.
Por fim, a Companhia informa que manterá seus acionistas informados acerca do tema que trata o presente Fato Relevante.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022
RODRIGO KLUSKA ROSA
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo, Guarulhos, Barueri, Diadema e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
Campanha de Reajustamento Salarial Data-Base 1º de Maio – 1º e 2º Convocações

Pelo presente edital, o **Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo-SP, Guarulhos, Barueri, Diadema e São Caetano do Sul**, inscrito no CNPJ sob o nº 62.249.222/0001-08, com sede nesta Capital, na Avenida Prestes Maia, nº 241, 21º andar, São Paulo-SP, CEP 01031-001, representado por seu Presidente, Sr. Euripedes Rodrigues Torres, na forma dos estatutos sociais, convoca todos os trabalhadores da categoria profissional, associados e não associados, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará em sua sede (endereço acima descrito) no dia 03 de março de 2022, às 09:00 horas, em primeira convocação, e, não havendo quórum legal de trabalhadores, 01 hora após, às 10:00 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) elaboração e aprovação de pauta de reivindicações destinada à negociação da convenção coletiva de trabalho, referente à data-base 1º de maio de 2022, com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2024 (contendo cláusulas sociais e econômicas), sendo 12 (doze) meses para as cláusulas econômicas e 24 (vinte e quatro) meses para as cláusulas sociais, a ser encaminhada ao sindicato patronal; 2) delegação de poderes ao sindicato para manter e finalizar negociações coletivas com o sindicato patronal, firmar convenções coletivas de trabalho e, caso resultem infrutíferas as negociações, outorga de poderes ao sindicato para instaurar dissídio coletivo junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, exercer o direito de greve; firmar acordo em ação de dissídio coletivo; 3) discussão a aprovação do percentual a ser descontado a título de contribuição negocial/assistencial dos trabalhadores, da categoria, associados e não associados, em favor da entidade sindical, respeitado o direito de oposição ao aludido desconto, mediante declaração individual a ser protocolada pessoalmente, em duas vias, na secretaria da entidade; 4) delegação de poderes ao sindicato para firmar termos aditivos emergenciais para adequação nas relações e contrato de trabalho no período de enfrentamento do Covid-19. O presente edital também é afixado na sede social e no site da entidade http://www.cvi.org.br. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
Euripedes Rodrigues Torres – *Presidente do SEECOVI*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISO

ERRATA - 02
PROCESSO SEI-270042/001117/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022
OBJETO: Aquisição de viaturas do tipo V5 - Pick Up
NOVA DATA DE ABERTURA: 11/03/2022, as 09h.
NOVA DATA ETAPA DE LANCES: 11/03/2022, as 09h30min.

O Edital e as Erratas encontram-se à disposição dos interessados no site: www.compras.rj.gov.br ou www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes, podendo ser retirado, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br.

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Acha-se aberta a **CONCORRÊNCIA Nº 002/DAEE/2022/DLC**, Processo DAEE-PRC-2022/00047, sob o regime de empreitada por preço global, com observância de Técnica e Preço, para Contratação de Empresa de Engenharia Consultiva Especializada para Elaboração de Estudo de Alternativas para a Redução de carga poluidora lançada no Rio Tietê com origem na área urbanizada do Município de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.
1 - Prazo de execução: O prazo de execução dos serviços será de 6 (seis) meses, a partir da data da ordem de início dos serviços.
2 - Valor estimado: O valor total estimado será de R$ 3.487.681,88 (três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais, e oitenta e oito centavos), para o exercício de 2022.
3 - Encerramento: Os envelopes 1 (Proposta Técnica), 2 (Proposta de Preços) e 3 (Documentos de Habilitação), deverão ser entregues à Comissão Julgadora, devidamente designada, às 10:00 horas do dia 19 de abril de 2022, na rua Boa Vista, 175, 1º andar, Bloco B, Edifício Cidade II, Centro, Capital.
4 - Consulta do Edital e Esclarecimentos: O Edital e seus anexos poderão ser acessados pelos interessados no site: http://www.daee.sp.gov.br, aba "licitações".
O Edital completo encontra-se, também, afixado no Quadro de Avisos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - **DAEE**, na Rua Boa Vista, 175 - 1º andar – Edifício Cidade II, Centro, Capital.

Mercado vê Brasil como alternativa à Rússia, e dólar cai a R$ 5,05; Bolsa de SP avança 1%

Clayton Castelani

SÃO PAULO Um dia após a decisão da Rússia de mandar tropas para a Ucrânia ter provocado uma baixa na Bolsa de Valores do Brasil, o mesmo cenário de potencial guerra na Europa resultou em forte recuperação do mercado acionário local.

O Ibovespa subiu 1,04% nesta terça (22), a 112.891 pontos. Na véspera, o índice de referência da Bolsa havia caído 1,02%. Na ocasião, o tombo se consolidou no final da tarde, logo após o presidente da Rússia, Vladimir Putin, ter anunciado o seu passo decisivo na rota de conflito com o país vizinho.

Ameaças de guerra não abalaram a trajetória de valorização do real ante o dólar. A moeda americana caiu 1,05% nesta terça, para R$ 5,0510. É a menor cotação desde 1º de julho de 2021. Desde o pico neste ano, quando atingiu R$ 5,71 em 5 de janeiro, o dólar já desabou 11,5%.

Investidores que já enxergavam o país como alternativa às baixas nas Bolsas de economias desenvolvidas agora também podem estar avaliando o Brasil como refúgio de potenciais perdas no mercado da Rússia, uma vez que o país sofrerá sanções econômicas.

O presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou medidas que impedirão o governo russo de fazer transações financeiras envolvendo títulos de sua dívida com empresas americanas e europeias.

Semelhanças entre as duas economias emergentes tendem a reposicionar em direção ao Brasil parte do fluxo de capital que antes iria para a Rússia, segundo Pietra Guerra, especialista de ações da Clear Corretora.

"Seríamos alternativa para a retirada de capital da Rússia", disse Guerra. "Pela exposição às commodities [ambos são produtores de petróleo, por exemplo] e alguma similaridade no nível de desenvolvimento econômico."

Os ganhos mais óbvios no mercado brasileiro em meio à crise geopolítica vêm do petróleo, que subia 1,14% no final da tarde, cotado a US$ 96,48. Além de estar no seu maior nível de preços desde meados de 2014, a commodity poderá romper os US$ 100 neste ano, dizem analistas.

Nos EUA, o S&P 500 cedeu 1,01%, a Nasdaq, 1,23%, e o Dow Jones 1,42%.

O S&P 500 atingiu uma baixa de 10% em relação à sua pontuação recorde de 3 de janeiro. Quando um índice recua a partir dessa porcentagem em relação ao seu nível mais alto, esse indicador entra na chamada zona de correção.

É a primeira vez que o indicador entra em correção desde fevereiro de 2020.

Bolsa e câmbio em 2022

Fontes: Bloomberg e CMA

Nubank registra lucro anual pela primeira vez, de R$ 33,4 mi

O Nubank registrou lucro líquido ajustado de US$ 6,6 milhões (R$ 33,4 milhões) em 2021, o primeiro ganho anual de sua história, revertendo o prejuízo de US$ 26,8 milhões (R$ 135,6 milhões) em 2020. É o primeiro resultado financeiro reportado pela fintech após a abertura de capital na Bolsa de Valores do Brasil e dos Estados Unidos (Nyse), em dezembro de 2021. Considerando somente o quarto trimestre, o banco digital teve um lucro líquido ajustado de US$ 3,2 milhões (R$ 16,2 milhões), ante o lucro de US$ 15,8 milhões (R$ 80 milhões) em igual período do ano anterior. O Nubank encerrou o ano passado com 53,9 milhões de clientes.

A escalada do autoritarismo

Com estado de emergência, Trudeau deixa cair a máscara democrata

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Uma das características da escalada do autoritarismo é o uso de coerção desproporcional, legitimada por decretos de ampla abrangência implementados em situação de alegada emergência ou "risco à democracia".

O caso da reação brutal do governo de Trudeau no Canadá ao protesto de caminhoneiros é chocante, especialmente pelo fato de o país ter longo histórico de respeito a direitos individuais e ao devido processo legal.

É certamente inaceitável que manifestantes bloqueiem estradas e ruas, façam baderna ou impeçam o comércio de funcionar normalmente. A coibição de tais crimes está prevista na legislação penal canadense e é executada pela polícia local. Além disso, processos judiciais podem resultar em multas e outras penalidades.

Porém o governo foi além, proibindo o protesto pacífico e legal, pisoteando manifestantes com cavalos, perseguindo simpatizantes e congelando contas bancárias. É um ataque frontal aos direitos básicos.

O "estado de emergência" decretado por Trudeau no dia 13 (e infamemente confirmado no dia 20 por uma das Casas do Congresso) viabilizou centenas de prisões até agora, que continuarão, segundo o governo, apesar da total desmobilização da manifestação em Ottawa no domingo (20).

Os caminhoneiros vinham protestando pacificamente contra as crescentes medidas draconianas de Trudeau, em um momento no qual Reino Unido, Dinamarca, Espanha, Suécia, Itália e Noruega flexibilizam as restrições.

As restrições do Fidelzinho do Norte preveem a interdição do emprego e do dinheiro de não vacinados saudáveis —como os caminhoneiros, que trabalham isolados em suas cabines—, mas não impedem que indivíduos vacinados infectados frequentem todo e qualquer local.

Desde o início, Trudeau demonizou os caminhoneiros e simpatizantes como misóginos e racistas, uma minoria raivosa com ideias não permitidas. Quando o protesto chegou à capital, resolveu caracterizá-los como golpistas perigosos e fugiu. Não dialogou nem deu ouvido a suas petições em momento algum. Não admite que os manifestantes sejam gente comum, homens e mulheres que têm levado comida e medicamentos aos canadenses e que depois de dois anos de restrições severas agora podem perder seu ganha-pão. Deveriam ser escutados, não brutalizados.

O estado de emergência segue mesmo após a desmobilização, o que significa que o Estado de Direito está suspenso a critério do governo, que tem como prioridade calar os dissidentes "antivaxxers".

Liberais defendem que a livre expressão deve ser sempre respeitada (salvo se houver ameaça iminente, que não foi o caso). Medidas de exceção tendem a ser abusadas e prolongadas, lição que os próprios partidos de esquerda deveriam recordar, pois também podem se tornar vítimas do arbítrio, como a história indica.

A caça às bruxas está em curso. Doadores —entre os quais 90 mil identificados em um vazamento de um aplicativo de vaquinha— estão sendo implicados criminalmente por exercer seu direito democrático via pequenas doações, que eram perfeitamente legais na data de sua consecução. Centenas de contas de apoiadores já foram congeladas sem o devido processo legal.

Trudeau terá que encarar as consequências de seus atos.

Uma parcela significativa da população parece ter chegado ao ponto de exaustão. O autoritarismo do governo dará combustível à oposição e a maluquinhos extremistas. Trudeau e seus aliados socialistas do NDP tendem a ser responsabilizados pelos trabalhadores alienados pelo governo.

O "j'accuse" a supostos inimigos da democracia, seguido de inadiáveis medidas autoritárias, é uma prática que desgraçadamente está chegando ao Brasil, terra onde Fidelzinho tem um razoável fã-clube. Uma dessas medidas é o banimento de redes sociais que não cooperarem com o governo. Em breve, tema desta coluna.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | **QUI.** Cida Bento, **Solange Srour** | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Ataque afeta entrega de sites da Americanas, dizem consumidores

Portais do grupo varejista completam três dias fora do ar; empresa não se pronuncia sobre queixa de clientes

Daniele Madureira

SÃO PAULO O grupo varejista Americanas, dono dos sites Americanas.com, Submarino e Shoptime, completou nesta terça (22) três dias consecutivos de paralisação nas vendas digitais, depois de sofrer um ataque hacker no sábado (19). Usuários das redes sociais reclamam de atrasos nas entregas e dificuldade de comunicação com a empresa.

"Não voltou ainda. Uma empresa desse porte, meu Deus. Espero que não afete a entrega dos pedidos", publicou nesta terça uma consumidora, na página da Americanas no Facebook, que soma 9 milhões de usuários. "Todos os pedidos serão entregues, mas, por conta das instabilidades do site, poderão haver atrasos" (sic), foi a resposta da rede.

A Americanas não havia respondido até a publicação desta reportagem se o ataque também atingiu a programação de entrega de mercadorias e se existe alguma previsão de normalização das operações.

Clientes que fizeram compras no fim de semana também relatam que a cobrança foi feita, mas não houve a confirmação da compra. "Fiz uma compra pelo app e não consigo mais ter acesso!! Não foi respondida por email e ainda não tive o valor estornado em meu cartão!", diz uma usuária no Instagram, rede social em que a empresa soma 13 milhões de seguidores.

As reclamações nas redes sociais se concentram ainda na falta de comunicação da varejista com os clientes. "O certo seria a Americanas mandar um email informando os consumidores que compraram pelo site nesses dias. Fiz duas compras por boleto e acho uma falta de respeito não ter nenhuma forma de comunicação", afirma uma consumidora no Facebook.

Há relatos de que o problema envolve também as trocas.

"Preciso trocar minha air fryer que veio com a voltagem errada. Pelo 0800, quando vou na opção de troca, diz que houve um problema e a ligação cai. Estou preocupada pois o prazo de 7 dias está para acabar", postou uma usuária na manhã desta terça, tendo recebido, na sequência, uma resposta protocolar que a Americanas tem enviado a todos os usuários:

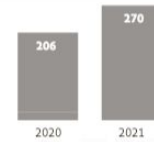
"A companhia informa que, por questões de segurança, suspendeu proativamente parte dos servidores do ambiente de ecommerce e atua com recursos técnicos e especialistas para normalizar com segurança o mais rápido possível. Por isso a entrega do seu produto pode sofrer atrasos".

A Americanas tem uma das maiores operações de varejo online do país. No terceiro trimestre de 2021 (dados mais recentes disponíveis), atingiu R$ 9,9 bilhões de volume bruto de mercadorias vendidas na internet (GMV digital), incluindo produtos próprios e de terceiros. Com isso, a venda média diária em portais do grupo no período foi de R$ 110 milhões, conforme apurado pela **Folha**, o que somaria um prejuízo acumulado de R$ 330 milhões nesses três dias de paralisação.

Após caírem 6,61% na véspera, as ações da Americanas recuaram mais 5,4% nesta terça.

Fragilidade das empresas ante a ataques cibernéticos*

Média de ocorrências por empresa **aumentou 31%** em 2021, diz estudo

Total de tentativas de ataque

Evolução dos investimentos em cibersegurança

Qual o comportamento das empresas em 2021, em comparação a 2020, em %

***Ataque cibernético:** acesso não autorizado a dados, aplicativos, serviços, redes ou dispositivos

Fonte: Accenture

Cibercrime contra empresas cresce 31% no mundo em 2021

O ataque hacker vivido pelo grupo Americanas está longe de ser um caso isolado.

Segundo levantamento global da consultoria Accenture, cada empresa registrou 270 ataques cibernéticos em 2021, um aumento de 31% ante 2020.

Desse total, 29 (11%) foram bem-sucedidos, ou seja, afetaram o sistema das companhias. Como ataque, a pesquisa da Accenture define "acesso não autorizado de dados, aplicativos, serviços, redes ou dispositivos" —exatamente o que ocorreu com a Americanas, que tem inclusive o sistema de entregas afetado.

A pesquisa aponta ainda que mais da metade das empresas (55%) não combate ataques cibernéticos de forma efetiva nem consegue localizar, reverter ou reduzir o impacto dessas violações.

O levantamento ouviu 4.744 executivos de empresas com vendas anuais de US$ 1 bilhão (R$ 5,06 bilhões) ou mais, que atuam em 23 setores diferentes, em 18 países, incluindo o Brasil.

Os executivos se mostram preocupados com o avanço do cibercrime. Para 81%, estar à frente dos invasores é "uma batalha constante e o custo é insustentável". Na pesquisa de 2020, esse contingente era de 69%.

A pesquisa chama a atenção para o fato de que, apesar de a maioria dos entrevistados acreditar que aplicativos e operações em nuvem são mais seguros do que aqueles que oferecem hospedagem local, quase um terço (32%) diz que esse modalidade de armazenamento não esteve relacionada à segurança dos dados desde o início das operações —ainda que parte das empresas esteja tentando recuperar o atraso nesse quesito.

Caso escancara despreparo para lidar com cibersegurança

ANÁLISE

Raphael Hernandes

SÃO PAULO No pouco que a Americanas fala sobre o incidente que afetou seu site e seus sistemas internos no fim de semana —e já deixa os serviços fora do ar há três dias—, a empresa evita o termo "ataque hacker" e prefere "acesso não autorizado".

Independentemente da terminologia adotada —a definição de "ataque hacker" é bastante flexível—, o caso mostra um abismo no preparo para lidar com defesas digitais.

Essa falta de clareza na comunicação é parte do problema num cenário em que acessos não autorizados, vazamentos de dados pessoais não permitidos e bloqueios ilegítimos de sistemas só vão se tornar cada vez mais comuns.

Os esclarecimentos por parte da Americanas são praticamente nulos, o que levou até a uma notificação do Procon-SP. Os sistemas serem desligados para proteger os dados de clientes, conforme apuração da **Folha**, não significa que não tenha havido algum vazamento. Não se sabe muito, pois, até o momento, as Americanas optam pelo silêncio.

Até a manhã desta terça (22), o breve comentário emitido pelo grupo, dizendo que os sistemas suspensos por questões de segurança, só aparecia na página das Americanas.

Outros sites, como Submarino e Shoptime, simplesmente apresentavam um erro. A mensagem passou a ser exibida em ambos posteriormente.

Sem transparência, é difícil conjecturar o que pode ter acontecido. O tamanho do estrago dá uma pista: conforme estimativa noticiada pela **Folha**, passa dos R$ 100 milhões por dia.

O grupo Lapsus, que diz ser o autor do ataque e também afirma ter sido responsável pelo hack ao Conectsus, divulgou imagens indicando estarem dentro da intranet das Americanas —o conteúdo foi apagado posteriormente. Por definição, uma intranet é uma conexão de rede disponível apenas internamente para membros de uma organização.

Novamente, sem o esclarecimento da Americanas, não dá para imaginar até que ponto chegou o nível de acesso dos criminosos. Para um negócio desse tamanho ficar tento tempo fora do ar, há de presumir que foi enorme.

Não é nada comum que uma estratégia de resposta a um incidente cibernético envolva dar um prejuízo milionário e derreter o valor das ações da empresa. No comércio online, a prioridade das equipes de cibersegurança deve ser manter os serviços disponíveis aos usuários —caso contrário, eles podem simplesmente comprar no concorrente.

Com isso, as explicações que restam são: 1) a empresa está buscando evitar um dano ainda maior, 2) a devassa dos hackers foi tão grande que a restruturação é muito trabalhosa —ou impossibilitada, caso as equipes de TI fiquem sem acesso aos sistemas—, ou 3) o plano de resposta ao incidente não estava tão afinado quanto deveria.

Em algum momento a defesa falhou. Seja em não detectar uma vulnerabilidade que permitisse um impacto desses, seja no preparo da reação, ou em ambos.

Historicamente, os ciberataques flagrados no Brasil não são de um grande primor técnico. Aproveitam-se de falhas simples que geram retorno financeiro, muitas vezes se aproveitando de vulnerabilidades já conhecidas na praça, mas não devidamente estancadas.

Não se trata aqui de culpar a vítima, no entanto. A ofensiva que hoje impacta a Americanas é parte de uma onda de ciberataques há anos alardeada pelos escassos especialistas do setor.

Hoje foram eles, como há pouco tempo foi a Renner, o Ministério da Saúde, a JBS, a Colonial Pipeline... E um sem-número de casos que não entram nas manchetes, mas continuarão a engrossar a lista.

A boa notícia é que, com a (ciber)crise na Ucrânia e essa crescente hacker, a forma como a segurança da informação é tratada parece começar a mudar, e o setor amadurece. Há uma expectativa de alta nos investimentos na área, e a postura de países relevantes no cenário, como os EUA, está em evolução.

Após alguns ataques custosos e uma série de investidas contra o sistema eleitoral americano, entendeu-se que é preciso criar um ecossistema seguro para todos, com mais transparência e colaboração entre empresas e governo. De nada adianta cada um cuidar apenas do seu microcosmo.

Em artigo publicado na segunda-feira (21) na revista Foreign Affairs, o primeiro diretor de cibersegurança dos EUA, Chris Inglis, e seu conselheiro Harry Krejsa pedem uma mudança de postura na qual a segurança torna-se central desde o começo de desenvolvimento de produtos e sistemas digitais.

O texto vem pouco depois de o Departamento de Justiça americano anunciar uma mudança na forma como enfrentará o cibercrime. O foco passa a ser ajudar a recuperação das empresas em detrimento de prender os criminosos.

Explique-se: é raríssimo identificar os hackers e, como frequentemente estão em outros países, mais complicado ainda é prendê-los. Algumas análises necessárias para investigar um ciberataque envolvem atrasar o restabelecimento de sistemas para procurar rastros dos criminosos, o que causa prejuízo.

Com sucesso, as iniciativas podem começar uma mudança para que sistemas conectados à internet sejam mais bem guardados, desenvolvidos com cibersegurança no seu cerne. Até lá, o Velho Oeste digital continua. Protejam seus dados.

[...]

Falta de clareza na comunicação da Americanas é parte do problema num cenário em que acessos não autorizados, vazamentos de dados pessoais não permitidos e bloqueios ilegítimos de sistemas só vão se tornar cada vez mais comuns

Exército e Justiça travam integração de sistemas para rastrear armas

Especialistas afirmam que falta dos dados reunidos dificulta o trabalho de investigação no país

Raquel Lopes

BRASÍLIA Documentos obtidos pela **Folha** apontam que o Exército e o Ministério da Justiça e Segurança Pública não avançaram na integração de sistemas que facilitariam o rastreamento de armas e munições no país e ajudariam na resolução de crimes.

Especialistas apontam que hoje não existe integração entre os sistemas do Exército com os de órgãos de segurança pública, o que dificulta o trabalho de investigação.

Uma das integrações previstas seria a do Sisnar (Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército) com o Sinesp (Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública).

O Sinesp é o sistema do Ministério da Justiça que agrega dados de segurança pública e pode ser acessado por policiais estaduais, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Atualmente, ele é a principal ferramenta usada no dia a dia de policiais para o rastreamento de armas.

No entanto, não agrega dados do Exército, que é o órgão responsável por registrar armas de CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores), militares das Forças Armadas e policiais.

Já o Sisnar ainda não funciona e sua implementação está em curso. A finalidade é acompanhar e rastrear os produtos controlados pelo Exército. O sistema irá abranger, por exemplo, informações de armas, munições e explosivos. Ele só poderá ser acessado pelo Exército e por policiais federais.

Integrados, os dois sistemas fariam com que quem trabalha na área de segurança pública e no Exército tivesse acesso a todas as bases de dados. Mas as tratativas não estão caminhando.

O Sisnar estava previsto na portaria 46 do Comando Logístico do Exército, publicada em março de 2020, sendo revogada no mês seguinte. Como a **Folha** mostrou, uma das justificativas do Exército ao TCU (Tribunal de Contas da União) era de que existia uma incompatibilidade entre os sistemas.

"Com isso [revogação], será possível interagir com o corpo técnico que está se formando para projetar a estrutura de TI, baseada no Big Data e na Inteligência Artificial, para o Sinesp, de forma que eventual integração entre o Sisnar e o Sinesp possa ser realizada de forma mais eficiente possível", disse o Exército em julho de 2020.

Entretanto, novos documentos entregues ao TCU mostram que não havia integração em andamento até 31 de janeiro deste ano, quase dois anos depois da justificativa. Nesse período, não houve reuniões nem trocas de emails. Os documentos foram obtidos pelo Instituto Sou da Paz.

"Não foram localizadas tratativas oficiais entre esta Senasp [Secretaria Nacional de Segurança Pública] e o Colog [Comando Logístico do Exército] no que se refere à integração do Sisnar com o Sinesp. Assim, visando o início dos trabalhos de integração, foi encaminhado o email (17050113) para a DFPC/EB [Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro] solicitando agenda técnica", disse o Ministério da Justiça em documento entregue ao TCU.

Como a **Folha** tem mostrado, a revogação de três portarias pelo Exército impede o Brasil de aprimorar as regras de rastreamento e identificação de armas de fogo e munições no país.

As novas portarias publicadas em setembro do ano passado, que substituiriam as revogadas, entrarão em vigor em março deste ano. Apesar de documentos mostrarem que não tem avançado essa integração, uma delas prevê a criação do Sisnar e a integração com o Sinesp.

Bruno Langeani, gerente do Instituto Sou da Paz, disse que hoje um policial não tem acesso aos dados do Exército em tempo real para conseguir solucionar um crime. Sem a integração, policiais estaduais continuarão sem ter acesso ao banco de dados.

> "Hoje não existe nenhum sistema como o do Sisnar que permita que os policiais chequem em tempo real o produto controlado
>
> **Bruno Langeani**
> gerente do Instituto Sou da Paz

"Hoje não existe nenhum sistema como o do Sisnar que permita que os policiais chequem em tempo real o produto controlado. Se o Sisnar tivesse valendo e se houvesse essa integração com o Sinesp, quando acontecesse um roubo, por exemplo, a polícia poderia pegar uma embalagem de munição, um explosivo e saber quem foi o último possuidor daquele artefato", afirmou.

O Exército disse, por meio de nota, que a integração do Sisnar com o Sinesp será possível apenas após a conclusão dos trabalhos técnicos de desenvolvimento do Sisnar. Acrescentou que tratativas já estão em curso.

Os documentos apontam ainda que o Exército abandonou as tratativas para fornecer acesso do Sinesp ao Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), banco de dados responsável por manter atualizado o cadastro das armas registradas no Exército.

Diferentemente do Sisnar, que segue o produto controlado em todo o seu ciclo e irá ajudar em investigações como as de tráfico de armas, os dados do Sigma serviriam para o trabalho do dia a dia do policial para saber se a arma de um CAC, por exemplo, está registrada no Exército, ou mesmo se um registro de arma apresentado é autêntico.

No entanto, o Ministério da Justiça afirmou ao TCU que essa integração foi totalmente interrompida por falta de respostas do Exército de junho de 2020 até agosto de 2021.

"Durante os mencionados anos, a Senasp realizou vários contatos com o Exército Brasileiro, com o objetivo de viabilizar a integração entre a referida solução e o Sinesp. Em junho de 2020 houve a paralisação dos trabalhos, devido à ausência de respostas técnicas por parte do Exército Brasileiro", disse o ministério em resposta ao TCU.

Ivan Marques, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, acrescentou que a missão do Sinesp é ser um grande agregador de informações produzidas por diferentes órgãos de segurança pública em âmbito civil, estadual e federal. Porém, nunca foi totalmente concluído.

"É um absurdo um país como o Brasil, que tem um problema de violência armada, não ter a integração entre bancos de dados que sirvam para a maioria das investigações. O Sigma sempre foi uma caixa-preta, há armas das Forças Armadas, policiais militares e CACs que ninguém tem acesso e, consequentemente, não consegue fazer o rastreamento", disse Marques.

Pablo Lira, professor universitário que também é membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, acrescentou que com a ampliação do acesso a armas de fogo e munição no Brasil é importante realizar a integração dos sistemas para reforçar o monitoramento e fiscalização.

O Ministério da Justiça disse que o Sinesp está em integração com o Sigma. "Na próxima semana, haverá uma reunião entre a equipe do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Exército Brasileiro para as tratativas", disse.

O Exército disse ainda que atende aos pedidos de rastreamento de produtos controlados, feitos por órgãos de segurança pública e autoridades do Judiciário. Tal rastreamento já é possível por meio de consultas aos diferentes bancos de dados do Sistema de Produtos Controlados.

"Sobre a dificuldade de acesso aos dados do Exército, o fato não ocorre, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados atendeu prontamente a todos os pedidos de informação recebidos de órgãos de segurança pública, ou de autoridades do Judiciário, sobre armas de fogo registradas no Sistema de Gestão Militar de Armas - Sigma", afirmou em nota.

Jair Bolsonaro durante ato de entrega de viaturas e de armamentos à Polícia Rodoviária Federal Carolina Antunes - 24.set.20/PR

Sites anunciam venda de armamentos sem burocracia, e Polícia Federal diz ser golpe

Alfredo Henrique

SÃO PAULO Supostos atravessadores de armas de fogo divulgam na internet a venda de armamento vindo do Paraguai. Além de pistolas, revólveres e fuzis, eles oferecem brindes e prometem fazer as entregas por meio de transportadoras, com os itens escondidos dentro de liquidificadores.

A Polícia Federal afirmou à **Folha** investigar, desde 2008, anúncios de venda de armas na internet. A conclusão da instituição é a de que os criminosos são estelionatários, que usam conta de laranjas. "O comprador deposita o valor e nunca recebe a mercadoria."

Os supostos vendedores negociam os itens por meio de mensagens de celular ou email. Os contatos constam nos sites. A reportagem conseguiu falar com dois deles, via mensagens de texto.

Ambos usam DDDs do Mato Grosso do Sul, um dos estados pelos quais as armas saídas do Paraguai passam ilegalmente, conforme investigação da PF, divulgada em 2018, em que a instituição rastreou a origem de algumas armas apreendidas no Brasil.

Um dos suspeitos foi procurado, sem saber que falava com a **Folha**, às 15h48 do último dia 2. Ele respondeu às 20h58 e enviou um catálogo com armas de vários modelos e calibres.

A reportagem pediu informações sobre um revólver Magnum, calibre 357, orçado em R$ 2.100 na lista enviada.

O suposto atravessador respondeu ao pedido, no dia seguinte, às 7h45, enviando uma foto da arma. Em seguida lhe foi questionado se era necessário algum documento.

Às 11h40, escreveu: "Não exigimos porte de armas ou registro para realizar a venda".

Com o revólver, disse ainda que enviaria de brinde 50 munições, um kit de limpeza, além de três jet loaders (carregadores de revólver). Tudo com "frete grátis".

O método de entrega usado, segundo explicado por ele, seria comprar um liquidificador em uma loja "legalizada". "Tudo correto e com nota fiscal", salientou. No comércio haveria um funcionário "parceiro", responsável pelos envios de itens da suposta empresa legalizada.

A chegada das armas ocorreria entre 2 e 5 dias úteis em capitais e entre 2 e 7 em outras cidades, disse ainda.

O criminoso afirmou que as armas seriam despachadas por uma empresa, com envio "totalmente seguro". A partir do momento em que a arma fosse colocada no veículo da transportadora, segue a explicação, o cliente receberia um código de rastreamento, para acompanhar em tempo real o deslocamento do envio.

O suposto atravessador disse dar "total garantia" de que a arma chegaria.

A nota fiscal seria enviada por email, ainda de acordo com ele. O único documento de compra levado pela transportadora, acrescentou, seria do liquidificador.

Nesta fase, o eventual comprador pagaria metade do valor negociado pela arma. Assim que ela chegasse, precisaria depositar o restante, em até 24 horas.

A **Folha** deixou de manter contato com ele logo em seguida, bloqueando o número.

O telefone usado por este suposto atravessador consta em dois sites diferentes.

Outro suposto atravessador também deu detalhes sobre uma suposta venda de armas, sem saber que falava com a reportagem, também no último dia 2. O contato dele estava em um dos sites identificados pela **Folha**.

Ele enviou em cerca de meia hora, após a reportagem encaminhar mensagem, a foto de uma pistola Taurus, calibre 380. O armamento, segundo a foto, viria acondicionado em uma caixa, com dois carregadores.

Questionado sobre a forma com a qual faria as entregas, o suposto contrabandista enviou uma série de vídeos em que supostos compradores relatam a chegada de armas.

Ele diz que não seria necessário porte de arma, ou qualquer outro documento, para comprar as armas. Ele também disse que usaria uma transportadora para remeter suas vendas.

Sobre a possibilidade de se acessar livremente sites que oferecem a venda irregular de armas, a PF afirmou ter passado a pedir aos locais de hospedagem na internet, por meio de ofício, a retirado do ar das empresas suspeitas, "pois elas violam os termos de uso [anúncio de produtos controlados]."

A instituição acrescentou que estelionatários usam os espaços para aplicar golpes, recebendo o dinheiro das vítimas, mas sem entregar as armas. A polícia não informou sobre eventuais prisões e quantos sites já foram retirados do ar a seu pedido.

Relatório da Polícia Federal de 2018 indica que o Paraguai era o país fronteiriço que mais fornecia armas curtas irregularmente ao Brasil.

A conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Isabel Figueiredo afirmou que a origem de armas ilegais, vindas do Paraguai para o Brasil, "tinha de estar na agenda de preocupações de quem trabalha no controle de armas."

Além da necessidade de mais monitoramento, o sociólogo Antônio Rangel Bandeira afirmou à **Folha** que "grande parte" das armas apreendidas ilegalmente no Brasil foram vendidas anteriormente, de forma legal, ao país vizinho Paraguai.

Raízes da destruição da Amazônia

Desmatamento contribui para as chuvas em Petrópolis e para a seca no campo

Ilona Szabó de Carvalho
Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "A Defesa do Espaço Cívico"

O ritmo alarmante do desmatamento da Amazônia vem sendo alimentado por um verdadeiro ecossistema de economias ilícitas, no qual diversas atividades financiam a destruição da floresta e vice-versa. O desmatamento e a degradação da floresta amazônica comprometem o futuro e o bem-estar das próximas gerações e prejudicam o meio ambiente e a regulação do clima em escala planetária.

Entre outros aspectos, a Amazônia influencia decisivamente o regime de chuvas no país e sua cobertura verde tem relação com a intensidade e frequência delas. Em última instância, o desmatamento da floresta contribui tanto para a tragédia em Petrópolis (RJ) quanto para a seca que afeta o agronegócio, além das tempestades de areia no interior de São Paulo, que vimos no ano passado. As áreas mais vulneráveis às consequências de eventos extremos do clima são as mais pobres, no Brasil e no mundo.

Buscando compreender os motores da destruição da floresta, um novo estudo do Instituto Igarapé mostra um panorama inédito do ecossistema da criminalidade ambiental na Amazônia, onde os crimes que impulsionam a destruição da floresta estão se tornando mais complexos, interconectados e violentos, à medida que o Estado se ausenta da região e estimula atividades predatórias. Dados analisados de 369 operações da Polícia Federal (PF), entre 2016 e 2021, confirmam que o desmatamento é apenas a ponta visível por satélite de algo maior que vem ocorrendo na Amazônia.

Isso porque a destruição da floresta vem a reboque de atividades econômicas ilícitas ou contaminadas com ilicitudes. Mineração ilegal de ouro, extração ilegal de madeira, grilagem de terras públicas e a parcela da agropecuária com passivos ambientais se entrelaçam nos diferentes territórios amazônicos e contribuem para a escalada do desmatamento ilegal e da degradação da floresta.

Além disso, o crime ambiental não acontece sozinho. As investigações da PF apontam a existência de fraudes, crimes financeiros e tributários, tráfico de drogas, poluição e outras ilicitudes diretamente atrelados à devastação do bioma amazônico. Os crimes violentos contra a pessoa, trabalho escravo, posse de armas, munições e explosivos estão cada vez mais comuns e hoje aparecem em quase um terço das operações da PF na região. Investigações por corrupção e lavagem de dinheiro ocorreram em um quinto das ações analisadas, revelando uma criminalidade ambiental organizada.

Fica cada vez mais claro que o descaso do governo com a Amazônia não só ajuda a acelerar as mudanças climáticas como também aumenta a insegurança no país. O descontrole estatal incentiva a ampliação do crime e a entrada de novos grupos criminosos em uma das regiões mais importantes para o clima do planeta.

Portanto, o enfrentamento ao crime ambiental e crimes conexos precisa ser prioridade do governo federal e dos governos estaduais da Amazônia Legal para que o Brasil possa se tornar uma potência econômica florestal. Somente com a garantia da segurança pública e jurídica, do cumprimento das leis e dos acordos internacionais, nosso país se beneficiará do enorme potencial de serviços ambientais e das soluções baseadas na natureza que pode oferecer ao mundo.

O nexo entre segurança e clima é cada vez mais complexo. Além de superar desafios de governança, coordenação estratégica e de inteligência para inibir a prática de crimes, responsabilizando os atores envolvidos com os ilícitos, é vital priorizar o desenvolvimento e a inclusão socioeconômica da população da região, evitando a criminalização do "peixe-pequeno" e garantindo a manutenção da floresta de pé. Só assim conseguiremos arrancar esse mal pela raiz.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Peritos de São Paulo ajudam na investigação sobre Jacarezinho

Laudos de IC paulista auxiliam na reconstrução da ação da Polícia Civil do Rio

Rogério Pagnan

SÃO PAULO A história da mais letal operação da Polícia Civil fluminense, desencadeada em maio do ano passado no morro do Jacarezinho, que deixou 28 mortos na zona norte do Rio, está sendo reconstruída com a ajuda do trabalho de uma equipe de peritos distante a mais de 400 quilômetros da favela carioca.

A pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro, a cúpula da segurança de São Paulo destinou 13 profissionais do Instituto de Criminalística, de quatro núcleos diferentes (balística, biologia e bioquímica, física e química), que produziram 95 laudos sobre as roupas recolhidas dos corpos das vítimas da intervenção policial.

Foi com a ajuda desse material que a Promotoria requisitou, no último dia 10, o arquivamento de 4 dos 12 inquéritos instaurados para apurar as circunstâncias das mortes. Os promotores ficaram convencidos pelos laudos de que, nesses casos específicos, a versão contada pelos policiais deve ser verdadeira.

"Ficou comprovado que, naqueles casos, não havia mais de um DNA de sangue humano na mesma roupa. Que não havia mistura de DNA, ou seja, mostra que as pessoas não foram empilhadas. A princípio, isso corrobora a versão dos policiais de que eles atenderam aquelas pessoas feridas, ainda com vida", disse o promotor André Luis Cardoso, coordenador da força-tarefa que investiga as mortes.

Ainda segundo o membro do Ministério Público fluminense, a perícia comprovou que não houve, naquelas situações, disparos realizados a curta distância, os chamados tiros à queima-roupa. "Isso também corrobora a versão deles, de que os tiros foram tomados a distância, em um eventual confronto com os policiais. Isso foi graças a trabalho pericial de São Paulo."

Por outro lado, o resultado da perícia reforçou as suspeitas da Promotoria de ter havido um homicídio doloso (intencional) na ação que levou à morte de Omar Pereira da Silva, supostamente morto quando estava encurralado no quarto de uma criança, desarmado e já ferido.

Um desses indícios, conforme o Ministério Público, foi a forte "marca de arraste" nas roupas da vítima. Isso indicaria que a morte ocorreu em um ponto, e o corpo foi arrastado para outro, provocando esgarçamento na camiseta de Silva —ele teria sido puxado pela gola quando já estava sem vida.

Missa em homenagem às vítimas da favela do Jacarezinho, no Rio Ricardo Moraes - 12.mai.21/ Reuters

Outros sete inquéritos continuam em tramitação e também devem usar o material produzido pela Polícia Científica paulista. Entre eles está o que investiga a morte do policial André Frias, assassinado na operação.

De acordo com o promotor Cardoso, uma série de motivos levaram à formulação do pedido aos peritos paulistas, mas, principalmente, a falta de independência da perícia fluminense, que ainda é vinculada à Polícia Civil.

Essa ligação contaria, segundo o promotor, a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil no caso favela Nova Brasília, também do Rio, por 26 mortes ocorridas durante intervenções policiais em 1994 e 1995. A sentença fala da necessidade de uma perícia independente.

"A perícia tem que ser um órgão extremamente independente. Por isso, resolvemos realizar as análises no IC de São Paulo", disse Cardoso.

Embora ainda mantenha ligações com a Polícia Civil, como terem a mesma corregedoria, a Polícia Técnico-Científica de São Paulo é um órgão autônomo, ligado diretamente ao secretário de segurança pública desde 1998.

O promotor fluminense aponta como exemplo dos problemas decorrentes da falta de independência o laudo complementar do local produzido pela perícia do Rio, logo após a Promotoria apresentar denúncia contra dois policiais civis suspeitos de participação na morte de Omar Pereira da Silva.

"Foi uma perícia malfeita, às pressas, apenas para tentar destruir a versão da denúncia do Ministério Público, só. O que me pareceu foi um inquérito defensivo, para defender a versão dos policiais. O inquérito precisa apurar como o fato aconteceu —por isso a importância da perícia independente", disse.

De acordo com o diretor-geral do IC (Instituto de Criminalística) de São Paulo, Samuel Alves de Melo Neto, 55, o material chegou do Rio em setembro do ano passado e o resultado foi enviado à Promotoria no final de janeiro.

"Foi autorizado [pelo secretário], desde que não encaminhássemos ninguém para lá, que o material viesse para cá. Não poderíamos enviar o nosso pessoal para lá, para fazer perícia ou uma reconstituição", disse o perito.

Essa foi, ainda segundo ele, a segunda vez que o IC de São Paulo apoia o Ministério Público fluminense em investigações criminais de relevo.

A primeira foi em dezembro de 2020 nas investigações do caso do menino João Pedro, 14, assassinado com um tiro de fuzil, dentro de casa do tio, em São Gonçalo (RJ), em operação da Polícia Civil e da Federal para prisão de traficantes de drogas. Na ocasião, a perícia de São Paulo analisou as armas usadas na operação, como fuzis e pistolas, assim como estojos e o projétil que atingiu o adolescente.

Esse mesmo material havia sido analisado pela perícia do Rio, mas o resultado foi inclusivo para definir a arma usada.

O Rio de Janeiro é um dos oito estados onde a perícia ainda é vinculada à Polícia Civil, segundo o presidente da ABC (Associação Brasileira de Criminalística), Leandro Cerqueira Lima.

> A perícia tem que ser um órgão extremamente independente. Por isso, resolvemos realizar as análises no IC de São Paulo
>
> **André Luis Cardoso**
> promotor de Justiça

Ministério Público do RJ denuncia três presos pela morte de Moïse

Ana Luiza Albuquerque

RIO DE JANEIRO O Ministério Público do Rio de Janeiro apresentou denúncia contra os três homens presos pela morte do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, 24, por homicídio triplamente qualificado.

Imagens de câmeras de segurança mostraram os suspeitos agredindo Moïse até a morte, com socos, chutes e pauladas, no dia 24 de janeiro, em um quiosque na praia da Barra da Tijuca, zona oeste da capital fluminense. Dois dos acusados chegaram a amarrar a vítima.

Fábio Pirineus da Silva, o Belo, Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, o Dezenove, e Brendon Alexander Luz da Silva, o Tota, foram presos temporariamente no início deste mês.

A acusação também pediu a conversão da prisão temporária em preventiva, argumentando que, em liberdade, os denunciados poderiam causar risco à instrução criminal, especialmente contra a família de Moïse.

A Polícia Civil investiga relatos de parentes do congolês, que disseram ter sido intimidados por dois policiais militares que compareceram à cena do crime três vezes desde a noite de sua morte.

"Os denunciados [...], ao agredirem a vítima com tamanha violência e por longo tempo, mesmo quando ela já estava indefesa, concorreram eficazmente para a morte de Moïse", afirma a acusação, acrescentando que o crime foi praticado por motivo fútil, já que decorreu de uma mera discussão.

Entre possíveis qualificadoras de um homicídio, o que pode levar ao aumento da pena, estão: motivo fútil, emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel e uso de recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima.

"O crime foi praticado com emprego de meio cruel, eis que a vítima foi agredida como se fosse um animal peçonhento", diz a peça do MP-RJ. O fato de Moïse ter sido derrubado e imobilizado, sem ter como reagir às agressões, caracterizou a terceira qualificadora do homicídio.

A Promotoria também requereu audiência preliminar para análise da conduta dos indiciados Jailton Pereira Campos, também conhecido como Baixinho, funcionário do quiosque Tropicália; Matheus Vasconcelos Lisboa; e Viviane Mattos Faria, por não terem prestado socorro à vítima.

O crime de omissão de socorro está previsto no artigo 135 do Código Penal, com detenção de 1 a 6 meses, ou multa. A pena é triplicada se a morte for resultado da omissão.

Em depoimento à Polícia Civil, um dos acusados da morte de Moïse afirmou que agiu motivado por raiva, porque a vítima estava bebendo muito e "perturbando há alguns dias". Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, 27, disse em depoimento que "resolveu extravasar a raiva que estava sentindo" e que, por isso, bateu no congolês com um taco de beisebol.

Ele também afirmou que a vítima começou a apresentar um comportamento diferente do normal dias antes de sua morte. Segundo ele, o congolês estava bebendo muito e passou a falar palavrões, ameaçar pessoas, além de insistir para que os clientes e os quiosques lhe fornecessem cerveja.

Em depoimento, familiares de Moïse negaram que ele fosse agressivo. Um deles disse que o congolês não costumava se envolver em brigas, que era tranquilo, brincalhão e comunicativo. Outro negou que ele fosse usuário de drogas e afirmou que Moïse era reservado e mantinha boas amizades.

Aleson afirmou à polícia "ter exagerado nas agressões", mas que não tinha a intenção de matar Moïse.

Brendon da Silva, que trabalhava em uma barraca na região, disse em depoimento que amarrou o congolês com uma corda "por medo de que Moïse o perseguisse".

O suspeito também disse que a motivação das agressões foi defender Jailton Campos, funcionário do quiosque.

O terceiro homem preso pela morte do congolês, Fábio Pirineus da Silva, afirmou à polícia que Moïse era usuário de drogas.

> O crime foi praticado com emprego de meio cruel, eis que a vítima foi agredida como se fosse um animal peçonhento
>
> **Ministério Público**
> em trecho da denúncia contra os acusados de matar Moïse

Campanha apoia youtuber que perdeu a família em Petrópolis

Soterramento matou mulher, dois filhos e sogros de Alessandro Garcia, 38

Cristina Camargo

SÃO PAULO A foto do perfil do professor Alessandro Garcia, 38, no Facebook, é uma homenagem e uma recordação: a imagem mostra os dois filhos dele, Bento e Sophia, deitados, de pijama e mãos dadas.

Bento era uma criança de cinco anos e Sofia tinha apenas um ano e seis meses. Os dois morreram em um soterramento na chuva histórica que arrasou Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, há uma semana. O temporal deixou ao menos 181 mortos e 104 desaparecidos.

Garcia perdeu também a mulher, Carolina, 37, mãe das duas crianças, e os sogros. "Acabei de chegar do enterro da Carol e da Sophia. Dois terços do meu coração ficaram lá. A última parte foi encontrada faz pouco. O enterro do Bentinho será amanhã", ele escreveu, no sábado (19), em sua rede social.

Além de professor de sociologia, Garcia é youtuber e mantém o canal Ministério dos Quadrinhos, que descreve como um espaço para conversar sobre "os bons e velhos gibis". A tragédia comoveu a comunidade dos quadrinhos, que está unida para ajudá-lo.

Montanha de livros estragados por água e lama em rua de Petrópolis Eduardo Anizelli/Folhapress

Uma campanha arrecada dinheiro para o youtuber reconstruir a vida. Ele morava na rua Teresa, um dos locais mais afetados pela forte chuva em Petrópolis. O imóvel foi soterrado e apenas Garcia conseguiu escapar, apenas com ferimentos nas pernas. Perdeu a casa e a família inteira.

Especialistas e fãs de quadrinhos prestam solidariedade. "Todos os nossos pensamentos positivos estão contigo", disse Sidney Gusman, editor do Universo HQ e da Maurício de Sousa Produções.

O jornalista Érico Assis sugeriu que os fãs de quadrinhos deixem de comprar um exemplar em capa dura este mês para ajudar Garcia.

Entre outros, os canais Universo HQ, Pipoca & Nanquim, Comics, Toys & Travels, HQzasso, BBQs e Comix Zone divulgaram vídeos para pedir ajuda ao professor.

Antes dos corpos serem encontrados, amigos se mobilizaram para contribuir com a localização da família e compartilharam imagens de Carolina, Bento e Sophia.

Ao anunciar a missa em memória à mulher, filhos e sogros, o youtuber agradeceu ao apoio que recebe. "Ainda não tenho condições de falar muito, mas não tem preço toda acolhida. Não sei o que seria de mim se estivesse sozinho numa hora dessas", afirmou. A missa será nesta quarta (23). Os enterros das vítimas da tragédia na quarta (16), quando Evelyn Luiza Netto da Silva, 11, foi sepultada.

Número de mortos sobe para 183; desaparecidos são 85

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO À medida que corpos vão sendo identificados em Petrópolis, no Rio de Janeiro, a lista de desaparecidos vai diminuindo. Eram 183 mortos e 85 pessoas sumidas durante a chuva reportadas à Polícia Civil até esta terça-feira (22), quando a tragédia completa uma semana.

Na manhã desta segunda (21), os números do órgão indicavam 171 mortos e 112 desaparecidos. A diferença se deve principalmente ao reconhecimento de quem já havia sido levado ao IML (Instituto Médico-Legal) da cidade —até agora, 92% das vítimas achadas foram identificadas.

Do total de mortos, 111 eram mulheres e 72 eram homens, entre eles 32 menores de idade. Foram encontrados ainda sete fragmentos de corpos. As buscas na lama feitas por bombeiros e moradores continuam em curso, assim como o atendimento aos 875 abrigados em escolas municipais.

Nas ruas, moradores seguem limpando casas, prédios históricos e comércios, que já começam a reabrir. Sirenes de viaturas e ambulâncias ecoam de um lado para o outro, e motociclistas e famílias circulam sem parar com doações entre pontos de apoio e igrejas.

As salas de velórios estão cheias, e os enterros estão sendo feitos em sequência no cemitério municipal . A prefeitura abriu novas covas rasas (menos profundas e mais baratas) e descartou um enterro coletivo "para respeitar a programação das famílias". Chuvas continuaram atingindo a cidade na última semana.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Engenheiro de grandes obras, manteve-se sempre perto da família

ANTÔNIO CELSO RIBEIRO (1939-2022)

SÃO PAULO Engenheiro especializado em obras de geração de energia, Antônio Celso Ribeiro lidava com correntes elétricas e grandes usinas com a serenidade que marcou toda a sua vida.

Demonstrou aptidão para a área ainda novo, lembra seu irmão José Hamilton Ribeiro, jornalista. "Ele desde muito cedo mexia em coisas das quais crianças têm medo, como mudar tomadas de lugar", recorda.

Nascido em 1939 na pequena Santa Rosa de Viterbo, na região de Ribeirão Preto (SP), Antônio Celso foi o sétimo de oito filhos de um casal de produtores rurais.

Quando cresceu, decidiu transformar as brincadeiras com fios e interruptores em ofício. Mudou-se para Uberaba (MG), onde conheceu a mulher, Edilce, e fez faculdade de engenharia.

Trabalhou algum tempo na Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e atuou em obras como a da implantação da usina hidrelétrica de Volta Grande, na divisa entre São Paulo e Minas.

Com sete filhos, levava a família aonde fosse. "Íamos todos à obra, morávamos na vila ao lado da usina", lembra seu filho Antônio Caio, também engenheiro.

Não foi diferente quando Antônio Celso foi chamado para trabalhar na implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, nem quando voltou a Minas Gerais para trabalhar na fazenda da família, a pedido do sogro.

"O grande legado do meu pai foi mostrar que a maior riqueza que podemos ter é ficar perto da família", diz o filho.

Reunia todos em casa, brincava com trocadilhos, inventava codinomes e, quando tinha algum problema, dizia: "tudo vai passar".

De volta a Minas, Antônio Celso virou pecuarista, mas continuou com a alma de engenheiro, diz Antônio Caio. Comandava de perto instalações elétricas e ajudava sempre quem precisava de alguma coisa na área.

Ao visitar Foz do Iguaçu, ficou impressionado não só com a exuberância da natureza, mas também com a usina de Itaipu. "Apreciava o esforço humano para domar a água", lembra José Hamilton.

A relação entre os dois irmãos era marcada por uma admiração recíproca. "Minha mãe costumava brincar que as consultas médicas do meu pai eram meia hora de consulta e meia hora para falar do José Hamilton", lembra o filho de Antônio Celso.

A religiosidade era outra característica marcante. Católico praticante, não deixava de fazer uma pausa para rezar aos domingos nem se estivesse no meio do turbilhão de uma obra.

Morreu no domingo (14), de falência de múltiplos órgãos após uma pneumonia. Deixa Edilce, sete filhos e 12 netos.

A missa de sétimo dia acontecerá no sábado (26) na paróquia Santíssimo Sacramento, em Uberaba, às 17h.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Pessoas em evento da Universidade Zumbi dos Palmares, nesta terça Matheus Moreira/Folhapress

Zumbi dos Palmares pede adiamento de revisão da Lei de Cotas

Universidade preparou um relatório com recomendações de ajustes da legislação, que completa uma década

Matheus Moreira

SÃO PAULO A Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo, apresentou nesta terça (22) um estudo que pede que a revisão da Lei de Cotas, prevista para este ano, seja adiada em 50 anos.

O relatório, elaborado por especialistas, foi criado para dar suporte ao PL 3.422/2021, que prevê que a revisão da lei, aprovada há dez anos, passe para o ano de 2062.

O PL, de autoria dos deputados Valmir Assunção (PT-BA), Carlos Zarattini (PT-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ), passou a tramitar em regime de urgência em dezembro de 2021.

O deputado maranhense Bira do Pindaré (PSB), relator do projeto de lei, participou do evento de lançamento do estudo, na capital paulista, junto com Zarattini.

À Folha, Bira do Pindaré afirmou estar ele próprio produzindo um relatório "com o máximo de qualidade possível" para levar ao debate com a sociedade, entidades civis e seus pares no Congresso.

"Após o debate com a sociedade, vamos discutir internamente na Câmara, para construir a maioria necessária para a aprovação do fortalecimento da Lei de Cotas em nosso país", disse.

Questionado quanto ao "clima" para aprovação do projeto de lei na Câmara em um ano eleitoral, Bira do Pindaré disse que o risco de retrocessos existe "por causa da posição do governo brasileiro". Ele diz acreditar, porém, que terá a maioria da Câmara ao seu lado, a favor das cotas.

"A maior parte não quer que a Lei de Cotas Raciais chegue ao fim. Por essa razão, entendo que temos uma boa oportunidade", afirmou. "Vamos levar a opinião de todos os líderes parlamentares em consideração, começaremos pela esquerda, mas também discutiremos com outros líderes do campo democrático que atuam no Congresso Nacional."

> "Após o debate com a sociedade, vamos discutir internamente na Câmara, para construir a maioria necessária para a aprovação do fortalecimento da Lei de Cotas em nosso país
>
> **Bira do Pindaré (PSB-MA)**
> deputado

A Universidade Zumbi dos Palmares promove desde o segundo semestre de 2021 a campanha "Cotas Sim", pela renovação da lei.

A lei, de número 12.711/2012, garante cotas para o ingresso em universidades públicas federais para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas que tenham renda de até 1,5 salário mínimo e prevê que o MEC (Ministério da Educação) seja o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do projeto.

A lei prevê também uma revisão após uma década de sua vigência, a partir da avaliação feita pelo MEC. Na prática, no entanto, não há menção a um prazo de validade para a política de cotas no texto sancionado pela então presidente Dilma Rousseff (PT).

A Folha enviou ao MEC no dia 5 de janeiro deste ano (e reenviou no dia 18 de janeiro) questionamentos sobre a Lei de Cotas e um pedido de entrevista com porta-voz do ministério. Não houve resposta.

Entre os questionamentos, a reportagem indagou o ministério quanto à recomendação ou não da renovação da Lei de Cotas.

Em novembro de 2021, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse ser contra cotas raciais em audiência pública na Câmara. "Quero reafirmar que não sou hostil à política de cotas, embora cota para mim teria de ser de ordem social e não racial. Preto ou branco ou alemão ou indígena, que não tem acesso social".

Três meses antes, Ribeiro havia dito que "a universidade deve ser para poucos" em entrevista ao programa "Sem Censura", da TV Brasil. Na ocasião, a Coalização Negra por Direitos emitiu uma nota de repúdio à fala do ministro.

"O desprezo demonstrado em relação à democratização do ensino superior e ao direito que todos os brasileiros e brasileiras têm de expandir seus conhecimentos e habilidades merece todo o nosso repúdio, indignação e protesto formal", dizia a nota.

USP deve ter banca de identificação racial no vestibular, diz reitor

SÃO PAULO O reitor da USP (Universidade de São Paulo), Carlos Gilberto Carlotti Junior, disse nesta terça-feira (22) que deve implantar um sistema de banca de heteroidentificação racial para evitar fraudes.

Um grupo deve ser responsável por conferir a autenticidade da autodeclaração racial dada pelos alunos que ingressam na universidade pelo sistema de cotas.

Carlotti disse que para o vestibular de 2022 não há mais tempo hábil para a criação da banca, mas que deve passar a valer no vestibular de 2023. "A USP usa como sistema de identificação a autodeclaração, mas vimos que isso não é suficiente e nos deparamos com algumas atitudes incorretas [fraude]. Durante esse ano vamos discutir isso [bancas de identificação]."

A USP adotou seu sistema de cotas atual em 2017. "Estamos formando os primeiros cotistas desse programa, os que ingressaram em 2018", disse.

A criação da banca acontece após a expulsão de seis fraudadores em julho de 2021. Um ano antes, a Folha revelou o primeiro caso de expulsão da universidade.

À época, o estudante do curso de relações internacionais Braz Cardoso Neto, 20, alegou ser pardo, ter ascendência negra e ser de baixa renda, mas falhou em comprovar a declaração.

À comissão responsável pelo julgamento do caso, cujo processo demorou mais de um ano, o jovem enviou fotos de pessoas negras que alegou serem seus avós, mas não compartilhou com os membros do comitê dados que comprovassem parentesco. Além disso, a ascendência não é critério para inclusão na política de cotas da universidade, na qual pesa o fenótipo (aparência).

A decisão da comissão de expulsar o estudante foi unânime, e determinou que ele não pudesse se matricular novamente na instituição pelo prazo de cinco anos.

Em um levantamento feito pela Folha em 2020, pelo menos 163 estudantes foram expulsos de universidades federais desde 2017 por fraudes em cotas raciais.

As 26 universidades que compartilharam informações com a reportagem receberam 1.188 denúncias, que culminaram em 729 processos administrativos.

A campeã em número de expulsões, entre as instituições que responderam à reportagem na época, foi a UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), com 33 desmatriculados. As expulsões são fruto de 44 denúncias, que se tornaram 44 processos administrativos individuais. **MM**

Carlos Gilberto Carlotti Junior, médico neurocirurgião e novo reitor da USP Cecília Bastos/USP

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (SOLD / Santander)

1º LEILÃO: 10 de março de 2022, às 10h30min *. 2º LEILÃO: 28 de março de 2022, às 13h30min *. *(horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E/OU ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos do Instrumento Particular de escritura pública, datado em 25/09/2009, firmado com a **Fiduciante REGINALDO MIRANDA DA SILVA**, portador da cédula de identidade nº 24.818.298-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.259.534-72, residente e domiciliado em Suzano/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 300.329,27 (Trezentos mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por casa nº 191 da Rua Deputado Nelson Fernandes esquina com a Avenida Elias Zugaib caracterizado com a área construída de 80,80m2, área total de 131,00m², **melhor descrito na matrícula** nº 44.727 do **Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poá/SP. Cadastro Municipal: 43211-53-79-0173-00-000-01. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais** - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro . Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net), **e se habilitar com antecedência de 24 horas** úteis **do início do leilão**. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). **Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL** NA LOJA SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) E NO SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Informações: 11-4950-9400 / / imoveis.sac@superbid.net (17590 - Dossiê).

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária - O SINDIFRETUR - Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento e Turismo da Grande São Paulo, CNPJ: 64.724.370/0001-54, por seu representante legal, conforme dispõe os Estatutos Sociais, artigo 10º, parágrafo 5º, convoca todos os membros da categoria profissional, sócios e não sócios representados por este sindicato que trabalham nas empresas de transporte de passageiros por fretamento e turismo, da base territorial de representação, São Paulo - Capital, Atibaia, Bragança Paulista, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Suzano e Taboão da Serra, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 03 de março de 2022, na sede social da entidade, sito à Avenida Ipiranga, 324, Centro - SP, às 11:00h em primeira convocação ou às 12:30h em segunda convocação, com qualquer número de presença para apreciação e deliberação da seguinte **Ordem do Dia:** 1º - Organizar e votar a proposta da pauta de reivindicações referente à Campanha Salarial 2022 com data-base 1º - de maio; 2º - Autorizar a diretoria a desenvolver negociações junto ao sindicato patronal, e se necessário instaurar dissídio coletivo; 3º- Fixar o valor do desconto da Taxa Negocial, forma de desconto e recolhimento de todos os trabalhadores, sócios e não sócios, assegurando-lhes o direito de oposição: O exercício do direito de oposição ao desconto da Taxa Negocial pelos empregados não sindicalizados, poderá ser exercido da seguinte forma: Pessoalmente na Assembleia Geral a ser realizada dia 03 de março de 2022; Até 10 (dez) dias após sua realização ou até 10 (dez) dias após o recebimento do salário do mês de maio, acusando o referido desconto, pessoalmente na sede do sindicato, ou individualmente através de envio de carta devidamente registrada. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. Everardo da Costa Baia - Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS
CHEFIA DE GABINETE
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta nesta unidade, sito à Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo - Capital- LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO (eletrônico) CG nº 03/2022, Oferta de Compra 380101000012022OC00005, do tipo MENOR PREÇO. Processo SAP-PRC-2022/01828. OBJETIVO: Prestação de serviços de agenciamento sistematizado de viagens corporativas, em observância à política de viagens fixada pela Resolução SGP – 10 de 2 de abril de 2013, para a emissão estimada de 100 (cem) passagens aéreas nacionais e 20 (vinte) internacionais, nas classes econômica, destinadas a atender o Gabinete do Secretário e Assessorias da Secretaria da Administração Penitenciária. A entrega das PROPOSTAS, a partir das 00:00 horas do dia 24/02/2022, no site: **www.bec.sp.gov.br**, com a abertura para o dia 11/03/2022, às 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido ou consultado gratuitamente através do site **http://www.e-negociospublicos.com.br**, **www.bec.sp.gov.br** e **www.sap.sp.gov.br** Informações Tel: (0xx11) 3206-4872 / 3206-4876 / 3206-4873.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DO DIA 25/03/2022

Por este Edital, a Presidente da **Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços**, **CNPJ: 02.833.599/0001-70** em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e art. 21 do Estatuto Social vigente) convoca os 39 cooperados, aptos a votarem, para se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Semipresencial a ser realizada à Rua Cubatão, 97, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e também sob a forma digital, por meio da plataforma *Zoom*, no dia **25 de março de 2022**, com primeira convocação às 8 horas, com quórum de 2/3 (dois terços) do número de cooperados; segunda convocação às 9 horas, com quórum de metade mais um dos cooperados; e terceira convocação às 10 horas, com quórum de, no mínimo, 50 (cinquenta) associados ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de associados, prevalecendo o menor número em atenção ao disposto no artigo 25 do Estatuto Social vigente. Primeiramente, serão deliberados os assuntos da Assembleia Geral Ordinária Semipresencial, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** prestação de contas do ano de 2021 do Conselho de Administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: **a)** relatório de gestão 2021; **b)** balanço do exercício de 2021; **c)** demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da cooperativa e o parecer do Conselho Fiscal; **2)** destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios; **3)** eleição da nova Diretoria para o período 2022-2024 e do Conselho Fiscal para o período 2022-2023; **4)** fixação do valor dos honorários, pró-labore ou verbas de representação para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, bem como o da Cédula de Presença, para os membros do Conselho Fiscal, pelo comparecimento às respectivas reuniões; **5)** adoção ou não de diferentes faixas de retirada dos sócios; **6)** demissão, eliminação e exclusão de cooperados e admissão de novos cooperados e **7)** quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no art. 46 da Lei 5.764/71 e artigo 35 do Estatuto Social vigente. Após, serão deliberados os assuntos da Assembleia Geral Extraordinária Semipresencial para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** discutir e aprovar proposta do Conselho Administrativo de reforma dos artigos 1º e 36º do Estatuto Social para constar o uso da expressão "Cooperativa de Trabalho" na sua denominação social que passará de Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços para **Plural Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Pesquisa e Serviços** em atenção ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 10 da Lei 12.690/12. Ana Maria de Andrade. Diretora Presidente. CPF: 665.924.881-15.

NOTAS:
1. Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados da cooperativa, nesta data, é de 39 (trinta e nove).
2. Os cooperados que optarem em participar de forma digital e votar a distância deverão realizar inscrição prévia acessando o link: https://tinyurl.com/pmbpvp2 sendo analisada e aprovada. Para mais informações entrar em contato por e-mail: plural@pluralcooperativa.com.br.
3. A documentação relativa a pauta do dia além de enviada previamente por e-mail será disponibilizada no *Google Drive* cujo link será encaminhado durante a realização da Assembleia.

SÃO PAULO TURISMO S/A
CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SÃO PAULO TURISMO S/A, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2020 REGISTRADA NA JUCESP SOB Nº 330.522/21-8

Dia, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às 10:00h, na sede social da São Paulo Turismo S/A ("Companhia" ou "SPTURIS"), situada na Avenida Olavo Fontoura, nº 1209, São Paulo/SP – Parque Anhembi em primeira convocação.
Presenças: Presentes os acionistas representando mais de dois terços do capital votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
Publicações e Convocação: O **Edital de Convocação** foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial, edições de 08.08.20, fl. 31, 11.08.20, fl. 23 e 12.08.20, fl. 28 e no Jornal Agora São Paulo, edições de 08.08.20, fl. A8, 11.08.20, fl. B4 e 12.08.20, fl. A8.
Presidente: Rodrigo Kluska Rosa, Diretor Presidente da SPTURIS. Secretária: Rebecca Alonso Nascimento, Assessora da Presidência da SPTURIS.
Ordem do Dia: Diante da indicação realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, destituir o Sr. Marco Antônio Torres Passos do cargo de Conselheiro Fiscal Titular da SPTURIS e, consequentemente, eleger o Sr. Jesus Pacheco Simões para referido cargo.
Mesa e Instalação: Em consonância com o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, os trabalhos foram abertos pelo Sr. **Rodrigo Kluska Rosa**, Diretor Presidente da SPTURIS, que dirigiu a palavra aos ilustres senhores presentes à mesa, desejando-lhes boas-vindas. O Presidente da Companhia informou estar presente a esta Assembleia a Ilma. Procuradora do Município, Dra. **Lillian Fontelles Rios**, Registro Funcional nº 618.662.9, devidamente credenciada para representar a acionista majoritária, a Prefeitura do Município de São Paulo **(Doc. 01 – Credenciamento, que fica arquivado na sede da Companhia).** Na sequência, foi apresentado o nome da Srta. **Rebecca Alonso Nascimento**, Assessora da Presidência da SPTURIS, para secretariar a reunião, o que foi aceito pelos presentes.
Deliberações:
ITEM ÚNICO DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Companhia, com base no quanto disposto na Proposta da Administração de 07 de agosto de 2020, colocou em votação o **item único** da Ordem do Dia da presente Assembleia Geral Extraordinária, referente à destituição do Sr. Marco Antônio Torres Passos do cargo de Conselheiro Fiscal titular da SPTURIS e consequente eleição do Sr. Jesus Pacheco Simões para referido cargo, conforme indicação realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.
Assim, com base na orientação de voto da acionista majoritária da Companhia, a Prefeitura de São Paulo **(Doc. 02)**, que lançou voto no sentido de:
"eleger o Senhor Jesus Pacheco Simões para cargo de conselheiro titular do Conselho Fiscal, em substituição ao Senhor Marco Antônio Torres Passos, que deverá ser destituído. O indicado foi aprovado pelo COMAP e pelo Comitê de Elegibilidade da empresa"
foi **ELEITA** a seguinte pessoa para compor o quadro do **Conselho Fiscal** da Companhia:
JESUS PACHECO SIMÕES, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 38.680.508-8 SSP/SP e do CPF/MF nº 361.653.128-45, residente e domiciliado na Rua Silvia, 43, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-010.
O membro do Conselho Fiscal ora eleito tomará posse no cargo mediante (i) a assinatura do termo de posse, declarando não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil e (ii) a entrega da declaração de bens, com indicação de fontes de renda, em atendimento às disposições legais aplicáveis, além de outros documentos requeridos pela Companhia.
No mais, a destituição do Sr. Marco Antônio Torres Passos será considerada a partir do dia 28.08.2020, após realização da última reunião do Conselho Fiscal deste mês. Assim, a posse do Sr. Jesus Pacheco Simões se dará a partir do dia 28.08.2020, sendo seu mandato coincidente ao dos demais membros do Conselho Fiscal, isto é, até 29.04.2021.
A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi estipulada nas Atas da AGE de 16.03.2007 e da AGOE de 28.04.2017.
Por fim, restou consolidada a composição do Conselho Fiscal da SPTURIS da seguinte forma, todos com mandato até 29.04.2021:
Membros Titulares
1) Valdemiro Salerma Cardoso – representante dos empregados
2) Jesus Pacheco Simões – eleito pela PMSP
3) Thiago Demétrio Souza – eleito pela PMSP
4) Marcelo Pierantozzi Gonçalves – eleito pela PMSP
5) Eduardo José de Souza representante dos acionistas minoritários
Membros Suplentes
6) Cibele Araújo Clemente do Prado – representante dos empregados
7) Rafael Barbosa de Sousa – eleito pela PMSP
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, estando esgotada a Ordem do Dia, o Presidente da Mesa, Sr. **Rodrigo Kluska Rosa** determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos abaixo citados e lavrada no livro próprio. A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Rodrigo Kluska Rosa**, Presidente da Mesa, **Rebecca Alonso Nascimento**, Secretária da Mesa e **Lillian Fontelles Rios**, representante da acionista majoritária.

São Paulo, 25 de agosto de 2020

Rodrigo Kluska Rosa,
Presidente da Mesa

Rebecca Alonso Nascimento,
Secretária da Mesa

Lillian Fontelles Rios,
Procuradora do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Leilão n.º 001/2022 – Proc. Adm. nº 095/2022

Objeto: Alienação de bens móveis declarados inservíveis (sucatas) para o serviço público do Município de Santana de Parnaíba. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 24/02/22 à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1283 - 2º andar - Sítio do Morro – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx. **Data de Abertura:** 15/03/2022, às 10h00min.

Santana de Parnaíba, 22 de fevereiro de 2022.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343/2021. Modalidade: Pregão Eletrônico. Tipo: Menor Preço Unitário. Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais para aulas de música e apresentações em Concertos Musicais, Festivais e Inaugurações de prédios públicos municipais, conforme especificações contidas no Edital e Termo de Referência. Retifica-se a data da sessão permanecendo inalteradas as demais cominações do Edital. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 18 de fevereiro de 2022. Data e hora da abertura da sessão pública: dia 21 de Março de 2022, às 09:00h. Acesso à sessão através do endereço http://177.129.28.34:8079/comprasedital/. Aquisição do Edital: Poderão adquirir na íntegra, na Praça Martinico Prado, 1626 ou através do site: www.morroagudo.sp.gov.br. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 22/02/2022. Vinicius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2021. Modalidade: Pregão presencial. Tipo: Menor Preço por item. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação com fornecimento de material, de sensores de presença externo e interno, com sinal sonoro no local e envio de chamada em celular pré-definido quando sensor for acionado, para as caixas d' agua dos bairros e postos de saúde de responsabilidade da prefeitura municipal. Entrega dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até as 09h00min do dia 24 de Março de 2022. Credenciamento e início da Sessão: as 09h10m do dia 24 de Março de 2022. Aquisição do Edital: Poderá ser adquirido na íntegra, na Praça Martinico Prado, 1626 ou através do site: www.morroagudo.sp.gov.br. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 22/02/2022. Vinicius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(Em processo de recuperação Judicial)
CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na Capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102 ("**Pentágono**" ou "**Agente Fiduciário**"), na qualidade de Agente Fiduciário nos termos da cláusula 6ª do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissora**"), **vem pelo presente edital convocar os titulares** das Debêntures ("**Debenturistas**"), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se em assembleia geral de Debenturistas, em segunda convocação, no dia 03 de março de 2022, às 14 h (quatorze horas) ("AGD"), a ser realizada exclusivamente de modo presencial, em local diverso da sede da Emissora para conveniência dos Debenturistas, na Avenida Cidade Jardim, 803 – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**. Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de termo aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06 de agosto de 2021 ("**Contrato de Compra e Venda**") anexo ao Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações**") ou de instrumento análogo a ser firmado pelo **Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura** com o objetivo de ajustar a redação da Cláusula 4.7 do Contrato de Compra e Venda, visando a alteração da Data do Prazo Final, bem como realizar outros ajustes necessários ao Contrato de Compra e Venda decorrentes de eventuais exigências uma vez que as negociações estão em curso com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**") e há, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), processos de emissão de valores mobiliários. O Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações ou instrumento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de termo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pela Emissora no âmbito da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial**"), em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Salto/SP, processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 ("**Recuperação Judicial da Emissora**"), com o objetivo de efetuar os ajustes necessários tendo em vista as negociações em curso com a ARTESP e os processos de emissão de valores mobiliários junto à CVM. O Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) caso aprovado o item "b" acima, deliberar sobre a aprovação de assinatura de termo de adesão ao Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O termo de adesão será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) a aprovação do exercício do direito previsto na Cláusula 6.11. do Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora mediante assinatura de termo de adesão ou documento análogo e apresentação de petição pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, informando sobre o exercício do direito previsto na referida Cláusula 6.11. pelos Debenturistas. O termo de adesão ou documento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para, exclusivamente, formalizar o Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e o Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, tão somente para prever as alterações descritas nas alíneas (a) e (b) acima, incluindo-se os aditamentos relacionados aos documentos da Emissão, que serão informados/disponibilizados aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser disponibilizados pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: **Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Emissora (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – Internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais.** Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (23, 24 e 25/02/2022)

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2021 - PROCESSO Nº 23.41/2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ARROZ AGULHINHA, LEITE EM PÓ INTEGRAL E ÓLEO DE SOJA REFINADO.
EMPRESAS VENCEDORAS: GABEE FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI e NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 3.269.920,00 (três milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte reais).
Mogi das Cruzes, em 04 de fevereiro de 2022.
CAIO DE OLIVEIRA CALLEGARI - Secretário Adjunto de Educação

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 185-2/2021 – PROCESSO Nº 24.825/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
EMPRESA VENCEDORA: MEDSYSTEM EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).
Mogi das Cruzes, em 15 de fevereiro de 2022.
ZENO MORRONE JÚNIOR - Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA ÀS ME/EPP E ITENS DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário de Infraestrutura Urbana, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 178/2021 - PROCESSO Nº 21.141/2021 e apensos
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GUIAS E TAMPAS DE CONCRETO.
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 16 de março de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 22 de fevereiro de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 216/2021 - PROCESSO Nº 34.637/2021 e Apensos
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E INSETICIDAS.
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 14 de março de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 22 de fevereiro de 2022.
DR. ZENO MORRONE JÚNIOR - Secretário Municipal de Saúde

COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CMPL
AVISO DE HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 016/21 - PROCESSO Nº 41.547/21
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO FUTURO JUNDIAPEBA, SITUADA NA RUA PROFª LUCINDA BASTOS, ESQUINA COM AV. ALFREDO CRESTANA, S/Nº, JUNDIAPEBA, NESTE MUNICÍPIO.
O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Comissão Municipal Permanente de Licitação – CMPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que analisou detalhadamente os documentos apresentados em cada envelope e considerando os pareceres exarados pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e da Secretaria Municipal de Finanças, decidiu HABILITAR as empresas: SPALLA ENGENHARIA EIRELI., DEMAX – SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA., CONSTRUMEDICI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., JB CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI., para a fase seguinte do certame. Decidiu, ainda, INABILITAR a empresa: J.L.A. CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI., por não atender ao solicitado em relação aos subitens "5.1.5.2", "5.1.5.3", "5.1.5.4", "5.1.5.5", "5.1.5.6", "5.1.5.8", "5.1.3" e "5.1.7 do Edital. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste Aviso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e estabelecido conforme subitem "7.1.13" do Edital, o dia 07 de março de 2022, às 14 horas, para abertura do envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, na sala de reuniões da Comissão Municipal Permanente de Licitação - CMPL, na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277 – 1º andar (Edifício-Sede da Municipalidade).
Mogi das Cruzes, em 22 de fevereiro de 2022.
THOMAS AUGUSTO CICCONE ALVAREZ - Presidente da CMPL em exercício

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053-2/2021 – PROCESSO Nº 9.153/2021 E APENSOS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.
EMPRESAS VENCEDORAS: HABIATAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA; NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI; ORGENIO GONÇALVES VIANA LTDA e SALVI LOPES & CIA LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 39.657,40 (trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).
Mogi das Cruzes, em 15 de fevereiro de 2022.
ZENO MORRONE JUNIOR - Secretário de Saúde

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2021 - PROCESSO Nº 11.680/2021 E APENSOS.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS E PRODUTOS VETERINÁRIOS (TUBO PARA COLETA DE SANGUE, FILTRO QUÍMICO, CAIXA DE INSTRUMENTAL PARA NECRÓPSIA, REPELENTE, INSETICIDA, DESINFETANTE BACTERICIDA E AFINS).
EMPRESAS VENCEDORAS: BIOGEN COMERCIAL LTDA; NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA e ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 117.342,00 (cento e dezessete mil, trezentos e quarenta e dois reais).
Mogi das Cruzes, em 10 de fevereiro de 2022.
ZENO MORRONE JÚNIOR - Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **LICITAÇÃO AGENDADA: PP62/22 DLC - PA49152/21** menor preço visando prestação de serviços de conservação das áreas ajardinadas e manejo arbóreo dos próprios pertencentes a Secretaria de Educação. Abertura: **14/03/22** - 9h. O edital poderá ser obtido no site www.guarulhos.sp.gov.br no link Licitações Agendadas

---

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CORPO DE BOMBEIROS
Escola Superior de Bombeiros

Edital de Licitação - PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº ESB – PR 202/0001/22 - PROCESSO Nº ESB – 2022202001 OFERTA DE COMPRA: 180202000012022OC00004 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS PARA ESCOLA SUPERIOR DE BOMBEIROS. - DIA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO: O presente Pregão será realizado às 09:00h do dia 10/03/2022, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. - EDITAL: disponível no endereço eletrônico retro mencionado. Demais esclarecimentos na Seção de Finanças da Escola Superior de Bombeiros sito na Rodovia Prefeito Luiz Salomão Chamma nº 4.701, Km 46,5 – Franco da Rocha – São Paulo, de segunda à quinta-feira das 08:00h às 16:00h e às sextas das 08:00h às 12:00h ou pelo Tel: 4819-5224, 4819-5211, com o Capitão PM Maria Rosa, 1º Tenente PM Renan Souza, 2º Sargento PM Luvizotto, 2º Sargento PM Pompeia, Cabo PM Gilson, Cabo PM Muniz e Cabo PM Brito.

CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/22
EDITAL Nº 03/22
PROCESSO Nº 014/22

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Poá – **EDITAL Nº** 03/22 – **PROCESSO Nº** 14/22 – **OBJETO:** Contratação de empresa especializada, visando os serviços de recepção e copeiragem nas dependências da Câmara Municipal de Poá, por um período de 12 (doze) meses. **MODALIDADE:** Pregão Presencial – **DATA DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Dia 14/03/2022, às 10 horas. O Presidente da Câmara Municipal de Poá, **FAZ SABER** que se acha aberto nesta Câmara, situada na Rua Vereador José Cali, 100 – Centro – Poá/SP, o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/22**. Os interessados deverão retirar o Edital no Departamento de Licitações e Contratos, no horário compreendido entre 9h e 17h, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, ou, pelo site: www.camarapoa.sp.gov.br. Maiores informações pelos telefones: (11) 4634-6060.

Poá, 22 de fevereiro de 2022.
Diogo Reis da Costa
Presidente da Câmara Municipal

Cooperativa Brasileira de Transporte - Cobrate - Convocação de Assembleia Geral Ordinária de cooperados de Eleição dos membros do Conselho Fiscal Titulares e Conselho Fiscal Suplentes Edital nº 001/2022 - Faço saber aos interessados cooperados em dia com suas obrigações estatutárias que, será realizada em conformidade com o Capitulo VI, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Inciso I, parágrafos 1º e 2º, Artigo 24; Seção V, Artigo 29, Inciso I, todos do Estatuto Social da Cooperativa Brasileira de Transporte - Cobrate, CNPJ nº 03.165.760/0001-47 e NIRE 35400057211, a Assembleia Geral Ordinária com a seguinte ordem do dia: **a) Eleição do Conselho Fiscal Titulares e Conselho Fiscal Suplentes e b) Assuntos Gerais.** A Assembleia será realizada no dia 04/03/2022 às 11:00h, seguindo todos os protocolos de segurança, respeitando as normas do Ministério da Saúde, da Vigilância Sanitária e da Organização Mundial de Saúde - OMS. Os assuntos da Assembleia Geral Ordinária, serão deliberados às 9:00 horas em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de cooperados; às 10:00 horas em segunda convocação, com a presença mínima de metade mais um dos cooperados e às 11:00 horas em terceira convocação com a presença mínima de 10 (dez) cooperados, na Rua Cachoeira nº 638, Bairro Catumbi, São Paulo - SP. Total de cooperados aptos 12 (doze) cooperados. O Edital de convocação encontra-se afixado na sede da Cooperativa. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022. **Janete Maria Martins de Oliveira Faria** - Diretora Presidente.

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária o SINDIFRETUR Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento e Turismo da Grande São Paulo - CNPJ: 64.724.370/0001-54, por seu representante legal, conforme dispõe os Estatutos Sociais, artigo 10º, parágrafo 5º, convoca todos os membros da categoria profissional, sócios e não sócios representados por este sindicato que trabalham nas empresas de transporte escolar, da base territorial de representação, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá e Suzano, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 03 de março de 2022, na sede social da entidade, sito à Avenida Ipiranga, 324, Centro - SP, às 10h em primeira convocação ou às 10:30h em segunda convocação, com qualquer número de presença para apreciação e deliberação da seguinte **Ordem do Dia:** 1º - Organizar e votar a proposta da pauta de reivindicações referente à Campanha Salarial 2022 com data-base 1º - de maio; 2º - Autorizar a diretoria a desenvolver negociações junto ao sindicato patronal, e se necessário instaurar dissídio coletivo; 3º - Fixar o valor do desconto da Taxa Negocial, forma de desconto e recolhimento de todos os trabalhadores, sócios e não sócios, assegurando-lhes o direito de oposição: O exercício do direito de oposição ao desconto da Taxa Negocial pelos empregados não sindicalizados, poderá ser exercido da seguinte forma: Pessoalmente na Assembleia Geral a ser realizada dia 03 de março de 2022; Até 10 (dez) dias após sua realização ou até 10 (dez) dias após o recebimento do salário do mês de maio, acusando o referido desconto, pessoalmente na sede do sindicato, ou individualmente através de envio de carta devidamente registrada. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. Everardo da Costa Baia - Presidente.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00022022 - R59258.2022

Objeto: FILTRO CARTUCHO SPE PURIFICA-X C18EC MARCA KOPP TECHNOLOGIES OU STRATA X - PHENOMENEX.
Data Final para apresentação de proposta: 25/02/22 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4487 - msumi@ipt.br - Departamento de Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI – Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO: Concorrência Pública nº. 02/2022. OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para concessão remunerada de bens imóveis pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. Tipo: Maior oferta. Pagamento: mensal. Solicitação do edital e esclarecimentos: (14) 3884-9020, por e-mail licitacao@anhembi.sp.gov.br ou presencialmente no Paço Municipal. Entrega dos envelopes: até o dia 29/03/2022 às 09h00. Abertura e classificação das propostas: 29/03/2022 às 10h00. LOCAL: Sala de Licitações do Paço Municipal (Rua Prefeito Ismael Morato do Amaral, 67, Centro, Anhembi-SP). Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.anhembi.sp.gov.br. Anhembi, 22/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Processo de Licitação nº 101/2022 - Convite nº. 03/2022. Contrato nº. 06/2022. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento e manutenção de sistema informatizado dos serviços de gestão eletrônica organização e controle da declaração para o índice de participação dos municípios que opere em ambiente web. Contratante: Prefeitura de Anhembi-SP. Contratado: VLC Soluções Empresariais Ltda ME. Vigência: 03/02/2022 a 02/02/2023. Data da assinatura: 02/02/2022; Valor mensal: R$ 6.000,00 (seis mil reais). Anhembi, 02/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Processo de Licitação nº 224/2022 - Convite nº. 05/2022. Contrato nº. 08/2022. Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de roçada e limpeza urbana na sede do Município e no Distrito de Pirambóia. Contratante: Prefeitura de Anhembi. Contratado: A. B. Satilio Junior ME. Vigência: 18/02/2022 a 17/02/2023. Data da assinatura: 16/02/2022; Valor global estimado: R$ 142.710,00 (cento e quarenta e dois mil setecentos e dez reais). Anhembi, 16/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Processo nº. 287/2022. Dispensa de Licitação nº. 03/2022. Contrato nº. 04/2022. Objeto: contratação de empresa especializada par o fornecimento de até 06 (seis) Enfermeiros para atuação direta no combate à pandemia de Covid-19. Contratante: Prefeitura Municipal de Anhembi. Contratado: Golden Serviços Especializados Eireli ME. Vigência: 01/02/2022 a 28/04/2022. Data da assinatura: 31/01/2022. Valor mensal: R$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais). Anhembi, 31/01/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Processo nº. 438/2022. Dispensa de Licitação nº. 414/2022. Contrato nº. 07/2022. Objeto: contratação de empresa especializada para a realização de processo seletivo simplificado. Contratante: Prefeitura Municipal de Anhembi. Contratado: Publiconsult Assessoria e Consultoria Pública Ltda EPP. Vigência: 09/02/2022 a 08/02/2023. Data da assinatura: 09/02/2022. Valor global: R$ 15.990,00 (quinze mil novecentos e noventa reais). Anhembi, 09/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Processo nº. 535/2022. Dispensa de Licitação nº. 517/2022. Contrato nº. 09/2022. Objeto: contratação de software de apoio para o departamento de Finanças da Prefeitura de Anhembi. Contratante: Prefeitura Municipal de Anhembi. Contratado: Metabit Sistemas Para Gestão Pública Ltda EPP. Vigência: 01/03/2022 a 28/02/2023. Data da assinatura: 16/02/2022. Valor mensal: R$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais). Anhembi, 16/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
Processo de Licitação nº 288/2022 – Pregão Presencial nº. 03/2022. Contrato nº 10/2022. Objeto: contratação de empresa especializada na confecção de prótese dentária, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde no Programa Brasil Sorridente, para atender o Departamento Municipal da Saúde de Anhembi – SP. Contratante: Prefeitura de Anhembi. Contratado: Laboratório de Prótese Vieira Ltda EPP. Vigência: 01/03/2022 a 28/02/2023. Data da assinatura: 22/02/2022. Valor unitário: R$ 443,75. Anhembi, 22/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, HOMOLOGA o Processo de Licitação nº 101/2022 - Convite nº. 03/2022 e ADJUDICA o objeto da referida licitação, que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento e manutenção de sistema informatizado dos serviços de gestão eletrônica organização e controle da declaração para o índice de participação dos municípios que opere em ambiente web à empresa VLC Soluções Empresariais Ltda ME, no valor mensal de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 31/01/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, HOMOLOGA o Processo de Licitação nº 224/2022 - Convite nº. 05/2022 e ADJUDICA o objeto da referida licitação, que consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de roçada e limpeza urbana na sede do Município e no Distrito de Pirambóia à empresa A. B. Satilio Junior ME, no valor global estimado de R$ 142.710,00 (cento e quarenta e dois mil setecentos e dez reais) para o período de 12 meses, para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 16/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, HOMOLOGA o Processo de Licitação nº 166/2022 – Pregão Presencial nº. 02/2022, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de sistema informatizado e integrado, com utilização de etiqueta com tecnologia RFID (ou similar), de gerenciamento para o fornecimento de combustíveis (gasolina, diesel S-500 e S-10) em estabelecimentos credenciados no Estado de São Paulo, para toda a Frota Municipal, devidamente adjudicado à empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda com a taxa de administração de -0,50% (meio por cento negativo), para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 22/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, HOMOLOGA o Processo de Licitação nº 288/2022 – Pregão Presencial nº. 03/2022, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na confecção de prótese dentária, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde no Programa Brasil Sorridente, para atender o Departamento Municipal da Saúde de Anhembi – SP, devidamente adjudicado à empresa Laboratório de Prótese Vieira Ltda EPP no valor unitário de R$ 443,75 (quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 22/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE RATIFICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, RATIFICA o Processo de Dispensa de Licitação nº 03/2022, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada par o fornecimento de até 06 (seis) Enfermeiros para atuação direta no combate à pandemia de Covid-19, no Departamento de Saúde da Prefeitura de Anhembi à empresa Golden Serviços Especializados Eireli no valor mensal estimado de R$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais), para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 31/01/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE RATIFICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, RATIFICA o Processo de Dispensa de Licitação nº 414/2022, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a realização de processo seletivo simplificado à empresa Publiconsult Assessoria e Consultoria Pública Ltda EPP no valor global de R$ 15.990,00 (quinze mil novecentos e noventa reais), para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 08/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

TERMO DE RATIFICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Anhembi-SP comunica e torna público que, através do Prefeito Municipal, RATIFICA o Processo de Dispensa de Licitação nº 517/2022, cujo objeto consiste na contratação de software de apoio para o departamento de Finanças da Prefeitura de Anhembi à empresa Metabit Sistemas Para Gestão Pública Ltda EPP no valor mensal de R$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais), para todos os efeitos previstos em lei. Anhembi, 16/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

saúde

645.534 mortes
839 entre segunda e terça

28.351.876 casos
101.285 infecções em 24 horas

Cai lotação de UTIs, e apenas MS e DF têm taxas acima de 80%

Eram três estados, além do Distrito Federal, com patamar de ocupação preocupante na semana anterior

BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO, RECIFE, SALVADOR, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, CONSELHEIRO LAFAIETE (MG) E PORTO ALEGRE Depois de semanas com lotação nas UTIs, estados apresentaram uma melhora na ocupação de leitos para casos críticos de Covid-19. Apenas o Distrito Federal e o Mato Grosso do Sul estavam com patamares acima de 80% de ocupação na segunda-feira (21).

Na semana anterior, eram três os estados, além do Distrito Federal, com alta taxa de UTIs em uso.

O Distrito Federal mantém situação preocupante, com 84% dos leitos com pacientes graves. A unidade da Federação conta com 103 leitos para adultos. Do total, 87 estavam ocupados e apenas 1, liberado. Os outros 15 leitos aguardavam liberação ou estavam bloqueados.

O DF tem 18 leitos de UTI neonatal e pediátrico — 14 estavam ocupados.

Mato Grosso do Sul tem 80% dos leitos de UTI para Covid ocupados, índice que chega a 100% nas unidades pediátricas. A situação epidemiológica do estado ainda preocupa. Nesta terça (22), foram registradas 2.742 novas infecções, um aumento de 112% em relação ao último dia 14.

Nessa data, o estado contabilizou 1.293 casos da doença. Atualmente, a média móvel é de 3.061 infecções em sete dias. Na capital Campo Grande, a taxa de ocupação das UTIs saltou de 92% para 98% em uma semana.

Depois de duas semanas entre os estados com maior índice de ocupação de UTIs, Rondônia registra queda nas internações para esse tipo de tratamento para 70%, ante 81% na semana anterior.

A ocupação de UTIs para adultos também recuou no Espírito Santo, de 79% para 72% no período. Tanto em Rondônia como no Espírito Santo não houve aumento no número de vagas, o que poderia contribuir para redução no percentual de uso.

No estado do Rio de Janeiro, a ocupação de UTIs continua em queda desde o final de janeiro, variando de 52% para 46% na última semana mesmo com o fechamento de alguns leitos. Na capital fluminense, porém, houve um leve aumento, de 66% para 72%.

Na segunda-feira, o estado de São Paulo tinha 2.615 pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19 internados em UTIs e ocupação de 53,91% — queda de 5,62% se comparado com o dia 14, quando as UTIs Covid estavam com 3.226 hospitalizados e taxa de 59,53%.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, no domingo (13), 27 hospitais estaduais com caráter regional situados no estado registravam ocupação superior ou igual a 90% nos leitos de UTI exclusivos para Covid-19; no dia 7, eram 33.

Ainda de acordo com a pasta, São Paulo conta com cerca de 800 leitos pediátricos de enfermaria, com ocupação de 81,9%, e 400 leitos de UTI, em média, com ocupação de 63,3%.

"Vários indicadores têm apontado que o número de casos de ômicron está em queda. Isso significa que as internações e, muito em breve, os óbitos deverão cair de maneira mais acelerada", afirma o infectologista Evaldo Stanislau de Araújo, do Hospital das Clínicas da USP.

Em Pernambuco, a taxa de ocupação de leitos caiu de 88% para 81% em uma semana. Ao todo, são 1.056 leitos do tipo, 11 a mais do que na semana passada.

No intervalo de uma semana, de 14 a 21 de fevereiro, a ocupação dos leitos de UTI pediátricos se manteve acima dos 80% na Bahia. No período, a taxa saltou de 84% para 89% das 44 vagas ativas no estado, segundo a Secretaria da Saúde da Bahia.

A ocupação de leitos de UTI para adultos teve redução de 70% para 56% das 605 vagas, no estado. A capital Salvador também acompanhou o movimento de queda de 69% para 49% no período, segundo a Secretaria Municipal da Saúde.

O número de leitos de UTI para adultos foi reduzido de 462 para 338 no Ceará. Apesar disso, a taxa de ocupação caiu de 68% para 64%, de acordo com a Secretaria da Saúde do estado.

Na capital Fortaleza, os leitos de UTI para adultos tiveram uma redução de 237 para 155 vagas. Da mesma forma que o restante do estado, a capital acompanha o ritmo de queda na taxa de ocupação, que passou de 70% para 65%.

No Rio Grande do Norte, a taxa de ocupação de leitos críticos é de 50,5% considerando os leitos ocupados e disponíveis no painel do estado — a conta desconsidera seis leitos apontados como bloqueados.

A taxa teve queda se comparada ao cenário da semana passada, quando chegava a 77,2% de ocupação. Nas UTIs pediátricas estaduais, a ocupação também caiu, passando de 53,8% para 30,7%.

No Rio Grande do Sul, a ocupação total de UTIs públicas é de 57,3%, segundo o painel estadual — 44 hospitais, porém, estavam com dados em atraso, o que pode afetar o cenário geral. Nesta terça, o estado registrou 13.244 novos casos e confirmou 56 mortes.

O Paraná registrou ocupação de 67% nas UTIs públicas no início desta semana, enquanto em Santa Catarina, a taxa é de 60%.

A ocupação de leitos também despencou em Goiás, de 82% para 71% em uma semana. Mais dez leitos foram criados, totalizando 245. Em Goiânia, maior cidade do estado, a ocupação continua estável e oscilou de 73% para 72% no período, com os mesmos 190 leitos disponibilizados.

Raquel Lopes, Matheus Rocha, José Matheus Santos, Franco Adailton, Patrícia Pasquini, Paulo Eduardo Dias, Ana Luiza Albuquerque, Isac Godinho e Fernanda Canofre

Ocupação de UTIs para Covid nos estados
Nas redes estaduais

*AL, BA, CE, PE, RJ, RN e SE incluem leitos estaduais, municipais e federais; MG inclui leitos públicos e privados; RS contabiliza todos os leitos, e não apenas os para Covid-19; PB considera leitos de UTI adulto, pediátrico e obstetrício
Fonte: Governos estaduais

Queiroga fala em fim de 'caráter pandêmico' da Covid ao lançar vacina 100% feita pela Fiocruz

Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse nesta terça-feira (22) que pretende "acabar com o caráter pandêmico" da Covid-19.

"O Brasil já estuda esse tipo de iniciativa", afirmou Queiroga durante evento de lançamento da vacina da AstraZeneca de produção totalmente nacional pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

Segundo Queiroga, o governo avalia o cenário epidemiológico e o impacto da mudança de status da doença.

"Determinados contratos foram feitos na vigência da pandemia. As vacinas que têm registro emergencial, será que podem continuar sendo usadas fora do caráter pandêmico? Toda essa análise tem de ser feita para conseguirmos levar uma palavra segura à sociedade", disse Queiroga.

As vacinas Coronavac e da Janssen, além de alguns medicamentos, perdem este tipo de aval quando o Ministério da Saúde declarar que "não mais se configura situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional", segundo a regra atual da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

O governo declarou emergência sanitária em 4 de fevereiro de 2020. Integrantes do Ministério da Saúde afirmam que Queiroga e sua equipe avaliam se este texto deve ser revogado. Também estudam se anular a portaria impactaria na liberação de créditos extraordinários e em outras ações ligadas à pandemia.

"Já assistimos países da Europa fazendo isso, a Inglaterra anunciou que vai relaxar medidas sanitárias e restritivas. Na Dinamarca já há uma flexibilização. É uma tendência no mundo", disse o ministro.

> "As vacinas que têm registro emergencial, será que podem continuar sendo usadas fora do caráter pandêmico?
>
> **Marcelo Queiroga**
> ministro da Saúde

Queiroga aplicou nesta terça as primeiras doses da AstraZeneca totalmente feitas no Brasil. O governo não divulgou dados dos imunizados.

A distribuição da vacina estava prevista para agosto de 2021, mas foi postergada.

O evento foi feito sob uma tenda na parte externa do Ministério da Saúde com a presença dos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), João Roma (Cidadania), além de Queiroga e do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

A cerimônia teve discursos de apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL), que não acompanhou a vacinação, afirma não estar imunizado. Queiroga voltou a afirmar que o governo Bolsonaro é "vacinado contra a corrupção".

O ministro da Saúde tem dito que deseja passar a tratar a Covid-19 como uma endemia, mas ainda não explicou o que deve mudar na prática.

Alguns países, como Reino Unido e Dinamarca, decidiram passar a encarar a Covid-19 como uma endemia e relaxar restrições.

Em boletim sobre a pandemia divulgado no último dia 9, o Observatório Covid-19 Fiocruz afirma que a transição de pandemia para endemia não significa a eliminação do vírus. De forma geral, a doença se torna uma endemia quando é recorrente em uma região e não há um aumento inesperado de casos.

A lua de mel da Covid

É o período de calmaria que sucede grandes campanhas de imunização

Atila Iamarino

Doutor em ciências pela USP, fez pesquisa na Universidade Yale. É divulgador científico no YouTube em seu canal pessoal e no Nerdologia

Ao final de fevereiro, nosso número de casos de Covid-19 continua caindo depois do pico da ômicron. O número de óbitos está estável, acima de 800 por dia, em média, com a possibilidade de seguir a queda dos casos, como se vê nos países europeus com mais vacinação. É um sinal de que podemos estar entrando na lua de mel da Covid.

O termo foi introduzido em 1988 para representar o período de calmaria que sucede grandes campanhas de imunização, induzida por vacinas ou pela doença, onde a incidência de uma doença cai por um período até voltar de novo.

Quando a vacina contra o sarampo começou a ser distribuída, muitos países como Egito, Israel e Filipinas passaram por alguns anos sem novos casos, até passarem por um surto novamente quando a lua de mel acaba.

Essa lua de mel acontece quando a imunização não é suficiente para eliminar o vírus, mas é suficiente para reduzir sua transmissão. Sem tantos vulneráveis, a incidência da doença cai ou mesmo acaba em um primeiro momento. Mas conforme novos vulneráveis surgem, basta um novo caso para a doença circular de novo. No caso do sarampo, os vulneráveis são os recém-nascidos.

A vacinação infantil serve para não deixar vulneráveis. Por isso, o período de lua de mel pode durar anos ou até mais de uma década, a depender de quantas crianças não são vacinadas em uma região.

Já no caso da Covid, a lua de mel pode ser bem mais curta. De um lado, a imunidade natural ou vacinal parece decair em alguns meses. Daí a necessidade da dose de reforço, principalmente entre idosos, que têm a queda de imunidade mais acentuada.

Essa queda também acontece com o vírus influenza da gripe. A proteção da vacina costuma durar alguns meses, o suficiente para atravessarmos a temporada de inverno protegidos. Ao contrário da gripe, o coronavírus continua gerando variantes e circulando mesmo fora do inverno. Então conforme a imunidade contra a Covid cai, ainda encontramos o coronavírus.

Nós já tivemos uma lua de mel da Covid no Brasil. A explosão de casos e a vacinação ao longo de 2021 geraram tantos imunizados que não tivemos a onda da variante delta que se abateu sobre a Europa. Mas a ômicron acabou com essa lua de mel.

Agora, com a passagem dessa onda, podemos entrar em outro período de queda de casos em que parece que tudo se resolveu. Outra lua de mel. Mas em um bom cenário, ainda teremos outras ondas em períodos como o inverno.

O Reino Unido já decretou que a doença passou. Alguns ensaiam fazer o mesmo aqui. Falta combinar com o vírus. Enquanto não tivermos a absoluta maioria vacinada e tratamentos que funcionam como antivirais, veremos números terríveis.

Pode parecer simples varrer o problema da Covid para debaixo do tapete, já que naturalizamos arboviroses como zika, dengue e chikungunya. Mas o tapete precisaria ser bem mais alto para cobrir a Covid. Entre 2008 e 2019, registramos por volta de 11,6 milhões de casos de dengue, chikungunya e zika, que resultaram em 6.429 óbitos — mais de 90% causados pela dengue. Esse período inclui 2015 e 2019, os piores anos já registrados.

Registramos um número comparável de óbitos pela Covid, 6.246, em uma semana de fevereiro. A gripe sazonal — uma endemia que pode não ser tão temida quanto a dengue, mas leva muito mais vidas— mata menos de 25 mil brasileiros por ano. A Covid já ultrapassou esse número em 2022, antes do fim de fevereiro. Antes da nossa lua de mel.

esporte

ESPORTE AO VIVO
17h A. de Madrid x M. United — Champions League, TNT/HBO MAX
19h Salgueiro x Santos — Copa do Brasil, PRIME VIDEO
19h15 América-MG x Guaraní-PAR — Libertadores, CONMEBOL TV

Seleção feminina dos EUA faz acordo por igualdade salarial

Federação deu garantias de que vai equipar salários com os dos homens

SÃO PAULO A federação de futebol dos Estados Unidos e a seleção feminina de futebol do país chegaram a um acordo nesta terça-feira (22) sobre a disputa por igualdade salarial. No imbróglio, que já dura seis anos, as americanas exigem a equiparação de seus salários e premiações com os da seleção masculina.

O acordo fixou o pagamento de US$ 24 milhões (R$ 122 milhões) a um grupo formado por atletas em atividade e aposentadas, além da garantia por parte da US Soccer, a federação americana, de que os salários serão equiparados a partir do novo acordo coletivo firmado entre o sindicato das jogadoras e a entidade.

"Não foi um processo fácil chegar a esse ponto, certamente", disse a presidente da US Soccer, Cindy Parlow Cone, campeã mundial e bicampeã olímpica como jogadora da seleção. "O mais importante é que estamos avançando, e avançando juntos."

A inesperada vitória das atletas foi celebrada por uma de suas líderes, Alex Morgan, bicampeã mundial e medalhista de ouro olímpica. "É uma vitória monumental para nós e para as mulheres", afirmou a atacante de 32 anos, que hoje atua no San Diego Wave, equipe da liga feminina.

"O que pretendíamos era o reconhecimento por parte da US Soccer de que havia discriminação, e recebemos isso por meio do pagamento firmado no acordo. Queríamos estabelecer um tratamento justo e igualitário nas condições de trabalho, e conseguimos isso no acordo de condições de trabalho. E pretendíamos avançar com o processo de equiparação dos salários com a seleção masculina junto à US Soccer, e conseguimos isso também."

Megan Rapinoe, outra das líderes do grupo que reivindica há anos a equiparação de salários e premiações, também comemorou o acordo. "Quando nós vencemos, todo mundo vence!", postou no Twitter.

Os sindicatos feminino e masculino de futebol já fizeram sessões de negociação conjuntas com a federação, mas para que o acordo seja cumprido pela entidade, os homens provavelmente terão que dividir ou ceder parte de seus possíveis ganhos com pagamentos feitos pela Fifa relacionados à Copa do Mundo, por exemplo.

O Mundial masculino movimenta uma quantidade significativamente maior de dinheiro do que a disputa feminina. Na última edição da Copa feminina, em 2019, vencida pelas norte-americanas na França, a Fifa distribuiu US$ 30 milhões (R$ 152 milhões na cotação atual) entre as 24 seleções. Já na última edição masculina da competição, em 2018, na Rússia, o bolo dividido pela entidade entre as 32 seleções foi de US$ 400 milhões (R$ 2 bilhões).

O imbróglio entre jogadoras da seleção dos EUA e a federação começou em 2016, quando cinco atletas da equipe nacional apresentaram uma queixa formal às autoridades americanas na qual acusavam a US Soccer de discriminação salarial contra mulheres.

Formado pela dupla de capitãs Carli Lloyd e Becky Sauerbrunn, além da goleira Hope Solo, da meia-atacante Megan Rapinoe e da atacante Alex Morgan, o grupo levou o caso à Comissão de Oportunidades de Trabalho Equalitárias, agência federal responsável por garantir o cumprimento de leis contra discriminação no ambiente de trabalho.

Sem qualquer ação da US Soccer para equiparar os salários, as atletas decidiram processar a entidade em março de 2019, três meses antes da Copa do Mundo. O processo foi aberto no tribunal federal de primeira instância em Los Angeles, e as 28 jogadoras participantes acusaram a federação de "discriminação de gênero institucionalizada".

Elas solicitaram que o processo fosse classificado como ação coletiva e que a ação representasse qualquer futebolista que tenha defendido a seleção dos EUA de 4 de fevereiro de 2015 em diante.

Em maio de 2020, recém-campeãs do mundo, as norte-americanas tiveram suas reivindicações rejeitadas pela Justiça. O juiz R. Gary Klausner aceitou a defesa da US Soccer e descartou a argumentação das jogadoras de que eram sistematicamente mal pagas em comparação com a equipe masculina. Klausner, porém, manteve as alegações das atletas sobre questões como viagens e a composição de um estafe que atendesse às necessidades da equipe feminina, e em dezembro do mesmo ano as partes chegaram a um acordo para a melhoria das condições de trabalho.

Nesta terça, seis anos após o início da batalha legal, a seleção de futebol feminino dos EUA conseguiu sua vitória mais significativa no processo, com o pagamento dos US$ 24 milhões e a garantia da igualdade salarial entre as equipes que representam o país.

É uma vitória monumental para nós e para as mulheres. O que pretendíamos era o reconhecimento de que havia discriminação e recebemos isso por meio do pagamento firmado no acordo

Alex Morgan
atacante

Jogadoras da seleção feminina de futebol dos EUA comemoram gol em amistoso com a Coreia do Sul USA Today Sports - 16.out.21/Reuters

Athletico e Palmeiras se enfrentam por taça inédita da Recopa Sul-Americana

ATHLETICO
PALMEIRAS
21h30, na Arena da Baixada
Na TV: Conmebol TV

SÃO PAULO Athletico e Palmeiras se acostumaram a decidir títulos nas últimas temporadas. Agora, enfim, vão se ver juntos em uma final.

As duas equipes começarão nesta quarta-feira (23) a brigar pela conquista da Recopa Sul-Americana. O confronto entre o vencedor da Copa Sul-Americana, o time rubro-negro, e o campeão da Copa Libertadores, o alviverde, terá início na Arena da Baixada, em Curitiba.

O embate será concluído na quarta-feira seguinte (2), no Allianz Parque. Em São Paulo, seja qual for o resultado, o troféu terá um dono inédito.

O Palmeiras foi derrotado em sua única tentativa de erguê-lo. No ano passado, depois de ter vencido o Defensa y Justicia na Argentina por 2 a 1, tomou 2 a 1 no Brasil e levou a pior nos pênaltis.

Em 1999, quando ganhou a Libertadores pela primeira vez, a formação paulistana não teve a chance de disputar a Recopa. A competição teve um hiato entre 1999 e 2002.

O Athletico também vai para a sua segunda investida pela taça. Em 2019, venceu o River Plate por 1 a 0 em casa, mas foi dominado na Argentina e perdeu por 3 a 0.

Desta vez, a disputa é entre brasileiros, algo que ocorreu três vezes na história. O São Paulo foi bicampeão em 1993 e 1994, superando Cruzeiro e Botafogo. Em 2013, foi batido pelo rival Corinthians.

Para buscar a taça que seus principais rivais já levantaram, o Palmeiras terá de superar desfalques. Na defesa, Luan, machucado, e Gustavo Gómez, com Covid-19, deverão ser substituídos por Murilo e Kuscevic. Também está fora o meia Gustavo Scarpa, outro lesionado, que deverá dar lugar a Jailson.

Derrotada no Mundial, a equipe espera melhor resultado em sua segunda decisão no ano. Já o Athletico ainda tenta entrar no ritmo da temporada e fará apenas sua terceira partida com o time considerado titular em 2022.

O técnico Alberto Valentim, velho conhecido dos palmeirenses, poderá promover a entrada de David Terans no meio de campo, na vaga que vinha sendo ocupada por Davi Araújo. Terans estava aprimorando a forma física.

Brasil empata e se despede do Torneio da França sem vitória

BRASIL 0
FINLÂNDIA 0

SÃO PAULO A seleção brasileira feminina repetiu nesta terça (22) seu fraco desempenho ofensivo das partidas anteriores e empatou em 0 a 0 com a Finlândia. A partida foi válida pela terceira e última rodada do Torneio da França, em Caen. O Brasil entrou em campo já sem chances de título.

Apesar de dominar o jogo pelos 90 minutos, a equipe criou pouco. Após três jogos, o Brasil se despediu do torneio e com apenas dois gols marcados —ambos de Marta, em cobranças de pênaltis.

O time comandado pela sueca Pia Sundhage já havia empatado com a Holanda (1 a 1) e perdido para a França (2 a 1). Foi uma campanha parecida com a anterior, em 2020. Há dois anos, o Brasil também anotou apenas duas vezes.

O saldo desta terça foi também a preocupação com a meia Duda. Ela deixou a partida no primeiro tempo, após trombar com uma adversária. Nemi Sabeh, médico da seleção, informou que ela sofreu um trauma em um músculo no abdome e foi levada para exames em um hospital.

O jogo ainda não terminou

A ótima partida entre Atlético e Flamengo continua em minha imaginação

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O futebol, a cada semana, me impressiona pela diversidade, pelas variações técnicas e táticas, pela riqueza de detalhes, pelos imprevistos, pela intensidade e pela emoção. Não há verdades definitivas nem uma única lógica, pois muitas se cruzam e se complementam.

A ótima partida entre Atlético e Flamengo, sem tumultos, equilibrada, ainda não terminou. Continua em minha imaginação. Foi muito boa, mas houve também deficiências.

Como é habitual no futebol brasileiro, faltaram às duas equipes pressão para recuperar a bola e houve muita distância entre os setores.

O meio-campo avançava, e os zagueiros continuavam lá atrás. Assim, o Atlético trocou passes livremente, de uma intermediária à outra, para Arana finalizar de fora da área, com os zagueiros colados à grande área. No gol de Bruno Henrique, o Flamengo saiu com a bola do próprio campo, trocando passes, até fazer o gol de dentro da área adversária, com os zagueiros muito recuados.

A incerteza, antes da cobrança de cada um dos 24 pênaltis, que poderiam gerar 24 histórias diferentes, é uma síntese da pluralidade técnica e emocional de um jogo de futebol.

Existe um chavão, que deve ser do início do futebol, há quase 150 anos, e que continua atual, que cada jogo tem sua história.

O PSG, que massacrou o Real Madrid, foi acuado pelo Manchester City nos dois jogos da fase de grupos da Liga dos Campeões da Europa. O time francês, depois de atuar muito bem e ganhar do Real, jogou muito mal e perdeu para o Nantes, pelo Campeonato Francês. Já o Real, que tinha jogado muito mal e perdido para o PSG, teve uma ótima atuação na vitória sobre o Levante.

Mesmo as grandes equipes, com exceção de Manchester City e Liverpool, que jogam sempre pressionando o adversário, alternam a estratégia de marcar mais adiantado e mais recuado. Flamengo e Atlético fizeram também o mesmo. City e Liverpool sabem dos riscos de levar contra-ataques. Assim, o Tottenham ganhou do Manchester City, que não perdia havia quatro meses, no contra-ataque, graças ao talento de Harry Kane. Como é bom ver centroavantes como Kane e Benzema, que, além de marcarem muitos gols, se movimentam, articulam jogadas e dão excelentes passes para gols.

As equipes, em todo o mundo, alternam boas e más atuações. O São Paulo, que estava sendo muito criticado por cruzar 60 bolas para a área e não fazer um gol, marcou três contra o Santos, que deixava enormes espaços na defesa.

Rogério Ceni justificou, com certa razão, que, contra times pequenos que marcam muito atrás, a equipe acaba cruzando demais a bola na área, como fazem também os grandes times do mundo. É verdade, mas os cruzamentos do São Paulo, que partem da intermediária, são muito mais frequentes. Os grandes times europeus, contra defesas fechadas, usam muito as triangulações pelos lados e cruzamentos da linha de fundo, pelo chão e pelo alto. As estatísticas não mostram essa diferença.

O São Paulo melhorou quando entrou o jovem meio-campista Rodrigo Nestor no lugar do meia-atacante Igor Gomes. O time tinha um no meio-campo e cinco no ataque. Com Nestor, ficou mais bem dividido. Muitas pessoas que trabalham no futebol ainda não conseguem separar meia-atacantes, meias de ligação e meio-campistas. Colocam todos no mesmo saco.

O futebol é um jogo de planejamento e de imprevistos, construído e inventado. A ciência é fundamental, mas a tentativa de explicar tudo o que acontece é uma ilusão. A bola entra também por acaso.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | TER. Renata Mendonça | QUA. Tostão | **QUI. Juca Kfouri** | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro

A pergunta de US$ 1 milhão

Hipótese de Riemann alimentou dúzias de teoremas 'provisórios'

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Semana passada, tratei de dois problemas matemáticos famosos não resolvidos: 1. Conjectura dos primos gêmeos e 2. Conjectura de Goldbach. Hoje discuto mais dois, muito diferentes. O primeiro é quase uma brincadeira (extremamente desafiadora!). O segundo é considerado o mais importante de todos, por suas inúmeras consequências.

3. A Conjectura de Collatz é bem fácil de explicar. Considere um inteiro positivo N. Se N for par, substitua por N/2; se for ímpar, substitua por 3xN+1. Repita sucessivamente. Por exemplo, N=14 é substituído por 14/2=7, que é substituído por 3x7+1=22, que é substituído por 22/2=11, e assim por diante.

O alemão Lothar Colatz propôs este procedimento em 1937, afirmando que sempre acaba chegando ao número 1, qualquer que seja o N inicial. A simplicidade do enunciado é enganadora. O especialista húngaro Paul Erdös alertou que "a matemática pode não estar pronta para este tipo de problemas". E ofereceu US$ 500 pela solução.

Computacionalmente, sabemos que vale para todos os números até vinte dígitos. Em 1976, Riho Terras provou que para "quase todo" N a sequência acaba tomando valores inferiores ao N inicial. Isso foi melhorado por Terence Tao em 2019. É encorajador, mas para provar a conjectura serão necessárias novas ideias.

4. Hipótese de Riemann. Em 1859, Bernhard Riemann escreveu uma certa fórmula □(x), chamada função zeta. Ela já aparecera em trabalhos de Euler de 1740, mas Riemann estendeu a definição para os números x complexos, e mostrou que essa função nos diz muita coisa sobre os números primos.

Uma questão crucial era quais são os zeros, ou seja, os valores de x tais que □(x)=0. À parte os pares negativos -2, -4, -6 etc., Riemann sabia que existem muitos outros zeros, e acreditava que todos têm parte real igual a 1/2. Não sendo capaz de provar, aceitou esse fato como hipótese, deduzindo vários resultados a partir dele. Muitos matemáticos fizeram o mesmo desde então, resultando em dúzias de teoremas "provisórios", cuja validade depende de que alguém prove a hipótese.

Por isso, esse problema aparece em todas as listagens de problemas matemáticos, desde a famosa lista de Hilbert no Congresso Internacional de Matemáticos de 1900, até os 7 problemas do Milênio, distinguidos pelo Instituto Clay com prêmios de US$ 1 milhão. Hilbert disse: "Se eu despertasse depois de ter dormido durante mil anos, a minha primeira pergunta seria: a hipótese de Riemann foi provada?"

EU FALEI FARAÓ, Ê, FARAÓ

Duas vezes ao ano o sol ilumina o interior do templo de Ramses 2, nas datas do aniversário e da coroação do faraó, segundo arqueólogos Mohamed Asad/AFP

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
23.fev.1922

Trecho eletrificado de via férrea é inaugurado entre Jundiaí e Valinhos

A Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais acaba de inaugurar o primeiro trecho eletrificado das suas linhas de ferrovia, em uma extensão de 31 quilômetros, entre Jundiaí e Valinhos, no interior de São Paulo.

Há 16 locomotivas, sendo 12 fornecidas pela General Electric e quatro pela Westinghouse. Desse total, dez são trens de cargas e seis, de passageiros.

Segundo os estudos realizados, a Companhia Paulista espera fazer uma economia de 63,3%.

A eletrificação inicial abrangerá a linha tronco entre Jundiaí e Campinas, suscetível a ser ampliada até São Carlos.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

BABEL PAULISTANA

Flávia Mantovani

folha.com/babelpaulistana

Curso de idiomas com professores refugiados abre turmas de espanhol e francês

O curso de idiomas 'Nós, o mundo', negócio social com professores refugiados, está com matrículas abertas para as turmas de 2022.

O projeto, criado há seis anos pela organização sem fins lucrativos Instituto Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), permite aprender francês com um professor do Togo ou de Camarões e espanhol com um venezuelano, colombiano ou cubano, por exemplo.

A ideia é reunir o conhecimento linguístico de refugiados que vivem no Brasil à troca cultural que sua experiência de vida pode proporcionar.

Atualmente, há 50 professores cadastrados de três idiomas (espanhol, francês e inglês). Neste ano, haverá turmas de francês (presenciais e online) e espanhol (online).

Para dar aulas, os refugiados recebem treinamentos e capacitações em uma metodologia própria.

Segundo o instituto, o valor cobrado pelas aulas se destina a um pagamento justo para os professores e à manutenção de outros projetos do instituto, que há 12 anos auxilia refugiados na cidade de São Paulo.

A escola de idiomas recebeu duas vezes o Selo de Direitos Humanos e Diversidade da Prefeitura Municipal de São Paulo e, no ano passado, foi indicado ao Prêmio Ecoa, na categoria 'Iniciativas que inspiram'.

As inscrições vão até 5 de março no site nosomundo.org.br, e as aulas começam no dia 14.

Professora de francês Adrienne, de Camarões, ensina na escola Nós, o Mundo Divulgação/Antonia Souza

VOCÊ VIU?

Neozelandesa faz três gols em um jogo — todos contra. Feito, chamado hat-trick, não é visto todos os dias, e o futebolista que o executa costuma levar a bola do jogo para casa. Meikayla Moore, zagueira neozelandesa do Liverpool, fez os pontos em um jogo dos EUA contra a Nova Zelândia, no domingo (20), na SheBelieves Cup, em Carson, na Califórnia. Ela marcou os três primeiros gols dos EUA na goleada por 5 a 0, ou seja, fez mais gols na sua companheira Erin Nayler, a goleira, que as adversárias. E tudo isso em um intervalo de 31 minutos do primeiro tempo. Os dois primeiros ocorreram em ataques consecutivos, em um espaço de apenas um minuto e 21 segundos. Moore marcou de pé direito aos 4min10s, ao tentar desviar para escanteio, e de cabeça aos 5min31s, quando a bola bateu em seu rosto sem que ela esperasse. Faltava o gol com o pé esquerdo... E ele saiu, aos 35min10s, em novo erro técnico da camisa 5. Ela nem terminou o primeiro tempo e foi substituída aos 40 minutos.

Viva o povo brasileiro

Mostras de Alfredo Volpi e Abdias do Nascimento em centenário da Semana de 1922 espelham o Brasil

'Fachada com Bandeiras', de Volpi
Divulgação

ilust

Carolina Moraes

SÃO PAULO O italiano Alfredo Volpi e o brasileiro Abdias do Nascimento evocaram em suas pinturas, cada um à sua maneira, ideias do que é e do que pode ser o Brasil. Representações atípicas de Jesus, Maria e anjos de pele negra, bandeirinhas e fachadas repetidas à exaustão, além de orixás e símbolos africanos, constroem esses universos.

Nas comemorações do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 e do bicentenário da independência do Brasil, que agitam as discussões em torno de como as artes visuais construíram uma ideia de brasilidade, as mostras de cada um desses pintores que começam nesta semana no Masp, em São Paulo, apresentam duas facetas que arejam esse debate.

A exposição "Volpi Popular" se volta para as referências da cultura popular brasileira no corpo de trabalho do artista —mesma proposta que a instituição já havia explorado com as obras de Candido Portinari e Tarsila do Amaral.

"Volpi é um artista em que a referência do popular é evidente. No imaginário popular ele é marcado pelas bandeirinhas, pelas fachadas", afirma Tomás Toledo, que organiza as duas mostras. "Mas o que nos interessava nessa mostra era sair um pouco desse lugar-comum e pensar o elo do Volpi com o popular de uma forma mais abrangente."

Por isso, a exposição apresenta uma seleção de pinturas religiosas, como representações de são Jorge e santa Rita de Cássia, logo de cara. Ainda que distantes das bandeirinhas que chegam ao final da mostra, as pinturas já evocam uma paleta rebaixada e um pensamento de planificação das obras.

"Volpi faz uma mistura bastante particular com referências da história da arte, de pinturas renascentistas que ele aprendeu observando como um autodidata, e absorveu também do modernismo essa vontade construtiva, geometrizada", afirma Toledo.

O artista radicado no Brasil, aliás, nunca participou de nenhum movimento artístico, muito menos dos formados pela elite paulistana. Mesmo tendo circulado pelo meio da arte, de ser próximo de críticos e curadores e de participar da Bienal de São Paulo, Volpi andou sempre à margem, diz Toledo.

"Pareceu importante mostrar que outros artistas que não estavam exatamente na Semana de 22 também participaram no desenvolvimento do modernismo em São Paulo e vinham de origem operária, vinham de origem autodidata. Ele era um homem branco europeu, mas que tinha uma socialização distinta dos outros homens brancos europeus", afirma ele.

Algumas dessas diferenças são as passagens por Mogi das Cruzes e Itanhaém, no litoral paulista, onde ele tinha contato com artistas considerados populares e vivia mais isolado do eixo Rio-São Paulo.

De um ponto de vista formal, Toledo lembra que tanto Volpi quanto Abdias do Nascimento têm um caminho similar quando flertam com a abstração e não perdem o referencial da figuração.

Enquanto o italiano se distancia das figuras humanas e arregimenta campos de cores gastas, próprios da fatura da têmpera, com as fachadas e bandeiras, o intelectual brasileiro se aproxima de uma abstração geométrica com símbolos que compõem a religiosidade de matriz africana.

Antes de começar a pintar em 1968, Nascimento idealizou em 1950 o Museu de Arte Negra, coleção que agora é exposta no Instituto Inhotim, em Minas Gerais, para debater a estética da negritude, um conceito abordado pelo Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, no mesmo ano.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PRÓXIMO PLANO

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirma que já está conversando com laboratórios estrangeiros para a eventual aquisição de medicamentos contra a Covid-19 que se mostraram eficazes e já estão sendo adotados em outros países. Entre eles estão o Paxlovid, da Pfizer, e o Monulpiravir, da Merck Sharp & Dome.

LONGA ESTRADA Ainda há, no entanto, pedras para serem retiradas do caminho. Além da aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ele afirma que provavelmente será necessário aprovar uma lei específica que regulamente a importação das drogas —como ocorreu no caso das vacinas.

LONGA ESTRADA 2 O problema, segundo o ministro, é que as farmacêuticas, assim como no caso dos imunizantes, não se responsabilizam por efeitos colaterais dos medicamentos, e fixam em contrato que não são obrigadas a responder a ações judiciais que podem surgir por causa deles.

LONGA ESTRADA 3 "Será necessária uma nova lei ou uma medida provisória autorizando o governo federal a fazer as aquisições nestes termos", diz ele.

PARA ONTEM Com a vacinação em massa dos brasileiros, que comprovadamente evitou internações e mortes na mais recente onda de contaminações, a compra de produtos que combatem a doença de forma eficaz entrou na pauta.

PARA ONTEM 2 Médicos do comitê científico que assessora o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), por exemplo, defendem que o estado compre os remédios caso o Ministério da Saúde não consiga ser ágil na negociação.

ABSURDOS O infectologista Esper Kallás afirmou à coluna considerar "um absurdo que, depois de dois anos de pandemia, o Brasil ainda não disponibilize tratamentos eficazes aos pacientes". Ainda mais se considerarmos, segue ele, que alguns dos produtos, como o Paxlovid, chegam a ter 89% de eficácia contra internações e óbitos por Covid-19. "Não podemos mais ver pessoas morrendo. Não podemos ficar parados", diz o médico.

TOALHA O grupo do PSDB que defende que João Doria (PSDB) renuncie à pretensão de se candidatar a presidente da República segue atuante — mas sem o mesmo ânimo de alguns dias atrás.

TOALHA 2 Doria tem se mostrado resiliente às pressões, apesar da baixa pontuação nas pesquisas eleitorais, em que tem oscilado entre 2% e 4% do total de intenção de votos.

AUSENTES Uma moção de repúdio a afirmações e gestos nazistas deixou de ser votada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de SP na terça (22) por falta de quórum. A proposta foi apresentada pelo deputado Emídio de Souza (PT). Esvaziada pela ausência de parlamentares como Douglas Garcia (PTB) e Letícia Aguiar (PSL), a pauta nem sequer foi apreciada. O deputado Delegado Olim (PP), único conservador presente, disse que pediria vista.

PORTAS ABERTAS

Fotos Denise Andrade/Divulgação

A escritora e novelista Maria Adelaide Amaral **1** participou do lançamento do livro bilíngue "Tantrismo Estético Ocidental", da artista Anna Israel **2**. O evento ocorreu em São Paulo, no último sábado (19). O editor e livreiro Alexandre Martins Fontes **3** também esteve lá. Na ocasião, os convidados puderam ver uma curadoria das coleções de arte de Anna e do presidente da Fundação Bienal, José Olympio Pereira, e de sua mulher, Andréa

MEUS DIREITOS O perfil Sleeping Giants Brasil, que ganhou notoriedade por alertar empresas sobre a divulgação de publicidade em sites que reproduzem conteúdo de ódio ou mentiroso, dará início nesta quarta-feira (23) à campanha #GoogleApoiaFakeNews.

REGRAS A ação vai pedir que a gigante da tecnologia se comprometa com a preservação da ordem democrática no Brasil e adote práticas que já vigoram em outros países. Entre as demandas que serão feitas estão a disponibilização de relatórios de transparência de publicidade política e mecanismos de proteção da integridade eleitoral, em vigor nos EUA.

ATENTO Procurado, o Google diz que as eleições brasileiras sempre foram uma prioridade e que iniciou "uma série de ações e parcerias para ampliar os esforços de combate à desinformação e o apoiar os eleitores na busca por informações úteis e relevantes".

PALCO O cantor Rodrigo Amarante irá tocar no festival Coala, que ocorre nos dias 17 e 18 de setembro, em São Paulo. O ex-Los Hermanos se apresenta no segundo dia.

VERDE O Governo de SP vai ampliar o prazo para publicação do edital de concessão do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), no Vale do Ribeira, antes previsto para março. Comunidades locais pediram mais tempo de análise.

com Bianka Vieira e Manoella Smith

No alto, obras sem título de Alfredo Volpi, de 1950 e 1960; ao lado, as obras 'Xangô Sobre', de 1970, à esquerda, e 'Quarteto Ritual nº 6', de 1971, à direita, ambas de Abdias do Nascimento Acervo Ipeafro/ Divulgação

Viva o povo brasileiro

Continuação da pág. C1

Essa coleção não se restringe à reunião de obras só de artistas negros, mas inclui a ideia que "o negro e sua cultura estejam representados e exerçam influência ou desempenhem um papel inspirador", como o próprio Nascimento definiu. Volpi é um dos que estão nela, por exemplo.

"Abdias provocava artistas brancos a compreender o quanto havia de afro-brasileiro em suas produções. Essa é uma leitura possível para 'Volpi Popular', é possível questionar a força das culturas africanas na criação da estética das platibanda e dos festejos aludidos nas bandeirinhas", afirma Amanda Carneiro, também à frente da organização da mostra de Abdias do Nascimento.

A exposição "Abdias do Nascimento: Um Artista Panamefricano" estabelece uma relação direta com o termo cunhado por Lélia Gonzalez, intelectual e política próxima dele que formulou a ideia de "amefricanidade" para se referir à vivência dos negros na América Latina. Documentos apresentados na mostra também retomam a célebre candidatura dos dois intelectuais.

A intenção da exposição é também apresentar a faceta de artista visual de Nascimento, afirma Carneiro, do Masp.

"Por isso, todos os núcleos são pensados com base num trabalho ou num conceito do próprio Abdias." É o caso, por exemplo, da ideia de "quilombismo", que se materializa numa das pinturas do artista na união do tridente de Exu aos ferros de Ogum.

Ele também subverte o sentido das bandeiras americana e brasileira nos trabalhos "Okê Oxóssi" e "Xangô", ambas da década de 1970, ao incorporar referências de matriz africana, afirma a organizadora da exposição.

Há ainda na mostra uma representação de Cristo que Nascimento fez motivado pelo tema do concurso que ele mesmo realizou, o "Cristo de Cor". Djanira saiu vencedora com uma pintura em que Jesus era representado como um negro escravizado, açoitado no Pelourinho em Salvador —obra que inclusive foi exposta na mostra da artista no Masp.

"Essa dobradinha de exposições de Volpi e Abdias retoma algo que já vivemos no acervo do museu com os trabalhos de Volpi, Abdias e Rubem Valentim um ao lado do outro", conta Amanda Carneiro.

"Há um diálogo próximo entre esse três artistas em que as obras operam uma comunicação visual a partir da síntese de formas e ideias em emblemas, como as insígnias e ferramentaria de orixás, que ora flertam com a abstração geométrica ora com a figuração."

Os dois países imaginados pelo universo pictórico dos artistas, segundo Tomás Toledo, são resultado de posturas quase diametralmente opostas.

Volpi era um homem introspectivo, um artista de ateliê que tenta traduzir nas suas obras uma visão particular de mundo própria, afirma o organizador da exposição.

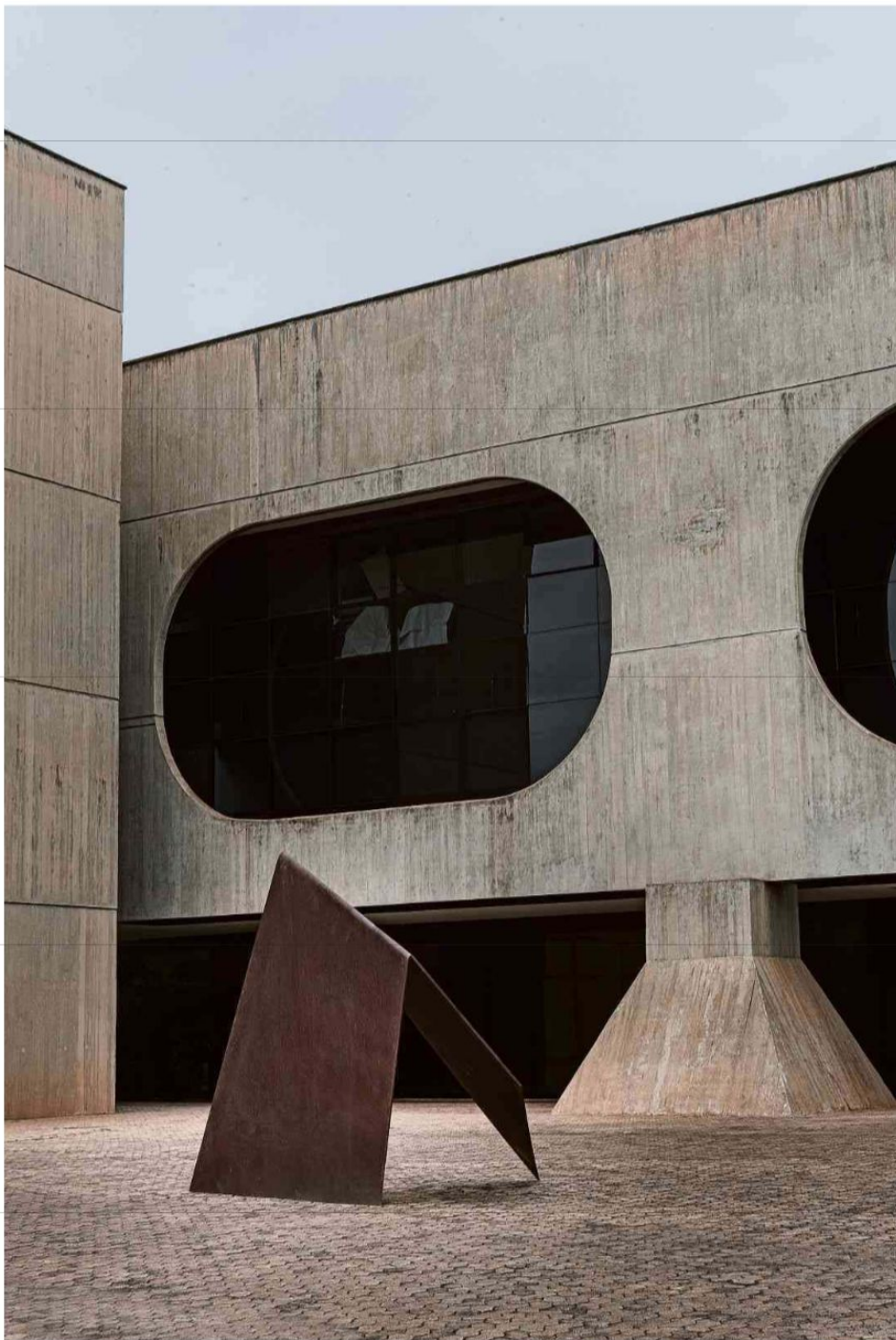
"Abdias, sem dúvida, estava fazendo uma produção em que tinha algo a ser dito, compartilhado e comungado. Era algo do todo —não havia só uma vontade de falar com o coletivo, mas criar um conteúdo de interesse coletivo e construído coletivamente."

O universo privado de Volpi, no entanto, em que tudo se apresenta de maneira irregular e em aberto nas obras, parece sintetizar em formas como a das bandeirinhas também um movimento coletivo.

Existem ali a rotina, a "reiteração insana de atividades semelhantes", uma "multiplicidade de percepções e experiências sob essa aparência de igualdade e mesmice", como definiu o crítico Rodrigo Naves num texto emblemático que está no livro "A Forma Difícil". São países, afinal, obras de muitas mãos.

'Volpi Popular' e 'Abdias do Nascimento: Um Artista Panamefricano'

Masp - av. Paulista, 1.578, São Paulo. Abertura em 25 de fevereiro. Ter., das 10h às 20h. Qua. a dom., 10h às 18h. Até 5 de junho. Ingressos a partir de R$ 25; grátis às terças

> **Abdias provocava artistas brancos a compreender o quanto havia de afro-brasileiro em suas produções. É possível questionar a força das culturas africanas na criação da estética dos festejos aludidos nas bandeirinhas**
>
> **Amanda Carneiro**
> curadora-assistente do Masp

Uma das 60 esculturas de Amilcar de Castro que agora rodeiam o prédio e ocupam os jardins do Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília Vicente de Mello

Dobras e cortes de Amilcar de Castro encontram Niemeyer na capital do país

CCBB de Brasília inaugura parque com 60 esculturas do mestre do neoconcretismo em seu jardim

Silas Martí

BRASÍLIA Depois da tempestade e do avanço dos tratores, o gramado vira um lamaçal cor de sangue. E as esculturas de aço parecem nascer do vermelho radioativo do cerrado. O arsenal de cortes e dobras de Amilcar de Castro, de portais diáfanos a monólitos indevassáveis, parece em casa ali.

Faltavam dias para a abertura ao público agora, e as chuvas que caíram sobre Brasília no fim de semana atrasaram os trabalhos. Homens corriam para montar as luzes, deitar as pedras das trilhas e dar um ar de ordem ao novo parque de esculturas instalado no quintal do Centro Cultural Banco do Brasil da capital.

São 60 obras que pesam juntas 250 toneladas trazidas em 12 carretas até o planalto central. O peso acachapante é notável, mas também a leveza. Quando, do meio do parque, avistamos o prédio do CCBB, vemos um artista emoldurar o outro, duas linguagens estéticas, de Castro e Oscar Niemeyer, que então se roçam, uma espécie de encontro que tardou muito a acontecer e vem agora depois da morte deles.

É também uma espécie de segundo round de encontros necessários, um ano depois que esculturas do artista ocuparam todos os espaços do Museu Brasileiro de Escultura e Ecologia, o MuBE, desenhado por Paulo Mendes da Rocha em São Paulo, onde talvez a secura angulosa, brutalista dos dois formasse um espetáculo estrutural mais previsível.

Mas Brasília é outra história. Amilcar de Castro é dos mais delicados e ao mesmo tempo monumentais escultores do país. Suas obras que chegam a quase 20 metros de altura e não raro exigem reforços estruturais para ficar de pé no terreno investem no maquinário pesado para fazer chapas de aço maciço parecerem folhas de papel dobrado, pousadas com leveza sobre o chão.

Oscar Niemeyer, o arquiteto de Brasília, fez do CCBB um dos poucos prédios da cidade despido da tinta branca que domina a visão da Esplanada dos Ministérios, um pavilhão abaulado de concreto aparente com rasgos para as janelas de vidro negro espelhado.

Quando construiu Brasília, Niemeyer tinha plena noção da importância da arte para arrematar a monumentalidade barroca de seus prédios. Chamou amigos, de Athos Bulcão a Bruno Giorgi e Di Cavalcanti.

Amilcar de Castro, que um ano antes da festiva inauguração da capital deu contornos visuais ao "Manifesto Neoconcreto" escrito por Ferreira Gullar no Jornal do Brasil, não era um deles, e sua presença em Brasília seria nula não fosse por uma peça ou outra levada ao Palácio do Itamaraty por diplomatas e não Niemeyer, segundo conta Marilia Panitz, organizadora do parque.

Eles falam, no entanto, a mesma língua, só que com palavras um tanto distintas. E isso fica nítido agora. Castro e Niemeyer se encontram na depuração do traço, na linha mestra que organiza e orienta todo o espaço ao redor.

Do lado oposto, a marquise do CCBB emoldura em formato panorâmico o horizonte infinito de Brasília agora marcado ali pelos topos das esculturas, totens amarronzados que poderiam ser troncos, ou rochedos de corte geométrico.

O tom dessas obras, atingido com intervenções químicas sobre o metal que aceleram o processo de oxidação, dá às esculturas um peso telúrico —Castro, aliás, mesmo trabalhando com aço gostava de chamar seu material-fetiche de ferro, mais próximo da cor do minério, da terra, do sangue. São todas formas inventadas, de extremo rigor matemático e geométrico que, no entanto, parecem se impor como parte da paisagem, pertencem serenas ao lugar que ocupam.

Há um calor que sua obra extravasa em contraste com a esterilidade do metal, o peso ameaçador de toneladas em equilíbrio. Essa obsessão em fazer da forma calculada algo em sintonia com a terra que a sustenta lembra a vontade gestual dos desenhos e telas do artista. Ainda que firmes no traço, são composições explosivas, feitas no que parecem surtos, rompantes de energia.

Ou mesmo fúria. O modernismo e depois o concretismo, construídos no afã revolucionário da indústria sinônimo de futuro que marcou as vanguardas do século passado, esbarrou, no Brasil, com o atraso tecnológico e a letargia —quando não a barbárie— política.

Os artistas alinhados às promessas do moderno vislumbravam um mundo ainda impossível por aqui. O próprio Castro foi muitas vezes refém das chapas metálicas fabricadas pelas nossas metalúrgicas, insuficientes ou inadequadas, seus desenhos mudando de acordo com a espessura da placa então disponível no mercado, uma poética de aço moldada pelas circunstâncias quase nunca muito favoráveis.

Esse atraso é um dado involuntário de Brasil que atravessa a sua obra. O mesmo poderia ser dito do triste episódio no ano passado em que um morador de rua procurou abrigo numa de suas esculturas instaladas na orla do Leblon, no Rio de Janeiro, mais um sintoma da calamidade do Brasil atual, de Bolsonaro e pandemia.

O caos, aliás, também está na origem da nova mostra. As peças agora em Brasília todas vieram da coleção de um dos maiores mecenas do artista. Estavam espalhadas pela cidadezinha mineira de Dom Silvério, mantidas pelo próprio colecionador, Márcio Teixeira, morto no ano passado, e quase foram destruídas pela água nas enchentes que arrasaram Minas Gerais neste verão trágico.

Na contramão do caos, há dados de esperança na obra de Castro que se revelam com grande potência em Brasília. A vontade vertical de suas peças que quase sempre apontam o céu é um deles. Outro está no conjunto de esculturas menores, blocos sólidos de aço retalhados com finos cortes que deixam passar relâmpagos de luz solar pelas frestas.

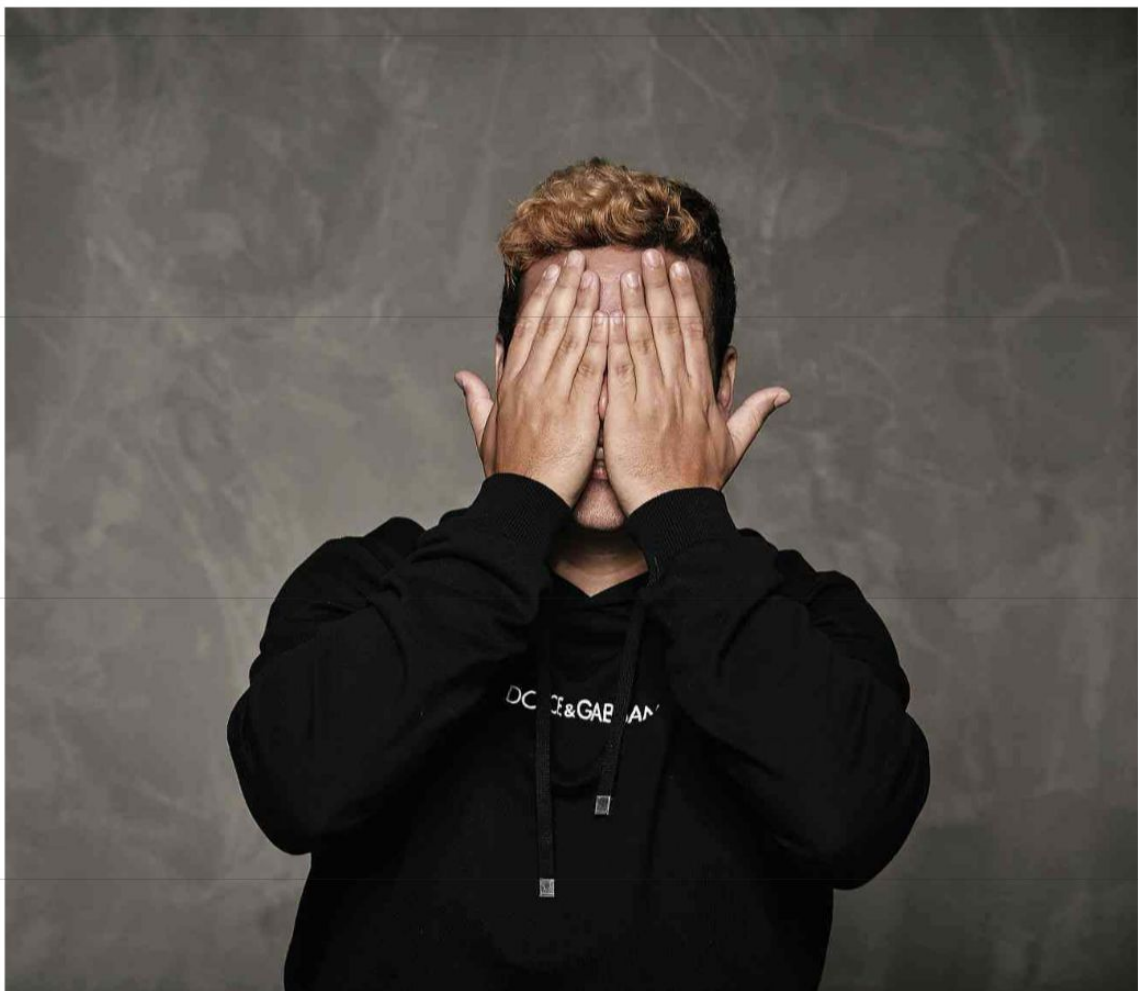
Lado a lado, os grandes portais fincados na entrada do parque parecem se abrir em sequência, uma porta mais fechada, uma entreaberta e outra escancarada, como fotogramas de um filme que sugere algum respiro e abertura.

O jornalista viajou a convite do Centro Cultural Banco do Brasil

Amilcar de Castro

Centro Cultural Banco do Brasil - SCES, Trecho 2, Brasília. Ter. a dom., 9h às 21h. Até fevereiro de 2024. Ingressos em eventim.com.br

Luccas Neto prefere ser um isentão a desagradar

Um dos maiores youtubers de conteúdo infantil do mundo, ele quer distância de passado polêmico e processos judiciais

Lucas Netto em ensaio institucional de divulgação de seus mais de 150 produtos à venda, de filmes a mochilas infantis Guto Costa/Divulgação

Pedro Martins

RIBEIRÃO PRETO Dono do maior canal do mundo de conteúdo infantil no YouTube, Luccas Neto tem uma carreira atravessada por polêmicas. Elas vão de batalhas travadas na Justiça contra nomes de peso da internet, como a ex-BBB Viih Tube, a enxurradas de críticas de pais, mães, professores e, mais recentemente, até de famílias portuguesas, que acusam o influenciador de abrasileirar suas crianças.

É que, seguindo os passos de seu irmão, Felipe Neto, Luccas começou sua carreira na internet como "hater" —termo importado do inglês para batizar quem se dedica a criticar algo ou alguém no mundo virtual sem muitos escrúpulos. Seu primeiro canal, hoje extinto, era chamado Hater Sincero.

Foi nele que Luccas Neto chamou crianças que admiravam youtubers de "retardadas e burras" e Viih Tube de "mão de pica" por dizer ter visto um vídeo da youtuber acariciando intimamente seu namorado, o que rendeu à jovem uma indenização de R$ 40 mil após um processo que correu na Justiça entre 2016 e 2020.

Mas isso tudo são águas passadas, numa prova de que, no morde e assopra da internet, nenhum cancelamento parece ser eterno. Alguns, como o da mesma youtuber que processou Luccas, pode até ser monetizado —criticada por ter cuspido na boca de um gato e ter sido estrategista demais no "BBB", ela lançou um livro sobre o assunto, o "Cancelada".

Foi então que, desde que passou a criar conteúdo para os baixinhos, há sete anos, Luccas tem trabalhado para "ter uma plataforma segura para as crianças" e "ajudar os pais a educarem seus filhos".

Para conquistar a confiança dos pais, o influenciador diz que precisou apagar quase uma centena de publicações que acumulavam nada menos do que 4 bilhões de visualizações, o que fez diminuir a renda que ele obtinha a partir de anúncios publicitários exibidos antes e durante os vídeos.

Não eram publicações feitas no Hater Sincero, mas já em seu canal infantil, com títulos como "Comprei R$ 500 de Brinquedos nos Estados Unidos" ou "Misturei Todos os Chicletes e Provei" e suas variações com chocolate —entre elas, o vídeo mais marcante de sua carreira, em que ele enchia uma banheira de porcelana com 80 litros de Nutella.

Este conteúdo, Luccas diz, foi considerado prejudicial para as crianças pelos professores, psicólogos e psicopedagogos que ele contratou quando criou seu estúdio, que hoje emprega, num prédio de 2.000 metros quadrados no Rio de Janeiro, 150 pessoas, entre roteiristas, cinegrafistas, atores e os demais profissionais envolvidos no trabalho.

Era prejudicial, Luccas afirma, porque ele dizia nos vídeos "muita coisa no imperativo" —isto é, levava as crianças a quererem repetir em casa seus passos. "Quando comecei a contratar especialistas em educação infantil, fizemos uma limpa no canal e deixamos só o que era saudável para as crianças", ele conta. "Comecei a estudar sobre leis de publicidade infantil e era [errado] pelas palavras que eu usava, pela forma que eu falava, por incentivar o consumismo, o que não combina com o que eu quero hoje."

A partir de então, os vídeos passaram a não mais retratar Luccas segurando uma câmera e comprando comida e brinquedo a torto e a direito, mas viraram esquetes que, a certa distância geracional, lembram as histórias que eram produzidas pela TV Cultura nas décadas passadas. São mudanças que ele considera naturais.

"Quando começou a televisão, era tudo liberado, [até que] foram vendo quão prejudicial certas coisas eram para as crianças. Com a internet, está sendo a mesma coisa. Mas os pais têm que observar tudo o que as crianças consomem, porque elas podem sair de um vídeo meu e ir para qualquer outro lugar no mundo da internet", diz.

Não que ele não venda brinquedos. Pelo contrário. Hoje, existem 150 produtos inspirados em Luccas Neto e seus personagens, como Gi, a Giovanna Alparone, uma atriz de 12 anos vista em quase todos os vídeos do canal. Há, ainda, três marcas a serem exploradas —"Os Aventureiros", "Escola Fantástica" e "Príncipe Lu".

É que a preocupação vai além de não incomodar os pais. Se um dia o YouTube não for mais suficientemente rentável, ele afirma, os vídeos não poderão entrar noutras plataformas de streaming como a Netflix se forem uma vitrine sem fim de produtos.

"Por enquanto, não [pretendo sair do YouTube], mas é uma coisa em que penso todos os dias", diz. "Tenho que estar sempre com uma pulga atrás da orelha. O YouTube cortou em 70% a monetização dos canais de vídeos infantis."

Com isso, a plataforma de vídeos, que hoje representa 15% do lucro da empresa, virou "uma vitrine" para lançar outros negócios, nas palavras do influenciador. E eles não são poucos. Até o momento, Luccas Neto lançou 13 filmes, boa parte deles para a Netflix, e tem outro em produção, agora para os cinemas, pela Warner Brothers. São histórias protagonizadas pelos mesmos personagens que povoam seus livros, como "Luccas e Gi em o Belo Dorminhoco", que acaba de chegar às livrarias.

Há, ainda, turnês atrás de turnês. Também com esquetes e gincanas interativas, seus shows venderam em 2019 cerca de 300 mil ingressos por 40 cidades do país. Agora em cartaz no Espaço das Américas, em São Paulo, eles também fizeram sucesso em Portugal no ano passado, com ingressos esgotados em quase todas as sessões, ao mesmo tempo em que alguns pais diziam aos jornais estarem "preocupados" ao ouvirem de seus pequenos um "oi, beleza?" ou verbos conjugados no gerúndio em vez da construção habitual no infinitivo.

"Nunca tinha escutado reclamação. Foi na internet, com poucas pessoas, só que, como virou meme, começou a viralizar e acabou criando uma rixa", diz Luccas, ele próprio com ascendência portuguesa. "Mas é aquilo. A gente é uma empresa e quer ficar bem com todo mundo. Se isso incomoda, vamos trabalhar para resolver. Começamos a pensar em dublar [os vídeos] em português de Portugal, porque queremos agradar ao máximo de pessoas possíveis."

A estratégia de evitar desagradar aos pais também atravessa sua persona pública. Apesar de vez ou outra abordar temas polêmicos nos vídeos, como abuso sexual, ensinando as crianças de maneira lúdica a como evitar a agressão, Luccas Neto não fala, por exemplo, de política ou do irmão, Felipe, que, por criticar o governo Bolsonaro diariamente, diz que precisou tirar sua mãe do país para preservar a sua segurança.

"Tem assuntos, [como diversidade sexual], que ainda não sabemos como passar para a criança, mas já estamos trabalhando nisso", ele diz. "Em breve, acredito que a gente consiga chegar nisso. Mas requer tempo e investimento. Não vejo problema nenhum nesse tipo de assunto. Só acho que tem que tocar da melhor forma possível, e talvez a gente não esteja preparado."

> “O YouTube é privado. Eles podem fazer o que quiserem, então tenho que estar sempre com uma pulga atrás da orelha. O YouTube cortou recentemente em 70% a monetização dos canais que produzem vídeos infantis. Mas eu preparei a empresa para isso. Eu levo o YouTube como uma plataforma de divulgação, uma vitrine para lançar as nossas novidades. O YouTube hoje representa 15% da receita geral da empresa, porque comecei a pensar em show, filme, games, licenciamentos
>
> **Luccas Neto**
> youtuber

Luccas e Gi em O Belo Dorminhoco

Autor: Lucas Netto. Ed.: Ediouro. R$ 39,90 (32 págs.)

Luccas Neto e a Escola dos Aventureiros - O Musical

Espaço das Américas - r. Tagipuru, 795, São Paulo. Sáb. (26) e dom. (27) às 13h. De R$ 100 a R$ 300. Livre

Best-seller, 'Tudo É Rio' jorrou da família partida de Carla Madeira

Estreia literária ficou atrás apenas de 'Torto Arado' em 2021 e, com o novo 'Véspera', somou quase 80 mil cópias

Walter Porto

SÃO PAULO Foram mais de 15 anos entre as primeiras palavras que Carla Madeira escreveu para "Tudo É Rio" e o seu lançamento. Não foi um desenrolar contínuo, mas interrompido quando a autora se viu paralisada por uma cena brutal de violência de gênero que se revelaria inescapável para o enredo. Sentiu que "não tinha recursos para seguir adiante".

"Eu não tinha a pretensão de escrever um livro, estava experimentando uma linguagem, disponível para ouvir uma prosódia que se formava na minha cabeça", conta a mineira de 57 anos. "Não sabia sair daquilo que eu mesma tinha proposto."

Uma década e meia depois, seu casamento e seu livro terminaram juntos, no que a autora vê como o fechamento de dois arcos. Pegou aquela história de novo pelo cabresto, partindo do mesmo ponto que a havia perturbado, e concluiu tudo em oito meses, num "jorro visceral escrito na mesma ordem que o leitor lê".

O percurso teve destino triunfal. "Tudo É Rio", sua estreia literária, teve excepcionais 67 mil cópias vendidas desde que a Record comprou seus direitos e bancou o relançamento, há um ano. No cômputo das ficções nacionais em 2021, ficou atrás só do "Torto Arado" de Itamar Vieira Junior.

Mas o romance já era um sucesso. Foi publicado em 2014 pela Quixote, editora independente de Minas Gerais com quem a escritora tinha uma relação próxima, em tiragem inicial de 700 cópias. Só ali teve seis edições, com mais de 10 mil exemplares circulando.

Madeira culpa a acolhida carinhosa de leitores, que alavancaram a fronteiras cada vez maiores essa narrativa tão íntima. "Tudo É Rio" entrelaça a história de Dalva e Venâncio, um casal destroçado pela morte violenta do filho, e a de Lucy, que desde a adolescência sentia uma vocação irrefreada para a prostituição.

O potencial foi percebido pela Record, que engrossou uma distribuição que hoje se vê com clareza que estava represada. Não só ampliou a capilaridade daquele romance como bancou a publicação do seguinte, "Véspera", lançado há quatro meses e já com 12 mil exemplares vendidos.

O novo livro, que gira em torno de dois gêmeos amaldiçoados com os nomes de Caim e Abel, avança numa questão que atormenta toda a obra da escritora. "Como se chega ao extremo?" E a resposta costuma ter a ver com a família.

"A matriz de tantos desencontros e de tanta violência sempre me parece estar em famílias adoecidas, com verdades muito rígidas sobre questões religiosas e de gênero."

Quinta entre os seis filhos de um matemático e uma mãe que mal completou o primeiro grau —mas que a muniu com sensibilidade para música e poesia—, Madeira cursou mais de dois anos de matemática pura na universidade.

Com um vazio no peito, quis trocar para a área da comunicação. Formada, fundou com duas amigas uma agência de publicidade hoje com 35 anos de estrada, onde ainda ocupa o cargo de diretora de criação. Pontos de partida e chegada incomuns colaboraram para que seus livros oferecessem visões frescas sobre temas como sexualidade e religião.

As cenas mais lascivas de Lucy em "Tudo É Rio" não se furtam ao explícito e não escondem a intenção de provocar desejo. Sobre isso, Madeira lembra um trecho de seu livro do meio, "A Natureza da Mordida", também da Quixote, que afirma que "sexo não é opcional para a humanidade".

"Queria tratar a sexualidade de forma escancarada com Lucy, sem procurar palavrinhas como pepeca", argumenta. "Eu gosto que as palavras possam ser ditas. Se estou fazendo uma cena de sexo, não preciso apagar a luz e desfocar a câmera, como numa novela. Posso levar o leitor junto."

Igualmente sensível é sua abordagem da religiosidade, mais interessada em crenças populares que em acatar dogmas —o carismático personagem de Padre Tadeu, em "Véspera", parece ter como principal função subverter tudo o que se espera de um padre.

Madeira lembra que uma de suas inspirações para a história trágica dos irmãos foi uma frase do argentino Jorge Luis Borges. "Houve pela primeira vez a morte. Já não me lembro se foi Abel ou Caim."

"Na verdade, não importa", completa ela. "Nós vamos ocupando o lugar de quem morre e de quem mata a vida inteira."

Tudo É Rio
Autora: Carla Madeira. Ed.: Record. R$ 54,90 (210 págs.); R$ 34,90 (ebook)

Véspera
Autora: Carla Madeira. Ed.: Record. R$ 54,90 (280 págs.); R$ 34,90 (ebook)

A autora mineira Carla Madeira, responsável pelo best-seller 'Tudo É Rio' Douglas Magno

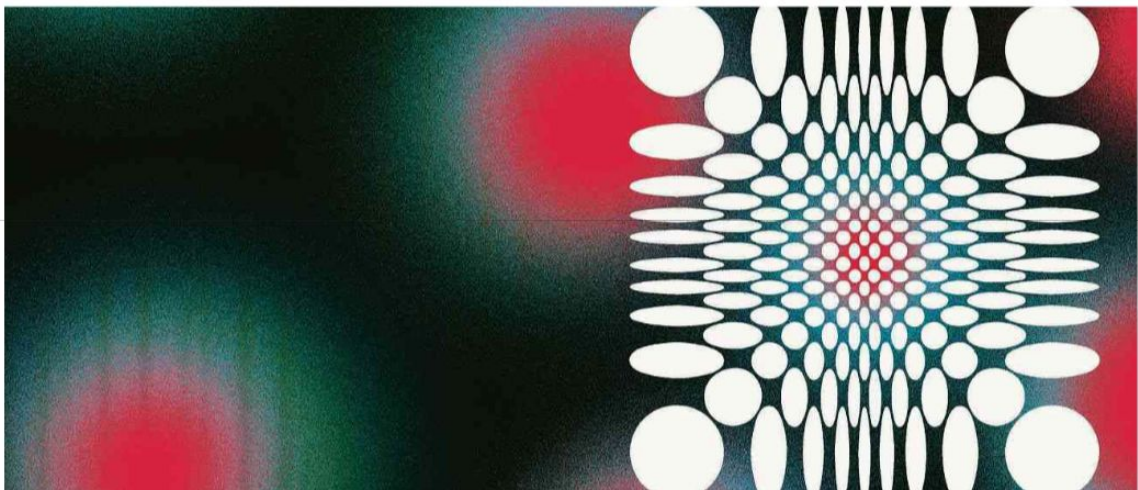



Ilustração de Giovanna Cianelli para a capa do livro 'Visão Noturna', de Tobias Carvalho, publicada pela Todavia Giovanna Cianelli/Reprodução

'Visão Noturna' desfia trama dos sonhos em contos irregulares

LIVROS
Visão Noturna
★★★☆☆
Autor: Tobias Carvalho. Ed.: Todavia. R$ 54,90 (112 págs.); R$ 34,90 (ebook)

Luís Augusto Fischer
Professor de literatura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor de 'Literatura Brasileira - Modos de Usar' (L&PM) e 'Duas Formações, Uma História' (Arquipélago)

"E quando finalmente parecia que tudo iria se encaixar [...], a história continuava indo em direção ao passado, ou então se propulsionava para um futuro [...], sem que nenhuma gaveta fosse fechada."

A frase é parte do relato sobre uma personagem contadora de histórias sonhada por outra, sonhada pelo narrador do primeiro conto de "Visão Noturna", de Tobias Carvalho. A sonhada que sonha é Matylda, nome confundido com Maja, uma polonesa com quem o sonhador-narrador, um brasileiro, vai tentar se encontrar na vida dita real.

Hábil manipulador, Tobias Carvalho faz o leitor flutuar entre os planos com destreza, praticando o que já se chamou de "mise en abyme", marca pós-moderna que se poderia chamar de abismal.

O autor não levanta bandeiras, não quer inventar moda. Só nos joga nesses abismos, mediante uma mesma questão, uma dimensão —o sonho.

Os quatro contos do livro entram e saem de sonhos, discutem, analisam, interpretam sonhos. Em certo sentido, os quatro praticam aquele mandamento de abrir sucessivas gavetas, sem se preocupar em fechar nenhuma, como trataria de fazer uma narrativa não abismal. E esse laço dá ao conjunto uma força notável.

Mas não são iguais em força imaginativa os quatro. A rigor, os dois primeiros são excelentes, ao passo que os outros dois desperdiçam a energia que mobilizam.

Verdade que os quatro contos são de leitura fluente e igualmente interessantes, porque capturam o leitor nessa sanha de ir desfiando tramas, algumas mais rarefeitas —como o primeiro conto, em que um sujeito aprende a controlar sua capacidade de sonhar e com isso aprofunda relações num mesmo universo onírico.

Os outros três têm mais chão realista, sobre o qual erguem os edifícios imateriais do sonho, assim como do desejo e da memória. O segundo mergulha num universo trágico —acidente de queimadura com crianças— e se encerra no plano da realidade das personagens.

Mas o terceiro —numa trama artificialmente complexa e relativamente anódina levada por personagens não convincentes— e o quarto —concebido segundo uma psicologia mais ou menos apelativa, em que os pontos de inflexão ocorrem mediante desvelamentos súbitos e decisões inesperadas, com personagens também frágeis— ficam bem aquém dos dois primeiros.

Gavetas podem se abrir quase indefinidamente, certo. Mas nem por isso o leitor deixa de querer o básico do relato ficcional —personagem convincente, verdade emocional, encontro de subjetividades.

Ignorância decolonial

Há algo que precisa ser dito sobre o conflito russo-ucraniano

Gregorio Duvivier
É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

Antes de mais nada: não faço a menor ideia do que está acontecendo na Ucrânia. Não tenho orgulho da minha ignorância, mas tampouco tenho vergonha dela porque sei que é recíproca. O ucraniano médio entende pouquíssimo do conflito entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando. O contato com a teoria decolonial me deu uma desculpa perfeita pra minha ignorância. OK, nunca li a "Ilíada", mas Homero tampouco conhecia Fundo de Quintal.

Tudo o que sei é que Kiev, a capital ucraniana, deve seu nome a um tipo delicioso de frango recheado com manteiga de ervas. Olha que ideia boa. Não me refiro apenas à ideia de rechear um frango com manteiga de ervas, mas também à ideia de batizar uma cidade em homenagem a um frango empanado. A iniciativa me fez lembrar os pais do diplomata Oswaldo Aranha, que deram ao filho um nome de filé com alho, tamanha a devoção pela iguaria. Queria muito ter chamado a minha filha de Leitão à Pururuca, me faltou coragem. Sorte mesmo teve a imperatriz Leopoldina, cujos pais deviam ser fãs da escola de samba de Ramos.

Haverá quem argumente que a cidade de Kiev veio antes do frango, mas não vou entrar no mérito de quem chegou primeiro, o povo ou a galinha. Interessa aqui apenas que se trata de um nome muito mais convidativo que São Paulo ou Rio de Janeiro. No Brasil preferimos homenagear entidades menos unânimes que o frango, como santos ou acidentes geográficos. Tivéssemos mais amor pela tradição culinária, eu moraria na cidade de São Sebastião do Feijão Amigo, e você estaria lendo o jornal Folha *de Bolovo. Vale ressaltar a belíssima exceção de Bauru, cidade que presta tributo a um sanduíche de rosbife com tomate e queijo.*

Falta por aqui a criatividade do povo camaronês, que batizou a si mesmo em homenagem ao crustáceo. Imagina se morássemos na República Federativa da Casquinha de Siri. Políticos pensariam duas vezes antes de onerar os cofres públicos. A seleção voltaria a ter amor à camisa. Países se dobrariam ao nosso soft power. Ninguém quer guerra com um crustáceo aperitivo.

Meus caracteres estão terminando e acabei não expondo minha opinião em relação ao conflito: sou contra. Mas isso não é tão importante quanto a coincidência dos dois lados, Biden e Putin, terem nomes de cinco letras que parecem resultados do Wordle numa língua que não falo.

Catarina Bessel

|DOM. Ricardo Araújo Pereira |SEG. Bia Braune |TER. Manuela Cantuária |QUA. Gregorio Duvivier |**QUI. Flávia Boggio** |SEX. Renato Terra |SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Conhecido pelas comédias, Chris Rock se aventura por filme de terror

Espiral: O Legado dos Jogos Mortais
Amazon Prime Video, 18 anos
A franquia de horror "Jogos Mortais" sempre teve boas bilheterias, mas nunca atraiu atores de primeira. Isso muda neste longa, estrelado e produzido por Chris Rock. O comediante interpreta um detetive que, ao investigar um assassino serial, acaba se enredando num jogo perigoso. Max Minghella e Samuel L. Jackson também estão no elenco.

Esperança na Fronteira
A&E, 21h50, 14 anos
Este documentário original do canal, dirigido por Guinduri Arroyo, registra a dramática luta dos emigrantes haitianos para atravessar o México e chegar à cidade de Tijuana, na fronteira com os Estados Unidos.

Legião Estrangeira
Cultura, 22h, livre
O programa apresentado por Alberto Gaspar traz uma reportagem sobre o premiado jornalista José Hamilton Ribeiro, o único brasileiro ferido na Guerra do Vietnã.

Chernobyl: O Filme
Telecine Premium, 22h, 14 anos
Os russos ficaram bastante incomodados com a minissérie "Chernobyl", de 2019, da HBO, e prometeram filmar sua própria versão dos fatos. O resultado é este longa, que tem como protagonista um bombeiro heroico disposto a sacrificar a própria vida para controlar o desastre.

Juntos Mas Separados
HBO Pop, 22h, 14 anos
Ed Helms, da série "The Office", faz um solteirão na casa dos 40 anos que contrata uma barriga de aluguel para ter um filho. Ele e a moça então desenvolvem uma relação peculiar.

NCIS: Havaí
Globo, 23h10, 14 anos
Em vez de um filme, a sessão "Cinema do Líder" desta semana exibe em sequência os dois primeiros episódios da série policial, cuja primeira temporada já está disponível na plataforma Globoplay.

Em Foco com Andréia Sadi
GloboNews, 23h30, livre
Depois de adiar sua entrevista por ter contraído Covid-19, finalmente o ex-juiz e pré-candidato à presidência da República Sergio Moro conversa com a jornalista Andréia Sadi.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	1	8			5		3	
		6			4			8
5					8		9	
						9	4	
	6	9				8	7	
	7	3						
	2		1					7
7			4			5		
	9		8			1	6	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	1	8	7	9	5	4	3	6
9	3	6	2	1	4	7	5	8
5	4	7	3	6	8	2	9	1
8	5	2	6	7	1	9	4	3
1	6	9	5	4	3	8	7	2
4	7	3	9	8	2	6	1	5
6	2	4	1	5	9	3	8	7
7	8	1	4	3	6	5	2	9
3	9	5	8	2	7	1	6	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Pulso / (Dry) Tecido para roupas esportivas **2.** Fazer perder momentaneamente os sentidos **3.** O mágico é um tradicional quebra-cabeça / Na linguagem infantil, qualquer alimento **4.** Interjeição típica dos mineiros / A capital dos aragoneses e andaluzes **5.** Nara Leão (1942-1989), cantora capixaba / Apóstolo que substituiu Judas **6.** Palavra inglesa que designa cronometragem **7.** Embaraçar **8.** O sabor do café **9.** Uma fábrica de caminhões, ônibus, tratores e outros veículos pesados / Cristóvão Colombo **10.** Até este momento / (Guevara) Um dos cabeças da revolução cubana **11.** A veste que simboliza a advocacia / Cinco mais um **12.** A cantora carioca do sucesso "Pesadão" / (Região dos) Área fluminense com Araruama e Saquarema **13.** A do Rio Grande do Norte é RN.

VERTICAIS
1. Bordado de fitas ou de tiras de chita aplicadas em tecido, cobrindo um desenho em forma de folhagem / Erudito **2.** Que existe no presente / Qualidade do que é suave ao tato **3.** Uma pedra preciosa vermelha, facilmente imitável / Sobe nelas quem se zanga **4.** Em benefício de / A atriz e cantora Carmen (1909-1955), a "pequena notável" **5.** Orlando Drummond, humorista / A glândula encarregada da secreção do leite / Marca de TV **6.** Importante cidade mineira do vale do rio Doce / (Fig.) Graça **7.** A variedade de feijão com o qual se preparam o abará e o acarajé / Mulher que não enxerga **8.** O gafanhoto em relação à lavoura / Som produzido pelo atrito de duas superfícies polidas **9.** A atriz Fersoza, das novelas / Suspensão temporária das atividades escolares.

HORIZONTAIS: 1. Carpo, Fit, **2.** Aturdir, **3.** Cubo, Papa, **4.** Uai, Madri, **5.** NL, Matias, **6.** Timing, **7.** Emaranhar, **8.** Amargo, **9.** Scania, CC, **10.** Ainda, Che, **11.** Beca, Seis, **12.** Iza, Lagos, **13.** Sigla. **VERTICAIS: 1.** Cacundê, Sábio, **2.** Atual, Maciez, **3.** Rubi, Tamancas, **4.** Pró, Miranda, **5.** OD, Mamária, LG, **6.** Ipatinga, Sal, **7.** Fradinho, Cega, **8.** Praga, Chio, **9.** Thaís, Recesso.

André Stefanini

Quando os homens não servem

'A Filha Perdida', 'Mães Paralelas' e 'Wasp' têm o aborto como questão oculta

Marcelo Coelho
Autor dos romances 'Jantando com Melvin' e 'Noturno', é mestre em sociologia pela USP

Mulheres sozinhas, guiando o carro, costumam deixar a bolsa no banco do passageiro. Durante algum tempo, assaltantes em São Paulo se especializaram nesse tipo de vítima.

Bastava um congestionamento ou sinal vermelho, que eles quebravam o vidro com uma pedra, e roubavam a bolsa numa fração de segundo.

Uma conhecida, casada há muitos anos, passou por essa experiência. Detalhe: ela não estava sozinha. Dirigia, com o marido do lado, e a bolsa no colo dele.

Os assaltantes não se intimidaram. Quebraram a janela, levaram a bolsa, sem que ele tivesse qualquer reação.

A mulher, sem dúvida enfarada com muitos anos de casamento, desabafou para o marido. "Mas, Ademar... Nem para isso você serve?"

Fiquei com essa impressão depois de ver "Mães Paralelas", filme de Almodóvar disponível na Netflix. Janis, vivida por Penélope Cruz, é filha e neta de mães solteiras; o filme dirá se ela mantém ou não a tradição da família. O fato é que os homens, na condição de pais ou de maridos, não servem para nada.

Ao contrário, há mães em quantidade no filme —das menos convictas às verdadeiramente encantadas pelo bebê que acabaram de ter. A maternidade, como tudo, tem nuances.

Uma personagem (não é a única) ficou grávida por acidente. Tinha outra vocação que a de passar noites em claro dando de mamar —e não vejo como criticá-la por isso. Seu comportamento, contudo, trará consequências e sofrimento a todos.

"Mães Paralelas" não me entusiasmou; é basicamente um novelão. Salva-se pela extraordinária habilidade de narrativa de Almodóvar, abolindo qualquer momento inútil na trama.

Não há aqueles intermináveis momentos de espera que caracterizam tantos filmes "de arte", e os diálogos se reduzem ao essencial; se algumas falas são banais, parecendo expressar a primeira coisa que veio à cabeça do personagem, tanto melhor. Isso ajuda a tornar plausíveis, e humaníssimas, as situações improváveis que se sucedem.

Sobra tempo para pequenos momentos sem significado: a mulher mais velha ensina a mais jovem a descascar batatas, a fotógrafa profissional tira fotos de bolsas e sapatos para uma revista. O espectador não se importa: como nos filmes de Almodóvar quase tudo pode acontecer, uma faca cortando cenouras já se vê como prenúncio de alguma surpresa.

Ou como um símbolo evidente: os falos são inúteis, e mesmo a modelo que faz poses para a fotógrafa é na verdade um homem que mudou de sexo.

Se há mães em excesso no filme de Almodóvar, um problema simétrico parece orientar "A Filha Perdida", de Maggie Gyllenhaal. Aqui, os flashbacks da história remetem à situação de uma jovem universitária, que simplesmente não consegue aturar os dois filhos pequenos.

Enquanto o marido ajuda pouco, ela vive com as crianças momentos deliciosos —e muitos outros de inferno. Trabalhando em casa, com uma tese de doutorado para terminar, Leda —Jessie Buckley— precisa de concentração, de tempo, e talvez sobretudo de espaço.

As decisões que toma se refletem quando, mais velha —o papel é agora de Olivia Colman—, ela se vê às voltas com o desaparecimento de uma criança pequena e de sua boneca. O filme faz questão de explicar pouco o que ela faz ou deixa de fazer quando vê uma mãe jovem ficar desesperada com o sumiço da criança.

Em matéria de tensão e desespero, "A Filha Perdida" é bem pouco se comparado a "Wasp", um curta-metragem de Andrea Arnold, a que assisti pela plataforma Mubi.

Uma moça de classe baixa tem nada menos do que quatro filhos para cuidar. Ora essa, ela também tem o direito de parar num bar e reencontrar um antigo namorado; a química entre os dois é forte. O que fazer com as quatro crianças?

Deixa-as esperando, simplesmente, durante horas, na calçada. O medo de que algo possa acontecer se torna quase insuportável.

Sendo tradição dos filmes americanos o tema da busca do pai, eu estava desacostumado a assistir a filmes sobre a questão das mães —e de suas relações com as filhas.

Mas talvez o que exista de comum em "Mães Paralelas", "A Filha Perdida" e "Wasp" seja mais do que isso. Essas crianças que se perdem, se renegam e se abandonam estariam representando outra questão —a do aborto.

Na minha opinião, um direito essencial, que só no Brasil não se tem coragem de discutir. Mas, na vida de uma mulher, é mais que um direito: é uma decisão, e isso muda tudo. Não abortar também é complicado. A dúvida, ao anteceder a escolha, muda o efeito da escolha. E, nesse dilema, como em outros, o mais comum é que o homem ou atrapalhe, ou não sirva para nada.

|SEG. Luiz Felipe Pondé |TER. João Pereira Coutinho |QUA. Marcelo Coelho |QUI. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** |SEX. Djamila Ribeiro |SÁB. Mario Sergio Conti

O escritor português e vencedor do Nobel de literatura, José Saramago, em foto de Kim Manresa para o livro 'Rebeldia de Nobel' Kim Manresa/Divulgação

José Saramago, que faria cem anos, é celebrado em 'Autobiografia'

LIVROS
Autobiografia
★★★★☆
Autor: José Luiz Peixoto.
Ed.: Companhia das Letras.
R$ 69,90 (272 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Adriano Schwartz
Professor de literatura da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e autor de 'O Abismo Invertido'

Um resumo simples de "Autobiografia - Romance", de José Luís Peixoto, seria "é a história de um escritor iniciante, José, sem sobrenome, que recebe nos anos 1990 o convite para escrever a biografia de um autor consagrado, também José, o Saramago, e da interação entre os dois personagens". O resumo não se sustenta e logo o leitor percebe que há muito mais do que isso.

Um segredo, inúmeras vezes mencionado, é revelado no terço final da história, outro só aparece nas últimas páginas. As descobertas vão alterando a compreensão do que está acontecendo e reconfiguram o enredo. O que não se altera é a presença do autor de "Ensaio sobre a Cegueira" e "O Evangelho Segundo Jesus Cristo" na obra toda.

O "arquivo" Saramago é esquadrinhado e recriado das mais diversas formas dentro do texto —relatos pessoais, amores, lugares, manias, personagens, modos de escrever, estratégias e usos peculiares do narrador são absorvidos.

Quem acompanhou durante anos a periódica publicação dos "Cadernos de Lanzarote" reencontra aqui o cotidiano e a intimidade do autor e de sua mulher, Pilar del Río, e esse reencontro é tratado com muita delicadeza por Peixoto. Os momentos em que Saramago "ele mesmo" surge estão entre os mais interessantes.

De todo o "arquivo" literário retrabalhado, é especialmente forte a presença de "O Homem Duplicado", do "Manual de Pintura e Caligrafia" e de "O Ano da Morte de Ricardo Reis".

É do último que sai um claro modelo, mas também Lídia, uma das protagonistas da obra, o hotel Bragança ou até um "quem?", que surge solto e interrogativo no final de um parágrafo, a repetir a brincadeira sonora de seu predecessor com o borgiano "Quain", tão marcante para aqueles que admiram a que é, para tantos, a narrativa mais bem acabada do escritor português.

É difícil pensar em uma forma de homenagem mais bonita do que escrever um livro chamado "Autobiografia" que seja tão intensamente sobre um outro. Se estivesse vivo, Saramago completaria cem anos em 2022 e essa circunstância torna ainda mais especial o volume —publicado em Portugal em 2019— neste momento.

Por outro lado, por mais engenhoso que seja —e é—, um livro assim ambiciona uma certa "vida própria". É o que ocorre em "O Ano da Morte" com o Fernando Pessoa e o Ricardo Reis (sei, é estranho misturar Ricardo Reis e "vida própria") revisitados por Saramago —estão lá e já não estão mais. Em "Autobiografia", às vezes isso não acontece, e o leitor presta mais atenção no material sendo modificado e no jogo irônico com esse processo do que na modificação.

Tal "desvio" não impedirá, contudo, que ele aproveite a leitura desse texto tão bem construído que, a seu modo, tenta lidar com a epígrafe que retira de um diário de Saramago e da qual cito o trecho final. "Este Narciso que hoje se contempla na água desfará, amanhã, com sua própria mão a imagem que o contempla."

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Conjuntura Econômica:** A economia brasileira continuou a demonstrar recuperação durante o segundo semestre de 2021, ainda que aquém do projetado no início do ano. A retomada gradual foi impulsionada, principalmente, pelo arrefecimento da pandemia, com a diminuição dos contágios e menor fatalidade da Covid-19. Esse movimento permitiu a reabertura (por fases) do comércio e do mercado de serviços. Juntamente com essa retomada, acumularam-se os efeitos inflacionários derivados da continuidade da pressão altista das commodities, câmbio e preço da energia. Com isso, a inflação (IPCA) fechou o ano 10,06%, o que levou o Banco Central a acelerar o ciclo de aperto monetário em 2021, conduzindo a taxa básica de juros (Selic) a fechar o ano em 9,25%. As contas externas continuam a apresentar situação relativamente confortável, impulsionadas pelas exportações de commodities e manutenção do nível de reserva. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras em títulos de renda fixa, e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do período findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 507 milhões (R$ 512 milhões em 31 de dezembro de 2020). A desvalorização dos títulos foi impactada pela alta das taxas de juros ao longo do ano 2021. Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas no período findo em 31 de dezembro de 2021 atingiu R$ 1.209 milhões (R$ 1.165 milhões em 31 de dezembro de 2020) enquanto os ativos de retrocessão atingiram em 31 de dezembro de 2021 R$ 788 milhões (R$ 830 milhões em 31 de dezembro de 2020). **Desempenho Operacional:** O volume de negócios emitidos em 31 de dezembro de 2021 atingiu R$ 504 milhões o que representa um crescimento de 12% em relação a R$ 450 milhões de prêmios emitidos no ano de 2020. Os prêmios ganhos atingiram R$ 460 milhões, 9% acima dos R$ 421 milhões de prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2020. Quanto ao resultado com retrocessão, atingiu R$ 163 milhões de despesa em 31 de dezembro de 2021 (R$ 204 milhões de despesa em 31 de dezembro de 2020). O índice de sinistralidade geral ficou em 63% em 31 de dezembro de 2021 e 42% em 31 de dezembro de 2020. As despesas administrativas e despesas com tributos, representaram 5% dos prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2021, 1 ponto percentual abaixo dos 6% em 31 de dezembro de 2020. A Zurich Resseguradora Brasil S.A. apresentou lucro líquido em 31 de dezembro de 2021 de R$ 12 milhões e (R$ 35 milhões em 31 de dezembro de 2021). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 após distribuição de dividendos no valor de R$ 11 milhões atingiu R$ 206 milhões (R$ 242 milhões em 31 de dezembro de 2020). **Controles Internos e Compliance:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich. Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está entre os melhores da história da empresa e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes mundiais nos EUA e da Europa. Além disso, a base de clientes de varejo atingiu o patamar de 55 milhões e ao mesmo tempo uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, estabelecendo metas agressivas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2021 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2022. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. **Agradecimentos:** A Zurich Resseguradora Brasil S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		**1.105.628**	**1.126.383**
Disponível	5	**12.558**	**21.472**
Caixa e bancos		12.558	21.472
Aplicações	6	**12.580**	**86**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**319.473**	**304.909**
Operações com seguradoras	7(a)	311.385	297.481
Operações com resseguradoras	7(b)	8.087	7.427
Outros créditos		1	1
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8(a)	**718.398**	**747.965**
Títulos e créditos a receber		**39.047**	**48.989**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	39.046	48.988
Outros créditos		1	1
Despesas antecipadas		**310**	**260**
Custos de aquisição diferidos		**3.262**	**2.702**
Resseguros	10	3.262	2.702
Não circulante		**592.976**	**618.322**
Aplicações	6	**494.688**	**511.682**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**6.930**	**10.754**
Operações com seguradoras		1.679	–
Operações com resseguradoras		5.251	10.754
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8(a)	**69.303**	**81.776**
Títulos e créditos a receber		**22.055**	**14.110**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	22.055	14.110
Total do ativo		**1.698.604**	**1.744.705**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		**1.356.044**	**1.334.616**
Contas a pagar		**31.664**	**69.758**
Obrigações a pagar	13(a)	11.945	34.078
Impostos e encargos sociais a recolher		7.871	9.313
Impostos e contribuições	13(b)	11.728	18.673
Outras contas a pagar	13(c)	120	7.694
Débitos de operações com seguros e resseguros	8(b)	**214.227**	**216.635**
Operações com resseguradoras		211.803	213.988
Corretores de resseguros		2.424	2.647
Provisões técnicas - resseguro	11(a)	**1.110.153**	**1.048.223**
Não circulante		**136.188**	**167.927**
Contas a pagar		–	**17.352**
Tributos diferidos	12(b)	–	17.352
Provisões técnicas - resseguro	11	**99.444**	**116.513**
Outros débitos		**36.744**	**34.062**
Obrigações fiscais	12(a)	36.744	34.062
Patrimônio líquido		**206.372**	**242.162**
Capital social	15(a)	204.003	204.003
Reservas de lucros	15(b)	12.739	12.130
Ajuste de avaliação patrimonial		(10.370)	26.029
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.698.604**	**1.744.705**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Prêmios emitidos	16(a)	503.709	450.494
(–) Variações das provisões técnicas		(43.562)	(29.502)
(=) Prêmios ganhos	16(b)	460.147	420.992
(–) Sinistros ocorridos	16(c)	(288.373)	(177.199)
(–) Custo de aquisição	16(d)	(5.718)	(5.365)
Outras receitas e despesas operacionais		186	(375)
(–) Resultado com retrocessão	16(e)	(162.577)	(203.651)
(+) Receitas com retrocessão		106.152	33.671
(–) Despesas com retrocessão		(268.729)	(237.322)
(–) Despesas administrativas	16(f)	(9.301)	(12.342)
(–) Despesas com tributos	16(g)	(14.010)	(11.773)
(+) Resultado financeiro	16(h)	41.901	40.533
(=) Resultado operacional		22.255	50.820
(=) Resultado antes dos impostos e contribuições		22.255	50.820
(–) Imposto de renda	9(b)	(5.727)	(9.390)
(–) Contribuição social	9(b)	(4.347)	(6.113)
(=) Lucro líquido do semestre		12.181	35.317
(/) Quantidade média das ações no período		217.148	217.148
(=) Lucro básico por ação em reais mil		0,0561	0,1626

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	204.003	10.364	28.387	–	242.754
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(2.358)	–	(2.358)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	35.317	35.317
Reserva Legal	–	1.766	–	(1.766)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos	–	–	–	(33.551)	(33.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	204.003	12.130	26.029	–	242.162
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(36.399)	–	(36.399)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	12.181	12.181
Reserva legal	–	609	–	(609)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos	–	–	–	(11.572)	(11.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	204.003	12.739	(10.370)	–	206.372

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12.181	35.317
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos disponíveis para venda	(60.664)	(3.930)
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	24.265	1.572
Total do resultado abrangente do exercício	(24.218)	32.959

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do Exercício	12.181	35.317
Ajustes para:		
Redução ao valor recuperável	(189)	–
Constituição de provisão para contingências	2.682	3.188
Tributos diferido	(17.352)	(1.572)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(31.899)	(68.104)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(10.550)	295
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	42.040	216.827
Créditos tributários e previdenciários	1.996	(456)
Despesas antecipadas	(51)	(260)
Custos de aquisição diferidos	(561)	307
Outros ativos	–	2.249
Impostos e contribuições	2.334	15.435
Obrigações a pagar	(22.134)	(2.575)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(2.408)	73.373
Provisões técnicas - resseguro	44.861	(198.579)
Outros passivos	(7.572)	(4.429)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**13.378**	**71.016**
Impostos sobre os lucros pagos	(10.720)	(22.918)
Caixa líquido gerado nas atividades operacional	**2.658**	**48.098**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(11.572)	(34.717)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(11.572)**	**(34.717)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(8.914)**	**13.381**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**21.472**	**8.091**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.558**	**21.472**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora") constituída através de Assembleia Geral em 11 de agosto de 2011, obteve autorização para operar, como resseguradora local, em todo o território nacional por meio da portaria nº 4.378 de 05 de janeiro de 2012. A Resseguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a realização de operações de resseguro e retrocessão nos termos da legislação e regulamentos vigentes. O capital social da Resseguradora é constituído por 217.148.939 ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Zurich Insurance Company Ltd. possui 99,9999% das ações, enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd. possui 0,0001%. Sediados na Suíça, os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Resseguradora opera com grupos de ramos e é autorizada a operar nos grupos de ramo patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, pessoas, habitacional e rural. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua, ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Resseguradora pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As aplicações financeiras da Resseguradora são classificadas como ativos disponíveis para venda. i) *Ativos disponíveis para venda:* Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até o seu vencimento ou venda, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. ii) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Resseguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber", e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo seu valor de realização anualmente avaliado por teste de *impairment*. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Resseguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Resseguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, tendo como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte das receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Resseguradora de receber pagamentos. A Resseguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável para ativos de retrocessão cedidos é constituída com base no fluxo de prestação de conta, uma vez que os valores pagos pela Resseguradora aos retrocessionários são líquidos dos valores a receber. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito. Para os prêmios a receber da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., empresa do mesmo grupo, não se aplica nenhum tipo de *impairment*, por não haver risco de perda. A Resseguradora constituiu Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em 31 de dezembro de 2021 conforme Nota 7 a (ii). Mediante as avaliações detalhadas acima, a Resseguradora entende que a redução ao valor recuperável, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada. ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Resseguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos e títulos privados, a Resseguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante os períodos de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Resseguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Contratos de resseguro:** O contrato de resseguro é o instrumento jurídico através do qual é materializada a intenção das partes para transferência de riscos. Com o objetivo de apoiar as companhias cedentes a atingir suas metas estratégicas, seja na obtenção de capacidade de subscrição, pulverização de riscos, equilíbrio de carteira, estabilização de resultados ou para proteger seu portfólio de riscos assumidos, a Resseguradora emite contratos de resseguro, proporcionais e não proporcionais, automáticos e facultativos, para riscos pertencentes aos grupos de ramos em que está autorizada a operar. **2.6. Ativos relacionados à retrocessão:** Os mesmos objetivos que ensejam as companhias cedentes a buscar proteção de resseguro, igualmente ensejam os resseguradores a buscar proteção de retrocessão. Assim, para proteger seu portfólio de riscos assumidos, os resseguradores necessitam igualmente de capacidade de subscrição, pulverização de seus riscos, equilíbrio da sua carteira, estabilização dos seus resultados, entre outros. Logo, a Resseguradora retrocede parte dos riscos assumidos, através dos contratos de retrocessão, no curso normal de suas atividades. Nos relatórios e demonstrativos contábeis os passivos relacionados às operações de retrocessão são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas. Os ativos relacionados à retrocessão também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (Nota 2.4(c) (i)). **2.7. *Impairment* de ativos não-financeiros:** Ativos não-financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não-financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). Em 31 de dezembro de 2021, não houve necessidade de constituição de perda por *impairment* na Resseguradora. **2.8. Provisões judiciais e ativos contingentes:** As provisões estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A Resseguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações. (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) Provisões judiciais: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **2.9. Provisões técnicas:** a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pela parcela de prêmios correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculada com base nas características de cada contrato de resseguro. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG RVNE) - A metodologia de cálculo é baseada em um histórico mensal de prêmios emitidos em atraso em relação ao início de vigência. Para os contratos facultativos, considera-se o prêmio emitido por contrato. Para os contratos proporcionais, a metodologia é aplicada considerando-se os prêmios das apólices cobertas. Os contratos não proporcionais não foram contemplados na análise por não possuírem atraso em sua emissão. b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): *(i) Processos administrativos* - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Resseguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados e respectivas despesas alocadas. *(ii) Processos judiciais* - a Resseguradora só reconhece como sinistro judicial aquele em que participa da ação, ou seja, o sinistro em demanda judicial para a cedente sem que a Resseguradora participe diretamente da ação é considerado como sinistro administrativo. Até o momento, não há sinistros judiciais avisados à Resseguradora. *(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não suficientemente Avisados (IBNER)* - a Resseguradora constitui a provisão de IBNER quando identifica a necessidade de ajuste na provisão de sinistro a liquidar, para casos de sinistros muito grandes ou catástrofes, onde tiver informação de que o valor do sinistro é maior do que o que já está avisado. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi identificado necessidade de constituição da IBNER. c) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A Resseguradora adota os métodos da sinistralidade inicial esperada ("SIE") e de Bornhuetter-Ferguson sobre sinistros incorridos ("BF") para a determinação da provisão. A análise é segmentada por ano de ocorrência, onde é usado, preferencialmente, o método da SIE para o ano de ocorrência atual e o BF para os anos anteriores, caso exista experiência para a seleção de um padrão. Se a aplicação do método da SIE para o ano de ocorrência atual em determinado grupo contábil resultar em valor de IBNR negativo, então, em geral é adotado o método BF para este caso. Na ocorrência de grande sinistro, se a Resseguradora considerar mais prudente a realização de avaliação individual do IBNR para o mesmo, com base nas informações disponíveis, este caso poderá ser extraído da análise usual, e receber tratamento individualizado. A análise da IBNR é realizada bruta de retrocessão. Para os contratos de retrocessão proporcionais, o valor cedido em retrocessão é obtido aplicando o respectivo percentual cedido sobre a IBNR bruta. Para os contratos não proporcionais, assume-se que não há IBNR cedida. d) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A Resseguradora constitui a provisão complementar de cobertura quando identificada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi identificada insuficiência no TAP, não havendo assim constituição da PCC. e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A Resseguradora constituirá, quando houver provisão de despesas alocadas a sinistros a ser incorridas pela própria Resseguradora. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi identificada necessidade de constituição da PDR. **2.10. Teste de Adequação do Passivo (TAP):** No TAP, são comparadas as provisões técnicas da data base, líquidas dos eventuais custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, com os valores presente dos respectivos fluxos de caixa projetados. Na realização do teste, a Administração da Resseguradora utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros, incluindo sinistros e despesas administrativas esperadas. Se for encontrada deficiência, ela é contabilizada, conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21, na provisão complementar de cobertura. As premissas de sinistralidade e padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no TAP foram selecionadas da mesma forma que para a análise da provisão de IBNR. A seguir, demonstramos a sinistralidade utilizada no estudo do TAP:

Patrimonial	Riscos Especiais	Responsabilidades	Automóvel	Transportes	Riscos Financeiros
42,70%	51,61%	58,83%	66,84%	40,39%	45,61%

A Resseguradora realizou o cálculo de TAP, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não identificou necessidade de ajuste das provisões técnicas. **2.11. Principais tributos:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 120 no semestre. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente, base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anônimas nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.12. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.13. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anônimas nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14. Apuração do resultado:** Os prêmios de resseguro contabilizados por ocasião da vigência do risco dos contratos são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao respectivo prazo de vigência. As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades de retrocessão são contabilizadas conforme Circular SUSEP nº 548/21, e suas respectivas alterações. **2.15. Demonstração dos resultados abrangentes:** A demonstração dos resultados abrangentes está apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPC's. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico da Resseguradora em 31 de dezembro de 2021 é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média das ações da Resseguradora de acordo com os requerimentos do CPC 41. **2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 48, "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de hedge. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 50 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; realização de créditos tributários; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão dos respectivos contratos e as provisões técnicas de resseguro. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguro: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguro da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o como objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Resseguradora. Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente e devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores e etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, nosso processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Resseguradora permite que os riscos de resseguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Resseguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro. a) Risco de resseguro aceito: O gerenciamento de risco de resseguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de resseguro de grupo de ramos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a predificação e provisionamento das operações de resseguro. O principal risco é que a

continua

Zurich Resseguradora Brasil S.A.
CNPJ: 14.387.387/0001-95

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

frequência ou severidade de sinistros e benefícios seja maior do que o estimado. i) *Estratégia de subscrição:* A estratégia de Resseguradora é prover capacidade de resseguro tanto para as empresas do grupo Zurich, como para empresas fora do grupo, através de soluções eficientes que garantam solidez financeira. Os principais objetivos estratégicos da Resseguradora são dar suporte à estratégia de subscrição, mitigar riscos e proteger os resultados do grupo Zurich. A atuação está concentrada nos grupos de ramos patrimonial, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, riscos especiais, pessoas e rural. A estratégia de subscrição do grupo Zurich permite identificar diferentes riscos, fatores que os agravam ou os atenuam, como tipos de indústria e setores da economia, localização do segurado, complexidade de projetos, experiência, efetividade de controles, entre outros. Estes fatores são considerados conforme o produto que está sendo analisado impactando diretamente nas diferentes metodologias de precificação existentes para cada produto. Os contratos de resseguro são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora. ii) *Estratégia de retrocessão:* A contratação de operações de retrocessão tem o objetivo de prover à Resseguradora a capacidade para aceitação de riscos, sempre com o objetivo de proteger o balanço e atender as exigências quanto à solvência. As operações de retrocessão são contratadas sempre em observância aos requerimentos legais vigentes no país e normas internas do Grupo Zurich. Os contratos de retrocessão são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora no país. iii) *Gerenciamento de ativos e passivos:* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de resseguro e a disponibiliza para o Comitê. iv) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:* O monitoramento da carteira de contratos de resseguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. A Resseguradora atua com grupo de ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de resseguro. Riscos de resseguro com grupo de ramos elementares: O risco de resseguro com grupo de ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos ressegurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de retrocessão ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou superavaliorizadas. O departamento de gerenciamento de riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, retrocessão, provisões técnicas de resseguro e ativos de retrocessão. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco. Resultados da análise de sensibilidade: Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 2021	
Premissas atuariais	**Bruto de retrocessão**	**Líquido de retrocessão**
Aumento de 5% na sinistralidade	(11.567)	(7.182)
Redução de 5% na sinistralidade	11.567	7.182
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(331)	(331)
Redução de 5% nas despesas administrativas	331	331
Aumento de 1% na taxa de juros	9.862	3.335
Redução de 1% na taxa de juros	(10.182)	(3.455)

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 2020	
Premissas atuariais	**Bruto de retrocessão**	**Líquido de retrocessão**
Aumento de 5% na sinistralidade	(5.266)	(2.844)
Redução de 5% na sinistralidade	5.266	2.844
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(458)	(458)
Redução de 5% nas despesas administrativas	458	458
Aumento de 1% na taxa de juros	11.761	3.088
Redução de 1% na taxa de juros	(12.224)	(3.218)

Concentração de riscos: Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 521/15 "na definição dos segmentos de mercado.

	Sudeste	
Grupos de ramos	**2021**	**2020**
Patrimonial	152.169	154.570
Riscos especiais	481	422
Responsabilidades	99.304	78.922
Automóvel	191.560	144.934
Transportes	7.482	6.700
Riscos Financeiros	49.053	62.788
Marítimos	3.660	2.158
Total	**503.709**	**450.494**

Para os prêmios acima temos um montante de R$ 65.662 representados por USD (em 31 de dezembro de 2020 R$ 51.352) e R$ 4.641 representados por EUR (em 31 de dezembro de 2021 R$ 5.719). b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Resseguradora. A Resseguradora está exposta ao risco de crédito em: • Ativos financeiros; • Ativos de retrocessão; e • Prêmio de resseguro. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's (S&P), Moody's entre outras. i) *Exposições ao risco de crédito:* A Resseguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Resseguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando aos resseguradores que poderão ser usados, e o impacto das inadimplências dos resseguradores é avaliado regularmente. Os ativos acima são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da Standard & Poors (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível, tais como Fitch Ratings, Moody's e A.M. Best Company.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**A-**	**BB-**	**Sem Rating**	**2021**
Caixa e bancos	12.558	–	–	–	12.558
Aplicações disponíveis para venda:					
Públicos	–	–	451.968	–	451.968
Privados	55.300	–	–	–	55.300
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–
Operações com seguradoras	–	–	–	312.882	312.882
Operações com resseguradoras	–	3.182	10.337	–	13.519
Outros créditos	–	–	–	1	1
Exposição máxima ao risco de crédito	**67.858**	**3.182**	**462.305**	**312.883**	**846.228**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**A-**	**B++**	**Sem Rating**	**2020**
Caixa e bancos	21.472	–	–	–	21.472
Aplicações disponíveis para venda:					
Públicos	439.640	–	–	–	439.640
Privados	72.042	–	–	–	72.042
Fundos de investimentos	–			86	86
Operações com seguradoras	–	–	–	297.481	297.481
Operações com resseguradoras	–	3.381	14.801	–	18.182
Exposição máxima ao risco de crédito	**533.154**	**3.381**	**14.801**	**297.567**	**848.903**

ii) *Retrocessionários:* Discriminação dos resseguradores por categoria de risco

Resseguradores	**Agência**	**Rating**
Allianz Global Corporate	A.M.Best Company	A+
BTG Pactual Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	B++
IRB Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Junto Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	A+
Everest Reinsurance Company	A.M.Best Company	A+
General Reisurance AG	A.M.Best Company	A++
Hannover Rück SE	A.M.Best Company	A+
Lloyd's	A.M.Best Company	A
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	A.M.Best Company	A
SCOR Reinsurance Company	A.M.Best Company	A+
Zurich Insurance Company Ltd	A.M.Best Company	A+
Agrinational Insurance Company	A.M.Best Company	A-
Markel International Insurance Co. Ltd	A.M.Best Company	A
MS Amlin AG	A.M.Best Company	A
Reaseguradora Patria	A.M.Best Company	A
Validus Reinsurance (Switzerland)	A.M.Best Company	A
Zurich Insurance Public Limited Company	A.M.Best Company	A+

Os *ratings* foram extraídos dos sites das respectivas agências certificadoras.
Discriminação dos resseguradores por classe:

Resseguradores	**Classe**	**Ativo**	**Passivo**	**2021 Líquido**
Allianz Global Corporate	Local	–	(28)	(28)
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Local	10.157	(17.633)	(7.476)
IRB Brasil Resseguros S/A	Local	16.569	(158)	16.411
Junto Resseguros S.A.	Local	3.182	(5.042)	(1.860)
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. =	Local	9.050	(2.827)	6.223
Everest Reinsurance Company	Admitido	228.833	(6.385)	222.448
General Reisurance AG	Admitido	319	–	319
Hannover Rück SE	Admitido	2.413	(659)	1.754
Lloyd's	Admitido	4.018	(1.159)	2.859
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	Admitido	2.413	(647)	1.766
SCOR Reinsurance Company	Admitido	8	(4)	4
Zurich Insurance Company Ltd	Admitido	507.930	(173.031)	334.899
Agrinational Insurance Company	Eventual	79	(29)	50
Markel International Insurance Co. Ltd	Eventual	1.523	(23)	1.500
MS Amlin AG	Eventual	3.379	(906)	2.473
Reaseguradora Patria	Eventual	3.741	(1.003)	2.738
Validus Reinsurance (Switzerland)	Eventual	7.022	(1.935)	5.087
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	403	–	403
Total		**801.039**	**(211.469)**	**589.570**

Discriminação dos resseguradores por classe

Resseguradores	**Classe**	**Ativo**	**Passivo**	**2020 Líquido**
Allianz Global Corporate	Local	–	(41)	(41)
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Local	14.801	(24.223)	(9.422)
IRB Brasil Resseguros S/A	Local	26.744	(316)	26.428
Junto Resseguros S.A.	Local	3.381	(5.415)	(2.034)
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	6.452	(2.367)	4.085
Everest Reinsurance Company	Admitido	224.098	(7.498)	216.600
General Reisurance AG	Admitido	3.065	(17)	3.048
Hannover Rück SE	Admitido	1.856	(636)	1.221
Lloyd's	Admitido	2.938	(1.103)	1.835
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	Admitido	1.856	(636)	1.221
SCOR Reinsurance Company	Admitido	9	(4)	5
Zurich Insurance Company Ltd	Admitido	549.257	(189.311)	359.946
Agrinational Insurance Company	Eventual	369	(29)	340
Markel International Insurance Co. Ltd	Eventual	1.888	(193)	1.695
MS Amlin AG	Eventual	2.601	(890)	1.711
Reaseguradora Patria	Eventual	2.879	(985)	1.894
Validus Reinsurance (Switzerland)	Eventual	5.301	(1.879)	3.421
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	428	–	428
Allianz Global Corporate	Local	–	(41)	(41)
Total		**847.923**	**(235.543)**	**612.380**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não houve evidência objetiva de *impairment* para os ativos de retrocessão. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Resseguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Resseguradora é manter uma liquidez adequada e uma liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Resseguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Resseguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pela área de gerenciamento de investimentos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como, a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Resseguradora de liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Resseguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O passivo circulante é superior ao ativo circulante, entretanto as aplicações financeiras de longo prazo podem ser resgatadas antecipadamente, conforme a necessidade, mantendo a liquidez da Resseguradora. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de resseguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. O passivo de resseguro é o principal passivo da Resseguradora.

2021	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	12.558	–	–	–	12.558
Aplicações	–	12.580	494.688	–	507.268
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	319.473	6.930	–	326.403
Ativos de resseguro	–	718.398	56.917	12.386	787.701
Títulos e créditos a receber	–	39.047	–	–	39.047
Custo de aquisição diferidos	–	3.262	–	–	3.262
Total do ativo	**12.558**	**1.092.760**	**558.535**	**12.386**	**1.676.239**
Passivo					
Contas a pagar		31.664	–	–	31.664
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	214.227	–	–	214.227
Provisões técnicas - resseguro	–	1.110.153	78.007	21.437	1.209.597
Total do passivo	–	**1.356.044**	**78.007**	**21.437**	**1.455.488**

2020	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	21.472	–	–	–	21.472
Aplicações	86	–	399.355	112.327	511.768
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	304.909	10.754	–	315.663
Ativos de resseguro	–	747.965	59.494	22.282	829.741
Títulos e créditos a receber	–	48.989	–	14.110	63.099
Custo de aquisição diferidos	–	2.702	–	–	2.702
Total do ativo	**21.558**	**1.104.565**	**469.603**	**148.719**	**1.744.445**
Passivo					
Contas a pagar	–	69.758	–	17.352	87.110
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	216.635	–	–	216.635
Provisões técnicas - resseguro	–	1.048.223	83.376	33.137	1.164.736
Total do passivo	–	**1.334.616**	**83.376**	**50.489**	**1.468.481**

d) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Resseguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área de gerenciamento de investimentos, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; e • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de *Risk Management*, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. iii) *Análise do risco de mercado:* A política da Resseguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), onde o cumprimento destes são acompanhados mensalmente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. Considerando o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR, é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalente de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	12.558	21.472
	12.558	**21.472**

6. Aplicações - circulante e não circulante

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

Títulos disponíveis para venda	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Tesouro prefixado com juros semestrais (NTN-F)	287.699	56,71	397.098	77,59
Quotas de fundos de investimentos	–	–	86	0,02
Letras financeiras (LF)	55.300	10,90	72.042	14,08
Letras financeiras nacional (LFT)	17.733	3,50	–	–
Tesouro prefixado (LTN)	146.536	28,89	42.542	8,31
Total	**507.268**	**100%**	**511.768**	**100%**

Títulos disponíveis para venda	**De 1 a 30 dias ou sem vencimento**	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Custo atualizado**
Tesouro prefixado com juros semestrais (NTN-F)	–	–	287.699	287.699	(2.186)	289.885
Letras financeiras (LF)	2.472	–	52.828	55.300	(5.813)	61.113
Letras financeiras nacional (LFT)	–	10.106	7.627	17.733	(2)	17.735
Tesouro prefixado (LTN)	–	–	146.536	146.536	(2.369)	148.905
Total em 31 de dezembro de 2021	**2.472**	**10.106**	**494.690**	**507.268**	**(10.370)**	**517.638**
Total em 31 de dezembro de 2020	**86**	–	**511.682**	**511.768**	**3.930**	**507.838**

Nenhum desses ativos financeiros estão vendidos ou *impaired*.

b) Movimentação das aplicações financeiras Títulos disponíveis para venda	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2021
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	40.276	(22.925)	385	(3)	17.733
Notas do tesouro nacional (NTN)	397.098	39.303	(137.719)	33.827	(44.810)	287.699
Quotas de fundos de investimentos	86	–	(87)	1	–	–
Debêntures	–	106.726	(105.257)	(1.469)	–	–
Letras financeiras (LF)	72.042	9.843	(20.219)	3.604	(9.970)	55.300
Letras do tesouro nacional (LTN)	42.542	198.527	(92.139)	3.487	(5.881)	146.536
Total	**511.768**	**394.675**	**(378.346)**	**39.835**	**(60.664)**	**507.268**

Movimentação das aplicações financeiras **Títulos disponíveis para venda**	**Saldo em 2019**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2020**
Notas do tesouro nacional (NTN)	397.102	61.348	(96.401)	38.986	(3.937)	397.098
Quotas de fundos de investimentos	48	16.100	(16.120)	58	–	86
Debêntures	5.562	–	(5.505)	(54)	(3)	–
Letras financeiras (LF)	2.204	109.849	(40.843)	645	187	72.042
Letras do tesouro nacional (LTN)	41.106	97.162	(99.669)	4.120	(177)	42.542
Total	**446.022**	**284.459**	**(258.538)**	**43.755**	**(3.930)**	**511.768**

c) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 2021, a Resseguradora não apresenta nenhum título classificado no Nível 3.

	2021 Nível 1	2021 Nível 2	2021 Total	2020 Nível 1	2020 Nível 2	2020 Total
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro prefixado com juros semestrais (NTN-F)	287.699	–	287.699	397.098	–	397.098
Quotas de fundos de investimentos	–	–	–	86	–	86
Letras financeiras do tesouro (LFT)	17.733	–	17.733	–		
Letras financeiras (LF)	55.300	–	55.300	–	72.042	72.042
Tesouro prefixado (LTN)	146.536	–	146.536	42.542	–	42.542
Total das aplicações	**507.268**	–	**507.268**	**439.726**	**72.042**	**511.768**

d) Taxas de juros contratadas:

2021 Título	Classe	Taxa de juros contratada	Valor de mercado	Percentual
LF	Títulos privados prefixados	De 05,00% até 08,99%	55.300	10,90%
LFT	Títulos públicos pós-fixados	De 02,00% até 09,99%	17.733	3,50%
LTN	Títulos públicos prefixados	De 07,00% até 11,99%	146.536	28,89%
NTN-F	Títulos públicos prefixados	De 08,00% até 15,99%	287.699	56,71%
			507.268	**100%**

2020 Título	Classe	Taxa de juros contratada	Valor de mercado	Percentual
LF	Títulos privados prefixados	De 05,00% até 08,99%	72.042	14,08%
LTN	Títulos públicos prefixados	De 05,00% até 07,99%	29.902	5,84%
LTN	Títulos públicos prefixados	De 09,00% até 10,99%	12.640	2,47%
NTN	Títulos públicos prefixados	De 07,00% até 08,99%	45.810	8,95%
NTN	Títulos públicos prefixados	De 10,00% até 11,99%	327.068	63,91%
NTN	Títulos públicos prefixados	De 12,00% até 15,99%	24.220	4,73%
Fundos	Fundos de renda fixa	Pós-fixado	86	0,02%
			511.768	**100%**

As taxas de juros contratadas para os títulos prefixados são indicadas ao ano.

e) Instrumentos financeiros por categoria:

2021 **Ativos financeiros**	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	507.268	100	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	326.402	89,32
Títulos e créditos a receber	–	–	39.047	10,68
	507.268	**100%**	**365.449**	**100%**

2020 **Ativos financeiros**	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	511.768	100	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	315.663	86,57
Títulos e créditos a receber	–	–	48.989	13,43
	511.768	**100%**	**364.652**	**100%**

f) Análise de sensibilidade:

2021	Títulos públicos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	451.968	55.300	–	507.268
SELIC - % a.a.	9,15	–	–	9,15
CDI - % a.a.	–	4,42	–	4,42
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	41.355	2.444	–	43.799
Queda 25%	31.016	1.833	–	32.849
Queda 50%	20.678	1.222	–	21.900
Elevação 25%	51.694	3.055	–	54.749
Elevação 50%	62.033	3.666	–	65.699

2020	Títulos públicos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	439.640	72.042	86	511.768
SELIC - % a.a.	1,90	–	1,90	1,90
CDI - % a.a.	–	2,76	–	2,76
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	8.353	1.988	2	10.343
Queda 25%	6.265	1.491	1	7.757
Queda 50%	4.177	994	1	5.172
Elevação 25%	10.441	2.485	2	12.928
Elevação 50%	12.530	2.983	2	15.515

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

As operações com seguradoras e resseguradoras contemplam os prêmios de resseguro e retrocessão aceita e riscos vigentes não emitidos, líquidos de comissão. O recebimento dos prêmios ocorrem, de acordo com o prazo determinado em contrato para cada prestação de conta.

a) Operações com seguradoras - prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro:

	2021	2020
Patrimonial	122.409	133.170
Riscos especiais	339	426
Responsabilidades	49.269	48.175
Automóvel	84.283	51.354
Transportes	2.622	5.327
Riscos financeiros	51.512	56.977
Marítimos	2.630	2.052
	313.064	**297.481**

i) *Movimentação dos prêmios a receber:*

	2021	2020
Saldo inicial	**297.481**	**298.401**
(+) Prêmios emitidos	497.991	443.047
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	6.005	7.447
(–) Recebimentos	(488.413)	(451.414)
Saldo final	**313.062**	**297.481**

ii) *Aging List de prêmios a receber:*

2021	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
A Vencer	46.126	132.058	6.977	5.098	1.284	1.680	193.223
Vencidos (*)	1.383	77.572	184	–	22.350	18.361	119.850
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	(5)	(4)	(9)
	47.509	**209.630**	**7.161**	**5.098**	**23.629**	**20.037**	**313.064**

2020	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
A Vencer	150.917	308	937	47	578	–	152.787
Vencidos (*)	71.708	1.046	4.747	4.556	43.358	19.654	145.069
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	–	(375)	(375)
	222.625	**1.354**	**5.684**	**4.603**	**43.936**	**19.279**	**297.481**

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os valores com aging acima de 180 dias são apenas com a empresa Zurich Minas Brasil Seguros S.A. que faz parte do Grupo Zurich, mesmo conglomerado da Resseguradora.

b) Operações com resseguradoras - prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro:

	2021	2020
Riscos financeiros	13.338	18.181
	13.338	**18.181**

i) *Movimentação dos prêmios a receber*

	2021	2020
Saldo inicial	**18.181**	**17.556**
(+) Prêmios emitidos	2.252	7.235
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(195)	(25)
(–) Recebimentos	(6.900)	(6.585)
Saldo final	**13.338**	**18.181**

Prazo médio recebimento (dias) - O prazo médio de parcelamento (dias) dos prêmios a receber de resseguro assumido é de 206 dias em 31 de dezembro de 2021 (175 dias em 31 de dezembro de 2020).

8. Ativos de retrocessão

a) Ativos de retrocessão - provisões técnicas:

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	81.569	108.657	57.705	247.931
Riscos especiais	326	–	660	986
Responsabilidades	35.118	281.459	77.178	393.755
Automóvel	2	1.331	202	1.535
Transportes	2.144	845	3.340	6.329
Riscos financeiros	100.745	8.534	27.886	137.165
Circulante e não circulante	**219.904**	**400.826**	**166.971**	**787.701**

2020	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	88.584	104.898	46.807	240.289
Riscos especiais	250	–	315	565
Responsabilidades	26.976	328.580	60.680	416.236
Automóvel	2	1.748	292	2.042
Transportes	2.440	10.338	2.382	15.160
Riscos financeiros	102.517	16.215	36.717	155.449
Circulante e não circulante	**220.769**	**461.779**	**147.193**	**829.741**

i) *Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:*

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistro a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do período	**220.769**	**461.779**	**147.193**	**829.741**
Constituições	108.672	–	–	108.672
Diferimento pelo risco	(109.537)	–	–	(109.537)
Variação de IBNR	–	–	19.778	19.778
Aviso de sinistro	–	83.970	–	83.970
Recuperação de sinistro	–	(144.923)	–	(144.923)
Saldo no final do período	**219.904**	**400.826**	**166.971**	**787.701**

2020	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistro a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do período	**190.533**	**562.356**	**293.679**	**1.046.568**
Constituições	121.773	–	–	121.773
Diferimento pelo risco	(91.537)	–	–	(91.537)
Variação de IBNR	–	–	(146.486)	(146.486)
Aviso de sinistro	–	180.141	–	180.141
Recuperação de sinistro	–	(280.718)	–	(280.718)
Saldo no final do período	**220.769**	**461.779**	**147.193**	**829.741**

b) Débitos de operações com seguros e resseguros:

	2021	2020
Prêmio a restituir	15.466	5.622
Prêmio de retrocessão a pagar	196.337	208.366
Corretores de resseguros	2.424	2.647
(a) Total do débitos de operações com seguros e resseguros	**214.227**	**216.635**

i) *Movimentação de operações com seguros e resseguros*

	2021	2020
Saldo inicial	**216.635**	**143.262**
(+) Prêmios a restituir	13.374	28.363
(+) Prêmios cedidos	261.534	255.032
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	5.107	7.350
(–) Pagamentos	(282.423)	(217.372)
Saldo final	**214.227**	**216.635**

9. Créditos tributários e previdenciários

a) Créditos tributários e previdenciários:

	2021	2020
IRPJ e CSLL a compensar	34.789	41.377
PIS e COFINS a compensar	4.257	7.611
Total dos créditos tributários e previdenciários - circulante	**39.046**	**48.988**
IRPJ e CSLL diferidos	22.055	14.110
Total dos créditos tributários e previdenciários - não circulante	**22.055**	**14.110**
Total dos créditos tributários e previdenciários - circulante e não circulante	**61.101**	**63.098**

b) Imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Resultado antes dos impostos e Juros sobre Capital Próprio	**22.255**	**50.820**
Juros Sobre Capital Próprio	–	**(10.445)**
Resultado antes dos impostos	**22.255**	**40.375**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(8.902)	(16.150)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(783)	(689)
Incentivos Fiscais	364	484
Outros ajustes	(35)	852
Majoração CSLL 5%	(718)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(10.074)**	**(15.503)**

c) Ativos e passivos fiscais - natureza e origem dos créditos tributários:

	Saldo em 2020	Constituição	Realização	Saldo em 2021
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais, honorários advocatícios e provisão de devedores duvidosos.	14.110	1.032	–	15.142
Ganhos (Perdas) não Realizados MTM (i)	(17.352)	6.913	17.352	6.913
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**(3.242)**	**7.945**	**17.352**	**22.055**

	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais, honorários advocatícios e provisão de devedores duvidosos.	12.526	1.584	–	14.110
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**12.526**	**1.584**	–	**14.110**

(i) Em 31 de Dezembro de 2020, a Sociedade constituía um passivo fiscal diferido sobre o MTM. Em 2021, o passivo diferido foi realizado e, em decorrência da mudança da posição da marcação a mercado, foi constituído um ativo fiscal diferido.

d) Realização de créditos tributários:

Composição	2021	2022	2023	2024	2025
Provisão para Riscos Fiscais	14.698	–	–	–	(14.698)
Outros	444	(444)	–	–	–
Ganhos (Perdas) Não Realizados (MtM)	6.913	(1)	(810)	(1.325)	(4.777)
Lucro tributável	**22.055**	**(445)**	**(810)**	**(1.325)**	**(19.475)**

10. Custos de aquisição diferidos

a) Premissas e prazos de diferimento: Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes a comissões no valor de R$ 3.262 em 31 de dezembro de 2021 e (R$ 2.702 em 31 de dezembro de 2020) relativos à comercialização de contratos de retrocessão. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato e apropriados ao resultado, *pro rata die*, de acordo com a vigência do contrato, média de 12 meses. i) *Movimentação dos custos de aquisição diferidos:*

	2021	2020
Saldo inicial do período	**2.702**	**3.009**
Constituições	5.718	5.365
Diferimento	(5.158)	(5.672)
Saldo final do período	**3.262**	**2.702**

11. Provisões técnicas - resseguro

a) Resseguro aceito:

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	92.369	114.758	64.277	271.404
Riscos especiais	327	–	662	989
Responsabilidades	48.031	288.404	93.694	430.129
Automóvel	124.618	117.247	69.978	311.843
Transportes	2.148	934	3.359	6.441
Riscos financeiros	139.758	9.186	37.383	186.326
Marítimos	2.130	334	–	2.465
Circulante e não circulante	**409.381**	**530.863**	**269.353**	**1.209.597**

continua

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2020	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	101.036	111.071	52.210	264.317
Riscos especiais	250	–	315	565
Responsabilidades	37.133	334.753	71.204	443.090
Automóvel	82.685	90.352	65.926	238.963
Transportes	2.445	10.362	2.419	15.226
Riscos financeiros	140.230	17.285	43.289	200.804
Marítimos	1.771	–	–	1.771
Circulante e não circulante	**365.550**	**563.823**	**235.363**	**1.164.736**

i) *Movimentação das provisões técnicas de resseguro aceito:*

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**365.550**	**563.823**	**235.363**	**1.164.736**
Constituições	246.047	–	–	246.047
Diferimento pelo risco	(202.216)	–	–	(202.216)
Variação de IBNR	–	–	33.990	33.990
Aviso de sinistro	–	254.383	–	254.383
Pagamento de sinistro	–	(287.343)	–	(287.343)
Saldo no final do exercício	**409.381**	**530.863**	**269.353**	**1.209.597**

2020	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**327.893**	**646.925**	**388.497**	**1.363.315**
Constituições	222.741	–	–	222.741
Diferimento pelo risco	(185.084)	–	–	(185.084)
Variação de IBNR	–	–	(153.134)	(153.134)
Aviso de sinistro	–	357.325	–	357.325
Pagamento de sinistro	–	(440.427)	–	(440.427)
Saldo no final do exercício	**365.550**	**563.823**	**235.363**	**1.164.736**

ii) *Garantias das provisões técnicas:* Os valores contábeis vinculados a SUSEP em cobertura de provisões técnicas são os seguintes:

	2021	2020
Total das provisões técnicas	1.209.597	1.164.736
Ativos de retrocessão redutores de cobertura	(648.534)	(673.284)
Direitos creditórios	(189.796)	(193.369)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**371.267**	**298.083**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras (LF)	55.300	72.042
Letras Financeiras Nacional (LFT)	17.733	–
Tesouro Prefixado (LTN)	146.536	42.542
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	287.699	397.098
Quotas de fundos de investimento	–	86
Total dos ativos oferecidos em garantia	**507.268**	**511.768**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**136.001**	**213.685**
Liquidez - 20% sobre o capital de risco (i)	–	17.866
Suficiência de liquidez	**136.001**	**195.819**

(i) Resolução CNSP432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

12. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza:

	2021	2020
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	36.744	34.062
	36.744	**34.062**

i) *Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza*

	Saldo em 2020	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 2021
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**34.062**	**1.413**	**1.269**	**36.744**
PIS/COFINS Receitas financeiras	34.062	1.413	1.269	36.744
Saldo dos créditos tributários registrados	**34.062**	**1.413**	**1.269**	**36.744**

	Saldo em 2019	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 2020
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**30.874**	**3.188**	**–**	**34.062**
PIS/COFINS Receitas financeiras	30.874	3.188	–	34.062
Saldo dos créditos tributários registrados	**30.874**	**3.188**	**–**	**34.062**

Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor a Resseguradora o dever de se sujeitar a Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Resseguradora, recursos pendentes de julgamento. b) Tributos diferidos: A Resseguradora reconheceu o imposto diferido passivo, concernente ao ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (TVM), classificados como disponíveis para venda, conforme art. 344 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/99).

	2021	2020
Tributos diferidos	–	17.352
Saldo dos tributos diferidos	**–**	**17.352**

13. Contas a pagar

a) Obrigações a pagar:

	2021	2020
Dividendos a pagar	11.704	33.683
Pagamentos em trânsito	240	395
Total	**11.945**	**34.078**

b) Impostos e contribuições:

	2021	2020
IR	6.347	11.005
CSLL	4.759	6.908
COFINS	687	654
PIS	(64)	106
Total	**11.728**	**18.673**

c) Outras contas a pagar:

	2021	2020
Outras despesas	120	–
Despesas compartilhadas	–	7.694
Total	**120**	**7.694**

14. Desenvolvimento de Sinistros

Os padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no teste de adequação de passivos são selecionados a partir da experiência das seguradoras do mesmo grupo empresarial no Brasil.

a) Sinistros bruto de retrocessão:

Ano de Ocorrência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Incorridos + IBNR										
Até a data-base	150.648	500.243	512.851	372.812	366.314	317.190	280.087	304.140	325.120	325.120
Um ano	231.182	680.243	611.728	433.798	387.142	409.164	375.434	310.272	–	310.272
Dois anos	235.112	636.437	614.845	482.351	405.520	380.232	352.870	–	–	352.870
Três anos	210.422	672.937	737.003	457.870	439.483	380.625	–	–	–	380.625
Quatro anos	228.604	652.691	857.620	387.538	422.517	–	–	–	–	422.517
Cinco anos	213.607	626.546	781.054	388.344	–	–	–	–	–	388.344
Seis anos	207.858	565.103	789.251	–	–	–	–	–	–	789.251
Sete anos	158.612	538.394	–	–	–	–	–	–	–	538.394
Oito anos	159.367	–	–	–	–	–	–	–	–	159.367
Posição em 31 de dezembro de 2021	**159.367**	**538.394**	**789.251**	**388.344**	**422.517**	**380.625**	**352.870**	**310.272**	**325.120**	**3.666.760**
	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**Total**
Pago Acumulado										
Até a data-base	62.978	152.136	234.174	197.290	195.512	161.330	59.657	127.006	111.946	111.946
Um ano mais tarde	107.052	409.799	374.007	275.123	281.608	320.306	114.509	198.614	–	198.614
Dois anos mais tarde	114.652	447.893	406.661	313.871	302.910	339.966	193.322	–	–	193.322
Três anos mais tarde	125.802	468.993	402.560	338.109	376.734	348.121	–	–	–	348.121
Quatro anos mais tarde	134.922	475.739	455.475	346.129	383.437	–	–	–	–	383.437
Cinco anos mais tarde	136.502	480.826	627.857	350.056	–	–	–	–	–	350.056
Seis anos mais tarde	137.818	485.336	646.923	–	–	–	–	–	–	646.923
Sete anos mais tarde	142.309	489.384	–	–	–	–	–	–	–	489.384
Oito anos mais tarde	144.739	–	–	–	–	–	–	–	–	144.739
Posição em 31 de dezembro de 2021	**144.739**	**489.384**	**646.923**	**350.056**	**383.437**	**348.121**	**193.322**	**198.614**	**111.946**	**2.866.542**
Provisão de Sinistros em 31 de dezembro de 2021	**14.628**	**49.010**	**142.328**	**38.288**	**39.080**	**32.504**	**159.548**	**111.658**	**213.172**	**800.216**
Diferença com Estimativa Inicial	**(8.719)**	**(38.151)**	**(276.400)**	**(15.532)**	**(56.203)**	**(63.435)**	**(72.783)**	**(6.132)**	**–**	**(537.355)**

b) Sinistros líquido de retrocessão:

Ano de Ocorrência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Incorridos + IBNR										
Até a data-base	131.922	231.345	379.728	286.545	310.892	233.067	71.853	185.334	213.174	213.174
Um ano	119.262	221.892	337.443	258.826	290.772	193.452	74.387	169.540	–	169.540
Dois anos	115.254	227.403	321.332	270.904	292.630	193.132	77.186	–	–	77.186
Três anos	120.432	226.859	330.016	262.427	287.915	192.310	–	–	–	192.310
Quatro anos	120.095	228.047	322.100	259.822	273.929	–	–	–	–	273.929
Cinco anos	112.268	221.805	317.558	262.613	–	–	–	–	–	262.613
Seis anos	108.957	206.956	320.861	–	–	–	–	–	–	320.861
Sete anos	105.792	209.886	–	–	–	–	–	–	–	209.886
Oito anos	101.913	–	–	–	–	–	–	–	–	101.913
Posição em 31 de dezembro de 2021	**101.913**	**209.886**	**320.861**	**262.613**	**273.929**	**192.310**	**77.186**	**169.540**	**213.174**	**1.821.412**
	2013	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**Total**
Pago Acumulado										
Até a data-base	61.895	127.838	223.273	176.597	188.309	148.953	31.204	110.016	108.047	108.047
Um ano	93.782	187.024	287.676	233.660	244.667	186.002	52.422	137.904	–	137.904
Dois anos	95.258	190.235	288.502	236.210	249.126	189.878	54.681	–	–	54.681
Três anos	96.384	190.760	292.676	238.466	251.686	192.310	–	–	–	192.310
Quatro anos	97.523	191.703	295.387	240.108	253.387	–	–	–	–	253.387
Cinco anos	98.021	193.522	297.755	242.744	–	–	–	–	–	242.744
Seis anos	98.465	195.069	302.759	–	–	–	–	–	–	302.759
Sete anos	99.100	197.561	–	–	–	–	–	–	–	197.561
Oito anos	99.600	–	–	–	–	–	–	–	–	99.600
Posição em 31 de dezembro de 2021	**99.600**	**197.561**	**302.759**	**242.744**	**253.387**	**192.310**	**54.681**	**137.904**	**108.047**	**1.588.993**
Provisão de Sinistros em 31 de dezembro de 2021	**2.313**	**12.325**	**18.102**	**19.869**	**20.542**	**–**	**22.505**	**31.636**	**105.127**	**232.419**
Diferença com Estimativa Inicial	**30.009**	**21.459**	**58.867**	**23.932**	**36.963**	**40.757**	**(5.334)**	**(15.795)**	**–**	**190.858**

15. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 é R$ 204.003 (em 31 de dezembro de 2020 R$ 204.003), e é representado por 217.148.939 ações ordinárias.

b) Reservas de lucros:

	2021	2020
Reserva legal (i)	12.095	11.486
Reserva estatutária (ii)	644	644
Total	**12.739**	**12.130**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. c) Dividendos mínimo e juros sobre capital próprio: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária e são apurados anualmente.

d) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	2021	2020
Patrimônio líquido	206.372	242.162
Ajustes contábeis:	**(10.945)**	**(969)**
Despesas antecipadas	(310)	(260)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(10.635)	(709)
Ajustes econômicos:	**12.941**	**7.979**
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída	12.941	7.979
PLA Total	**208.368**	**249.172**
Capital base (a)	60.000	60.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	43.362	53.942
Capital adicional baseado no risco de crédito	33.042	33.715
Capital adicional baseado no risco operacional	4.959	4.775
Capital adicional baseado no risco de mercado	12.932	20.109
Benefício da diversificação	**(18.160)**	**(23.202)**
Capital base de risco (b)	76.136	89.339
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b).	76.136	89.339
PLA de nível 1 (i)	184.007	–
PLA de nível 2 (ii)	12.941	–
PLA de nível 3 (iii)	11.420	–
Patrimônio líquido ajustado	**208.368**	**–**
Ajustes de excesso do PLA de nível 2 e de nível 3	–	–
Suficiência de capital	**132.233**	**159.833**

(i) - PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e "b" do inciso II do caput da resolução 432/21; (ii) - PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e (iii) - PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

16. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Prêmios emitidos:

Grupos de ramos	2021	2020
Patrimonial	152.169	154.570
Riscos especiais	481	422
Responsabilidades	99.304	78.922
Automóvel	191.560	144.934
Transportes	7.482	6.700
Riscos Financeiros	49.053	62.788
Marítimos	3.660	2.158
Total	**503.709**	**450.494**

b) Prêmios ganhos:

Resseguro aceito e retrocessão aceita

2021 Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Patrimonial	161.109	51,84%	1,37%
Riscos especiais	410	84,63%	–
Responsabilidades	88.274	59,32%	3,59%
Automóvel	149.626	111,11%	–
Transportes	7.830	(19,76)%	–
Riscos financeiros	49.524	(26,02)%	–
Marítimos	3.374	9,96%	10,02%
Total	**460.147**		

2020 Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Patrimonial	138.842	(6,98)%	1,76%
Riscos especiais	358	45,53%	–
Responsabilidades	71.440	44,96%	4,04%
Automóvel	143.949	92,28%	–
Transportes	5.955	(31,62)%	–
Riscos financeiros	60.094	39,36%	–
Marítimos	354	0,00%	9,60%
Total	**420.992**		

c) Sinistros Ocorridos:

2021 Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	72.564	(1.111)	12.067	83.520
Riscos especiais	–	–	348	348
Responsabilidades	29.986	(116)	22.490	52.360
Automóvel	199.977	(37.787)	4.052	166.242
Transportes	(1.317)	(1.170)	940	(1.547)
Riscos Financeiros	(6.979)	–	(5.907)	(12.886)
Marítimos	336	–	–	336
Total	**294.567**	**(40.184)**	**33.990**	**288.373**

2020 Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	(32.780)	–	42.467	9.687
Riscos especiais	–	–	(163)	(163)
Responsabilidades	(84.426)	–	52.310	(32.116)
Automóvel	(171.179)	26.993	11.349	(132.837)
Transportes	(9.999)	–	11.881	1.882
Riscos Financeiros	(58.940)	–	35.288	(23.652)
Total	**(357.324)**	**26.993**	**153.132**	**(177.199)**

d) Resultado com custos de aquisição:

	2021	2020
Despesas de corretagem	**(6.207)**	**(4.674)**
Resseguros	(6.207)	(4.626)
Retrocessões aceitas	–	(48)
Variação das despesas de corretagem diferidas	**489**	**(691)**
Resseguros	489	(691)
Custo de aquisição	**(5.718)**	**(5.365)**

e) Resultado com retrocessão:

2021 Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	67.792	10.898	(137.339)	(7.120)	(65.769)
Riscos especiais	–	346	(481)	71	(64)
Responsabilidades	25.175	16.498	(75.630)	8.366	(25.591)
Automóvel	520	(90)	(282)	–	148
Transportes	(2.482)	958	(7.467)	(347)	(9.338)
Riscos financeiros	(7.034)	(8.832)	(44.097)	(1.773)	(61.736)
Marítimos	–	–	(227)	–	(227)
Total	**83.971**	**19.778**	**(265.523)**	**(803)**	**(162.577)**

2020 Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	27.959	(44.285)	(138.691)	15.130	(139.887)
Riscos especiais	–	162	(422)	65	(195)
Responsabilidades	80.957	(54.992)	(59.653)	6.047	(27.641)
Automóvel	3.331	(283)	(268)	2	2.782
Transportes	9.978	(11.614)	(6.687)	744	(7.579)
Riscos financeiros	57.915	(35.475)	(55.434)	2.038	(30.956)
Marítimos	–	–	(175)	–	(175)
Total	**180.140**	**(146.487)**	**(261.330)**	**24.026**	**(203.651)**

f) Despesas administrativas:

	2021	2020
Pessoal	(7.302)	(8.218)
Serviços de terceiros	(831)	(838)
Localização e funcionamento	(108)	(588)
Despesas com publicações	(157)	(132)
Despesas administrativas diversas	(870)	(42)
Despesa com donativos	(33)	(2.524)
Total	**(9.301)**	**(12.342)**

g) Despesas com tributos:

	2021	2020
Impostos federais	(12.921)	(10.735)
Taxa de fiscalização	(1.089)	(1.038)
Total	**(14.010)**	**(11.773)**

h) Resultado financeiro:

	2021	2020
Receitas financeiras	**53.856**	**675.338**
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	46.476	43.755
Receitas financeiras com operações de resseguro	6.514	629.443
Outras receitas financeiras	866	2.140
Despesas financeiras	**(11.955)**	**(634.805)**
Despesas financeiras com renda fixa	(6.641)	–
Despesas financeiras com operações de resseguro	(147)	(108.651)
Outras despesas financeiras	(5.167)	(526.154)
Total	**41.901**	**40.533**

17. Partes relacionadas

a) Despesas compartilhadas: Refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Resseguradora Brasil S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração no montante de valores a pagar de R$ 5.255 em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 de R$ 7.694) e despesas de R$ 7.302 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.565 em 31 de dezembro de 2020). b) Operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Zurich Insurance Company e Zurich Insurance Public Limited Company: A Resseguradora possui operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Seguradora, de resseguro aceito, com a Zurich Insurance Company, Resseguradora admitida e com a Zurich Insurance Public Limited Company, Resseguradora eventual, de retrocessão cedida. A Seguradora, a Resseguradora admitida e a Resseguradora eventual fazem parte do Grupo Zurich Financial Services.

	2021 Ativo e passivo	2020 Ativo e passivo
Valores a receber:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	291.255	274.757
Zurich Insurance Company	507.930	261.677
Zurich Insurance Public Limited Company	403	405
Valores a pagar:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	1.116.318	558.205
Zurich Insurance Company	180.931	166.186

	2021 Receitas e despesas	2020 Receitas e despesas
Receitas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	409.995	409.531
Zurich Insurance Company	87.781	188.539
Zurich Insurance Public Limited Company	(49)	89
Despesas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(253.289)	(265.812)
Zurich Insurance Company	(249.918)	(238.718)

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento contábil até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

Roberto Eduardo Hernandes Martinez — **Carlos Roberto Toledo** — **Sven Feistel**

CONTADOR

Gustavo Lauretti - CRC 1SP 304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises. **1. Atividades do Comitê:** No decorrer do exercício de 2021, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna - discussão do plano de trabalho para o exercício de 2021 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa - discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021; d. Controladoria - discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2021. **2. Auditoria Interna:** O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2021 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2021, mostram-se suficientes. **3. Auditoria Externa:** O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, Ernst & Young Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021. **4. Controladoria:** Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos. **5. Demonstrações Financeiras:** O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2021, bem como os respectivos relatórios da Administração. **6. Conclusão:** Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Membros

Helio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

Fernando Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** - São Paulo - SP - CNPJ: 14.387.387/0001-95. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) em seus aspectos mais relevantes, para o exercício auditado, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

Anderson Gomes Ferreira da Silva

CNPJ 03.801.998/0001-11 Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909

Corporate Tower Torre Norte - 6º andar - conj. 61, Vila Nova Conceição,

CEP: 04543-907, São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Zurich Resseguradora Brasil S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período findo em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Resseguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das

continua

Zurich Resseguradora Brasil S.A.
CNPJ: 14.387.387/0001-95

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Resseguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Resseguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguro:** Conforme divulgado na notas explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros firmados pela Resseguradora era de R$1.209.597 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.10. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias. **Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2021, o saldo de receitas com partes relacionadas decorrente de contratos de resseguros aceitos pela Resseguradora era de R$409.995 mil com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e R$87.781 mil com a Zurich Insurance Company, representando 98,82% dos prêmios emitidos no período. O mesmo ocorre com as despesas incorridas, incluindo as operações de retrocessões. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação do processo de gestão para identificar e registrar transações com partes relacionadas e o processo de aceitação e repasse de riscos de seguro; (ii) Leitura de contratos e acordos com partes relacionadas para entender a natureza das transações; (iii) Ao longo da execução de nossos procedimentos de auditoria, permanecemos alertas para quaisquer transações com partes relacionadas fora do curso normal dos negócios da Resseguradora; (iv) Leitura de contratos de resseguro para aceitação e repasse de riscos para entender se estes possuem características similares ao mercado; (v) Testes de recálculo e liquidação financeira por amostragem; (vi) Testes sobre o processo de reconhecimento da receita pelo regime de competência contábil; e (vii) Verificação sobre as divulgações de partes relacionadas nas demonstrações financeiras, se são consistentes com os resultados de nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Auditoria de valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Resseguradora para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatórios, em 25 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras as livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras findo no período de 31 de dezembro de 2021, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC-RJ076328/O-2

Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ: 17.266.009/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Submetemos à V.Sas as Demonstrações Financeiras da **Zurich Brasil Capitalização S.A.**, relativas ao período findo em 31 dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes. **Conjuntura Econômica:** A economia brasileira continuou a demonstrar recuperação durante o segundo semestre de 2021, ainda que aquém do projetado no início do ano. A retomada gradual foi impulsionada, principalmente, pelo arrefecimento da pandemia, com a diminuição dos contágios e menor fatalidade da Covid-19. Esse movimento permitiu a reabertura (por fases) do comércio e do mercado de serviços. Juntamente com essa retomada, acumularam-se os efeitos inflacionários derivados da continuidade da pressão altista das commodities, câmbio e preço da energia. Com isso, a inflação (IPCA) fechou o ano 10,06%, o que levou o Banco Central a acelerar o ciclo de aperto monetário em 2021, conduzindo a taxa básica de juros (SELIC) a fechar o ano em 9,25%. As contas externas continuam a apresentar situação relativamente confortável, impulsionadas pelas exportações de commodities e manutenção do nível de reserva. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa atingiram ao final do período, o montante de R$ 59.332 mil em 31 de dezembro de 2021 (R$ 63.136 mil em 31 de dezembro 2020). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Desempenho Operacional:** A arrecadação com títulos de capitalização atingiu em 31 de dezembro de 2021 R$ 47.158 mil o que representa um aumento de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior no montante de R$ 32.761 mil. A Zurich Brasil Capitalização S.A. apresentou em 31 de dezembro de 2021 um lucro líquido de R$ 4.938 mil (R$ 4.186 mil em 31 de dezembro de 2020). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 após distribuição de dividendos no valor de R$ 4.690 mil atingiu R$ 25.813 mil (R$ 29.728 mil em 31 de dezembro de 2020). Os ativos totais atingiram o montante de R$ 82.153 mil ao final de 31 de dezembro de 2021 (R$ 75.060 mil em 31 de dezembro de 2020). **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de *Group Risk Management*, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich. Quanto à estrutura de *Compliance*, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. São de responsabilidade do departamento de *Compliance* a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, e a verificação de conformidade das regras, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do *Compliance* a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de *Compliance* na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está entre os melhores da história da empresa e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes mundiais nos EUA e da Europa. Além disso, a base de clientes de varejo atingiu o patamar de 55 milhões e ao mesmo tempo uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, estabelecendo metas agressivas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2021 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2022. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Ativo			
Circulante		**28.387**	**11.861**
Disponível	5	**4.770**	**3.364**
Caixa e bancos		4.770	3.364
Aplicações	6	5.615	–
Créditos das operações de capitalização	7	**3.334**	**1.095**
Créditos das operações capitalização		3.334	1.095
Títulos e créditos a receber		**14.650**	**7.387**
Créditos a receber		9.523	5.709
Créditos tributários e previdenciários	8	5.127	1.678
Despesa antecipada		**18**	**15**
Não circulante		**53.766**	**63.199**
Realizável a longo prazo		**53.766**	**63.199**
Aplicações	6	**53.717**	**63.136**
Títulos e créditos a receber	8	**49**	**63**
Créditos tributários e previdenciários		49	63
Total do ativo		**82.153**	**75.060**

	Nota explicativa	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		**53.813**	**33.389**
Contas a pagar		**9.679**	**4.459**
Obrigações a pagar	9	5.754	4.327
Impostos e contribuições	8(c)	3.925	132
Outras contas a pagar		77	–
Débitos de operações com capitalização		**26**	**9**
Depósitos de terceiros	10	**6.751**	**2.356**
Provisões técnicas - capitalização	11	**37.280**	**26.565**
Provisão para resgates		26.834	18.120
Provisão para sorteio		10.171	7.387
Outras provisões		275	1.058
Não circulante		**2.527**	**11.942**
Contas a pagar		**278**	**3.053**
Tributos Diferidos	8(b)	278	3.053
Provisões técnicas - capitalização	11	**689**	**7.555**
Provisão para resgates		620	6.486
Provisão para sorteio		51	447
Outras provisões		18	622
Outros débitos	12	**1.560**	**1.334**
Patrimônio líquido		**25.813**	**29.729**
Capital social	13(a)	21.867	21.867
Reservas de lucros	13(b)	3.530	3.283
Ajuste de avaliação patrimonial		416	4.579
Lucros acumulados		–	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**82.153**	**75.060**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita com títulos de capitalização		**14.806**	**8.047**
Arrecadação com títulos de capitalização	14(a)	47.158	32.761
Variação da provisão para resgate		(32.352)	(24.714)
Variações das provisões técnicas		**1.387**	**(394)**
Resultado com sorteio	14(a)	**(11.091)**	**(3.263)**
Custos de aquisição	14(a)	**(178)**	**(156)**
Outras receitas/despesas operacionais		**(120)**	**(163)**
Despesas administrativas		**(719)**	**(693)**
Despesa com pessoal próprio		(331)	(353)
Serviços de terceiros		(152)	(130)
Localização e funcionamento		(90)	(118)
Publicações		(51)	(75)
Donativos e contribuições		(67)	(16)
Despesas administrativas diversas		(28)	(1)
Despesas com tributos	14(b)	**(429)**	**(560)**
Resultado financeiro	14(c)	**4.929**	**4.129**
Receitas financeiras		5.035	4.745
Despesas financeiras		(106)	(616)
Resultado operacional		**8.585**	**6.947**
Resultado antes dos impostos e contribuições		**8.585**	**6.947**
Imposto de renda	8(a)	(2.127)	(1.717)
Contribuição social	8(a)	(1.521)	(1.044)
Lucro líquido do exercício		**4.937**	**4.186**
Quantidade de ações		21.867.173	21.867.173
Lucro básico por ação em R$		0,2258	0,1914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**21.867**	**3.073**	**4.726**	**–**	**29.666**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(147)	–	(147)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.186	4.186
Reserva legal	–	210	–	(210)	–
Dividendos a pagar (nota 13(c))	–	–	–	(3.976)	(3.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**21.867**	**3.283**	**4.579**	**–**	**29.729**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(4.163)	–	(4.163)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.937	4.937
Reserva legal	–	247	–	(247)	–
Dividendos a pagar (nota 13(c))	–	–	–	(4.690)	(4.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**21.867**	**3.530**	**416**	**–**	**25.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do Exercício	**4.937**	**4.186**
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 6(c))	(6.938)	(246)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	2.775	99
Total do resultado abrangente do exercício	**774**	**4.039**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.937	4.186
Ajustes para:			
Constituição de provisão para contingências	12(a)	226	164
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações		(359)	701
Créditos a receber		(3.814)	(5.282)
Créditos das operações de capitalização		(2.238)	(481)
Créditos tributários e previdenciários		(3.435)	1.194
Despesas antecipadas		(3)	(15)
Obrigações a pagar		1.427	(2.567)
Outras contas a pagar		77	–
Impostos e contribuições		7.033	1.695
Tributos diferidos		(2.775)	(98)
Débitos de operações com capitalização		17	5
Depósitos de terceiros		4.394	2.106
Provisões técnicas - capitalização		3.849	(1.281)
Caixa consumido nas atividades operacionais		**9.336**	**327**
Impostos pagos		(3.240)	(2.746)
Caixa consumido nas atividades operacionais		**6.096**	**(2.419)**
Atividades de financiamento			
Dividendos		**(4.690)**	**–**
Caixa gerado nas atividades de financiamento		**(4.690)**	**–**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.406**	**(2.419)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**3.364**	**5.783**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**4.770**	**3.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração de planos de capitalização da modalidade tradicional e incentivo em todo o território nacional. O capital social da Companhia é constituído por 21.867.173 (21.867.173 em 2020) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Seguradora Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (nº 11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. **2.3. Caixa e bancos:** Caixa e bancos incluem, o caixa e os depósitos bancários da Companhia. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros disponíveis para venda*: Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. ii) *Empréstimos e recebíveis*: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Créditos das operações com capitalização" e "Títulos e créditos a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Companhia avalia, anualmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado*: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira; • As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito, para os títulos a receber da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A., empresas do mesmo grupo, não se aplica nenhum tipo de *impairment*, por não haver risco de perda. ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda*: A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o período de 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020 a Companhia não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. *Impairment* de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). **2.6. Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade tradicional e incentivo. a) Provisão Matemática para Capitalização (PMC): É calculada sobre o valor nominal para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. b) Provisão para Resgate (PR): É constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da sua liquidação financeira, ou conforme os demais casos previstos em lei. c) Provisão para Sorteios a Realizar (PSR): É constituída a provisão para os sorteios que, na data da constituição, já tenham sido custeados, mas ainda não foram realizados. d) Provisão para Sorteios a Pagar (PSP): É constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. e) Provisão para Despesas Administrativas (PDA): É constituída com o objetivo de refletir o valor presente esperado das despesas administrativas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição. f) Provisão Complementar de Sorteios (PCS): É constituída para complementar a PSR, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. g) Taxa de carregamento: O quadro abaixo apresenta as taxas de carregamento dos produtos comercializados pela Companhia.

Plano	Pagamento	% Cota de carregamento
Tradicional PM	1º ao 3º	81,54434
	4º ao 10º	21,54434
	11º ao 38º	30,00000
	39º	27,23024
	40º ao 84º	0,00000
Tradicional PMTR	1º ao 3º	82,92259
	4º ao 10º	22,92259
	11º ao 38º	30,00000
	39º	27,23023
	40º ao 84º	0,00000
Incentivo PU I05	1º	25,124378
Incentivo PU I08, PU I21	1º	25,124400
Incentivo PU I11, PU I24, PU IN11, PU IN21, PU I04, PU I07, PU IN02, PU IN06	1º	15,124400
Incentivo PU I13, PU I18, PU I19, PU I23, PU I30, PU I31, PU IN13, PU IN19, PU IN23, PU IN30, PU IN31, PU IN32	1º	5,124400
Incentivo PU IN01, PU IN05	1º	5,124378
Incentivo PU IN12	1º	5,000000
Incentivo PU I17, PU IN17, PU IN18	1º	9,124400
Incentivo PU I03, PU IN03	1º	20,124378
Incentivo PU I26	1º	20,124400
Incentivo PU I12	1º	5,000000
Incentivo PU IN14	1º	14,302700
Incentivo PU IN08, PU IN09, PU IN10	1º	6,137800
Incentivo PU IN35	1º	4,075300
Incentivo PU IN26	1º	20,124400
Incentivo PU IN34	1º	9,124400

2.7. Principais tributos: A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no exercício. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.8. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.9. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.10. Apuração do resultado:** As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos (PM) ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. **2.11. Lucro líquido básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Companhia. Durante os períodos de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito diluitivo ou antidiluitivo sobre o lucro por ação e consequentemente o lucro básico por ação é equivalente ao lucro por ação diluído. **2.12. Normas contábeis, alterações e interpretações em vigor, ainda não aprovadas pela SUSEP e ainda não adotadas:** CPC 48, "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado e as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de provisões técnicas de capitalização e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de capitalização: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Companhia para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros: A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização. A Companhia segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o como objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico-financeiro. a) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: • Caixa e equivalente de caixa; • Ativos financeiros; • Créditos das operações de capitalização. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	4.770	3.364
Disponíveis para venda (nota 6)		
Títulos públicos	59.332	63.136
Empréstimos e recebíveis		
Créditos das operações de capitalização (nota 7)	3.334	1.095
Títulos e créditos a receber	9.523	5.709
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização	**76.959**	**73.304**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	BBB	BB-	Sem *Rating*	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.765	5	–	–	4.770
Disponíveis para venda					
Títulos públicos	–	–	59.332	–	59.332
Empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	3.334	3.334
Títulos e créditos a receber	–	–	–	9.523	9.523
Exposição máxima ao risco de crédito	**4.765**	**5**	**59.332**	**12.857**	**76.959**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	BBB	Sem *Rating*	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.078	286	–	3.364
Disponíveis para venda				
Títulos públicos	63.136	–	–	63.136
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	–	–	1.095	1.095
Títulos e créditos a receber	–	–	5.709	5.709
Exposição máxima ao risco de crédito	**66.214**	**286**	**6.804**	**73.304**

Os ativos são analisados na tabela acima usando o *rating* da Fitch Rating, Standard & Poor's (S&P) ou equivalente quando o da Fitch ou S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior. b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas

continua

Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ: 17.266.009/0001-41

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. I) *Controle do risco de liquidez*: O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Companhia liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. II) *Gerenciamento de Ativos e Passivos: (Assets and Liabilities Management - ALM)* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

2021	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.770	–	–	4.770
Títulos disponíveis para a venda				
Títulos de renda fixa públicos	5.615	49.103	4.614	59.332
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	3.014	320	–	3.334
Títulos e créditos a receber	7.580	1.943	–	9.523
Total dos ativos financeiros	**20.979**	**51.366**	**4.614**	**76.959**
Provisões técnicas - capitalização	37.280	689	–	37.969
Obrigações a pagar	5.754	–	–	5.754
Impostos e contribuições	3.925	–	–	3.925
Outras contas a pagar	77	–	–	77
Total dos passivos financeiros	**47.036**	**689**	**–**	**47.725**

2020	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.364	–	–	3.364
Títulos disponíveis para a venda				
Títulos de renda fixa públicos	–	57.526	5.610	63.136
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	1.095	–	–	1.095
Títulos e créditos a receber	5.709	–	–	5.709
Total dos ativos financeiros	**10.168**	**57.526**	**5.610**	**73.304**
Provisões técnicas - capitalização	26.565	7.470	86	34.121
Obrigações a pagar	4.327	–	–	4.327
Impostos e contribuições	132	–	–	132
Total dos passivos financeiros	**31.024**	**7.470**	**86**	**38.580**

III) *Análise de sensibilidade*

A Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, atrelados à taxa SELIC. Conforme destacado no quadro a seguir:

2021	Títulos federais	Total
Aplicações	59.332	59.332
SELIC - % a.a.	9,15	9,15
Projeção rentabilidade próximos 12 meses		
Resultado:		
Provável	5.429	5.429
Queda 25%	4.072	4.072
Queda 50%	2.714	2.714
Elevação 25%	6.786	6.786
Elevação 50%	8.143	8.143

2020	Títulos federais	Total
Aplicações	63.136	63.136
SELIC - % a.a.	1,9	1,9
Projeção rentabilidade próximos 12 meses		
Resultado:		
Provável	1.200	1.200
Queda 25%	900	900
Queda 50%	600	600
Elevação 25%	1.500	1.500
Elevação 50%	1.800	1.800

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.

c) Risco operacional: A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. d) Risco de mercado: I) *Gerenciamento de risco de mercado*: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. II) *Controle do risco de mercado*: O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Companhia. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e Bancos	4.770	3.364
Total	**4.770**	**3.364**

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações:

Títulos e classificações	Taxa de juros contratadas (%)	2021	%
Títulos disponíveis para venda		**59.332**	**100%**
Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	14.414	24,30%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 9,00% a 11,99%	5.615	9,46%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 6,00% a 8,99%	10.482	17,67%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 16,00% a 17,99%	13.423	22,62%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12,00% a 13,99%	2.065	3,48%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 9,00% a 11,99%	13.333	22,47%
Total		**59.332**	**100%**

Títulos e classificações	Taxa de juros contratadas (%)	2020	%
Títulos disponíveis para venda		**63.136**	**100%**
Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	14.538	23,03%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 9,00% a 11,99%	5.461	8,65%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 6,00% a 8,99%	9.271	14,68%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 16,00% a 17,99%	15.668	24,82%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12,00% a 13,99%	2.410	3,82%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 9,00% a 11,99%	15.788	25,00%
Total		**63.136**	**100%**

	De 1 a 365 dias ou sem vencimento	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários	Custo Atualizado, líquidos dos efeitos tributários
Títulos disponíveis para venda	**5.615**	**49.103**	**4.614**	**59.332**	**416**	**58.916**
Tesouro SELIC (LFT)	–	14.414	–	14.414	(33)	14.447
Tesouro Prefixado (LTN)	5.615	10.482	–	16.097	(447)	16.544
Tesouro Prefixado (NTN-F)	–	24.207	4.614	28.821	896	27.925
Total em 31 de dezembro de 2021	**5.615**	**49.103**	**4.614**	**59.332**	**416**	**58.916**
Total em 2020	**–**	**57.526**	**5.610**	**63.136**	**4.579**	**58.557**

b) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

2021	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	**59.332**	**59.332**
Tesouro SELIC (LFT)	14.414	14.414
Tesouro Prefixado (LTN)	16.097	16.097
Tesouro Prefixado (NTN-F)	28.821	28.821
Total	**59.332**	**59.332**

2020	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	**63.136**	**63.136**
Tesouro SELIC (LFT)	14.536	14.536
Tesouro Prefixado (LTN)	14.733	14.733
Tesouro Prefixado (NTN-F)	33.867	33.867
Total	**63.136**	**63.136**

c) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2021
Tesouro SELIC (LFT)	14.536	1.344	(2.111)	627	18	14.414
Tesouro Prefixado (LTN)	14.733	1.635	–	1.149	(1.420)	16.097
Tesouro Prefixado (NTN-F)	33.867	–	(2.730)	3.220	(5.536)	28.821
Total	**63.136**	**2.979**	**(4.841)**	**4.996**	**(6.938)**	**59.332**

	Saldo em 2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2020
Tesouro SELIC (LFT)	16.089	2.904	(4.795)	413	(75)	14.536
Tesouro Prefixado (LTN)	14.192	4.446	(5.090)	1.097	88	14.733
Tesouro Prefixado (NTN-F)	33.703	–	(2.730)	3.153	(259)	33.867
Total	**63.984**	**7.350**	**(12.615)**	**4.663**	**(246)**	**63.136**

d) Instrumentos financeiros por categoria:

2021	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	59.332	100,00%		
Créditos das operações de capitalização	–	–	3.334	25,93%
Títulos e créditos a receber desconsiderado créditos tributários	–	–	9.523	74,07%
Total	**59.332**	**100,00%**	**12.857**	**100,00%**

2020	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	63.136	100,00%		
Créditos das operações de capitalização	–	–	1.095	16,09%
Títulos e créditos a receber desconsiderado créditos tributários	–	–	5.709	83,91%
Total	**63.136**	**100,00%**	**6.804**	**100,00%**

7. Créditos das operações de capitalização

a) Movimentação de créditos das operações de capitalização:

Saldo em 2020	1.095
Títulos comercializados	47.159
Recebimentos no período	(44.920)
Saldo em 2021	**3.334**
Saldo em 2019	614
Títulos comercializados	32.761
Recebimentos no período	(32.280)
Saldo em 2020	**1.095**

Aging list:

2021	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima 365 dias	Total
Total de títulos a receber (*)	275	368	247	1.156	968	394	3.408
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	–	(74)	(74)
Total de prêmios a receber	**275**	**368**	**247**	**1.156**	**968**	**320**	**3.334**

2020	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima 365 dias	Total
Total de títulos a receber (*)	358	90	–	–	721	–	1.169
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	(74)	–	(74)
Total de prêmios a receber	**358**	**90**	**–**	**–**	**647**	**–**	**1.095**

(*) Os valores com aging acima de 61 dias não constitui PDD, são títulos a receber da empresa Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. que fazem parte do Grupo Zurich, mesmo conglomerado.

8. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021	2020
Antecipação de IR e CS	3.380	–
IRPJ e CSLL a compensar	1.123	1.141
PIS e COFINS a compensar	57	74
IRPJ e CSLL diferido	616	526
Total	**5.176**	**1.741**

Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Composição impostos diferidos	624	2.246	4471	1.496	13.674	624
Provisão para riscos fiscais	624	2.246	–	–	13.674	624

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	2021	2020
Resultado antes dos impostos e contribuições	8.586	6.947
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(3.434)	(2.779)
Baixa de créditos tributários concernentes a anos anteriores	–	–
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(8)	(6)
Demais ajustes	9	24
Majoração CSLL 5%	(215)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.648)**	**(2.761)**

b) Ativos e passivos fiscais diferidos: Os tributos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são compostos como segue:

Ativos diferidos	2020	Constituição	Realização	2021
Provisão para riscos fiscais	526	90	–	616
Total dos ativos diferidos	**526**	**90**	**–**	**616**
Passivos diferidos	**2020**	**Constituição**	**Realização**	**2021**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.053	–	(2.775)	278
Total dos passivos diferidos	**3.053**	**–**	**(2.775)**	**278**

Ativos diferidos	2019	Constituição	Realização	2020
Provisão para riscos fiscais	460	–	66	526
Total dos ativos diferidos	**460**	**–**	**66**	**526**
Passivos diferidos	**2019**	**Constituição**	**Realização**	**2020**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.151	–	(98)	3.053
Total dos passivos diferidos	**3.151**	**–**	**(98)**	**3.053**

c) Impostos e contribuições:

	2021	2020
Imposto de Renda	2.324	98
Contribuição Social	1.572	32
Outros	29	2
Total	**3.925**	**132**

9. Obrigações a pagar

	2021	2020
Dividendos a pagar	4.692	3.978
Fornecedores	1.018	305
Outras obrigações a pagar	44	44
Total	**5.754**	**4.327**

10. Depósitos de terceiros

a) Discriminação de depósitos de terceiros:

	2021	2020
Prêmios e emolumentos	6.750	2.356
Total	**6.750**	**2.356**

b) Aging list depósitos de terceiros:

	2021	2020
De 1 a 30 dias	313	–
De 31 a 60 dias	337	384
De 61 a 120 dias	746	594
De 121 a 180 dias	1.076	1.041
De 181 a 365 dias	3.827	337
Acima 365 dias	451	–
Total	**6.750**	**2.356**

11. Provisões técnicas - capitalização

	2021	2020
Provisão Matemática para Capitalização	17.360	18.444
Provisão para Resgate	10.094	6.162
Provisão para Sorteios a Realizar	2.060	1.408
Provisão para Sorteios a Pagar	8.162	6.180
Provisão para Despesas Administrativas	293	1.681
Provisão Complementar de Sorteios	–	245
Total	**37.969**	**34.120**

a) Movimentação das provisões técnicas - capitalização

	2020	Constituição	Reversão/ Pagamento	Atualização monetária e juros	2021
Provisão Matemática para Capitalização	18.444	31.582	(33.329)	663	17.360
Provisão para Resgate	6.162	33.329	(29.397)	–	10.094
Provisão para Sorteios a Realizar	1.408	11.576	(11.028)	104	2.060
Provisão para Sorteios a Pagar	6.180	11.954	(9.972)	–	8.162
Provisão para Despesas Administrativas	1.681	484	(1.872)	–	293
Provisão Complementar de Sorteios	245	–	(245)	–	–
Total	**34.120**	**88.925**	**(85.843)**	**767**	**37.969**

	2019	Constituição	Reversão/ Pagamento	Atualização monetária e juros	2020
Provisão Matemática para Capitalização	20.652	23.284	(26.195)	703	18.444
Provisão para Resgate	4.770	25.672	(24.280)	–	6.162
Provisão para Sorteios a Realizar	4.932	8.220	(12.005)	261	1.408
Provisão para Sorteios a Pagar	3.761	8.381	(5.962)	–	6.180
Provisão para Despesas Administrativas	1.286	1.018	(623)	–	1.681
Provisão Complementar de Sorteios	–	245	–	–	245
Total	**35.401**	**66.820**	**(69.065)**	**964**	**34.120**

b) Ativos garantidores das provisões técnicas: Os valores contábeis vinculados a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	2021	2020
Total das provisões técnicas a ser coberto	**37.969**	**34.120**
Ativos oferecidos em garantia		
Títulos Públicos (LFT, LTN e NTN-F)	59.332	63.136
Total dos ativos oferecidos em garantia	**59.332**	**63.136**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**21.363**	**29.016**
Liquidez - 20% sobre o Capital de Risco deduzido risco de mercado (Nota 13.d) (I)	–	1.145
Suficiência de Liquidez	**–**	**27.871**

(I) Resolução CNSP nº 432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

12. Outros débitos - Provisões judiciais

a) Movimentação das provisões para processos fiscais e obrigações legais:

	2020	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	2021
PIS/COFINS Receitas financeiras	1.334	226	1.560
Saldo das provisões judiciais	**1.334**	**226**	**1.560**

	2019	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	2020
PIS/COFINS Receitas financeiras	1.170	164	1.334
Saldo das provisões judiciais	**1.170**	**164**	**1.334**

Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, a Companhia impetrou um Mandado de Segurança visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor à Companhia o dever de se sujeitar à contribuição ao PIS e à COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$21.867, está representado por 21.867.173 ações ordinárias nominativas, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros:

	2021	2020
Reserva legal (I)	658	411
Reserva estatutária (II)	2.872	2.872
Reservas de lucros	**3.530**	**3.283**

(I) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (II) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, após a constituição da reserva legal. A Companhia provisionou em dezembro de 2021 dividendos no valor de R$ 4.692, acima dos dividendos mínimos dos 25% obrigatórios. d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido:

	2021	2020
Patrimônio líquido	25.813	29.729
Ajustes contábeis:	**(18)**	**(15)**
Despesas antecipadas	(18)	(15)
PLA Total	**25.795**	**29.714**
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital adicional baseado no risco de subscrição	648	3.208
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.437	932
Capital adicional baseado no risco operacional	379	223
Capital adicional baseado no risco de mercado	2.154	3.114
Benefício da diversificação	**(1.029)**	**(1.750)**
Capital base de risco (b)	3.589	5.727
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)).	10.800	10.800
PLA de nível 1	25.795	29.714
Patrimônio líquido ajustado	**25.795**	**29.714**
Suficiência de capital	**14.995**	**18.914**

A Companhia apurou o Capital Mínimo Requerido utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 432/21, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Companhia adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

14. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Emissão com títulos de capitalização por modalidade:

2021 Modalidade	Emissão	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	46.151	(11.326)	(169)
Tradicional	1.007	235	(9)
Total	**47.158**	**(11.091)**	**(178)**

2020 Modalidade	Emissão	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	31.917	(3.143)	(148)
Tradicional	844	(120)	(8)
Total	**32.761**	**(3.263)**	**(156)**

b) Despesas com tributos:

	2021	2020
COFINS	(329)	(414)
PIS	(77)	(70)
Taxa de fiscalização	(15)	(59)
Contribuição sindical	–	(8)
Impostos Municipais	(3)	(6)
Impostos Estaduais	(1)	(3)
Outros Tributos	(4)	–
Total de despesas com tributos	**(429)**	**(560)**

c) Resultado financeiro:

	2021	2020
Rendimento das aplicações de renda fixa (nota 6 (c))	5.005	4.712
Receita com atualização de impostos a compensar	30	33
Despesas financeiras com operações de capitalização	–	(613)
Despesas financeiras com renda fixa (nota 6 (c))	(9)	(49)
Despesas com atualização de débitos tributários	(97)	46
Total resultado financeiro	**4.929**	**4.129**

15. Partes relacionadas

A Zurich Brasil Capitalização S.A. teve transação de despesas administrativas compartilhadas com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A.:

	2021 Ativo e passivo	2020 Ativo e passivo	2021 Receitas e despesas (*)	2020 Receitas e despesas (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(4.719)	(315)	10.764	(433)
Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.	(63)	–	601	–

a) Remuneração do pessoal chave da administração: (*) Em 31 de dezembro de 2021 R$ 331 (R$ 353 em dezembro de 2020) referem-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Brasil Capitalização S.A., paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

16. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento contábil até a data de publicação das demonstrações financeiras.

DIRETORES

Edson Luis Franco — Luiz Henrique Meirelles Reis — Rafael de Gouvela Ramalho — Marcio Benevides Xavier — Sven Feistel

CONTADOR

Gustavo Lauretti - CRC 1SP304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** ("Companhia") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (I) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (II) do cumprimento pela Companhia das exigências legais e regulamentares, (III) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (IV) do desempenho da função da auditoria interna da Companhia e dos auditores externos, e (V) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises. **1. Atividades do Comitê:** No decorrer do exercício de 2021, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna - discussão do plano de trabalho para o exercício de 2021 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa - discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021; d. Controladoria - discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2021. **2. Auditoria Interna:** O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2021 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2021, mostram-se suficientes. **3. Auditoria Externa:** O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021. **4. Controladoria:** Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos. **5. Demonstrações Financeiras:** O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício de 2021, bem como os respectivos relatórios da Administração. **6. Conclusão:** Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Membros

Helio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

Fernando Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Brasil Capitalização S.A. - São Paulo - SP. CNPJ: 17.266.009/0001-41. Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

Anderson Gomes Ferreira da Silva

CNPJ 03.801.998/0001-11 Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909

Corporate Tower Torre Norte - 6º andar - conj. 61, Vila Nova Conceição,

CEP: 04543-907, São Paulo - SP

continua

Zurich Brasil Capitalização S.A.
CNPJ: 17.266.009/0001-41

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Brasil Capitalização S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outros assuntos: Auditoria de valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatórios, em 25 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC-RJ076328/O-2

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Conjuntura Econômica:** A economia brasileira continuou a demonstrar recuperação durante o segundo semestre de 2021, ainda que aquém do projetado no início do ano. A retomada gradual foi impulsionada, principalmente, pelo arrefecimento da pandemia, com a diminuição dos contágios e menor fatalidade da Covid-19. Esse movimento permitiu a reabertura (por fases) do comércio e do mercado de serviços. Juntamente com essa retomada, acumularam-se os efeitos inflacionários derivados da continuidade da pressão altista das commodities, câmbio e preço da energia. Com isso, a inflação (IPCA) fechou o ano 10,06%, o que levou o Banco Central a acelerar o ciclo de aperto monetário em 2021, conduzindo a taxa básica de juros (Selic) a fechar o ano em 9,25%. As contas externas continuam a apresentar situação relativamente confortável, impulsionadas pelas exportações de commodities e manutenção do nível de reserva. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, que são ativos garantidores das provisões técnicas, compostas por títulos de renda fixa e aplicação em fundos de investimentos atingiram o montante de R$ 2.705 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.562 milhões em 31 de dezembro de 2020). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas, do ano findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 2.684 milhões (R$ 2.552 milhões em 31 de dezembro de 2020). **Desempenho Operacional:** O volume de prêmios emitidos e rendas de contribuição atingiram R$ 333.300 mil em 31 de dezembro de 2021, um crescimento de 60% em relação ao volume de R$ 208.874 mil em 31 de dezembro de 2020. As receitas com taxa de gestão atingiram R$9.540mil em 31 de dezembro de 2021, 27% acima do montante de R$ 7.506 mil em 31 de dezembro de 2020. As despesas administrativas atingiram R$ 3.688 mil em 31 de dezembro de 2021 muito em linha com o ano anterior de R$ 3.500 mil em 31 de dezembro de 2021 apesar do alto índice de inflação do exercício de 2021. A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. apresentou em 31 de dezembro de 2021 prejuízo de R$ 7.488 mil (prejuízo de R$ 6.121 mil em 31 de dezembro de 2020). Os ativos totais atingiram o montante de R$ 2.749 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.610 milhões em 31 de dezembro de 2020), enquanto o patrimônio líquido atingiu R$ 47.528 mil em 31 de dezembro de 2021 (R$ 44.969 mil em 31 de dezembro de 2020). **Controles Internos e Compliance:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich. Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está entre os melhores da história da empresa e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes mundiais nos EUA e da Europa. Além disso, a base de clientes de varejo atingiu o patamar de 55 milhões e ao mesmo tempo uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, estabelecendo metas agressivas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2021 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2022. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		2.725.705	2.576.731
Disponível	5	6.077	5.513
Caixa e bancos		6.077	5.513
Aplicações	6	2.703.767	2.550.367
Outros créditos operacionais	7 (c)	10.493	16.271
Títulos e créditos a receber		2.098	1.815
Créditos tributários e previdenciários	7	2.098	1.815
Despesas antecipadas		541	340
Custos de aquisição diferidos	9 (b)	2.729	2.425
Não Circulante		23.010	33.729
Realizável a longo prazo		23.010	33.702
Aplicações	6	1.485	12.064
Títulos e créditos a receber		4.104	3.999
Depósitos judiciais e fiscais	10 (a)	4.104	3.999
Custos de aquisição diferidos	9 (b)	17.421	17.639
Investimentos		–	27
Participações societárias		–	27
Total do ativo		2.748.715	2.610.460

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		2.692.201	2.557.244
Contas a pagar		10.692	6.813
Obrigações a pagar	8	8.119	4.082
Impostos e encargos sociais a recolher		1.724	911
Impostos e contribuições		43	73
Outras contas a pagar		806	1.747
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.096	910
Prêmios a restituir		866	893
Corretores de seguros e resseguros		230	17
Débitos de operações com previdência complementar		12	–
Outros débitos operacionais		12	–
Provisões técnicas - seguros	11 (a)	1.693.141	1.651.507
Vida com cobertura por sobrevivência		1.693.141	1.651.507
Provisões técnicas - previdência complementar	11 (b)	987.260	898.014
Planos não bloqueados		47	39
PGBL		987.213	897.975
Não Circulante		8.986	8.247
Contas a pagar		–	1
Tributos diferidos	7 (b)	–	1
Provisões técnicas - seguros	11 (a)	1.012	406
Vida com cobertura por sobrevivência		1.012	406
Provisões técnicas - previdência complementar	11 (b)	2.379	2.428
Planos não bloqueados		367	320
PGBL		2.012	2.108
Outros débitos	10 (a)	5.595	5.412
Provisões judiciais		5.595	5.412
Patrimônio Líquido		47.528	44.969
Capital social	12 (a)	51.628	51.628
Aumento de Capital (Em Aprovação)		10.000	–
Ajuste de avaliação patrimonial		(12)	(58)
Prejuízos acumulados		(14.088)	(6.601)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.748.715	2.610.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
(+) Contribuições para cobertura de riscos		99	99
(=) Prêmios ganhos		99	99
Rendas de contribuições e prêmios	13 (a)	333.300	208.874
Constituição da provisão de benefícios a conceder	13 (b)	(333.005)	(208.126)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		295	748
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	13 (c)	9.540	7.506
(+/–) Variações de outras provisões técnicas		7	2.371
(–) Benefícios retidos		(592)	(450)
(–) Custos de aquisição	13 (d)	(10.735)	(10.527)
(–) Outras receitas e despesas operacionais		(14)	(114)
(–) Despesas administrativas	13 (e)	(3.688)	(3.500)
(–) Despesas com tributos	13 (f)	(2.209)	(1.996)
(+) Resultado financeiro	13 (g)	(182)	(258)
(=) Resultado operacional		(7.479)	(6.121)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(7.479)	(6.121)
Imposto de renda	7 (a)	(5)	–
Contribuição social	7 (a)	(4)	–
Prejuízo do exercício		(7.488)	(6.121)
Quantidade de ações	2.13	1.048.316	1.048.316
Prejuízo básico por ação em R$	2.13	(7,14)	(5,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(7.488)	(6.121)
Ajuste de avaliação patrimonial	77	(85)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(31)	10
Total do resultado abrangente do exercício	(7.442)	(6.196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital Social em Aprovação	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.628	–	–	17	(479)	38.166
Aumento de Capital aprovado portaria SUSEP 489/2020	13.000	–	–	–	–	13.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(75)	–	(75)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(6.121)	(6.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	51.628	–	–	(58)	(6.600)	44.970
Aumento de Capital em aprovação	–	10.000	–	–	–	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	46	–	46
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(7.488)	(7.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.628	10.000	–	(12)	(14.088)	47.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Atividades operacionais	Nota explicativa	2021	2020
Prejuízo do exercício		(7.488)	(6.121)
Ajustes para:			
Provisões judiciais	10 (b)	183	119
Variação das contas patrimoniais:			
Aplicações		(142.774)	(282.911)
Outros créditos operacionais		5.778	(4.935)
Créditos tributários e previdenciários		(283)	(182)
Depósitos judiciais e fiscais		(105)	(54)
Despesas antecipadas		(201)	(255)
Custo de aquisição diferidos		(86)	4.263
Obrigações a pagar		4.036	(8.846)
Impostos e contribuições		(30)	48
Outras contas a pagar		(941)	181
Débitos de operações com seguros e resseguros		186	(406)
Débitos de operações com previdência complementar		12	–
Provisões técnicas - seguros		42.240	213.463
Provisões técnicas - previdência		89.196	70.948
Outros passivos		841	223
Caixa consumido nas atividades operacionais		(9.436)	(14.465)
Atividades de financiamento			
Aumento de Capital		10.000	13.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		10.000	13.000
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		564	(1.465)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.513	6.978
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.077	5.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que opera nos ramos de seguro de vida e previdência complementar aberta, em qualquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo participar em outras sociedades, observadas as disposições pertinentes. O capital social da Seguradora é constituído por 1.048.316 ações ordinárias, tendo como único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A. que por sua vez, possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar com pessoas coletivo, pessoas individual e previdência complementar e atualmente, a Seguradora opera com produto de previdência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o regime de competência, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. I) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independentes da sua data de vencimento. II) *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. III) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem, "Outros créditos operacionais". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: I) *Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros, incluindo títulos patrimoniais, perderam valor, incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. II) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações, reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o período de 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Contratos de seguros:** A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo, no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado. Risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. **2.6. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) Provisões judiciais não relacionadas a sinistro: são constituídos pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **2.7. Provisões técnicas:** a) Provisão Matemática de Benefícios à Conceder (PMBAC): Será calculada de acordo com o valor das contribuições pagas, deduzido, quando for o caso, o carregamento, e o valor das portabilidades de recursos de outros planos previdenciários, calculados diariamente de acordo com a rentabilidade das quotas de fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE), onde estão aplicados os referidos recursos. b) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): A Provisão matemática de benefícios concedidos corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros decorrente do evento gerador, calculada de acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano e de acordo com as características da cobertura do mesmo. c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A finalidade desta provisão é cobrir despesas administrativas futuras, em função de eventos já ocorridos e a ocorrer. Desta forma, é estimado o valor de despesa unitária de acordo com as despesas administrativas incorridas durante um período de 12 meses anteriores ao estudo. d) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): A constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos visa cobrir os sinistros a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes em determinada data-base de cálculo. O cálculo é "*pro rata die*", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição. e) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A Provisão complementar de cobertura é resultado do Teste de Adequação de Passivos, conforme nota 2.8. f) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): Refere-se aos valores de pecúlios e rendas aleatórias, inclusive atualização destes valores, não pagos em decorrência de eventos ocorridos. g) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): Os valores que integram essa provisão são apurados com base nos resgates a regularizar, devoluções de prêmios ou contribuições e portabilidades solicitadas ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade de seguradora receptora. h) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados de pecúlios e rendas. A metodologia utiliza o método Bornhuetter-Ferguson, a qual é baseada na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de Run-Off. i) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados:

Produtos Comercializados	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Distribuição Comercialização
PGBL	AT2000 F	0%	0,4682%
PGBL	AT2000 M	0%	0,8528%
PGBL	AT2000 male suavizada 10%	0%	0,0054%
PGBL	AT83 F	4%	0,2169%
PGBL	AT83 M	4%	0,4555%
PGBL	BR-EMSsb-f	0%	6,6020%
PGBL	BR-EMSsb-m	0%	27,7635%
VGBL	AT2000 F	0%	0,3456%
VGBL	AT2000 female suavizada 10%	0%	0,2056%
VGBL	AT2000 M	0%	0,8755%
VGBL	AT2000 male suavizada 10%	0%	0,0445%
VGBL	AT83 F	4%	0,0636%
VGBL	AT83 M	4%	0,2062%
VGBL	BR-EMSsb-f	0%	29,9356%
VGBL	BR-EMSsb-m	0%	31,9592%
TOTAL			100,000%

2.8. Teste de adequação do passivo - TAP: O Teste de Adequação de Passivos (TAP) é realizado para as datas-bases de junho e dezembro, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, com o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas em relação ao fluxo das obrigações da Seguradora. As provisões técnicas mencionadas são líquidas de custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis. Ao resultado desta apuração, dá-se o nome de *Net Carrying Amount*. Para a estimativa dos fluxos de caixa futuros, de contribuições, benefícios e despesas, a Seguradora utiliza os parâmetros definidos pela norma, com destaque para as estimativas de sobrevivência, utilizadas de acordo com a tábua BR-EMS, e a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco, obtida no sítio da SUSEP, de acordo com o indexador da obrigação. Cabe ressaltar que neste teste o agrupamento de informações é realizado por carteira, com compensação entre produtos (processos SUSEP), em uma mesma provisão técnica. Se o valor presente dos fluxos de caixa mencionados for superior às provisões contabilizadas, a insuficiência é registrada em Provisão Complementar de Cobertura (PCC), correspondente à fase do plano em que a insuficiência foi constatada, seja durante a fase de acumulação (PCC-PMBaC) ou na fase de concessão de benefício (PCC-PMBC), ou ainda em PCC-PPNG para os benefícios de risco. Para as demais provisões, o ajuste (cobertura da insuficiência) é realizado no saldo da própria provisão. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas. **2.9. Principais tributos:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 mil no exercício. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores (Vide nota 7.b). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.10. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, (vide nota 12 (a)). **2.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral (vide nota 12 (c)). **2.12. Apuração do resultado:** As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **2.13. Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante os períodos de junho de 2021 e 31 dezembro de 2020 a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito diluitivo ou antidiluitivo sobre o lucro por ação do período e consequentemente o lucro básico por ação é equivalente ao lucro por ação diluído. **2.14. Normas alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 48 "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 50 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas práticas contábeis requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado; as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, descrito no item (a) abaixo, e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descrita a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração da Seguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida e previdência complementar. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota 11. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros: A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. A Seguradora segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. c) Provisões para contingências: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Cabe a Administração a avaliação final da probabilidade de perda e o valor da provisão judicial. A Administração acredita que essas provisões para contingência estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma seguradora e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, como intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta

continua

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico-financeiro. a) Risco de seguro: O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. I) *Estratégia de subscrição:* A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais. II) *Gerenciamento de ativos e passivos:* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova trimestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê. III) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:* O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação do Passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. *Riscos de seguro vida e previdência:* Os riscos que abrangem o seguro de vida e previdência são: • Risco de mortalidade, é o risco que a experiência real da morte do tomador de seguros de vida seja maior do que o esperado; • Risco de longevidade, é o risco de que pensionistas vivam mais do que o esperado; • Risco de morbidade, é o risco que as alegações de segurados relacionados com a saúde sejam maiores que o esperado; • Risco do comportamento do segurado, é o risco em que os segurados que apresentam descontinuidade e redução nas contribuições de períodos anteriores para maturidade dos contratos sejam piores que o esperado, reduzindo o fluxo de caixa de negócios subscritos impactando na habilidade de cobertura das despesas de comissão diferida; • Risco de despesa, é o risco de que as despesas de aquisição e gestão das políticas sejam maiores do que o esperado. Um portfólio mais diversificado de riscos é menos suscetível de ser afetado por uma alteração em qualquer subconjunto dos riscos. A Seguradora conta com comitês locais de desenvolvimento de produto e um comitê de aprovação do produto, sob a liderança do *Chief Risk Officer Global Life*, para potenciais produtos de vida nova que poderá aumentar significativamente ou alterar a natureza de seus riscos. Estes exames permitem a Seguradora gerir novos riscos inerentes às suas proposições de novos negócios. A Seguradora analisa periodicamente a adequação continuada e os riscos potenciais dos produtos existentes. Segue uma visão geral das principais linhas do grupo de negócio: • Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL): É um plano de previdência complementar, que objetiva a concessão de benefícios, em vida, ao participante, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com as contribuições pagas e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente. • Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL): É um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com os prêmios pagos e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente. iv) *Análise de sensibilidade:* Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. A Seguradora não tem cessão de riscos em resseguro, razão pela qual não apresentamos o impacto sobre valores líquidos. Também não apresentamos um teste para a variável sinistralidade, pois a carteira da Seguradora é composta apenas de planos de previdência, e por se tratar de obrigações de longo prazo, o modelo de projeções utiliza para a estimativa dos sinistros as tábuas de mortalidade e de sobrevivência. Os efeitos sobre as variáveis mortalidade e sobrevivência estão consolidados no teste de sensibilidade para a taxa de mortalidade, por estarem interligados. O cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte utilizaram as tábuas BR-EMS, versão 2021, conforme determina Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme o indexador de cada plano e de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A premissa de conversão em renda foi estimada a partir da experiência da Seguradora nos últimos 5 anos. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Premissas atuariais	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido 2021 – Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na taxa de juros	362	362
Redução de 1% na taxa de juros	(378)	(378)
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	(4)	(4)
Redução de 5% na taxa de mortalidade	9	9
Aumento de 20% na conversão em renda	95	95
Redução de 20% na conversão em renda	(85)	(85)

Em 31 de Dezembro de 2021 a premissa de conversão em renda com base na estimativa atual de conversão da carteira é de 0,0939379076183615%.

Premissas atuariais	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido 2020 – Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na taxa de juros	385	385
Redução de 1% na taxa de juros	(494)	(494)
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	–	–
Redução de 5% na taxa de mortalidade	6	6
Aumento de 20% na conversão em renda	(48)	(48)
Redução de 20% na conversão em renda	48	48

(*) Em 31 de Dezembro de 2020 a premissa de conversão em renda com base na estimativa atual de conversão da carteira é de 0,10355601%.

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o resultado e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido. b) Concentração de riscos: O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nas rendas de contribuições e prêmios. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. Total de rendas de contribuições e prêmios por região geográfica.

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Total
PGBL	8.876	65.396	3.466	5.463	10.111	93.312
VGBL	15.101	205.563	5.462	4.639	9.223	239.988
Total em 2021	**23.977**	**270.959**	**8.928**	**10.102**	**19.334**	**333.300**
Total em 2020	**18.724**	**153.225**	**5.894**	**12.358**	**18.673**	**208.874**

c) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são os ativos financeiros. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito dos ativos financeiros, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de renda de contribuições, conforme Nota 4 (b). *Exposições ao risco de crédito:* A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito. Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da *Standard & Poor's* (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	BBB	BB-	2021
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	5.445	9	623	–	6.077
Disponíveis para venda (nota 6)					
Públicos	–	–	–	44.946	44.946
Exposição máxima ao risco de crédito	5.445	9	623	44.946	51.023

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	BB	2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	5.365	12	136	5.513
Disponíveis para venda (nota 6)				
Públicos	15.075	–	–	15.075
Valor justo por meio do resultado (nota 6)				
Privados	520	–	–	520
Exposição máxima ao risco de crédito	20.960	12	136	21.108

Os fundos de investimentos exclusivos R$ 2.660.306 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.546.836 em 31 de dezembro de 2020) não estão sendo avaliados porque a Seguradora assume que o risco é do beneficiário e não da Seguradora. O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. d) Risco de liquidez: I) *Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. II) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O passivo circulante é inferior ao ativo circulante, apresentando um nível satisfatório de liquidez para a Seguradora. O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros da Seguradora:

2021 – Ativo	Sem vencimento	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Títulos disponíveis para a venda					
Títulos de renda fixa públicos	–	43.461	1.485	–	44.946
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos exclusivos	2.660.306	–	–	–	2.660.306
Caixa e equivalentes de caixa	6.077	–	–	–	6.077
Outros créditos operacionais	–	10.493	–	–	10.493
Total do ativo	2.666.383	53.954	1.485	–	2.721.822
Passivo					
Contas a pagar	–	10.692	–	–	10.692
Provisões judiciais	–	–	5.595	–	5.595
Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)	–	559.203	944.203	1.180.386	2.683.792
Total do passivo	–	569.895	949.798	1.180.386	2.700.079

2020 – Ativo	Sem vencimento	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Títulos disponíveis para a venda					
Títulos de renda fixa públicos	–	3.011	850	11.214	15.075
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos exclusivos	2.546.836	–	–	–	2.546.836
Fundos de investimentos não exclusivos	520	–	–	–	520
Caixa e equivalentes de caixa	5.513	–	–	–	5.513
Outros créditos operacionais	–	16.271	–	–	16.271
Total do ativo	2.552.869	19.282	850	11.214	2.584.215
Passivo					
Contas a pagar	–	6.813	1	–	6.814
Provisões judiciais	–	–	5.412	–	5.412
Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)	–	513.995	898.011	1.140.349	2.552.355
Total do passivo	–	520.808	903.424	1.140.350	2.564.581

e) Risco de mercado: I) *Gerenciamento de risco de mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. II) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. III) *Análise do risco de mercado:* A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), sendo o cumprimento destes acompanhados diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR. Esse modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	6.077	5.513
	6.077	5.513

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	2021	%	2020	%
Ao valor justo por meio do resultado	2.660.306	98,34%	2.547.356	99,41%
Fundos de investimentos exclusivos	2.660.306	98,34%	2.546.836	99,39%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	67.736	2,50%	81.936	3,20%
Tesouro SELIC (LFT)	194.491	7,19%	188.593	7,36%
Tesouro Prefixado (LTN)	27.911	1,03%	26.977	1,05%
Operações Compromissadas (LTN)	67.367	2,49%	100.888	3,94%
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	161.106	5,96%	154.936	6,05%
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	11.053	0,41%	22.455	0,88%
Operações Compromissadas (NTN)	17.613	0,65%	60.238	2,35%
Letras Financeiras (LF)	135.344	5,00%	193.804	7,56%
Quotas de fundos de investimentos	1.796.018	66,39%	1.553.757	60,64%
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	1.126	0,04%	1.131	0,04%
Ações	51.350	1,90%	60.163	2,35%
Debêntures	128.706	4,76%	101.958	3,98%
Letra de Câmbio (LC)	99	0,00%	–	0,00%
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	354	0,01%	–	0,00%
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	32	0,00%	–	0,00%
Fundos de investimentos não exclusivos	–	0,00%	520	0,02%
Renda fixa - quotas de fundos de investimentos	–	0,00%	520	0,02%
Títulos disponíveis para venda	44.946	1,66%	15.075	0,59%
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	236	0,01%	241	0,01%
Tesouro SELIC (LFT)	6.640	0,24%	14.834	0,58%
Tesouro Prefixado (LTN)	38.070	1,41%	–	0,00%
Total das aplicações	2.705.252	100,00%	2.562.431	100,00%

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado	Ajustes de avaliação patrimonial líquido dos efeitos tributários	Custo atualizado
Ao valor justo por meio do resultado	1.901.356	66.163	118.141	574.646	2.660.306	–	2.660.306
Fundos de investimentos exclusivos	1.901.356	66.163	118.141	574.646	2.660.306	–	2.660.306
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.768	26.934	27.315	9.729	67.736	–	67.736
Tesouro SELIC (LFT)	–	23.948	14.532	156.010	194.490	–	194.490
Tesouro Prefixado (LTN)	8.999	–	11.258	7.645	27.912	–	27.912
Operações Compromissadas (LTN)	38.941	–	–	28.426	67.367	–	67.367
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	–	–	32.063	129.043	161.106	–	161.106
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	–	–	–	11.053	11.053	–	11.053
Operações Compromissadas (NTN)	–	–	11.136	6.477	17.613	–	17.613
Letras Financeiras (LF)	2.210	13.165	15.327	104.642	135.344	–	135.344
Quotas de fundos de investimentos	1.796.018	–	–	–	1.796.018	–	1.796.018
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	–	–	1.126	1.126	–	1.126
Ações	51.350	–	–	–	51.350	–	51.350
Debêntures	–	1.711	6.500	120.495	128.706	–	128.706
Letra de Câmbio (LC)	–	99	–	–	99	–	99
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	38	316	–	–	354	–	354
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	32	–	–	–	32	–	32
Títulos disponíveis para venda	2.499	2.808	38.154	1.485	44.946	(12)	44.958
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	–	–	–	236	236	2	234
Tesouro SELIC (LFT)	–	2.808	2.583	1.249	6.640	(7)	6.647
Tesouro Prefixado (LTN)	2.499	–	35.571	–	38.070	(7)	38.077
Total em 2021	1.903.855	68.971	156.295	576.131	2.705.252	(12)	2.705.264
Total em 2020	1.620.552	183.077	61.548	697.254	2.562.431	(58)	2.562.489

b) Resumo da movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2021
Ao valor justo por meio do resultado	2.547.356	350.410	(285.815)	48.355	–	2.660.306
Fundos de investimentos exclusivos	2.546.836	350.410	(285.293)	48.353	–	2.660.306
Fundos de investimentos não exclusivos	520	–	(522)	2	–	–
Renda fixa - quotas de fundos de investimentos	520	–	(522)	2	–	–
Títulos disponíveis para venda	15.075	75.949	(46.539)	415	46	44.946
Tesouro IPCA + (NTN-B)	241	–	(12)	33	(26)	236
Tesouro SELIC + (LFT)	14.834	37.962	(46.527)	292	79	6.640
Tesouro PRE + (LTN)	–	37.987	–	90	(7)	38.070
Total	2.562.431	426.359	(332.354)	48.770	46	2.705.252

	Saldo em 2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2020
Ao valor justo por meio do resultado	2.264.906	291.279	(96.638)	87.809	–	2.547.356
Fundos de investimentos exclusivos	2.264.790	290.879	(96.638)	87.805	–	2.546.836
Fundos de investimentos não exclusivos	116	400	–	4	–	520
Renda fixa - quotas de fundos de investimentos	116	400	–	4	–	520
Títulos disponíveis para venda	14.689	41.224	(40.980)	227	(85)	15.075
Tesouro IPCA + (NTN-B)	233	–	(12)	20	–	241
Tesouro SELIC + (LFT)	14.456	41.224	(40.968)	207	(85)	14.834
Total	2.279.595	332.503	(137.618)	88.036	(85)	2.562.431

c) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Seguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

2021	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	530.891	2.129.415	2.660.306
Fundos de investimentos exclusivos			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	–	67.736	67.736
Tesouro SELIC (LFT)	194.491	–	194.491
Tesouro Prefixado (LTN)	27.911	–	27.911
Operações Compromissadas (LTN)	67.367	–	67.367
Tesouro IPCA + (NTN-B)	161.106	–	161.106
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	11.053	–	11.053
Operações Compromissadas (NTN)	17.613	–	17.613
Letras Financeiras (LF)	–	135.344	135.344
Quotas de fundos de investimentos	–	1.796.018	1.796.018
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	1.126	1.126
Ações	51.350	–	51.350
Debêntures	–	128.706	128.706
Letra de Câmbio (LC)	–	99	99
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	–	354	354
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	–	32	32
Títulos disponíveis para venda	44.946	–	44.946
Tesouro IPCA + (NTN-B)	236	–	236
Tesouro SELIC (LFT)	6.640	–	6.640
Tesouro Prefixado (LTN)	38.070	–	38.070
Total aplicações	575.837	2.129.415	2.705.252

2020	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	614.250	1.933.106	2.547.356
Fundos de investimentos exclusivos			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	–	81.936	81.936
Tesouro SELIC (LFT)	188.593	–	188.593
Tesouro Prefixado (LTN)	26.977	–	26.977
Operações Compromissadas (LTN)	100.888	–	100.888
Tesouro IPCA + (NTN-B)	154.936	–	154.936
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	22.455	–	22.455
Operações Compromissadas (NTN)	60.238	–	60.238
Letras Financeiras (LF)	–	193.804	193.804
Quotas de fundos de investimentos	–	1.553.757	1.553.757
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	1.131	1.131
Ações	60.163	–	60.163
Debêntures	–	101.958	101.958
Fundos de investimentos não exclusivos			
Quotas de fundos de investimentos	–	520	520
Títulos disponíveis para venda	15.075	–	15.075
Tesouro IPCA + (NTN-B)	241	–	241
Tesouro SELIC (LFT)	14.834	–	14.834
Total aplicações	629.325	1.933.106	2.562.431

d) Taxas contratadas: A abertura das taxas contratadas aplica-se apenas para a carteira própria da Seguradora, não incluindo os fundos de investimentos exclusivos.

Títulos (2021)	Classes	Taxa de juros contratada a.a.	Valor	Percentual
NTN-B	Tesouro IPCA + (NTN-B)	De 05,00% até 7,99%	236	0,53
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	112	0,25
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	525	1,17
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	613	1,36
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.347	3.00
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.011	2,25
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	2.807	6,25
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	225	0,50
LFT	Tesouro PRE + (LTN)	Pré-fixado	2.499	5,56
LFT	Tesouro PRE + (LTN)	Pré-fixado	19.445	43.26
LFT	Tesouro PRE + (LTN)	Pré-fixado	16.126	35.88
			44.946	100,00

Títulos (2020)	Classes	Taxa de juros contratada a.a.	Valor	Percentual
NTN-B	Tesouro IPCA + (NTN-B)	De 05,00% até 7,99%	241	1,55
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	107	0,69
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	502	3,22
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	74	0,47
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.995	12,79
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	6.005	38,50
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	3.011	19,31
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	637	4,08
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	2.503	16,06
Fundos	Quotas de fundos de investimento	Pós-fixado	520	3,33
			15.596	100,00

e) Instrumentos financeiros por categoria:

2021	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros						
Aplicações	2.660.306	100,00	44.946	100,00	–	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	10.493	100,00
Total	2.660.306	100,00	44.946	100,00	10.493	100,00

2020	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros						
Aplicações	2.547.356	100,00	15.075	100,00	–	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	16.271	100,00
Total	2.547.356	100,00	15.075	100,00	16.271	100,00

f) Análise de sensibilidade: A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

2021	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	524.488	384.746	1.796.018	2.705.252
SELIC - % a.a.	9,15	–	9,15	9,15
CDI - % a.a.	–	4,42	–	4,42
Projeção de rentabilidade - próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	47.991	17.006	164.336	229.333
Queda 25%	35.993	12.755	123.252	172.000
Queda 50%	23.996	8.503	82.168	114.667
Elevação 25%	59.989	21.258	205.420	286.667
Elevação 50%	71.987	25.509	246.504	344.000

2020	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	569.162	438.992	1.554.277	2.562.431
SELIC - % a.a.	1,9	–	1,9	1,9
CDI - % a.a.	–	2,76	–	2,76
Projeção de rentabilidade - próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	10.814	12.116	29.531	52.461
Queda 25%	8.111	9.087	22.148	39.346
Queda 50%	5.407	6.058	14.766	26.231
Elevação 25%	13.518	15.145	36.914	65.576
Elevação 50%	16.221	18.174	44.297	78.692

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

7. Outros créditos operacionais e títulos e créditos a receber

	2021	2020
IRPJ e CSLL a compensar	2.064	948
Outros créditos tributários e previdenciários	4	867
Antecipação de IRPJ e CSLL	30	–
Total do imposto de renda e contribuição social	2.098	1.815

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais, e conciliados para os valores registrados como despesa de cada exercício findo, conforme segue:

	2021	2020
Resultado antes dos tributos	(7.479)	(6.121)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	2.992	2.448
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(592)	(68)
Créditos tributários não constituídos (i)	(2.400)	(2.380)
Outros ajustes	9	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	–

(i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP 648/21. b) Ativos e passivos fiscais diferidos: Os tributos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são compostos como segue:

Sobre diferenças temporárias	Saldo em 2020	Constituição	Realização	Saldo em 2021
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(1)	–	1	–
Total dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(1)	–	1	–
Saldo dos tributos diferidos registrados	(1)	–	1	–

Sobre diferenças temporárias	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(11)	–	10	(1)
Total dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(11)	–	10	(1)
Saldo dos tributos diferidos registrados	(11)	–	10	(1)

c) Outros créditos operacionais:	2021	2020
Recuperação de Comissões	9.474	8.278
Transitória de Bancos	–	5.978
Valores a receber Taxa de Administração Financeira (TAF)	829	1.318
Resgates/Portabilidades a recuperar	167	634
Outros Créditos	23	63
Total Outros Créditos Operacionais	10.493	16.271

8. Obrigações a pagar

	2021	2020
Outras obrigações	938	920
Dividendos a pagar	1.124	1.124
Pagamentos a efetuar	6.057	2.038
Total das obrigações a pagar	8.119	4.082

9. Custos de aquisição diferidos

a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros e previdência. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao início de vigência diferido pela maturidade média da carteira, atualmente em 9 anos.

b) Discriminação	2021	2020
Comissões seguros	13.890	14.389
Comissões previdência	6.260	5.675
	20.150	20.064

c) Movimentação	2020	Constituição	Baixa	Amortização	2021
Comissões seguros	14.389	8.177	(6.111)	(2.487)	13.968
Comissões previdência	5.675	3.397	(1.779)	(1.111)	6.182
Total	20.064	11.574	(7.890)	(3.598)	20.150

	2019	Constituição	Baixa	Amortização	2020
Comissões seguros	17.878	7.336	(7.208)	(3.617)	14.389
Comissões previdência	6.449	2.665	(1.891)	(1.548)	5.675
Total	24.327	10.001	(9.099)	(5.165)	20.064

10. Provisões judiciais e depósitos judiciais

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos, obrigações legais e depósito judicial por natureza

	2021	2020
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	5.595	5.412
Total do passivo	5.595	5.412
Depósito judicial fiscal - COFINS	4.104	3.999
Total do ativo	4.104	3.999

b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações legais

	Saldo em 2020	Constituição	Reversão	Saldo em 2021
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	5.412	183	–	5.595
PIS/COFINS receitas financeiras	5.412	183	–	5.595
Saldo de provisões para provisões judiciais	5.412	183	–	5.595

	Saldo em 2019	Constituição	Reversão	Saldo em 2020
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	5.293	144	(24)	5.412
PIS/COFINS receitas financeiras	5.293	144	(24)	5.412
Saldo de provisões para provisões judiciais	5.293	144	(24)	5.412

PIS/COFINS Receitas Financeiras: Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor à Companhia o dever de se sujeitar à Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável com suspensão da exigibilidade, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Probabilidade de risco: Perda Possível. Obrigação legal - COFINS: em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal declarando inconstitucional o recolhimento das contribuições nos moldes previstos pela Lei nº 9.718/98, a Seguradora vem discutindo judicialmente a base de cálculo da COFINS. Em setembro de 2011 foi publicado acórdão cassando a liminar com base na qual a Zurich Vida e Previdência S.A. deixava de recolher a COFINS. Probabilidade de risco: Perda Possível.

11. Provisões técnicas

a) Seguros - circulante e não circulante:

	Provisão matemática de benefícios a conceder, concedidos e excedente financeiro	Provisão de despesa relacionada	Provisão de resgate e outros valores a regularizar	Total
Vida com cobertura de sobrevivência	1.691.652	264	2.237	1.694.153
Total em 2021	1.691.652	264	2.237	1.694.153
Vida com cobertura de sobrevivência	1.647.779	254	3.880	1.651.913
Total em 2020	1.647.779	254	3.880	1.651.913

b) Previdência complementar - circulante e não circulante:

	2021	2020
Provisão matemática de benefícios a conceder	966.182	896.586
Provisão de prêmios não ganhos	10	4
Provisão matemática de benefícios concedidos	2.341	2.406
Provisão eventos ocorridos não avisados	1	6
Provisão de resgate e outros valores a regularizar	20.729	1.047
Provisão de despesas relacionadas	376	393
Total	989.639	900.442

c) Movimentação das provisões técnicas - seguros

	Saldo em 2020	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 2021
Provisão Mate. Benef. Conceder	1.647.582	240.201	16.882	(248.004)	34.119	1.690.780
Provisão de Excedentes Financeiros	14	–	–	(14)	–	–
Provisão benefício a regularizar	–	–	–	–	–	–
Provisão resgates e outros valores a regularizar	3.880	608.319	–	(609.962)	–	2.237
Provisão matemática benefícios concedidos	183	662	–	(64)	91	872
Provisão de despesas relacionadas	254	2.917	–	(2.907)	–	264
Saldo total	1.651.913	852.099	16.882	(860.951)	34.210	1.694.153

	Saldo em 2019	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 2020
Provisão Mate. Benef. Conceder	1.436.374	122.209	97.271	(62.746)	54.474	1.647.582
Provisão de Excedentes Financeiros	9	58	–	(53)	–	14
Provisão de benefício a regularizar	–	3	–	(3)	–	–
Provisão resgates e outros valores a regularizar	–	246.372	–	(242.492)	–	3.880
Provisão matemática de benefícios concedidos	156	–	–	(30)	57	183
Provisão de despesas relacionadas	1.911	12.233	–	(13.890)	–	254
Saldo total	1.438.450	380.875	97.271	(319.214)	54.531	1.651.913

d) Movimentação das provisões técnicas - previdência complementar

	Saldo em 2020	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 2021
Provisão matemática de benefícios a conceder	896.586	93.099	(1.010)	(36.693)	14.200	966.182
Provisão de prêmios não ganhos	4	84	–	(79)	–	9
Provisão matemática de benefícios concedidos	2.406	–	–	(531)	466	2.341
Provisão benefício a regularizar	–	63	–	(63)	–	–
Provisão eventos ocorridos não avisados	6	32	–	(37)	–	1

continua

ZURICH

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 2020	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 2021
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	1.047	162.040	–	(142.358)	–	20.729
Provisão complementar de contribuições	–	–	–	–	–	–
Provisão despesas relacionadas	393	4.363	–	(4.379)	–	377
Saldo total	**900.442**	**239.681**	**(1.010)**	**(184.140)**	**14.666**	**989.639**

	Saldo em 2019	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 2020
Provisão matemática de benefícios a conceder	826.385	86.665	(16.172)	(33.526)	33.234	896.586
Provisão de prêmios não ganhos	2	45	–	(43)	–	4
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.860	450	–	(337)	433	2.406
Provisão benefício a regularizar	–	7	–	(7)	–	–
Provisão eventos ocorridos não avisados	6	87	–	(87)	–	6
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	134	291.156	–	(290.243)	–	1.047
Provisão complementar de contribuições	–	76	–	(76)	–	–
Provisão despesas relacionadas	1.107	9.736	–	(10.450)	–	393
Saldo total	**829.494**	**388.222**	**(16.172)**	**(334.769)**	**33.667**	**900.442**

e) Garantias das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2021	2020
Total das provisões técnicas	2.683.792	2.552.355
Aplicação em FIE's - Fase de Diferimento/Benefício	(2.660.306)	(2.546.836)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**23.486**	**5.519**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.640	14.834
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	236	241
Tesouro PRE+ (LTN)	38.070	–
Fundos de investimento de renda fixa	–	520
Total dos ativos oferecidos em garantia	**44.946**	**15.595**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**21.460**	**10.076**
Liquidez - 20% sobre o Capital de Risco deduzido Risco de Mercado (i)	–	1.326
Suficiência de Liquidez	**–**	**8.750**

(i) Resolução CNSP 432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 51.628 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 51.628 em 31 de dezembro de 2020), está representado em 31 de dezembro de 2021 por 1.048.316 e em 31 de dezembro de 2020 por 1.048.316 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Reservas de lucros: (i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve distribuição de dividendos.

d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido:

Descrição	2021	2020
Patrimônio líquido	47.528	44.969
Ajustes contábeis:		
Participação em soc. financeiras e não financeiras	–	(27)
Despesa antecipada	(541)	(340)
Custo de aquisição diferida não relacionada a PPNG	(20.150)	(20.064)
PLA Total	**26.837**	**24.538**
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	3.316	3.055
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.559	1.924
Capital adicional baseado no risco operacional	2.147	2.042
Capital adicional baseado no risco de mercado	336	285
Benefício da diversificação	(792)	(825)
Capital de risco (b)	6.566	6.481
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b))	15.000	15.000
PLA de nível 1 (i)	26.837	24.538
PLA de nível 2 (ii)	–	–
PLA de nível 3 (iii)	–	–
Patrimônio líquido ajustado	**26.837**	**24.538**
Ajustes de excesso do PLA de nível 2 e de nível 3	**–**	**–**
Suficiência de capital	**11.837**	**9.538**

(i) - PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e b do inciso II do caput da resolução 432/21;

(ii) - PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e

(iii) - PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Rendas de contribuições e prêmios

	2021	2020
VGBL	240.201	122.209
PGBL	93.099	86.665
Total	**333.300**	**208.874**

b) Constituição da provisão de benefícios a conceder

	2021	2020
VGBL	(239.506)	(122.341)
PGBL	(93.499)	(85.785)
Total	**(333.005)**	**(208.126)**

c) Rendas com taxas de gestão e outras taxas

	2021	2020
VGBL	5.667	4.281
PGBL	3.873	3.225
Total	**9.540**	**7.506**

d) Custos de aquisição

	2021	2020
Despesas de corretagem	(10.735)	(10.527)
Total dos custos de aquisição	**(10.735)**	**(10.527)**

e) Despesas administrativas

	2021	2020
Pessoal próprio	(1.266)	(1.454)
Serviços de terceiros	(631)	(367)
Localização e funcionamento	(472)	(457)
Publicações	(127)	(99)
Donativos e contribuições	(154)	(165)
Despesas administrativas diversas	(1.038)	(958)
Total das despesas administrativas	**(3.688)**	**(3.500)**

f) Despesas com tributos

	2021	2020
COFINS e PIS	(474)	(505)
Taxa de fiscalização	(1.326)	(1.265)
Contribuição sindical	(1)	(6)
Outros tributos	(408)	(220)
Total das despesas com tributos	**(2.209)**	**(1.996)**

g) Resultado financeiro

	2021	2020
Rendimento das aplicações de renda fixa	499	380
Rendimento com quotas de fundos (*)	48.353	87.809
Outras receitas financeiras	136	79
Encargos sobre provisões técnicas (*)	(48.832)	(88.198)
Despesas financeiras de renda fixa	(83)	(153)
Despesas financeiras sobre encargos tributários	(155)	(92)
Outros	(100)	(83)
Total do resultado financeiro	**(182)**	**(258)**

(*) Os valores de 2020 foram impactados consideravelmente devido a COVID-19, onde ocorreram desvalorizações dos fundos de investimentos.

14. Partes relacionadas

A Companhia Zurich Financial Services mantém estrutura operacional comum para suas empresas na América Latina. Os custos incorridos com essa estrutura são absorvidos proporcionalmente à receita auferida em cada empresa desta região, com base em termos contratuais. Estão demonstrados os valores relacionados dessa operação, conforme contrato de custo compartilhado das atividades administrativas:

	2021 Passivo	2021 Despesas (*)	2020 Passivo	2020 Despesas (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(429)	(2.458)	(1.403)	(2.379)

(*) Referem se a despesas administrativas tais como folha de pagamento e estrutura predial.

a) Remuneração do pessoal-chave da administração: R$ 1.266 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.454 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

15. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2021 até a data de publicação das demonstrações financeiras.

DIRETORES

Edson Luis Franco — Adriana Heldeker — Rafael de Gouvela Carvalho — Luiz Henrique Meirelles Reis — Marcio Benevides Xavier — Sven Feistel

CONTADOR

Gustavo Lauretti - CRC 1SP 304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises. **1. Atividades do Comitê:** No decorrer do exercício de 2021, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna - discussão do plano de trabalho para o exercício de 2021 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa - discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021; d. Controladoria - discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2021. **2. Auditoria Interna:** O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2021 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2021, mostram-se suficientes. **3. Auditoria Externa:** O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, Ernst & Young Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021. **4. Controladoria:** Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos. **5. Demonstrações Financeiras:** O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2021, bem como os respectivos relatórios da Administração. **6. Conclusão:** Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Membros

Helio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

Fernando Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Vida e Previdência S.A. - São Paulo - SP. CNPJ: 01.206.480/0001-04. Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidas de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

Anderson Gomes Ferreira da Silva

CNPJ 03.801.998/0001-11 Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909

Corporate Tower Torre Norte - 6º andar - conj. 61, Vila Nova Conceição,

CEP: 04543-907, São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria no período. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 11.a) e 11.b), em 31 de dezembro de 2021, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e de previdência complementar firmados pela Seguradora eram de R$ 1.694.153 mil e R$ 989.638 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, e mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Auditoria de valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Seguradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de fevereiro de 2021, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Gilberto Bizerra De Souza

Contador CRC-RJ076.328/O-2

Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ: 96.348.677/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Conjuntura Econômica:** A economia brasileira continuou a demonstrar recuperação durante o segundo semestre de 2021, ainda que aquém do projetado no início do ano. A retomada gradual foi impulsionada, principalmente, pelo arrefecimento da pandemia, com a diminuição dos contágios e menor fatalidade da Covid-19. Esse movimento permitiu a reabertura (por fases) do comércio e do mercado de serviços. Juntamente com essa retomada, acumularam-se os efeitos inflacionários derivados da continuidade da pressão altista das commodities, câmbio e preço da energia. Com isso, a inflação (IPCA) fechou o ano 10,06%, o que levou o Banco Central a acelerar o ciclo de aperto monetário em 2021, conduzindo a taxa básica de juros (Selic) a fechar o ano em 9,25%. As contas externas continuam a apresentar situação relativamente confortável, impulsionadas pelas exportações de commodities e manutenção do nível de reserva. **Contexto:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros, por se tratar de uma companhia em processo de "run-off" não possui nos próximos anos expectativas de crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada, porém por ser uma Seguradora pertencente ao grupo Zurich Internacional, seguirá adotando todas as medidas de controles, riscos e compliance necessários. **Aplicações Financeiras:** As aplicações em títulos de renda fixa, variável e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício de 2021, o montante de R$77 milhões (R$82 milhões em 31 de dezembro de 2020). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas, em 2021 é de R$15.779 mil (R$ 53.120 mil em 31 de dezembro de 2020), enquanto os ativos de resseguro eram R$189 mil (R$1 milhão em 31 de dezembro de 2020). **Desempenho Operacional:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou lucro líquido em dezembro de 2021 de R$3.982 mil (R$18.936 mil em 31 de dezembro de 2020). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 atingiu o valor de R$ 78.505 mil (R$ 76.327 mil em 31 de dezembro de 2020). **Controles Internos e Compliance:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich. Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando a criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está entre os melhores da história da empresa e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes mundiais nos EUA e da Europa. Além disso, a base de clientes de varejo atingiu o patamar de 55 milhões e ao mesmo tempo uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, estabelecendo metas agressivas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2021 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2022. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		**68.058**	**90.111**
Disponível		**1.239**	**19.393**
Caixa e bancos	5	1.239	19.393
Aplicações	6	**35.138**	**9.154**
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	**2.587**	**14.997**
Prêmios a receber	7.a	1.391	13.416
Operações com seguradoras	7.b	432	351
Operações com resseguradoras	7.c	764	1.230
Outros créditos operacionais	7.d	**5.963**	**5.940**
Ativos de resseguro e retrocessão	7.e	**189**	**1.198**
Títulos e créditos a receber		**16.483**	**7.732**
Títulos e créditos a receber	8.a	11.701	–
Créditos tributários e previdenciários	8.b	4.782	7.724
Outros créditos		–	8
Outros valores e bens	9	**797**	**1.124**
Bens a venda		797	1.124
Despesas antecipadas	10	**176**	**6**
Custos de aquisição diferidos	11.b	**5.486**	**30.567**
Seguros		5.486	30.567
Não Circulante		**43.969**	**81.438**
Realizável a longo prazo		**43.969**	**80.994**
Aplicações	6	**42.458**	**73.289**
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	7.d	–	**6**
Títulos e créditos a receber		**1.044**	**1.031**
Depósitos judiciais e fiscais	12	930	917
Outros créditos operacionais	8.a	114	114
Custos de aquisição diferidos	11.b	**467**	**6.668**
Seguros		467	6.668
Imobilizado	13	–	**364**
Bens móveis		–	364
Intangível	14	–	**80**
Outros intangíveis		–	80
Total do Ativo		**112.027**	**171.549**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		**30.738**	**80.150**
Contas a pagar		7.269	15.264
Obrigações a pagar	15	4.820	6.392
Impostos e encargos sociais a recolher	16	711	1.517
Impostos e contribuições	17	1.738	7.355
Débitos de operações com seguros e resseguros		**5.417**	**16.701**
Prêmios a restituir		1.353	1.310
Operações com seguradoras		38	128
Operações com resseguradoras		752	5.019
Corretores de seguros e resseguros	18	372	1.174
Outros débitos operacionais	19	2.902	9.070
Depósitos de terceiros	20	**3.066**	**2.870**
Provisões técnicas - seguros	21	**14.986**	**45.315**
Danos		10.881	28.199
Pessoas		4.105	17.116
Não Circulante		**2.784**	**15.072**
Provisões técnicas - seguros	21	**793**	**7.805**
Danos		788	7.284
Pessoas		5	521
Outros débitos		**1.991**	**2.349**
Provisões judiciais	27	1.991	2.349
Débitos diversos		–	4.918
Patrimônio líquido		**78.505**	**76.327**
Capital social	25.a	207.028	207.028
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.299)	694
Prejuízos acumulados		(127.224)	(131.395)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**112.027**	**171.549**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Prêmios emitidos		13.588	90.798
Variação das provisões técnicas		28.171	18.568
Prêmios ganhos	28.a	**41.759**	**109.366**
Sinistros ocorridos	28.b	(1.845)	2.758
Custos de aquisição	28.c	(39.273)	(71.941)
Outras receitas e despesas operacionais	28.d	8.342	(3.133)
Resultado com resseguro	28.e	**(884)**	**(6.000)**
Receita com resseguro		(395)	(4.786)
Despesa com resseguro		(22)	(1.214)
Outros resultados com resseguro		(467)	–
Despesas administrativas	28.f	(1.544)	(2.742)
Despesas com tributos	28.g	(3.164)	(7.094)
Resultado financeiro	28.h	2.551	4.219
Resultado operacional		**5.942**	**25.435**
Resultado antes dos impostos e participações		**5.942**	**25.435**
Imposto de Renda		(1.179)	(4.053)
Contribuição Social		(781)	(2.446)
Prejuízo/Lucro do exercício		**3.982**	**18.936**
Quantidade de ações (em milhares)		909.711	909.711
Média ponderada de números de ação (em milhares)		0,0044	0,00181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro Líquido do exercício	**3.982**	**18.936**
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.321)	(236)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	1.328	94
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	–	(142)
Total do resultado abrangente do exercício	**1.989**	**18.794**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	207.028	836	(147.881)	59.983
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(142)	–	(142)
Lucro líquido do exercício	–	–	18.936	18.936
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio	–	–	(2.450)	(2.450)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	207.028	694	(131.395)	76.327
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	189	189
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(1.993)	–	(1.993)
Lucro líquido do exercício	–	–	3.982	3.982
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	207.028	(1.299)	(127.224)	78.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**3.982**	**18.936**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	444	777
Provisão/Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.590	8.622
Constituição/(reversão) de provisões judiciais	–	202
Juros sobre Capital próprio provisionado	–	2.450
Variações das contas patrimoniais		
Aplicações	2.854	1.440
Créditos das operações de seguros e resseguros	10.819	7.902
Ativos de resseguro e retrocessões - provisões técnicas	1.015	807
Créditos fiscais e previdenciários	5.445	(6.558)
Depósitos judiciais e fiscais	(13)	(9)
Despesas antecipadas	(170)	53
Custo de aquisição diferidos	31.282	11.686
Outros ativos	(11.388)	357
Impostos e contribuições	(5.617)	5.492
Outras contas a pagar	(1.571)	(1.484)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(11.284)	(2.309)
Depósitos de terceiros	197	23
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(37.341)	(34.569)
Provisões judiciais	(358)	165
Outros Débitos	(5.752)	–
Caixa Gerado/Consumido pelas Operações	**(15.839)**	**13.983**
Imposto sobre o lucro - pago	**(2.503)**	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(18.342)**	**13.983**
Atividades de financiamento		
Outros	188	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**188**	–
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(18.154)**	**13.983**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.393	5.410
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.239	19.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em todo o território nacional. A Seguradora é controlada pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 99,99% das ações ordinárias e Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. com 0,01% das ações ordinárias, que totalizam 909.710.769 ações. A Zurich Minas Brasil Seguros S.A., possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. A Zurich Brasil Vida e Previdência, possui um único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A.. A Seguradora atua principalmente na comercialização de seguros massificados, em todo território nacional, distribuídos principalmente através de concessionárias de serviços públicos, grandes redes do comércio varejista, instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito e grupos de afinidade, intermediado por corretores de seguros, por se tratar de uma companhia em processo de "run-off" não possui nos próximos anos expectativas de crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras as principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. E a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com à taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco irrelevante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Seguradora não tem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e a valor justo por meio do resultado. *I) Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são: não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. II) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Operações de crédito com congêneres e resseguradoras", "Outros créditos operacionais", "Outros Créditos" e "Títulos e créditos a receber, não associados a créditos tributários a imposto sobre renda". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receita financeira. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: *I) Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa, estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, inclui todos os valores devidos (vencidos e a vencer) do mesmo devedor. A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, quando o crédito for com terceiros. Para os ativos de cosseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito. II) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A empresa avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos da dívida, a empresa usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante e/ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o valor atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações são reconhecidas na demonstração do resultado e não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o período de 2021 e 2020, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Ativos e passivos relacionados a resseguro:** A cessão de resseguro é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. Os ativos relacionados a resseguros também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (vide política na Nota 2.4© (i)). **2.6. Ativos não financeiros mantidos para a venda:** A Seguradora detém certos ativos que são mantidos para a venda em períodos futuros e outros valores e bens (estoque de salvados), que são ativos recuperados após o pagamento de sinistros de perda total aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos os custos diretamente relacionados à venda do ativo, e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do adquirente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros - TAP (vide Nota 2.15), as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram no estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa do mesmo. Para operações de Salvados, a Seguradora revisou o estudo técnico de avaliação de possível perda ou não realização de *impairment*, baseada em: • Histórico de realização dos salvados dos últimos exercícios; • Por depreciação dos salvados no pátio da Seguradora; e Por dados indicando qualquer tipo de problema na documentação, que possa impossibilitar a realização do salvado. **2.7. Contratos de seguro:** A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo e adverso ao segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado. Risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. **2.8. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.9. Créditos tributários e previdenciários:** Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a impostos a compensar (nota 9). **2.10. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores que estabelece a constituição de Provisões considerando o histórico de perdas. (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) Provisões judiciais: são constituídos pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal. **2.11. Depósitos judiciais e fiscais:** Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999 (nota 20). **2.12. Imobilizado:** Mensurado ao custo de aquisição menos depreciação e redução ao valor recuperável acumulada. As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear com base nas taxas informadas na (nota 22). Para benfeitorias em imóveis de terceiros a vida útil estimada é de acordo com o contrato de aluguel. **2.13. Intangível:** Softwares - São gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e são necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros intangíveis - São gastos relacionados com a exploração dos canais de distribuição. Os investimentos previstos nos contratos são baseados em estimativas de produção, registrados pelo seu valor justo na data de assinatura dos contratos e amortizados conforme o prazo do contrato. **2.14. Provisões técnicas - seguros:** A legislação vigente que institui regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras é a Resolução CNSP nº 432/21 e a Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientação ao mercado preparados pela SUSEP. a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pela parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério "pro rata die" para todos os ramos de seguros. b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). (I) Processos administrativos - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos a parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos. (II) Processos judiciais - é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IGPM e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada. c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. No grupo de PDR é registrada também a estimativa de despesas não alocáveis sinistro a sinistro. Para efetuar o cálculo da estimativa de despesas não alocáveis é considerada a relação entre os valores pagos com despesas não alocadas e o montante de indenizações pagas com sinistros. d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método *Bornhuetter-Ferguson*, que é baseado na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos, mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de *Run-Off*. e) Provisão de Sinistros Ocorridos, e Não Suficientemente Avisados (IBNER). A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados, também está sendo constituída para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo da regulação até a sua liquidação final. f) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE): A PPNG-RVNE é calculada com base em estudo técnico-atuarial e constituída em consonância com as normas do CNSP. A metodologia de cálculo consiste na construção de triângulos de Run-Off (início de vigência por emissão), que estimam o volume de prêmios referentes às apólices vigentes, mas que ainda não foram emitidas. A partir do comportamento histórico das emissões em atraso é calculado o valor da PPNG-RVNE. g) Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A PCC é constituída quando é identificada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos, conforme (nota 2.15). **2.15. Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Objetivo e resultados obtidos: O teste de adequação do passivo é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. O teste é efetuado utilizando as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. A taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa em valores nominais, foi a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco prefixada.

Sinistralidades

Responsabilidades	Patrimonial - Afinidades	Patrimonial	Vida
27,4%	19,4%	23,3%	5,5%

Em dezembro de 2021 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas. **2.16. Principais tributos:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no período. A provisão para contribuição social sobre lucro foi constituída à alíquota de 15%. (CSLL). Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% para o IRPJ e 15% para CSLL. O imposto diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alteração posteriores. A companhia não constituiu créditos tributários nos exercícios de 2020 e 2021. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.17. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. **2.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.19. Principais políticas de reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e observando-se o critério "*pro rata die*". (a) As receitas de prêmios de seguros e seus correspondentes custos de aquisição são reconhecidos por ocasião das emissões das apólices, endossos e/ou faturas em valor proporcional ao decurso de prazo das vigências dos seguros; (b) As receitas e despesas de comissões e prêmios de resseguros decorrentes do repasse de responsabilidade são reconhecidos pelo regime de competência, considerando a data de aceite dos riscos por parte destes resseguradores, bem como o valor proporcional ao decurso de prazo das vigências; (c) As receitas e despesas dos riscos vigentes e não emitidos são apurados e reconhecidos no resultado seguindo metodologia registrada em NTA - Nota Técnica Atuarial; (d) Os sinistros são reconhecidos como despesa na medida em que os informes das ocorrências são recepcionados pela Seguradora. Adicionalmente, o montante é complementado pela Provisão de sinistros ocorridos, e não avisados (IBNR) de acordo com metodologia atuarial descrita na nota 2.15 (d); (e) As receitas e despesas inerentes aos ativos financeiros são reconhecidos conforme descrito na Nota 2.4 (b). **2.20. Resultado por ação:** O resultado por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora, de acordo com os requerimentos do CPC 41. **2.21. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 49 "Instrumentos Financeiros": emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 50 "Contratos de Seguro": emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01/01/2023, sendo permitido a aplicação antecipada. A administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP e avaliando os impactos.

continua

ZURICH

Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ: 96.348.677/0001-94

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões para as contingências inclusive as que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros e as estimativas para perdas em contingências e processos administrativos e judiciais, descritas a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota - Ativos de resseguro e retrocessão e Nota - Provisões técnicas - seguros. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros: A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados. Os critérios para reconhecimento do cálculo de recuperabilidade estão descritas na nota 2.4 (c I). A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. A Seguradora não reconheceu redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros disponíveis para venda para os exercícios de 2021 e 2020. Para os ativos não financeiros que são mantidos para a venda em períodos futuros a Seguradora aplica avaliação e grau de julgamento para determinar possível perda. O cálculo de recuperabilidade de ativos não financeiros estão demonstradas na nota 2.6. c) Provisões para contingências: São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Neste contexto, os processos contingentes cíveis avaliados como perda possível não são reconhecidos contabilmente.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico-financeiro. a) Risco de seguro: O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares, vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a predificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. *I) Estratégia de subscrição:* A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais. II) *Estratégia de resseguro:* Como forma de reduzir o risco, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias. III) *Gerenciamento de ativos e passivos:* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê. IV) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:* O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. A Seguradora atua com ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de seguro. ***Riscos de seguros ramos elementares:*** O risco de seguros com ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. O departamento de Gerenciamento de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco. Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. ***Resultados da análise de sensibilidade:*** Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido — 2021

Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% na sinistralidade	(69)	(69)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	63	61
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(8)	(8)

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido

Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Redução de 5% na sinistralidade	69	69
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(64)	(63)
Redução de 5% nas despesas administrativas	8	8

2020

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido

Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% na sinistralidade	5	5
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	265	254
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(139)	(139)

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido

Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Redução de 5% na sinistralidade	(5)	(5)
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(273)	(262)
Redução de 5% nas despesas administrativas	139	139

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido. *Concentração de riscos:* O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.

Total de prêmios emitidos por regiões geográficas:

Linhas de negócios	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-oeste	Total
GARANTIA ESTENDIDA	1.203	–	–	61	1.264
VIDA EM GRUPO	1.904	–	–	831	2.735
RISCOS DIVERSOS	33	–	337	–	370
PRESTAMISTA	740	2.752	996	1	4.489
ACIDENTES PESSOAIS - COLETIVO	2.875	–	1.912	–	4.787
COMPREENSIVO	133	–	–	–	133
MICROSSEGURO	266	–	–	–	266
EVENTOS ALEATÓRIOS	3.034	–	709	66	3.809
Total em 31 de dezembro 2021 (I)	**10.188**	**2.752**	**3.954**	**959**	**17.853**
Total em 31 de dezembro 2020 (I)	**54.587**	**30.903**	**6.627**	**1.194**	**93.311**

(I) Os valores acima não contemplam os saldos de RVNE, cosseguro aceito e cedido que somam um montante de (R$ 4.265) em 31 de dezembro de 2021 e (R$ 2.513) em 31 de dezembro de 2020. Foram previstos carregamentos variáveis sobre as taxas puras de cada cobertura, sendo que estes são compostos por despesas administrativas, margem de lucro e corretagem com intervalos que variam entre 1% e 99%. b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são: • Aplicação financeira. • Ativos de resseguro. • Prêmio de seguros. • Ativos de cosseguro. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de prêmio emitido, conforme nota. *Exposições ao risco de crédito:* A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

2021

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	BB -	Saldo contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	77.596	77.596
Total	**77.596**	**77.596**

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A

2020

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	BB -	Saldo Contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	82.443	82.443
Total	82.443	82.443

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerência suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seus vencimentos. *I) Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. II) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

2021

	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	–	–	–	–	–
Aplicações	–	77.596	–	–	77.596
Prêmios a receber de segurados	–	1.391	–	–	1.391
Operações com seguradoras	–	432	–	–	432
Operações com resseguradora	–	764	–	–	764
Outros créditos operacionais	–	5.963	114	–	6.077
Total do ativo	–	86.146	114	–	86.260

2020

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não Vencidos e não "Impaired"	Ativos Vencidos e não "Impaired": 0 a 30 Dias	31 a 60 Dias	61 a 120 Dias	121 a 180 Dias	181 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	Redução ao Valor Recuperável	Saldo Contábil
Disponível para venda									
Aplicações financeiras									
Títulos de renda fixa - públicos	82.443	–	–	–	–	–	–	–	**82.443**
Quotas de fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Empréstimos e recebíveis									
Créditos das operações com seguros e resseguros									
Prêmios a receber	4.002	7.944	1	1	19	–	10.508	(9.059)	**13.416**
Operações com seguradoras	351	–	–	–	–	–	–	–	**351**
Operações com resseguradoras	1.230	–	–	–	–	–	–	–	**1.230**
Outros créditos operacionais	5.940	–	–	–	–	–	–	–	**5.940**

A tabela a seguir demonstra a maturidade dos passivos de seguros da Seguradora.

2021

Passivos de seguro	Até 1 ano	2 até 3 anos	4 até 6 anos	Mais de 6 anos	Saldo Contábil
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	7.778	791	2	–	**8.571**
Sinistros a liquidar	3.531	877	341	16	**4.765**
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	1.325	482	84	3	**1.894**
Provisão de despesas relacionadas	390	145	14	1	**550**
Total dos passivos de seguros	13.024	2.295	441	20	15.780

2020

Passivos de seguro	Até 1 ano	2 até 3 anos	4 até 6 anos	Mais de 6 anos	Saldo Contábil
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	29.990	6.746	7	–	**36.743**
Sinistros a liquidar	5.031	2.853	1.238	43	**9.165**
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	2.862	1.934	386	15	**5.187**
Provisão de despesas relacionadas	1.093	639	283	10	**2.025**
	38.976	**12.162**	**1.914**	**68**	**53.120**

d) Risco de mercado: I) *Gerenciamento de risco de mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. II) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. III) *Análise do risco de mercado:* A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), onde o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo de simulação histórica para o cálculo do *Value at Risk* (VaR). Esse modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos (*)	1.239	19.393
	1.239	**19.393**

(*) Em dezembro de 2020, tivemos o recebimento do ressarcimento de sinistro de Brumadinho, no montante de R$ 6 milhões. Em janeiro/2021 efetuamos o pagamento deste sinistro e em fevereiro aplicamos em LTN o montante de R$ 8 milhões, gerando assim a redução do caixa.

6. Aplicações - circulante e não circulante

a) Composição: Em consonância com a legislação vigente, a totalidade da carteira própria de títulos e valores mobiliários foi classificada como "títulos disponíveis para venda", segundo a intenção de negociação pela Administração da Seguradora. O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos), o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e os respectivos vencimentos são os seguintes:

2021

Descrição	Vencimento	Custo Atualizado	Ganhos/Perdas não Realizadas	Valor de Mercado
Disponíveis para venda		**79.761**	**(2.165)**	**77.596**
Tesouro Prefixado (LTN)	até 1 ano	28.861	(2.116)	26.745
Tesouro Prefixado (LTN)	entre 1 e 2 anos	18.162	68	18.230
Tesouro Prefixado (LTN)	entre 3 e 4 anos	8.199	(2)	8.197
Tesouro SELIC (LFT)	até 1 ano	8.396	(4)	8.392
Tesouro SELIC (LFT)	entre 2 e 3 anos	180	–	180
Tesouro SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	651	(3)	648
Tesouro SELIC (LFT)	entre 4 e 5 anos	15.312	(108)	15204
	Total	**79.761**	**(2.165)**	**77.596**

2020

Descrição	Vencimento	Custo Atualizado	Ganhos/Perdas não Realizadas	Valor de Mercado
Disponíveis para venda		**81.285**	**1.158**	**82.443**
Tesouro Prefixado (LTN)	até 1 ano	8.889	265	9.154
Tesouro Prefixado (LTN)	entre 3 e 4 anos	46.291	1.163	47.454
Tesouro SELIC (LFT)	entre 1 e 2 anos	32	–	32
Tesouro SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	1.120	(6)	1.114
Tesouro SELIC (LFT)	entre 4 e 5 anos	5.751	(30)	5.721
Tesouro SELIC (LFT)	entre 5 e 6 anos	19.202	(234)	18.968
Total		**81.285**	**1.158**	**82.443**

A Seguradora não possui operações com derivativos nos exercícios apresentados. As Letras do tesouro nacional (LTN), Letras financeiras do tesouro (LFT) estão classificadas como "disponíveis para venda".

As taxas de juros das aplicações contratadas estão demonstradas abaixo:

2021

Título	Classe	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Taxa de Juros Contratada
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	30-03-2020	01-03-2026	0,02%
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	04-07-2018	01-09-2022	0,09%
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	03-01-2020	01-03-2026	0,02%
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	31-08-2018	01-03-2024	0,00%
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	02-01-2019	01-03-2025	0,04%
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	01-07-2021	01-09-2022	0,03%
LTN	Título público Prefixado	28-04-2020	01-09-2025	3,33%
LTN	Título público Prefixado	03-01-2020	01-07-2023	12,24%
LTN	Título público Prefixado	02-02-2021	01-01-2022	6,04%

2020

Título	Classe	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Taxa de Juros Contratada
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	30/03/2020	01/03/2026	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	28/04/2020	01/09/2025	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	04/07/2018	01/09/2022	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	03/01/2020	01/03/2026	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	28/12/2018	01/03/2025	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	01/03/2019	01/09/2024	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	31/08/2018	01/03/2024	–
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	02/01/2019	01/03/2025	–
LTN	Título público Prefixado	03/01/2020	01/07/2023	6,04%
LTN	Título público Prefixado	31/10/2018	01/07/2021	8,43%
LTN	Título público Prefixado	23/10/2020	01/01/2024	6,16%

b) Estimativa do valor justo: A Seguradora mensura o valor justo com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora com suas respectivas classificações:

2021

	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	77.596	77.596
Tesouro Prefixado (LTN)	53.172	53.172
Tesouro SELIC (LFT)	24.424	24.424
Total aplicações	77.596	77.596

2020

	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	82.443	82.443
Tesouro Prefixado (LTN)	56.608	56.608
Tesouro SELIC (LFT)	25.835	25.835
Total aplicações	82.443	82.443

c) Movimentação das aplicações financeiras: Abaixo é apresentada a movimentação das aplicações financeiras durante o período.

	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajustes TVM	Saldo em 2021
Tesouro SELIC (LFT)	25.835	8.709	(11.240)	966	156	24.426
Tesouro Prefixado (LTN)	56.608	16.573	(17.869)	1.336	(3.478)	53.170
Total	82.443	25.282	(29.109)	2.302	(3.322)	77.596

	Saldo em 2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Saldo em 2020
Tesouro SELIC (LFT)	5.690	27.011	(7.306)	709	(269)	25.835
Tesouro Prefixado (LTN)	57.472	44.546	(48.917)	2.533	974	56.608
Tesouro Prefixado (NTN-F)	19.850	–	(20.622)	1.713	(941)	–
Quotas de Fundos de Investimento	1.013	–	(1.408)	395	–	–
Total	84.025	71.557	(78.253)	5.350	(236)	82.443

d) Ativos e Passivos Financeiros:

2021

	Disponível para Venda	%	Empréstimos e Recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações	77.596	100%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	2.587	17
Títulos e créditos a receber (*)	–	–	12.745	83
	77.596	100%	15.332	100
Passivos financeiros				
Contas a pagar	–	–	7.270	46
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	–	5.416	34
Depósitos de terceiros	–	–	3.066	19
	–	–	15.752	100

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais.

2020

	Disponível para Venda	%	Empréstimos e Recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações	82.443	100%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	14.997	63
Títulos e créditos a receber (*)	–	–	8.649	37
	82.443	100%	23.646	100
Passivos financeiros				
Contas a pagar	–	–	15.264	38
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	–	16.701	42
Depósitos de terceiros	–	–	2.870	7
Débitos diversos	–	–	4.918	12
	–	–	39.753	100

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais

7. Crédito das operações de seguros e resseguros

a) Prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios diretos e cosseguro aceito.

Prêmios a receber por ramos de seguros

Prêmio Líquido a receber por ramos de seguros	2021	2020
Viagem	33	33
Acidentes pessoais	216	814
Vida em grupo	311	1.201
Rendas de Eventos Aleatórios	588	1.168
Prestamista	106	3.551
Riscos diversos	12	4.537
Garantia estendida	30	1.466
Micros seguros Danos	–	533
Compreensivo Residencial	95	–
Demais ramos	–	113
Total	**1.391**	**13.416**

Prêmios a receber por vencimento

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos conforme abaixo:

2021

	0 a 30 Dias	31 a 60 Dias	61 a 120 Dias	121 a 180 Dias	181 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	1.568	142	107	63	254	9.815	11.949
A Vencer	1.325	–	–	–	–	–	1.325
Vencidos	243	142	107	63	254	9.815	10.624
Redução ao valor recuperável	–	–	(105)	(63)	(243)	(9.715)	(10.126)
A Vencer	–	–	–	–	–	–	–
Vencidos	–	–	(105)	(63)	(243)	(9.715)	(10.126)
Total de prêmios a receber (*)	1.568	142	2	–	11	100	1.823

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vendidos são de R$ 432 (em 31 de dezembro de 2020 de R$351)

2020

Aging list de prêmios a receber de segurados	0 a 30 Dias	31 a 60 Dias	61 a 120 Dias	121 a 180 Dias	181 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	10.911	255	358	319	124	10.508	22.475
A Vencer	10.530	254	357	300	124	–	11.565
Vencidos	381	1	1	19	–	10.508	10.910
Redução ao valor recuperável	–	–	(166)	(88)	–	(8.805)	(9.059)
A Vencer	–	–	–	–	–	–	–
Vencidos	–	–	(166)	(88)	–	(8.805)	(9.059)
Total de prêmios a receber	10.911	255	192	231	124	1.703	13.416

(I) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vendidos são de R$235 (em 31 de dezembro de 2020 de R$351). *Provisão para redução ao valor recuperável* É constituída com base na circular SUSEP, com análise individual de cada parceiro.

	2021	2020
Saldo no início do exercício	9.059	(9.723)
Aumento na provisão (*)	1.732	(6.068)
Baixa na provisão	(665)	6.732
Saldo no final do exercício	10.126	(9.059)

Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Saldo no início do exercício	13.416	27.128
Emissões*	23.906	103.510
Cancelamentos*	(28.426)	(116.808)
Recebimentos*	(1.067)	3.306
Constituição /(Reversão) - RVNE	(6.438)	(3.720)
Saldo no final do exercício	1.391	13.416

(*) O saldo inclui IOF

b) Operações com seguradoras: Referem-se a prêmios de cosseguro aceitos vencidos a receber de congêneres cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 432 (R$351 em 31 de dezembro de 2020).

c) Resultado de Resseguro

Resseguradores Local	2021 Cessões Prêmios	2021 Sinistros	2020 Cessões Prêmios	2020 Sinistros
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	–	299	–	238
MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	22	264	329	4.596
SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	–	299	309	528
	22	**862**	**638**	**5.362**

d) Outros créditos operacionais

	2021	2020
Créditos de sinistros a regularizar (1)	143	57
Direito de resgate capitalização	4.971	5.334
Restituição a regularizar	857	549
Recuperação de investimentos	5.207	5.207
Redução valor recuperável - outros créditos	(5.207)	(5.207)
Outros valores	(8)	–
Total	5.963	5.940

(1) Créditos de sinistros descontados do valor de repasse efetuados pelos estipulantes. e) Ativos de resseguros: I) *Ativos de resseguro - provisões técnicas:*

2021

	Provisão de Sinistros a Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	15	6	2	23
Pessoas Coletivo	29	51	(10)	70
Pessoas	**44**	**57**	**(8)**	**93**
Patrimonial	2	1	12	15
Danos	**2**	**1**	**12**	**15**
Outros	78	(8)	11	81
Total	124	50	15	189

2020

	Provisão de Sinistros a Liquidar	Provisão de Prêmios não Ganhos de Resseguro	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	–	61	4	–	65
Pessoas Coletivo	12	–	127	11	150
Pessoas	**12**	**61**	**131**	**11**	**215**
Patrimonial	288	–	38	252	578
Danos	**288**	**–**	**38**	**252**	**578**
Outros	86	5	296	18	405
Total	386	66	465	281	1.198

Movimentação dos ativos de resseguro:

2021

	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Pagamento	Saldo Final
Prêmio de resseguro diferido	66	291	(356)	–	1
Sinistros pendentes de pagamento	385	1.061	(1.022)	(300)	124
IBNR resseguros	472	3.810	(4232)	–	50
Provisão despesas relacionadas - PDR	282	283	(294)	(257)	14
Total	1.205	5.445	(5.904)	(557)	189

2020

	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Pagamento	Saldo Final
Prêmio de resseguro diferido	589	–	(523)	–	66
Sinistros pendentes de pagamento	680	13.428	(9.509)	(4.218)	381
IBNR resseguros	415	7.572	(7.515)	–	472
Provisão despesas relacionadas - PDR	326	604	(57)	(594)	279
Total	2.010	21.604	(17.604)	(4.812)	1.198

II) *Discriminação de resseguradores: Discriminação dos resseguradores por categoria de risco:*

Resseguradores	Agência	*Rating*
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local	Sem rating
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Sem rating
Austral Resseguradora S.A.	Local	Sem rating

8. Títulos e Créditos a receber

(a) A tabela abaixo demonstra a composição dos títulos e créditos a receber

	2021	2020
Outros créditos a receber (I)	11.815	114
Total	11.815	114

(I) SLA's com a Zurich Minas Brasil referente a transferência de carteira

(b) A tabela abaixo demonstra a composição dos créditos tributários e previdenciários.

Descrição	2021	2020
Impostos a compensar (IR e CS)	1.640	310
Impostos a compensar (PIS e COFINS)	647	420
Antecipação de impostos (IR e CS)	2.495	6.994
Total dos créditos tributários e Previdenciários	4.782	7.724

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos créditos tributários durante o período.

Descrição	2020	Baixas	2021
Impostos a compensar (IR e CS)	310	1.331	1.641
Impostos a compensar (PIS e COFINS)	420	227	647
Antecipação de impostos (IR e CS)	6.994	(4.500)	2.494
Total	7.724	(2.942)	4.782

"A Seguradora, por conta do histórico de prejuízos fiscais em períodos pretéritos e falta da expectativa de geração de lucros futuros não registra saldo de ativo fiscal diferido, seja sobre diferenças temporárias ou prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, em atendimento ao disposto no artigo 146 da circular SUSEP nº 648/21."

9. Bens a venda - salvados

(a) Composição dos saldos dos outros valores:

	2021	2020
Salvados a venda	797	1.124
Total	797	1.124

(b) Aging de salvados a venda, Salvados não Disponíveis para venda e líquido de redução ao valor recuperável

2021

	31 a 60 Dias	91 a 120 Dias	121 a 180 Dias	181 a 365 Dias	acima de 365 Dias	Total
Roubo - furto	30	101	–	–	515	646
Colisão	–	–	–	–	151	151
Total	30	101	–	–	666	797

2020

	31 a 60 Dias	91 a 120 Dias	121 a 180 Dias	181 a 365 Dias	acima de 365 Dias	Total
Roubo - furto	8	965	–	–	–	973
Colisão	–	151	–	–	–	151
Total	8	1.116	–	–	–	1.124

continua

Zurich Brasil Companhia de Seguros
CNPJ: 96.348.677/0001-94

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10. Despesas antecipadas

Referem-se ao pagamento da Taxa de Fiscalização SUSEP. A apropriação está sendo realizada mensalmente.

Descrição	2020	Constituições	Amortizações e Baixas	2021
Seguros	6	1.059	(889)	176
Total	6	1.059	(889)	176

Descrição	2019	Constituições	Amortizações e Baixas	2020
Seguros	59	–	(53)	6
Total	59	–	(53)	6

11. Custo de aquisição diferido

a) Premissas e prazos de diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. b) Discriminação:

	2021	2020
Comissões	4	256
Agenciamento	–	12.539
Pró-labore - Comissionamento	5.949	24.440
Total	5.953	37.235

c) Movimentação de custo de aquisição diferidos:

Descrição	2020	Constituições	Amortizações e Baixas	2021
Seguros	37.235	281.959	(313.241)	5.953
Total	37.235	281.959	(313.241)	5.953

Descrição	2019	Constituições	Amortizações e Baixas	2020
Seguros	48.922	72	(11.759)	37.235
Total	48.922	72	(11.759)	37.235

12. Depósitos judiciais e fiscais

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos depósitos judiciais e fiscais.

Descrição	2020	Atualizações	2021
Sinistros	190	6	196
Fiscais	673	7	680
Trabalhistas	54	–	54
Total	917	13	930

Descrição	2019	Atualizações	2020
Sinistros	186	4	190
Fiscais	668	5	673
Trabalhistas	54	–	54
Total	908	9	917

13. Imobilizado

A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo imobilizado.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2020	Depreciação no Exercício	Saldo em 2021	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual em 2021
Hardware	5	323	(323)	–	2.211	(2.211)	–
Telecomunicações	5	3	(3)	–	492	(492)	–
Móveis, máquinas e utensílios	10	38	(38)	–	1.296	(1.296)	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	–	–	–	1.697	(1.697)	–
		364	(364)	–	5.696	(5.696)	–

(*) Em função da aquisição e transferência para Zurich Minas Brasil, houve a baixa integral das benfeitorias.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2019	Depreciação no Exercício	Saldo em 2020	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual em 2020
Hardware	5	432	(109)	323	2.211	(1.888)	323
Telecomunicações	5	39	(35)	4	492	(489)	3
Móveis, máquinas e utensílios	10	57	(20)	37	1.296	(1.258)	38
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	–	–	–	1.697	(1.697)	–
		528	(164)	364	5.696	(5.331)	364

14. Intangível

A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo intangível.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2020	Amortização no Exercício	Saldo em 2021	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual em 2021
Desenvolvimento de sistemas	5	80	(80)	–	9.181	(9.181)	–
Canal de distribuição (i)	5	–	–	–	14.203	(14.203)	–
		80	(80)	–	23.384	(23.384)	–

(i) Investimentos efetuados em canais de distribuição para exploração de canal de venda.

Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual em 2019	Amortização no Exercício	Saldo em 2020	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual em 2020
Desenvolvimento de sistemas	5	160	(80)	80	9.181	(9.101)	80
Canal de distribuição (i)	5	533	(533)	–	14.203	(14.203)	–
		693	(613)	80	23.384	(23.304)	80

(i) Investimentos efetuados em canais de distribuição para exploração de canal de venda.

15. Obrigações a pagar

	2021	2020
Fornecedores	3.910	3.942
Dividendos	–	2.450
Outras Obrigações	910	–
Total	4.820	6.392

16. Impostos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
IRRF Terceiros	201	243
ISS retido	(75)	(69)
IOF	580	1.284
INSS	1	1
Outros	4	58
Total	711	1.517

17. Impostos e contribuições

	2021	2020
Imposto de renda	1.179	4.053
Contribuição social	781	2.446
IR/CS s/ MTM	(866)	463
Outros	644	393
Total	1.738	7.355

18. Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a provisão para pagamento de comissões e pro labore à corretores e estipulantes de seguro R$ 372 (R$ 1.174 em 2020).

19. Outros débitos operacionais

	2021	2020
Agentes e correspondentes	630	1.232
Estipulantes de seguros	468	6.195
Outros débitos	1.804	1.643
Total	2.902	9.070

20. Depósitos de terceiros

O saldo de depósitos de terceiros é composto conforme abaixo:

	2021	2020
Cobrança antecipada de prêmios	3.066	2.870
Total	3.066	2.870

A seguir é apresentado o "aging" dos depósitos de terceiros.

Aging - depósitos de terceiros	2021	2020
Pendente entre 1 e 60 dias	–	1.352
Pendente entre 61 e 120 dias	102	18
Pendente entre 121 e 180 dias	64	–
Pendente entre 181 e 365 dias	1.189	87
Pendente acima de 365 dias	1.711	1.413
Total	3.066	2.870

21. Provisões técnicas - seguros

a) Saldos: A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

2021

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	1.043	509	197	87	1.836
Patrimonial	7.523	727	552	153	8.955
Pessoas Coletivo	6	774	1.107	222	2.109
Outros	–	2.755	35	89	2.879
Total	8.572	4.765	1.891	551	15.779

2020

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	11.008	162	80	39	11.289
Patrimonial	23.899	2.380	2.186	820	29.285
Pessoas Coletivo	889	2.390	2.159	405	5.843
Outros	945	4.234	762	762	6.703
Total	36.741	9.166	5.187	2.026	53.120

b) Movimentação

A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões técnicas durante o período.

Provisões Técnicas	Saldo em 2020	Constituições	Reversões e Baixas	Pagamentos Efetuados	Saldo em 2021
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	36.742	331.769	(359.940)	–	8.571
Provisão de sinistros a liquidar	9.165	527.773	(521.855)	(10.318)	4.765
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	5.187	34.106	(37.401)	–	1.892
Provisão de despesas relacionadas	2.026	8.212	(7.855)	(1.832)	551
Total	53.120	901.860	(927.051)	(12.150)	15.779

Provisões Técnicas	Saldo em Dezembro 2019	Constituições	Reversões e Baixas	Pagamentos Efetuados	Saldo em 2020
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	55.311	2.951	(21.520)	–	36.742
Provisão de sinistros a liquidar	20.896	90.203	(64.542)	(37.391)	9.166
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	9.130	101.873	(105.816)	–	5.187
Provisão de despesas relacionadas	2.352	12.000	(1.031)	(11.296)	2.025
Total	87.689	207.027	(192.909)	(48.687)	53.120

c) Ativos garantidores das provisões técnicas

Foram vinculados para garantia das provisões técnicas os seguintes títulos e valores mobiliários:

Descrição	2021	2020
(+) Total das provisões técnicas	15.779	53.120
(–) Carregamento de comercialização - extensão de garantia	(5.042)	(20.464)
(–) Provisão de Resseguro - PPNG	–	–
(–) Recuperação de sinistros - Prov. sinistros a liquidar	(124)	(386)
(–) Recuperação de sinistros - IBNR	(50)	(471)
(–) Provisão de despesas Relacionadas	(14)	(281)
(–) Depósitos judiciais vinculados a sinistros	(11)	(9)
(–) Direitos Creditórios	–	(3.230)
(–) Direitos Creditórios RVNE	(6)	(3.695)
Provisões técnicas para garantia	**10.532**	**24.584**
Ativos vinculados		
Títulos Públicos	77.596	82.443
Total dos ativos vinculados	77.596	82.443
Liquidez - 20% sobre o Capital de Risco deduzido Risco de Mercado (i)	–	3.100
Suficiência	**77.596**	**57.859**

(i) Resolução CNSP 432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR. a 20% (vinte por cento) do CR.

22. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro

Administrativos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro						
No Final do Período	237.157	116.599	106.786	32.121	9.445	4.605
Um ano depois	247.726	126.412	116.810	33.510	9.775	–
Dois anos depois	250.008	132.306	115.969	33.969	–	–
Três anos depois	250.889	132.724	116.182	–	–	–
Quatro anos depois	251.252	133.238	–	–	–	–
Cinco anos depois	251.341	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	14.184	16.639	9.396	1.848	330	–
Estimativa Acum.	251.341	133.238	116.182	33.969	9.775	4.605
Pagamentos Acum.	(251.294)	(133.237)	(115.822)	(33.956)	(9.756)	(4.319)
PSL	47	1	360	13	19	286

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro

Judicial	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro						
No Final do Período	48.684	1.881	3.432	837	412	669
Um ano depois	68.200	6.425	4.970	1.162	648	–
Dois anos depois	70.559	8.324	5.281	1.552	–	–
Três anos depois	71.928	8.918	5.445	–	–	–
Quatro anos depois	72.532	9.385	–	–	–	–
Cinco anos depois	75.030	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	26.346	7.504	2.013	715	236	–
Estimativa Acum.	75.030	9.385	5.445	1.552	648	669
Pagamentos Acum.	(72.961)	(9.250)	(5.338)	(1.489)	(612)	(649)
PSL	2.069	135	107	63	36	20
PSL GROSS	2.116	136	467	76	55	306
						3.156
IBNER						1.494
IBNR						1.892
Retrocessão						116
Provisões de Sinistros - Bruto de Resseguro						**6.658**

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro

Administrativo	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro						
No Final do Período	218.038	110.738	100.422	24.980	9.421	4.586
Um ano depois	228.634	120.686	109.359	26.433	9.752	–
Dois anos depois	230.913	126.566	108.494	26.646	–	–
Três anos depois	231.794	126.984	108.706	–	–	–
Quatro anos depois	232.157	127.492	–	–	–	–
Cinco anos depois	232.245	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	14.207	16.754	8.284	1.666	331	–
Estimativa Acum.	232.245	127.492	108.706	26.646	9.752	4.586
Pagamentos Acum.	(232.199)	(127.491)	(108.421)	(26.632)	(9.732)	(4.301)
PSL	46	1	285	14	20	285

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro

Judicial	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro						
No Final do Período	29.800	1.875	3.428	829	412	668
Um ano depois	48.906	6.399	4.957	1.156	648	–
Dois anos depois	51.213	8.297	5.267	1.546	–	–
Três anos depois	52.580	8.877	5.434	–	–	–
Quatro anos depois	52.831	9.351	–	–	–	–
Cinco anos depois	55.331	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	25.531	7.476	2.006	717	236	–
Estimativa Acum.	55.331	9.351	5.434	1.546	648	668
Pagamentos Acum.	(53.268)	(9.217)	(5.330)	(1.483)	(612)	(648)
PSL	2.063	134	104	63	36	20
PSL NET	2.109	135	389	77	56	305
						3.071
IBNER						1.454
IBNR						1.842
Retrocessão						116
Provisões de Sinistros - Líq. de Resseguro						**6.483**

23. Apuração do Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do imposto de renda

Descrição	Imposto de Renda 2021	Imposto de Renda 2020	Contribuição Social 2021	Contribuição Social 2020
Resultado antes dos Impostos e Participações	5.942	25.866	5.942	25.866
Juros sobre o Capital Próprio	–	(2.881)	–	(2.881)
Resultado antes dos Impostos	**5.942**	**22.985**	**5.942**	**22.985**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas aplicáveis	(1.485)	(5.746)	(891)	(3.448)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	–	13	–	(7)
Outros	24	24	–	–
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	–	–	–	–
Créditos tributários não constituídos (i)	282	1.682	169	1.009
Majoração 5%	–	–	(59)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.179)**	**(4.027)**	**(781)**	**(2.446)**

(i) (i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em junho de 2021, a Seguradora possui R$ 61.907 de créditos tributários não reconhecidos, sendo 57.231 referente à prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e 4.721 referente as diferenças temporárias.

24. Sinistros judiciais

A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

Provisão para sinistros a liquidar judicial - por período de vencimento

2021

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	29	20	20
1 a 3 anos	54	99	99
3 a 7 anos	67	304	301
mais de 7 anos	13	2.007	2.001
Total	163	2.430	2.421

2020

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	57	283	283
1 a 3 anos	144	1.245	1.238
3 a 7 anos	131	1.147	864
mais de 7 anos	18	1.784	1.777
Total	350	4.459	4.162

25. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado no valor de R$ 207.028 em dezembro de 2021 (R$ 207.028 em dezembro de 2020), é representado por 909.710.772 em 2021 (909.710.772 em 2020) ações ordinárias. b) Juros sobre o capital: Em 2021 foram provisionados juros sobre o capital no montante de R$ 0 em 2021 (R$ 1.245 em 2020). c) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido: A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data-base de 2020 e 2019, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP nº 343/2016, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

	2021	2020
Patrimônio líquido	78.505	76.327
Ajustes contábeis:	**(176)**	**(12.625)**
Participação em controlada	–	–
Despesas antecipadas	(176)	(6)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	–	–
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	–	–
Ativos intangíveis	–	(80)
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis - canal de distribuição	–	–
Custo de aquisição diferido não relacionados a PPNG	–	(12.539)
Ajustes econômicos:	–	516
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída	–	516
Ajustes	–	–
PLA Total	**78.329**	**64.218**
Capital base (a)	15.000	15.500
Capital adicional baseado no risco de subscrição	3.876	12.241
Capital adicional baseado no risco de crédito	2.659	3.276
Capital adicional baseado no risco operacional	184	439
Capital adicional baseado no risco de mercado	2.477	2.544
Benefício da diversificação	**(2.183)**	**(2.998)**
Capital base de risco (b)	7.013	15.502
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b).	15.000	15.502
PLA de nível 1	78.329	–
Patrimônio líquido ajustado	**78.329**	–
Suficiência de capital	**63.329**	**48.716**

(I) - PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e "b" do inciso II do caput da resolução 432/21;

(II) - PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e

(III) - PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

26. Principais ramos de atuação

2021

Ramos	Prêmios Ganhos	Taxa de Sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Pessoas Individual	10.869	19,20%	76,58%
Patrimonial	18.152	2,94%	71,20%
Pessoas Coletivo	11.817	(1,94)%	139,29%
Outros	921	(59,42)%	169,79%
Total	41.759	(39,22)%	456,87%

2020

Ramos	Prêmios Ganhos	Taxa de Sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Pessoas Individual	22.773	8,00%	75,35%
Patrimonial	35.802	1,88%	61,83%
Pessoas Coletivo	47.095	(7,86)%	64,01%
Outros	3.696	(42,02)%	67,61%
Total	109.366	(39,99)%	268,80%

27. Contingências

As contingências totalizam um no valor de R$ 1.991 em dezembro de 2021 (R$ 2.349 em dezembro de 2020) são demonstradas abaixo: a) Fiscais: A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Fiscais	2021 Quantidade	2021 Valor em Risco	2021 Valor Contábil	Fiscais	2020 Quantidade	2020 Valor em Risco	2020 Valor Contábil
Remota	–	–	–	Remota	–	–	–
Possível	–	–	–	Possível	–	–	–
Provável	4	1.210	1.210	Provável	4	1.199	1.199
Total	4	1.210	1.210	Total	4	1.199	1.199

b) Trabalhistas: A contingência foi realizada quanto aos processos trabalhistas atualmente em trâmite e apenas 6 deles se encontram em fase de execução com cálculos já realizados pela Vara do Trabalho e houve o respectivo depósito da quantia em conta judicial à disposição dos reclamantes.

A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Trabalhista	2021 Quantidade	2021 Valor em Risco	2021 Valor Contábil	Trabalhista	2020 Quantidade	2020 Valor em Risco	2020 Valor Contábil
Remota	–	–	–	Remota	–	–	–
Possível	1	39	24	Possível	2	435	413
Provável	2	110	143	Provável	4	158	158
Total	3	149	167	Total	6	593	571

c) Cíveis: Os processos de natureza cível versam principalmente quanto à inconformidade com questões securitárias, resultando em perdas e danos, bem como danos morais. A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Cíveis	2021 Quantidade	2021 Valor em Risco	2021 Valor contábil	Cíveis	2020 Quantidade	2020 Valor em Risco	2020 Valor contábil
Remota	23	210	–	Remota	23	296	–
Possível	59	497	–	Possível	59	551	–
Provável	79	565	614	Provável	48	579	579
Total	161	1.272	614	Total	130	1.426	579

A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões durante o período.

2021

	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldo Final
Fiscais					
Valor em risco	1.199	–	–	11	1.210
Valor provisionado	1.199	–	–	11	1.210
Cíveis					
Valor em risco	1.426	–	(154)	–	1.272
Valor provisionado	579	–	35	–	614
Trabalhista					
Valor em risco	593	–	(444)	–	149
Valor provisionado	571	16	(418)	–	167

2020

	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldo Final
Fiscais					
Valor em risco	1.190	–	–	9	1.199
Valor provisionado	1.190	–	–	9	1.199
Cíveis					
Valor em risco	2.003	–	(577)	–	1.426
Valor provisionado	440	139	–	–	579
Trabalhista					
Valor em risco	260	333	–	–	593
Valor provisionado	353	369	(167)	16	571

28. Detalhamento das principais contas de resultado

a) Prêmio Ganho

	2021	2020
Prêmios diretos	17.853	93.311
Prêmios de cosseguros aceitos de congêneres	2.048	1.048
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(6.313)	(3.561)
Variação das Provisões Técnicas de Prêmio	28.171	18.568
Total	41.759	109.366

b) Sinistros ocorridos

	2021	2020
Sinistros diretos e de cosseguro aceito	(7.107)	(13.155)
Serviços de assistência	(42)	(760)
Salvados	679	(65)
Ressarcimentos (a)	59	6.270
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (b)	3.295	3.943
Var prov de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	1.271	6.525
Total	(1.845)	2.758

c) Custo de aquisição

	2021	2020
Comissões	(1.842)	(3.105)
Agenciamento	(793)	(2.036)
Pró-labore (c)	(5.299)	(55.171)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(31.339)	(11.629)
Total	(39.273)	(71.941)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	2021	2020
Outras receitas operacionais	10.920	–
Despesas com administração de apólices	(784)	(1.110)
Lucros atribuídos	(266)	(313)
Despesas contingências cíveis	–	(81)
Redução ao valor recuperável	(1.125)	(687)
Outras despesas operacionais	(403)	(942)
Total	8.342	(3.133)

e) Resultado com resseguro

	2021	2020
Indenizações de Sinistros (d)	(5)	(4.840)
Despesas com Sinistros	10	36
Var Provisão Sinistros Ocorr não Avisados	(381)	56
Var Despesas Relacionadas - IBNR	(19)	(38)
Receita com Resseguro	(395)	(4.786)
Prêmios de Resseguros (e)	**(11)**	**93**
Variação da Despesa de Resseguro	(11)	(578)
Ressarcimentos	–	–
RVR - Sinistros Pagos Resseguro	(467)	(729)
Despesa com Resseguro	**(489)**	**(1.214)**
Total	(884)	(6.000)

f) Despesas administrativas

	2021	2020
Pessoal próprio	407	(351)
Serviços de terceiros	(736)	(1.065)
Localização e manutenção	–	18
Locomoção	(1.001)	–
Depreciação e amortização	–	(777)
Comunicação	(216)	(6)
Outras despesas administrativas	2	(561)
Total	(1.544)	(2.742)

g) Despesas com tributos

	2021	2020
COFINS	(1.912)	(3.926)
PIS	(311)	(638)
Taxa de Fiscalização da SUSEP	(871)	(1.597)
Outros Tributos	(72)	(933)
Total	(3.166)	(7.094)

h) Resultado financeiro

	2021	2020
Renda fixa - títulos públicos	2.903	4.955
Renda fixa - títulos privados (f)	–	396
Com operações de seguros	(446)	(616)
Outras receitas financeiras	157	15
Atualização monetária de tributos	(11)	(9)
Outras despesas financeiras (g)	(52)	(522)
Total	2.551	4.219

29. Partes Relacionadas

	Ativo e Passivo 2021	Ativo e Passivo 2020
Zurich Minas Brasil	5.611	–
	5.611	–

30. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

Adriana Heldeker — Edson Luis Franco — Luis Henrique Meirelles Reis — Marcio Benevides Xavier — Rafael de Gouveia Ramalho — Sven Feistel

CONTADOR

Gustavo Lauretti - CRC 1SP304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises. **1. Atividades do Comitê:** No decorrer do exercício de 2021, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna - discussão do plano de trabalho para o exercício de 2021 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa - discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021; d. Controladoria - discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2021. **2. Auditoria Interna:** O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2021 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2021, mostram-se suficientes. **3. Auditoria Externa:** O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, Ernst & Young Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021. **4. Controladoria:** Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos. **5. Demonstrações Financeiras:** O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2021, bem como os respectivos relatórios da Administração. **6. Conclusão:** Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Membros

Fernando Faria
Helio Fernando Leite Solino
Luiz Roberto Cafarella

continua

Zurich Brasil Companhia de Seguros
CNPJ: 96.348.677/0001-94

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. São Paulo - SP. CNPJ: 96.348.677/0001-94. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionadas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
Anderson Gomes Ferreira da Silva
CNPJ 03.801.998/0001-11 Atuário - MIBA 2.043
Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Corporate Tower Torre Norte - 6º andar - conj. 61, Vila Nova Conceição,
CEP: 04543-907, São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Brasil Companhia de Seguros - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: *Run-off* das atividades:** Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, para o fato de a Seguradora estar em processo de *run-off* de suas atividades. Por conseguinte, a Seguradora poderá depender de eventual suporte de seu acionista para honrar eventuais compromissos e assumir potenciais direitos no futuro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Conforme divulgado nas nota explicativa nº 21 a), em 3 de dezembro de 2021, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, firmados pela Seguradora eram de R$15.780 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.15. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Auditoria de valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Seguradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras l, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Gilberto Bizerra De Souza
Contador-CRC-RJ076.328/O-2